

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura e Urbanismo – Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo

Thomas Lopes Whyte

AS PAISAGENS MINERÁRIAS COMO LUGAR DE DISPUTA:
o caso do reassentamento de Bento Rodrigues

Belo Horizonte
2023

Thomas Lopes Whyte

**AS PAISAGENS MINERÁRIAS COMO LUGAR DE DISPUTA:
o caso do reassentamento de Bento Rodrigues**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Orientador: Prof. Dr. Rogério Palhares Zschaber de Araújo

Belo Horizonte
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

W629p Whyte, Thomas Lopes.
As paisagens minerárias como lugar de disputa [manuscrito] :
o caso do reassentamento de Bento Rodrigues / Thomas Lopes
Whyte. - 2023.
290 f. : il.

Orientador: Rogério Palhares Zschaber de Araújo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Arquitetura.

1. Desastres ambientais - Teses. 2. Assentamentos humanos -
Teses. 3. Ecologia política - Teses. 4. Espaço (Arquitetura) - Teses.
5. Bento Rodrigues, Mariana (MG) - Teses. I. Araújo, Rogério Palhares
Zschaber de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Arquitetura. III. Título.

CDD 711.13



FOLHA DE APROVAÇÃO

**O reassentamento de Bento Rodrigues e a paisagem como disputa:
representações, imagens e as narrativas do lugar**

THOMAS LOPES WHYTE

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 11 de dezembro de 2023, pela Comissão constituída pelos membros:

Prof. Dr. Rogério Palhares Zschaber de Araújo - Orientador
EA-UFMG

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa
EA-UFMG

Profa. Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira
PACPS/EA-UFMG

Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa
IGC-UFMG

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2023.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2023

Ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
EA/UFMG

Prezados Senhores,

Declaro, após exame do volume correspondente à versão final da Dissertação de Mestrado do(a) estudante **Thomas Lopes Whyte**, que o trabalho teve seu título modificado para: **As paisagens minerárias como lugar de disputa: o caso do reassentamento de Bento Rodrigues**.

Atenciosamente,

Rogério Palhares
Zschaber de Araujo

Assinado de forma digital por
Rogério Palhares Zschaber de
Araujo
Dados: 2023.12.27 14:28:04 -03'00'

Prof. Dr. Rogério Palhares Zschaber de Araújo – Orientador
Departamento de Urbanismo- EA/UFMG

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, deixo registrado aqui o meu obrigado à CAPES pela bolsa que possibilitou o prosseguimento desta pesquisa. Agradeço, ainda, aos trabalhadores das universidades públicas deste país, sem os quais nenhuma das linhas que compõem essa dissertação teriam sido viáveis. É com muito carinho que penso na coragem das pessoas que, especialmente ao longo dos últimos anos, trabalharam nas portarias, nas bibliotecas, nos setores de limpeza, nos gabinetes, nas secretarias e nas salas de aula espalhadas pelo Brasil. Dedico, dessa forma, um abraço ao meu orientador, Rogério, pela compreensão, disponibilidade e sensibilidade demonstradas ao longo de todos esses meses.

Estendo também um longo e carinhoso abraço de gratidão aos familiares que estiveram por perto. Em especial, penso em minha mãe Angela, minha avó Clélia e meu irmão Alex, que de alguma forma me fazem bem, simplesmente por terem sido quem foram e por serem quem são. Agradeço enormemente à minha companheira, Bibi, pela doçura de compartilhar comigo uma forma de vida baseada na compreensão e no amor. Sentimentos que, ao lado da indignação, foram fundamentais para a realização desta pesquisa. Assim como envio um abraço ao Pedro, amigo de longuíssima data. Obrigado pela amizade e pelo olhar sempre disposto a criticar toda e qualquer forma de brutalização.

Agradeço aos que se foram, como o gentil Felipão, e aos demais colegas de Mariana, que me deram a honra de dividir não só o trabalho da arquitetura, mas também as angústias, incertezas e alguns dos muitos erros que cometi ao longo da vida. Faço uma menção especial à amiga Mariana, que, por uma dessas coincidências bestas da vida, compartilha o nome com a cidade onde morei por mais de 1 ano. Foi com as duas Marianas que aprendi, por meio de nossos diálogos, uma parte considerável daquilo que apresento nas páginas que se seguem.

Por fim, e para encerrar o ramerrão que caracteriza momentos laudatórios, como o que aqui se apresenta, agradeço às famílias de Bento Rodrigues, pessoas de carne e osso, atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Este trabalho é dedicado a elas e às demais comunidades afetadas pelo rejeito, refugio do frenesi de uma sociedade suicidária, que insiste em soterrar tudo aquilo que possuímos de melhor.

RESUMO

Quase 8 anos se passaram do rompimento da barragem de Fundão, que, em novembro de 2015, despejou mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos sobre a bacia do rio Doce, destruindo comunidades como Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira. Em 2016, a partir de um termo assinado entre a Samarco/Vale/BHP, a União e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, criou-se a Fundação Renova, entidade responsável pelo gerenciamento dos programas de reparação ao longo de todo o território afetado. Desde então, e sob uma série de violações, desenrola-se nos mais diversos campos uma intensa disputa pelo direito à reparação das comunidades. Nesse contexto, a pesquisa pretende investigar as dinâmicas por trás do reassentamento de Bento Rodrigues e como a paisagem desse novo lugar é produzida a partir das contradições e antagonismos integrados às práticas e representações de diversos agentes sobre o território. Para isso, recorreu-se ao método praxiológico, adotado por Bourdieu, que parte da análise do espaço social a partir da combinação das dimensões objetiva e fenomenológica. Dessa forma, e por meio de uma análise multidisciplinar com aportes teóricos de campos diversos, como a ecologia política e a filosofia da paisagem, e de materiais coletados principalmente em jornais, a pesquisa se concentra na análise das práticas socioespaciais de 3 principais agentes: as mineradoras, os atingidos e os arquitetos responsáveis pelos projetos das habitações dos distritos em construção. A investigação de paisagens e como elas são disputadas, mediante as dinâmicas de poder estabelecidas sobre o território, pretende jogar luz sobre as políticas espaciais subjacentes aos novos processos de territorialização que emergem nos contextos de crise ambiental.

Palavras-chave: paisagem e poder; paisagens minerárias; Bento Rodrigues.

ABSTRACT

Almost 8 years have passed since the rupture of the Fundão dam, which, in November 2015, released over 40 million cubic meters of tailings into the Rio Doce Basin, destroying communities such as Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, and Gesteira. In 2016, based on an agreement signed between Samarco/Vale/BHP, the Brazilian government, and the states of Minas Gerais and Espírito Santo, the Renova Foundation was established. This entity is responsible for managing repair programs across the entire affected territory. Since then, and under a series of violations, an intense dispute for the right to reparation of the communities has unfolded in various fields. In this context, the research aims to investigate the dynamics behind the resettlement of Bento Rodrigues and how the landscape of this new place is produced from the contradictions and antagonisms integrated into the practices and representations of various actors over the territory. To achieve this, the praxiological method, adopted by Bourdieu, was employed. This method starts with the analysis of social space through the combination of its objective and phenomenological dimensions. Thus, through a multidisciplinary analysis with theoretical contributions from diverse fields, such as political ecology and landscape philosophy, and materials primarily collected from newspapers, the research focuses on the analysis of socio-spatial practices of three main actors: mining companies, the people affected by the tailings, and the architects responsible for the housing projects in the under-construction districts. The investigation into landscapes and how they are contested through power dynamics established over the territory aims to shed light on the spatial policies behind the new processes of territorialization emerging in the context of environmental crisis.

Keywords: landscape and power; mining landscapes; Bento Rodrigues.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAIN	Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias
ACNUR	Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados
ACP	Ação civil pública
AEDAS	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social
AFE	Auxílio Financeiro Emergencial
AGERH	Agência Estadual de Recursos Hídricos
AHOBERO	Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
APP	Áreas de proteção permanente
ATER	Assistência técnica rural
ATI	Assessoria técnica independente
Avabrum	Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão Brumadinho
AWS	<i>Amazon Web Service</i>
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CABF	Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão
CAF	Companhia Agrícola Floresta de Santa Bárbara
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CG	Comitê Gestor
CIF	Comitê Interfederativo
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CODEMIG	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
COMPAT	Conselho Municipal do Patrimônio Cultural
Conar	Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CT	Câmaras técnicas
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce (Antigo nome da atual Vale)
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPMG	Defensoria Pública de Minas Gerais
EIA	Estudos de Impacto Ambiental

FBDS	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GB	Grupos de Base
GCPPDES	Grupo de Coordenação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável
GEPSA	Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da Universidade de Ouro Preto
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GT	Grupo de trabalho
H&P	Herkenhoff & Prates
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEM	Indústria extrativista mineral
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INDI	Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento pela soberania popular na mineração
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMSD	<i>Mining, Minerals and Sustainable Development</i>
MP	Ministério Público

MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público federal
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
MPRI	Marco de Reassentamento Involuntário
MPT	Ministério Público do Trabalho
NPGAU	Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PLCI	Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados
PoEMAS	Grupo de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PNUMA	Programa da ONU para o Meio Ambiente
PPG-ACPS	Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
PPRCG	Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira
SECIR	Secretaria de Cidades e de Integração Regional
SEMAD	Secretaria de Estado e de Meio ambiente
SEPÇ	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SME	Sociedade Mineira de Engenheiros
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
SUPPRI	Superintendência de Projetos Prioritários
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TAC-Gov	TAC Governança
TAP	Termo de Ajustamento Preliminar
TdR-Doce	Termo de Referência da bacia hidrográfica do rio Doce
TRF6	Tribunal Regional Federal da 6ª Região
TTAC	Termo de Transação de Ajustamento de Conduta
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZAS	Zonas de Autossalvamento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percurso dos rejeitos após o rompimento de Fundão em 2015	19
Figura 2 – Unidades de conservação próximas ao trajeto dos rejeitos	22
Figura 3 – Localização das terras indígenas próximas ao trajeto dos rejeitos	23
Figura 4 – Bento Rodrigues antes do rompimento	25
Figura 5 – Bento Rodrigues após o rompimento	26
Figura 6 – Bento Rodrigues após a construção do dique S4	26
Figura 7 – Análise temporal de trabalhos publicados sobre a bacia do rio Doce	27
Figura 8 – Sistema de governança previsto no TTAC (março de 2016).....	43
Figura 9 – Sistema de governança previsto no TAC-Gov (agosto de 2018)	44
Figura 10 – Gráfico comparativo de representações envolvidas na governança das ações de reparação.....	45
Figura 11 – Gráfico com os valores previstos e realizados para o reassentamento .	50
Figura 12 – Rancho na região da serra do Caraça	54
Figura 13 – Catas Altas.....	55
Figura 14 – Antiga escola de Bento Rodrigues (à esquerda).....	57
Figura 15 – Residências às margens da Rua São Bento, principal via de Bento Rodrigues.....	58
Figura 16 – Praça São Bento, em Bento Rodrigues.....	58
Figura 17 – Residências às margens da Rua São Bento, principal via de Bento Rodrigues.....	59
Figura 18 – Gráfico de pessoas deslocadas compulsoriamente no mundo	62
Figura 19 – Diagrama de paisagem como tríade	85
Figura 20 – Captura de tela da tabela de análise de conteúdo	93
Figura 21 – Mosaico de imagens sobre Bento Rodrigues encontradas nas buscas do Google.....	114
Figura 22 – Imagem do projeto do "Memorial Brumadinho" - Circulação que dá acesso ao mirante	116
Figura 23 – Imagem do projeto do “Memorial Brumadinho” - Monumento que “chora”	118
Figura 24 – Proposta vencedora do segundo memorial às vítimas de Brumadinho	119
Figura 25 – Cava de mineração na Serra do Curral, Belo Horizonte	126
Figura 26 – Cava de mineração na Serra do Curral, Belo Horizonte	126

Figura 27 – Vale contíguo à cava de mineração na Serra do Curral, Belo Horizonte	127
Figura 28 – Luana Vitra, Desejo-Ruína - Latas enferrujadas, 2001-2020	130
Figura 29 – Mina na cidade de Berezniki na Rússia	130
Figura 30 – Memorial Minas Vale, antiga Secretaria de Estado e de Fazenda na Praça da Liberdade em Belo Horizonte	136
Figura 31 – Barreira visual ao redor da Mina do Morro do Ouro, operada pela multinacional Kinross Gold, em Paracatu-MG.....	138
Figura 32 – Barreira visual ao redor da Mina do Morro do Ouro, operada pela multinacional Kinross Gold, em Paracatu-MG.....	139
Figura 33 – Frame do filme <i>A despedida</i> (1983), de Larisa Shepitko e Elem Klimov	142
Figura 34 – Sonho infantil de água com história de gambá, por Old Mick Tiakamarra, 1973	145
Figura 35 – Imagem aérea do território de Mintabie, na Austrália - A coloração do solo adquirida pela extração de opalas.....	146
Figura 36 – Pergolado pré-moldado, apropriações previstas e imaginadas.....	160
Figura 37 – Procissão em Bento Rodrigues em homenagem à Nossa Senhora das Mercês	163
Figura 38 – Proposta de <i>Master Plan</i> apresentada em janeiro de 2017	176
Figura 39 – Maquete do primeiro projeto base utilizada nas oficinas.....	178
Figura 40 – Maquete do segundo projeto base utilizada nas oficinas.....	178
Figura 41 – Comparação entre as ocupações de Bento em 1966 (à esquerda) e 1986 (à direita)	183
Figura 42 – Vista da Capela das Mercês para quem chega pela estrada de Santa Rita Durão	184
Figura 43 – Diagramas gerais de ocupação.....	186
Figura 44 – Modelo de ocupação em declive com lotes no sentido perpendicular às curvas de nível	186
Figura 45 – Projeto urbano do reassentamento de Bento Rodrigues.....	187
Figura 46 – Mapa síntese do estudo elaborado sobre o reassentamento de Bento Rodrigues.....	189
Figura 47 – Intervenção para contenção de encostas na parte mais alta do reassentamento.....	191

Figura 48 – Estudo apresentado pela Samarco durante o processo de escolha do terreno.....	193
Figura 49 – Parâmetros de declividade utilizados pela Samarco.....	196
Figura 50 – Parâmetros de declividade segundo Biasi	198
Figura 51 – Parâmetros de declividade segundo Ross	199
Figura 52 – Porcentagem da área de acordo com a adequação de cada um dos parâmetros	200
Figura 53 – Alteração de declividades em várias etapas da construção.....	202
Figura 54 – Diagrama de alteração do padrão de ocupação multifamiliar horizontal para unifamiliar horizontal	204
Figura 55 – Reassentamento de Bento Rodrigues - “O foco é a construção das casas”	208
Figura 56 – Diagrama com as etapas de projeto das casas	213
Figura 57 – Exemplo de aplicação da metodologia para elaboração de planta durante o lembrar	217
Figura 58 – Blocos para definição do programa e da organização entre os cômodos.....	221
Figura 59 – Exemplo de projeto conceitual, planta 1º pavimento.....	226
Figura 60 – Exemplo de projeto conceitual, planta 2º pavimento.....	226
Figura 61 – Exemplo de projeto conceitual, perspectivas	227
Figura 62 – Paisagem murada de Bento Rodrigues.....	238

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trecho do TTAC Fundação.....	68
Quadro 2 – Projetos e objetivos do PG008	69
Quadro 3 – Modalidades de reassentamento	70
Quadro 4 – Categorias para levantamento de reportagens no <i>Jornal A Sirene</i>	91
Quadro 5 – Critérios de escolha dos terrenos	174
Quadro 6 – Parâmetros para definição da área das edificações.....	219

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modalidades de atendimento escolhidas pelas famílias.....	70
Tabela 2 – Parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo.....	169
Tabela 3 – Despesas gerais relacionadas ao processo de compensação e reparação.....	173
Tabela 4 – Totalização de áreas do reassentamento de Bento Rodrigues	182
Tabela 5 – Síntese de restrições da gleba da Lavoura	190

SUMÁRIO

PARTE I	17
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 O desastre-crime: mais um relato.....	18
1.2 Localizando a pesquisa	29
1.3 O TTAC e a Fundação Renova	36
1.4 Bento Rodrigues e o reassentamento	51
1.4.1 Bento antes	51
1.4.2 Bento depois.....	59
1.4.2.1 Sentidos do reassentamento	59
1.4.2.2 O terreno da Lavoura.....	65
1.4.2.3 O direito à moradia e o TTAC.....	67
1.4.2.4 Diretrizes para o reassentamento.....	73
2 COSTURANDO ANÁLISES POR MEIO DAS PAISAGENS MINERÁRIAS	75
2.1 O campo dos conflitos, o pensamento praxiológico e a questão escalar	75
2.2 A paisagem como categoria articuladora em Bento Rodrigues	83
2.2.1 Paisagem em suas três dimensões.....	84
2.3 Dados de pesquisa	87
2.4 Objetivos.....	94
3 O REASSENTAMENTO COMO DISPUTA DA PAISAGEM	97
3.1 Captura dos sentidos e a criação de uma paisagem mineradora	97
3.1.1 O desenvolvimento sustentável.....	100
3.1.2 O mundo <i>cantera</i> e a ambientalização da mineração.....	102
3.1.3 Bento Rodrigues e o reassentamento como estratégia de controle social	105
PARTE II	109
4 A PAISAGEM DAS MINERADORAS	110
4.1 Paisagens da memória como forma de diluição do político.....	110
4.2 Tecnologias da imagem: encobrindo os indícios da produção	124
5 A PAISAGEM DOS ATINGIDOS	141
5.1 Narrativas e o lugar das coisas como restituição das identidades	141
5.2 Contra-usos e as paisagens moventes.....	155
5.2.1 O lugar.....	155

5.2.2	Os contra-usos de Bento	159
6	A PAISAGEM PROJETADA	166
6.1	Institucionalização da paisagem	166
6.2	O projeto urbanístico da Lavoura	171
6.3	O projeto de Bento Rodrigues, uma disputa	173
6.4	O projeto aprovado e o antigo Bento, uma breve comparação	181
6.5	O dossiê do reassentamento	188
6.6	A abstração como forma de controle – a carta clinográfica	192
6.7	O projeto das casas	207
6.8	Metodologia de projetos aplicada	211
6.8.1	Etapa 1 – encontro geral	213
6.8.2	Etapa 2 – lembrar	215
6.8.3	Etapa 3 – criar	219
6.8.4	Etapa 4 – ajustar	223
6.8.5	Etapa 5 – feirão	227
6.9	O projeto, um problema de padronização?	228
6.10	E, por fim, a paisagem construída em sua multiplicidade	233
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
	REFERÊNCIAS	247
	ANEXOS	273

PARTE I

1 INTRODUÇÃO

1.1 O desastre-crime: mais um relato

Não perdemos somente nossas casas, o que arrancaram de nós foi a nossa história, nossas memórias, as fotografias, as conversas nas praças, as igrejas, a alegria das festas, as cachoeiras, nosso trabalho. Arrancaram as relações que tínhamos com as pessoas, com a criação de animais, com as nossas hortas, pés de fruta, os peixes, o rio... uma lista sem fim. Não queremos chorar, queremos nosso direito de decidir sobre os rumos das nossas vidas. Reconstruir nossa comunidade não é somente a construção física das ruas e calçadas. Esse é o começo para que possamos voltar a sonhar e levar nossas vidas adiante, mesmo sabendo que essas novas vilas não vão trazer de volta os valores que o lugar destruído pela lama tinha para gente. E quando começamos a pensar em como será daqui para frente, mais uma lista sem fim aparece. Uma série de dúvidas ainda sem respostas (Muniz *et al.*, 2016, p. 7).

Em 2015, no dia 05 de novembro, por volta de 15h45min, a barragem de Fundão, localizada no município de Mariana-MG, e operada pela Samarco¹, se rompeu, despejando violentamente mais de 40 milhões de metros cúbicos de lama e matando diretamente² 19 pessoas. Desse número, 14 vítimas eram trabalhadores que se localizavam no complexo da mina de Germano naquele momento. Doze eram terceirizados, um era um prestador de serviços de uma empresa paulista que fornecia produtos químicos à Samarco e apenas um era empregado direto da mineradora: Edmirson José Pessoa, o único dos 19 corpos jamais recuperados pelas equipes de buscas (G1 Minas, 2020). A força do rejeito foi de tal magnitude que alguns dos corpos das vítimas foram encontrados a quase 100 km de distância dos lugares de onde foram inicialmente carregados (Serra, 2018).

Durante seu trajeto (Figura 1), a pluma de rejeitos³ — composta por uma mistura rica em ferro, água, areia e entulho — se chocou com uma segunda barragem,

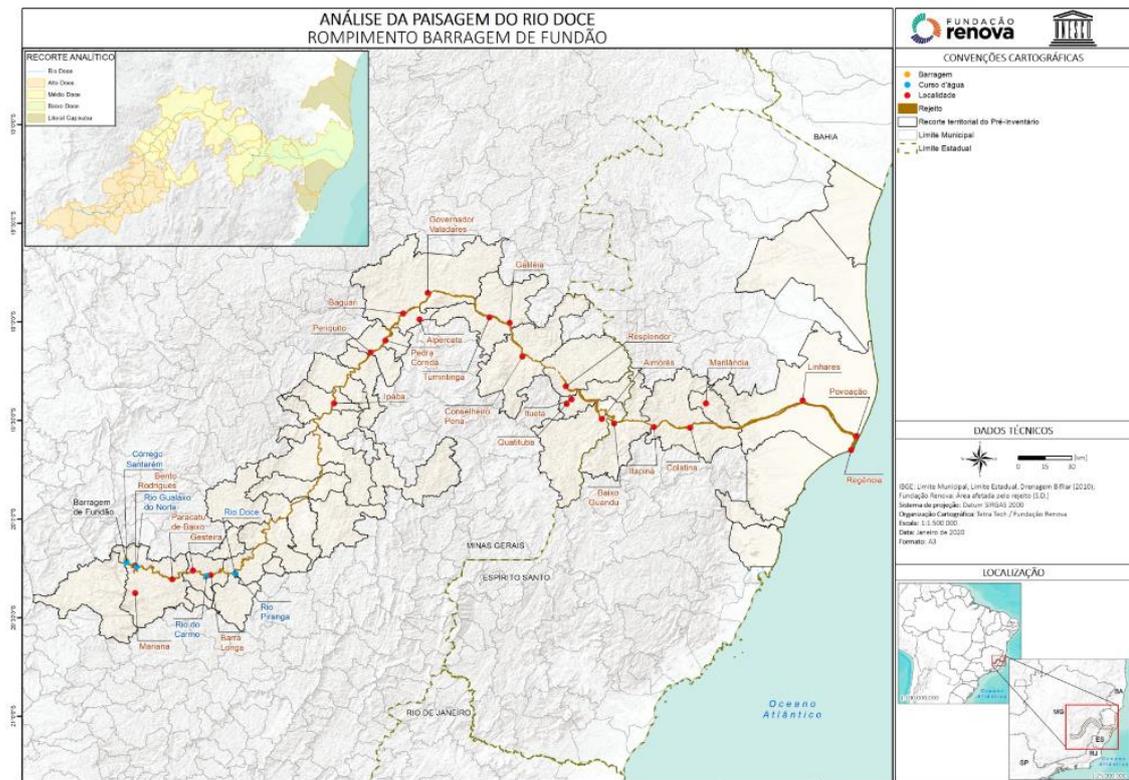
¹ A Samarco é uma *non operated joint venture* controlada pela empresa brasileira VALE e pela anglo-australiana BHP Billiton. Apesar de ambas possuírem controle sobre 50% das ações da empresa brasileira, essa configuração significa que a responsabilização jurídica e operacional da Samarco recai exclusivamente sobre a VALE, de modo a proteger a estrangeira BHP.

² O uso do termo se refere à impossibilidade, nesse caso, de se aferir a quantidade exata de vidas humanas perdidas. Uma vez que, mesmo que tenham sobrevivido à onda de rejeitos do dia 05, os atingidos apresentaram uma piora em seus quadros de saúde física e mental, resultando no encurtamento de suas vidas, especialmente devido às consequências que se seguiram ao desastre-crime.

³ A preferência pela utilização do termo “rejeito”, no lugar da palavra lama, se dá em função da carga simbólica contida na expressão. Ao reforçar o aspecto contaminante do material que se despreendeu com o rompimento, a natureza sociotécnica do desastre fica ainda mais evidente. Além disso, durante o processo de se reconhecerem como atingidos, as comunidades alcançadas pelos rejeitos foram

a de Santarém, que armazenava cerca de 5 milhões de metros cúbicos de água (Fongaro *et al.*, 2019). Apesar de resistir ao impacto sem se romper, a massa desgarrada de Fundão se misturou à água, transbordou e continuou seu caminho, ganhando volume e força à medida em que ia incorporando mais material à avalanche que se formava.

Figura 1 – Percurso dos rejeitos após o rompimento de Fundão em 2015



Fonte: Fundação Renova (2020).

A partir disso, o rejeito se transformou em uma montanha amorfa de detritos, uma avalanche sem forma, que através do córrego de Santarém, formado pelos rios Gualaxo do Norte e Piranga, alcançou o rio Doce, projetando-se enfim sobre o oceano Atlântico. Essa viagem inicial, que durou 10 dias, impactou diretamente 663,2 km de corpos hídricos que separam Fundão e o município de Regência, no Espírito Santo, e não terminou com a chegada da lama ao estuário do rio. De lá, o rejeito alcançou as correntes marítimas, espalhando-se em direção aos mares do sul da Bahia (Brasil, 2015).

construindo um vocabulário mais apropriado para as lutas travadas no território, também utilizado em sua dimensão discursiva.

O desastre-crime do Fundão, como veremos nos próximos capítulos, é uma tragédia com impactos de curto, médio e longo prazos que se desdobra no tempo e se reafirma em cada conflito ocorrido sobre o território. Mas, para além da continuidade atribuída ao processo de reparação, nem mesmo o próprio rompimento pode ser considerado como um evento pontual. Uma vez que, além dos 13 milhões de metros cúbicos ainda retidos em Fundão, a lama depositada sob os cursos d'água ainda continua dando sinais de sua presença. Não só devido ao assoreamento, que altera as dinâmicas hídricas e modifica o regime de inundações da bacia, mas em decorrência de cada chuva forte ou obra de infraestrutura, o leito dos rios atingidos se revolve, fazendo com que se desprendam de suas calhas as partículas resultantes daquele cinco de novembro. Assim, revela-se uma espécie de *continuum*, causado pela lama, que, de uma forma ou de outra, nunca cessou de correr (Orlando *et al.*, 2020).

Poucos minutos após o rompimento, a massa de lama se chocou contra o povoado de Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, pertencente ao município de Mariana e localizado a apenas 6 km de Fundão. Dez minutos foram suficientes para que o rejeito devastasse o povoado, onde 5 pessoas morreram e pelo menos 200 casas foram destruídas. Nenhum protocolo de emergência foi acionado pelas empresas durante os momentos cruciais que se seguiram ao rompimento e, no caso de Bento Rodrigues, foi o alerta dos próprios moradores que evitou uma tragédia ainda maior, já que mais de 400 pessoas estavam em suas casas naquela tarde (Serra, 2018).

Nos dias que se seguiram, e após serem acomodados em um ginásio esportivo na sede do município de Mariana, alguns atingidos de Bento tentaram voltar ao território coberto de rejeitos na esperança de encontrar bens pessoais ou animais que pudessem ter sobrevivido à passagem da lama (Passos, 2022). Mas sob a justificativa de garantir a segurança da população diante do possível rompimento de uma outra barragem, a de Germano, representantes da Samarco impediram o acesso ao território. Em função disso, as residências que não haviam sido destruídas, por estarem implantadas em cotas mais elevadas do terreno, foram saqueadas. Muitos móveis, objetos de uso pessoal, telhas, esquadrias e portas foram levados antes que os moradores, ainda enlutados, pudessem sequer pensar no que fazer sobre o distrito arruinado: “Tanque, pia, móvel, levaram tudo. Gente da região. Eles [das empresas]

deixaram levar porque pensaram: ‘Ah, acabou isso aí, nós vamos tomar isso pra gente’” (informação verbal).⁴

Esse evento, inaugura o que viria a ser uma das questões mais sensíveis para os atingidos durante os anos de reparação: a possibilidade de controlar seu próprio território de origem e de decidir os rumos do que já se configurava como um povoado em ruínas. Naquele momento, eles tiveram contato com uma pequena amostra das práticas que seriam adotadas pelas mineradoras, revelando assim o tamanho do poder antagônico sobre o controle territorial.

A falha em garantir a segurança do local, evitando o furto e a sua depredação, também se configurou como um indicativo do que seria a gestão dos territórios sob o controle intensivo das mineradoras. É bom lembrar que a paisagem em ruínas de Bento não é apenas o resultado da destruição física causada pela passagem da lama. O desolamento do povoado é visível tanto pela tonalidade ocre impressa nas paredes que marcam a altura alcançada pelo rejeito quanto pela depredação de uma dezena de outras residências, que indicam a verdadeira natureza da paisagem arruinada, produzida não só pelo marco do rompimento, mas por um sistema continuado e persistente de governança da indústria extrativista mineral (IEM)⁵.

Após a passagem por Bento, o rejeito continuou o seu caminho atingindo vários subdistritos de Mariana, como Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras e Campinas. Da barragem à foz do rio Doce, 48 municípios e centenas de comunidades foram atingidos nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Além dos distritos compulsoriamente realocados em função do desastre-crime, uma outra centena de comunidades também foi impactada em seus modos de reprodução de vida. O limite dos danos causados pelo rompimento da barragem é impreciso⁶, mas estima-se que pelo menos 3,5 milhões de habitantes residentes ao longo da bacia do rio Doce tenham sido diretamente impactados pelo desastre-crime (Fundação Getúlio Vargas, 2020).

Os números coletados após o rompimento não dão conta de explicar a tragédia, mas servem para que se tenha uma dimensão do que foi um dos maiores, senão o

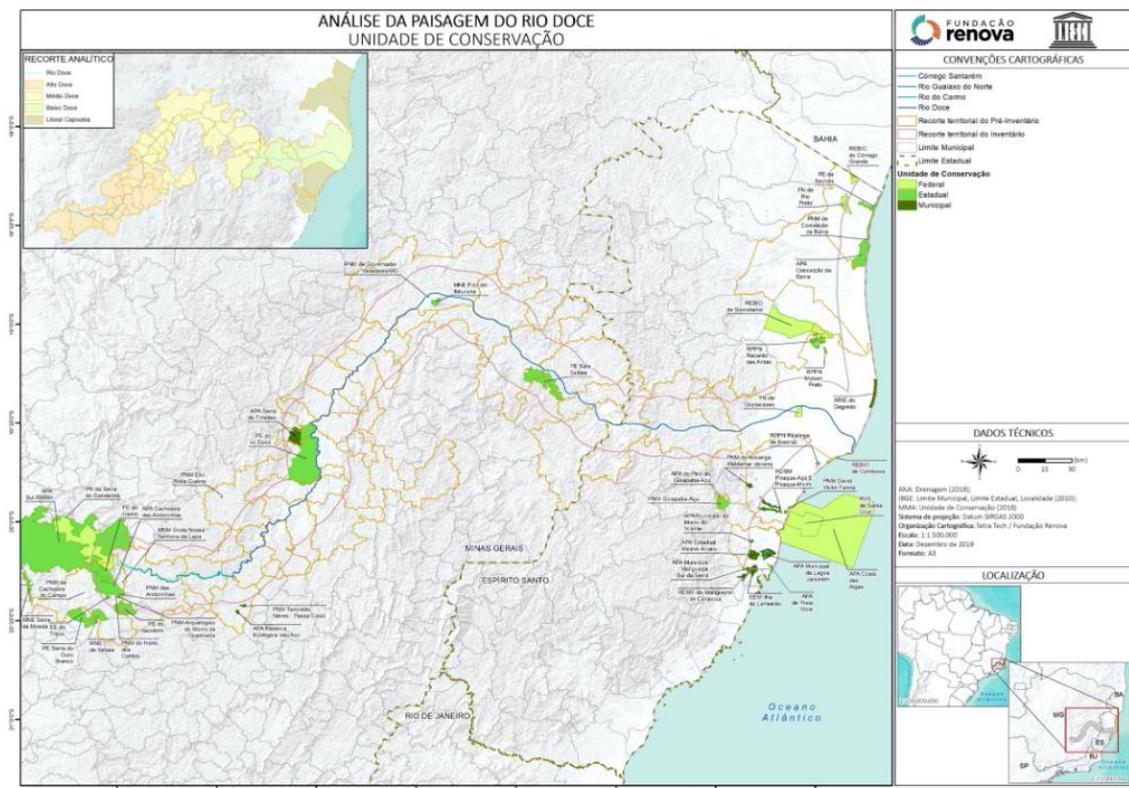
⁴ Trecho de entrevista realizada por Passos (2022, p. 140).

⁵ Deste momento em diante, a expressão será substituída pela abreviatura IEM.

⁶ A discussão em torno de uma matriz de danos é um dos pontos mais sensíveis do processo de reparação. Às críticas em relação ao levantamento de dados e à elaboração da matriz apresentada pelas empresas pode ser vista em um estudo apresentado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA, 2016).

maior, desastre socioambiental do país. Além das 19 vidas humanas, estima-se que milhares de animais domésticos e silvestres tenham morrido, 1.200 pessoas tenham ficado desabrigadas e 1.469 hectares de matas nativas tenham sido destruídos. Destes, vários se encontravam em áreas de proteção permanente (APP) e em Unidades de Conservação, como o Parque Estadual do Rio Doce, o Parque Estadual Sete Salões, a Floresta Nacional Goytacazes e o Corredor da Biodiversidade Sete Salões-Aymoré (Mansur *et al.*, 2016) (Figuras 2 e 3⁷).

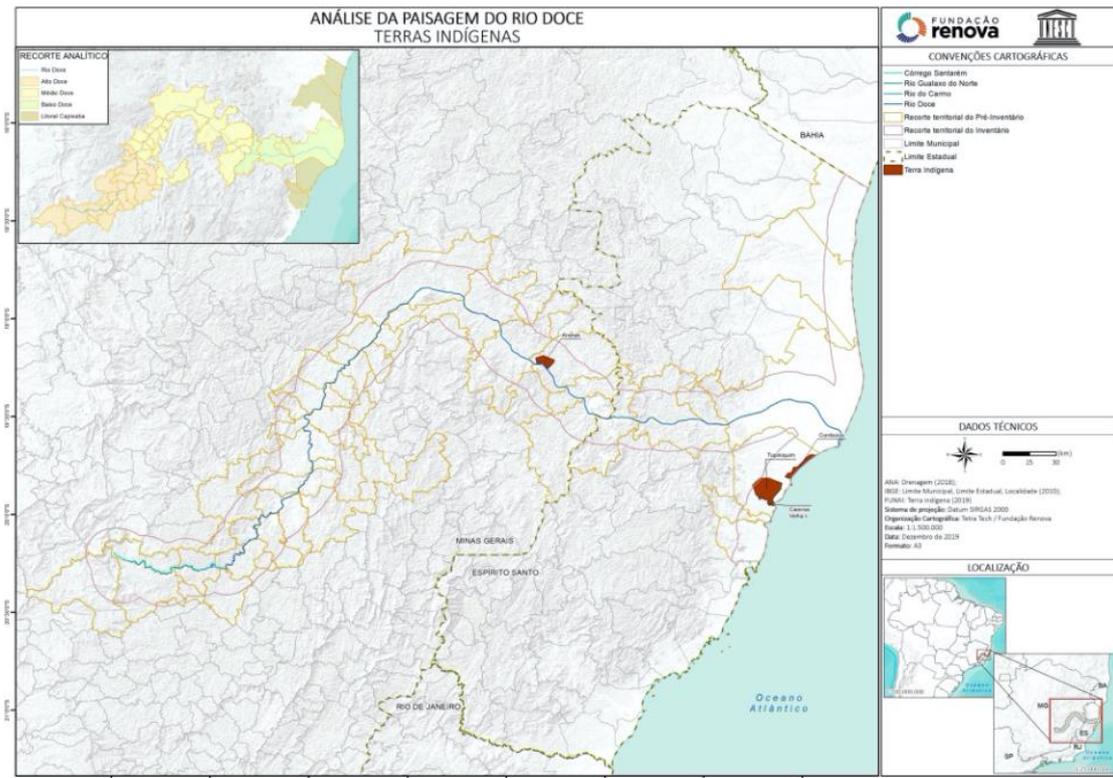
Figura 2 – Unidades de conservação próximas ao trajeto dos rejeitos



Fonte: Fundação Renova (2020).

⁷ A utilização de mapas bem detalhados pela Fundação Renova é, como veremos, parte importante dos mecanismos de linguagem e poder. Se por um lado, a especificidade de certos dados é utilizada como forma de excluir populações e visões não mapeadas, as lacunas contidas principalmente em torno do mapeamento de aspectos menos tangíveis da tragédia, constitui da mesma forma, um mecanismo de alienação territorial.

Figura 3 – Localização das terras indígenas próximas ao trajeto dos rejeitos



Fonte: Fundação Renova (2020).

Uma das características desencadeadas pelos processos descritos acima, foi a judicialização da vida das comunidades atingidas. O rompimento deflagrou uma série de processos judiciais e extrajudiciais, acionados sobretudo pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Ainda em 2015, o MPMG entrou com representações que, naquele momento, se configuravam como medidas emergenciais, mas que se transformaram em soluções permanentes para a garantia de alguns dos direitos violados, dado o prolongamento da situação de crise. Dentre os direitos assegurados pela ação civil pública (ACP) protocolada em 10 de dezembro de 2015, estão: o pagamento de remuneração mensal às famílias que tiveram sua renda comprometida no valor de 1 salário mínimo, mais 25% do valor de um salário por dependente pagos por meio de cartão específico; o aluguel de imóvel pago pela empresa até a conclusão dos reassentamentos e a antecipação de indenização no valor de vinte mil reais para proprietários de imóvel de uso habitual (Minas Gerais, 2017).

Além das comunidades que tiveram suas casas e bens materiais carregados pelo rejeito, o rompimento também trouxe sofrimento para vários grupos ao longo da bacia do rio Doce. Comunidades de pescadores, lavadeiras, garimpeiros, balseiros,

areeiros, além de indígenas e quilombolas, tiveram e continuam tendo suas atividades de sustento prejudicadas (Fundação Getúlio Vargas, 2020)⁸. As características das comunidades atingidas revelam, ainda, um forte componente racista do desastre (Wanderley, 2015).

Segundo dados do IBGE (2012), dos 500 moradores de Bento Rodrigues, 340 (68%) se consideravam pardos e 81 (16,2%) se consideravam pretos, totalizando 84,2% da população, média superior ao distrito de Santa Rita Durão (79,8%), onde o povoado de Bento está localizado. Um perfil semelhante foi identificado nas demais comunidades próximas à barragem. Essa composição demográfica corrobora com outros estudos de caso sobre desastres, que dão indícios de que a composição étnico-racial é um elemento fundamental para a instalação de grandes estruturas poluidoras. A falta de alertas sonoros e o descaso relatado pelos atingidos, durante os momentos de emergência que se seguiram ao rompimento, também revelam uma lógica descrita pela literatura como racismo ambiental.

Essa compreensão vai ao encontro das práticas que definem a atuação das empresas diante daquilo que é entendido como risco social corporativo. É comum que corporações da IEM, assim como outros setores de grande impacto, contratem empresas de consultoria para realizar sondagens dos territórios onde há interesse na abertura de novas operações. Além de subsidiar a elaboração dos estudos de impacto ambiental (EIA), esses levantamentos, e o que se entende no mundo corporativo como “risco social”, oferecem bases para o cálculo dos custos sociais de implantação e de operação dos negócios (Pinto, 2013). Nesse sentido, os grupos historicamente subalternizados, os quais detêm menos poder de mobilização, são aqueles que representam um “custo menor” e em volta dos quais tem se instalado os empreendimentos de maior impacto.

Muitas vezes, o termo custo não é uma mera força de expressão, como fica claro na elaboração do “custo indígena”, descrito no artigo do consultor Cláudio Fernandez:

Em média, um índio custa para a CVRD cerca de R\$ 9 mil por ano, ou 2,2 salários mínimos por mês” [...] mais grave do que o custo indígena é o recusto indígena. Para muitas empresas, doar recursos e promover projetos

⁸ Essas categorias foram elencadas pela Fundação Getúlio Vargas (2020) no estudo que resultou em uma matriz de danos adotada pelo Ministério Público (MP). A aceitação desse estudo não foi unânime, pois alguns atingidos e grupos de pesquisa ligados às universidades questionaram o caráter tecnocrata do documento apresentado e pleitearam a realização de um novo estudo, mais amplo.

sociais deixou de ser solução para se tornar o início de um novo problema. [...] É como se o mesmo cheque fosse sacado duas vezes. E o valor da segunda retirada é intangível; vem sob a forma de risco jurisdicional, ameaças de descumprimento de acordos comerciais e ferimentos à imagem institucional das corporações (Fernandez, 2009 *apud* Pinto, 2013, p. 312).

Além do rompimento, os habitantes de Bento Rodrigues tiveram que lidar com mais dois momentos de angústia em relação aos terrenos varridos pelos rejeitos. Primeiro em 2016, com a construção do dique S4, que alagou parte do povoado, e depois em 2019, com a possibilidade de desapropriação dos terrenos para a transformação do povoado em um museu-território.

Muito criticada à época por diversos setores da sociedade, a construção do dique foi autorizada por meio de decreto, assinado no dia 21 de setembro, pelo então governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel. No entanto, após 3 anos, a estrutura foi desativada. Justificada pelas mineradoras como uma forma emergencial de contenção dos rejeitos que continuavam escoando da barragem destruída, ela foi responsável pelo alagamento da parte sul do povoado atingido. Na ocasião em que se discutia essa possibilidade, o MPMG tentou, sem sucesso, mover uma ação contra a Samarco, para que fossem realizados estudos que indicassem a real necessidade da construção do dique. Passados quase 7 anos, o dique continua em pé, impossibilitando o acesso da comunidade a parte dos terrenos (Santos, 2019) (Figuras 4, 5 e 6).

Figura 4 – Bento Rodrigues antes do rompimento



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Google Earth (2014).

Figura 5 – Bento Rodrigues após o rompimento



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Google Earth (2016).

Figura 6 – Bento Rodrigues após a construção do dique S4

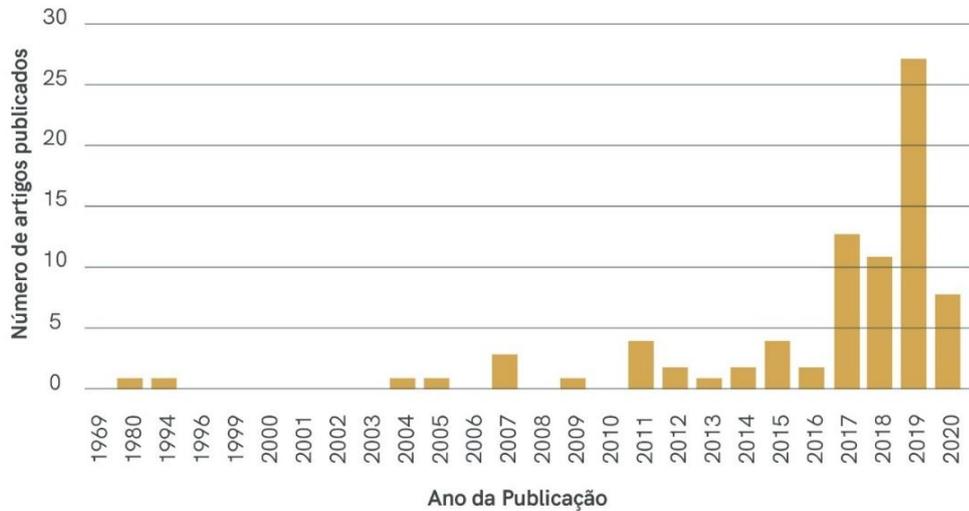


Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Google Earth (2022).

Para além da relevância adquirida, muitas vezes, por meio da exploração indiscriminada do espetáculo da tragédia, a região da bacia do rio Doce também passou a ser o foco do olhar de uma série de grupos de pesquisa e estudiosos das mais diversas áreas, como saúde, geologia, meio ambiente, antropologia, etc. Como confirmam Facury *et al.* (2019) e Gomes *et al.* (2021), em estudos bibliométricos realizados respectivamente em 2019 e 2021, houve um exponencial e compreensível

aumento pelo interesse na bacia do rio Doce após o rompimento de 2015, atingindo um pico de publicações em 2019, seguido por uma tendência de queda no ano seguinte (Figura 7).

Figura 7 – Análise temporal de trabalhos publicados sobre a bacia do rio Doce



Fonte: elaboração própria, a partir de Gomes *et al.* (2021).

Facury *et al.* (2019) apontam para a origem, os campos de interesse e o recorte espacial dos trabalhos divulgados em revistas e repositórios científicos. Evidencia-se que, embora a maior porcentagem de publicações — assim como o presente trabalho — seja focada na região do alto rio Doce, poucos são os estudos realizados no campo da arquitetura. No entanto, não é possível medir esses dados com precisão, uma vez que parte significativa do material está localizada em área pouco definida de interdisciplinaridade. De toda forma, as disciplinas que mais concentram pesquisas sobre o rompimento de Fundão e as suas consequências são a comunicação, as ciências jurídicas e a geografia.

Diante desse contexto de profusão de trabalhos, por que ainda falar de Bento Rodrigues e do desastre-crime de Fundão 8 anos após o seu rompimento? O campo de estudos sobre a tragédia não estaria saturado? Observa-se que muito foi dito sobre o caminho percorrido pela lama de Germano a Regência e que muitos trabalhos, acadêmicos ou não, sobre o desastre-crime⁹ de Mariana foram realizados desde

⁹ Esse termo será usado com frequência para se referir aos desastres de Fundão e da Mina do Córrego do Feijão. Uma série de autores prefere essa forma geral ou alternativas mais específicas — como o desastre da Samarco/Vale/BHP, para o caso de Fundão, e o desastre da Vale, para o caso da Mina

então. Em uma grande parte deles (como é o caso desta dissertação), o caminho da lama foi retrçado, por uma série de motivos, entre os quais cabe destacar três.

Em primeiro lugar, as narrativas do rompimento, veiculadas em diversos canais, servem como um importante meio de sedimentar a história do que é hoje considerado o maior desastre-crime socioambiental do país. Trabalhos como o livro-reportagem de Cristina Serra (2018) e a dissertação de Paula Moreira Guimarães (2018) utilizam o caminho da lama como fio condutor de suas pesquisas, construindo uma cartografia abrangente e profunda das dimensões do desastre. A intensa atuação de grupos de pesquisa e extensão — como o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA), o Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da Universidade de Ouro Preto (GEPISA) e o Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) — também foi crucial para a consolidação de um sentido histórico da complexidade social envolvida no caso de Fundão.

Outros trabalhos realizados por pesquisadoras envolvidas diretamente nas lutas travadas no território ao longo dos anos, como Flora Passos (2022), conseguem desdobrar, a partir do território e por se situarem em uma escala mais restrita do que a da bacia, dimensões específicas acerca do tema. Esses trabalhos, e vários outros não citados aqui, servem como uma forma de dar um sentido diacrônico a uma memória dessa história de violência.

Em segundo lugar, e para que essa história possa ser sentida outras vezes por meio do ato sempre presente da leitura, a narrativa de rompimento pode servir como contextualização para leitores e pesquisadores interessados nas questões relativas às pesquisas socioespaciais, que, por algum motivo, não tenham tido a oportunidade do contato com os estudos aqui citados. A redundância entre um trabalho e outro, onde essa estiver presente, pode ser desculpada na medida em que cada um, apesar de possíveis semelhanças, carrega enfoques e pontos de vista distintos, sedimentando assim uma memória coletiva mais sólida. Com isso, viabiliza-se a formação de um panorama mais amplo sobre o que se desdobrou em novembro de 2015.

do Córrego do Feijão —, por entenderem que os termos assim aplicados atribuem responsabilidade às empresas e às suas controladoras. Por outro lado, o uso de expressões como o desastre de Mariana ou de Brumadinho será evitado, por possuírem uma forte carga estigmatizante e danosa às imagens das populações desses municípios.

Por último, acredito que a reescrita é uma forma pessoal de dar corpo à noção “original” da tragédia mediante o próprio ato de escrever. Vale destacar que os desdobramentos que se seguiram ao longo destes 8 anos — marcados pela luta ao direito de reparação e pelo constante atropelo imposto pelas empresas mineradoras —, tão persistentes e destrutivos quanto a própria lama, têm seu poder legitimado por meio da repetição do cotidiano de projetar uma sombra sobre o que de fato ocorreu. Diante disso, o exercício da memória, embutido no ato de escrever, dificulta a naturalização dessa violência institucional. Assim, narrar outra vez é uma forma de nos recolocar em contato com um sentido de vigília, útil não só para o movimento de pesquisa, mas também para a nossa posição diante de um mundo em que a questão socioambiental é cada vez mais premente.

O real é o acontecimento bruto, opaco, incompreensível, obscuro, incomparável. E o real torna-se realidade quando ele é falado, submetido a diferentes esclarecimentos, elaborado, tomado e retomado nas malhas da linguagem. Ele só se torna realidade muito tempo depois de ter acontecido. Novamente, então, o futuro do pretérito: o sentido do passado se dá a posteriori (Gros, 2023, p. 131).

1.2 Localizando a pesquisa

Uma das políticas de reparação iniciadas pela Fundação Renova, a qual é o principal objeto de interesse desse trabalho, é o reassentamento¹⁰ da comunidade atingida de Bento Rodrigues. Em um momento inicial, as empresas mineradoras lançaram a proposta de um loteamento com casas padronizadas, projetadas pelo escritório mineiro D'Ávila Arquitetura. Essa primeira tentativa de remediar o problema habitacional das comunidades que tiveram suas casas destruídas foi prontamente rechaçada pelos grupos atingidos, especialmente por não se adequarem aos modos de vida reivindicados pela população dos distritos (Cáritas Brasileira, 2017). Depois da recusa, os atingidos exigiram um outro sistema para a concepção do reassentamento, um que fosse individualizado e que permitisse às famílias a participação nas decisões de projeto de suas próprias residências.

¹⁰ O uso do termo reassentamento será utilizado no lugar de Nova Bento Rodrigues, embora essa segunda denominação seja utilizada informalmente por alguns agentes. A intenção é deixar sempre evidente, por meio da forma verbal, o caráter ainda inconcluso dessa modalidade de reparação, além de preservar a autonomia do território atingido enquanto local de análise específico.

Assim, a Renova iniciou um novo contrato com uma empresa de arquitetura terceirizada chamada J+T¹¹, na qual atuei como arquiteto durante o período de agosto de 2018 a novembro de 2019. Apesar da pouca clareza em relação ao escopo do contrato, o escritório foi responsável pela elaboração dos seguintes projetos: projetos conceituais (anteprojeto) e legal das casas de Bento Rodrigues e Paracatu de baixo, bem como alguns dos projetos dos bens de uso coletivo de Bento Rodrigues. As demais edificações, como equipamentos públicos de Paracatu e as casas das famílias que optaram pelo reassentamento familiar, foram desenvolvidos por outras empresas.

No momento em que ingressei na empresa, os planos urbanísticos das duas comunidades já haviam sido aprovados, o que significava que, daquele momento em diante, o trabalho se concentraria na elaboração dos projetos das residências e dos bens de uso coletivo, como: escola, posto de saúde e serviços, quadra poliesportiva, associação comunitária, campo de futebol e uma nova sede para a Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues (AHOBERO). A maior parte do escritório ficou responsável apenas pelo projeto das casas. Contudo, em determinado momento, uma pequena equipe, da qual eu fazia parte, também se dedicou a alguns dos projetos das edificações de uso público, tais como a escola, o posto de saúde e serviços, a quadra poliesportiva e a associação de moradores do reassentamento de Bento Rodrigues¹².

Como indica reportagem veiculada no final de 2019, e apesar dos projetos ainda estarem distantes de seu término, a empresa foi desligada e a maior parte dos arquitetos foi afastada de forma repentina. Novamente, isso ocorreu sem que os atingidos tivessem sido consultados sobre essa mudança. Os projetos que não haviam sido finalizados foram então retomados por outros profissionais, contratados pela Tractebel, empresa especializada em obras de infraestrutura (Gonçalves; Tavares; Militão, 2019).

Poucos meses antes dos quatro anos do rompimento da barragem, a Fundação Renova/Samarco, Vale e BHP Billiton comemorou a colocação do primeiro tijolo da primeira casa no reassentamento de Bento Rodrigues, em Lavoura. Hoje, uma das questões que afligem os(as) atingidos(as) é a

¹¹ A J+T foi um consórcio formado por duas empresas para a disputa do contrato de realização dos projetos de reassentamento. De um lado, o escritório paulista de arquitetura Julião Arquitetos, especializado em projetos corporativos, e do outro, a empresa mineira Tecservice, prestadora de serviços de engenharia e consultoria.

¹² Durante o período em questão, não foi possível avançar para versões mais detalhadas de alguns dos projetos, como a quadra poliesportiva, a associação comunitária e a sede do time de futebol. E, pelo andamento das obras, tudo indica que esses projetos, que estavam em sua etapa conceitual, parecem ter sido abandonados ou substituídos por outros.

demissão dos arquitetos responsáveis pelos projetos das casas. A comunidade atingida afirma que, segundo a Fundação, os vínculos com a empresa contratada J+T, não haviam sido desfeitos e ainda existia a possibilidade de renovação dos contratos. No entanto, a J+T ainda não recebeu retorno dos projetos, que estão com a Renova, e novos arquitetos estão sendo apresentados às famílias atingidas (Gonçalves; Tavares; Militão, 2019, p. 7).

Durante esses quinze meses de trabalho, e a partir de conversas com as famílias atingidas, desenvolvi alguns dos projetos das casas das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. A equipe de arquitetura, que ao final de 2019 contava com cerca de meia centena de arquitetas e arquitetos, foi sendo formada ao longo dos anos de 2018 e 2019, com a contratação¹³ em levadas de profissionais que se juntavam ao corpo de trabalho à medida em que os projetos iam se avolumando. Durante um curto espaço de tempo, é possível que a empresa, localizada às margens da Avenida João Ramos Filho, em Mariana, fosse um dos maiores escritórios de arquitetura de Minas Gerais, com setores divididos de acordo com o trabalho exercido por cada equipe.

A divisão espacial refletia a divisão de trabalho, que, além dos coordenadores de equipes, contava com consultores, um corpo técnico complementar de engenheiros, funcionários dedicados ao setor administrativo e duas principais equipes de projetos. A primeira, de arquitetas e arquitetos dedicados exclusivamente ao projeto conceitual (anteprojeto) das casas, e outra, responsável pelo desenvolvimento e correção de desenhos para a aprovação na prefeitura de Mariana. Uma terceira equipe, de menor porte, foi mobilizada para os projetos específicos de alguns bens públicos do reassentamento.

De certa forma, estar na posição ambígua, e muitas vezes suspeita, de ter prestado serviços a Fundação Renova e às famílias atingidas durante o mesmo período, possibilitou uma perspectiva única sobre o reassentamento. Ainda que a grande carga de tarefas e a intensa divisão social do trabalho imposta pela escala industrial do reassentamento tenha tornado o conhecimento geral sobre o processo

¹³ O regime de trabalho de parte dos arquitetos se deu de forma pouco transparente. Alguns profissionais não assinaram contratos de trabalho e se integraram à empresa por meio de uma modalidade de sociedade formada a partir de uma terceira firma, a RAM2. Após o desligamento da firma, no início de 2020, alguns ex-funcionários acionaram a Justiça do Trabalho contra a J+T e a Fundação Renova, pleiteando o reconhecimento de vínculo trabalhista não reconhecido pelas empresas. Mansur *et al.* (2016) também revelam que a política de terceirização integrou o leque de estratégias da Samarco para contornar a queda no preço dos minérios em 2013. Diante da rede criada para a desresponsabilização trabalhista das mineradoras, criou-se um cenário onde as relações de trabalho se deterioraram ainda mais.

um tanto fragmentado e nebuloso, participar da elaboração de projetos na condição de arquiteto viabilizou o acesso privilegiado a uma grande quantidade de agentes e suas práticas.

Foi a partir dessa experiência e das reflexões feitas durante o início da pandemia de Covid-19, em 2020, que surgiu a vontade de entender mais sobre as disputas em torno da produção desse novo espaço. Compreender que tipo de paisagem é possível nesse contexto e quais contradições ela desvela, a partir da longa sucessão de eventos que separam o dia do rompimento e a data presente, é um dos objetivos desta pesquisa de mestrado, cujas linhas gerais tento definir a partir desses parágrafos iniciais.

Sendo assim, é diante desse lugar que a presente pesquisa se localiza. Os diálogos sobre as paisagens mineradas, mais especificamente aquelas de Bento Rodrigues, são fundamentados tanto a partir da experiência prática no território como arquiteto contratado pela J+T/Renova, nos anos de 2018 e 2019, quanto da prática como pesquisador no âmbito do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU/UFMG), durante o período que vai do final do segundo semestre de 2021 ao segundo semestre de 2023.

Distante da urgência de pesquisas realizadas no calor do momento e por pessoas que, de formas diferentes, estiveram (e muitas ainda estão) ligadas diretamente às lutas realizadas no território, a pesquisa aqui apresentada se encontra em um terreno um pouco diferente. De forma geral, o presente trabalho opera a partir do diálogo estabelecido entre a presença direta no campo enquanto arquiteto e uma segunda camada, não mais a do território em si, mas daquilo que é dito e narrado sobre a paisagem. Como apontado por Milton Santos (1996), essa categoria, apesar da forte presença, é a contundente manifestação de um passado. Entretanto, essa dimensão secundária não é descarnada, visto que uma narrativa sobre um fenômeno de natureza espacial não pode estar além do mundo físico, sem um devido sentido histórico-material.

A análise do discurso e as leituras feitas sobre as paisagens múltiplas do reassentamento de Bento Rodrigues, que se seguirão nos próximos capítulos, pretendem resultar justamente dessa tensão dialética entre as práticas espaciais e as suas representações, tomadas sempre a partir de sua dimensão relacional e não divisível. Esse sentido é colocado por Fairclough (2001, p. 228), para quem os discursos podem ser vistos em chave dialética como “[...] representações de como as

coisas são e tem sido, bem como imaginários, compreendidos como representações de como as coisas seriam, deveriam ou poderiam ser” e materialidades produzidas por meio de encenações de práticas reais, incorporadas e postas em movimento por pessoas e/ou grupos com os quais o emissor possui interlocução.

A necessidade de evidenciar meu envolvimento durante parte do período que compreende o reassentamento, inclusive com o eventual uso da primeira pessoa do singular, se deve muito menos a um recurso estilístico do texto e mais à necessidade de reconhecer explicitamente minha dupla participação em relação aos fenômenos estudados. Primeiro, como arquiteto e técnico responsável pela elaboração de alguns dos projetos, e em um segundo momento, como pesquisador do mesmo campo de conflito¹⁴, que serviu de pano de fundo à essa produção pregressa.

Em um de seus artigos, Donna Haraway (1988) chama a atenção para a forma como o discurso acadêmico se reveste de uma objetividade ilusória. Para a autora, a objetividade de uma pesquisa só pode ser buscada a partir do reconhecimento do pesquisador em relação ao lugar que ele ocupa no mundo social. Esse movimento, revelado pelos dispositivos do texto, torna possível a responsabilização pela escrita, que pode assim recusar a noção de que o conhecimento é construído de forma direta e sem mediação entre a sua produção e o mundo “natural” que o formata. Sendo assim, a colocação de uma dimensão pessoal em evidência, reforça não só a impossibilidade de separação do pesquisador e do contexto no qual suas práticas e disposições foram forjadas, como também permite um certo desembaraço no tratamento dedicado aos fenômenos estudados. Logo, optar por essa forma mais transparente de escrita se alinha com o objetivo do texto em sua dimensão política e não há, de minha parte, o menor constrangimento em assumir uma postura pró-atingidos.

As empresas Vale e BHP Billiton, como duas das maiores gigantes do setor de extração mineral no mundo, são responsáveis pela gestão direta de milhões de hectares ao redor do planeta¹⁵ e possuem à sua disposição uma enorme quantidade

¹⁴ A palavra conflito aqui é acionada de forma pouco precisa, para remeter a uma condição mais geral dos embates travados no campo dos “conflitos socioambientais”. Contudo, sobre o caso do rompimento da Barragem de Fundão, não é possível falar em conflito, uma vez que o rompimento não se configura mais como uma disputa territorial de 2 ou mais grupos pelo mesmo espaço de reprodução social. Nesse caso, o que acontece pode ser melhor compreendido por meio da relação jurídica que há entre réus e vítimas, discussão que será mais aprofundada no capítulo 2.

¹⁵ Somente no Brasil, um grupo pequeno de apenas 10 mineradoras (lideradas pela Vale) possui mais de 24 milhões de hectares sobre seu controle direto (Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023).

de recursos que permitem o controle do território não só por meio das práticas realizadas diretamente no espaço, mas também em esferas mais amplas, de ordem jurídica e comunicacional. À vista disso, colocar à disposição das vítimas um pouco do meu tempo e dos recursos destinados à minha formação, me parece não somente o único caminho aceitável em direção a um possível (mas pouco provável) equilíbrio de poder, como é o mais coerente a se fazer, especialmente em relação ao papel do pesquisador diante do agravamento dos problemas socioambientais.

A pesquisa que aqui se apresenta se desdobrará em seis capítulos. Na primeira parte, será estabelecido o contexto social do rompimento, que servirá de base para as discussões que se darão na sequência. O que se espera, é que essa primeira seção sirva como uma espécie de mapeamento narrativo de um campo de significações, como proposto por Bosi (2003), a partir da análise das práticas espaciais de alguns dos agentes envolvidos no reassentamento de Bento Rodrigues e na sua condição inerentemente conflituosa.

Trilhando um percurso multiescalar e multidimensional, adotado por Valencio (2015) e adequado à natureza dos danos provocados pelo desastre, o texto partirá de uma escala macro e irá em direção aos aspectos locais que constituem as condições nas quais se realiza o reassentamento, que de fato, é o ponto de chegada da análise desta dissertação. Ao longo desse primeiro capítulo, também serão abordados, de forma crítica, alguns dos conceitos relevantes trabalhados pela literatura dos estudos socioambientais, em especial o da ecologia política associada às análises do setor minerário-extrativista. Como a pesquisa se desloca pelos polos manifestados nas dicotomias mineradoras/atingidos, dominadores/subalternizados e poder hegemônico/contra-hegemônico, esses conceitos serão, na medida do possível, abordados em suas variações semânticas e de acordo com as visões em disputa¹⁶. Ou melhor, para colocar em termos semelhantes aos de Porto-Gonçalves (2009), o que se pretende é elaborar um pensamento de paisagens dentro dessa constante “tensão de territorialidades”.

De forma complementar ao primeiro capítulo, a segunda seção tentará definir os fundamentos teóricos abordados nesta pesquisa. Serão discutidos, a partir da contribuição de alguns autores, as motivações por trás da escolha de um estudo de caso, o enquadramento e quais tipos de abordagem foram utilizadas para o trabalho

¹⁶ Algumas das disputas travadas em torno das distintas compreensões de algumas destas categorias são abordadas em mais profundidade por Zucarelli (2018).

que aqui se apresenta. Ao final do capítulo, serão traçados, em linhas gerais, os principais objetivos que se pretende alcançar.

O terceiro capítulo será dedicado a uma discussão mais detida sobre a paisagem, as suas dimensões e como essa categoria socioespacial — a mais central para os objetivos deste trabalho — pode se articular com as leituras realizadas sobre a produção dos espaços minerados, de uma forma geral e específica, como no caso do reassentamento de Bento Rodrigues. Sendo assim, o entendimento de que a paisagem não só é o resultado, mas também o meio pelo qual as dinâmicas de poder se revelam sobre o território, servirá como subsídio para as discussões desenvolvidas nos três capítulos finais.

Do quarto capítulo em diante, e ao longo de toda a segunda parte, as paisagens serão discutidas a partir de uma análise centrada na atuação de 3 grupos específicos: as mineradoras, os atingidos e os projetistas, por meio das práticas relacionadas, principalmente, aos projetos do reassentamento. Nos capítulos 4 e 5, focados respectivamente no papel das mineradoras e dos grupos atingidos enquanto agentes produtores de paisagens, propomos uma análise ampla e múltipla sobre as dimensões daquilo que compreendemos como paisagens minerárias. Menos focado nas áreas de destruição mais evidentes, como as cavas de mineração e as próprias ruínas de Bento, o trabalho procurou explorar parte das paisagens que se produzem ao redor da atividade produtiva extrativista, em sua forma menos visível e como elemento do conjunto de estratégias da IEM. Roberto Lobato Corrêa (1992), em sua classificação sobre as práticas espaciais mais comuns de grandes corporações, identifica essas estratégias como formas de “reprodução da região produtora”.

Nesse sentido, na primeira seção do capítulo 4, serão abordadas as paisagens da memória e como as empresas, associadas de forma mais ou menos direta ao Estado, trabalham para criar paisagens memorialísticas que atuam na diluição das tensões políticas em torno de temas sensíveis, como o rompimento. A segunda e última parte do capítulo, por sua vez, discutirá como as paisagens minerárias atuam para o encobrimento das atividades produtivas. A partir dessa segunda discussão, pretende-se compreender como as mineradoras atualizam as suas formas de controle não apenas acerca do ambiente diretamente minerado, mas também sobre as regiões externas às áreas sob a sua jurisdição, principalmente, a partir do acionamento de estratégias tributárias daquilo que optamos por chamar de tecnologias da imagem.

Se o capítulo 4 se desenvolve em torno da ideia de paisagens formadas por um sentido de heteronomia, marcadas sobretudo pela anulação dos agentes subalternos, o capítulo 5, ao contrário, se volta para as formas de produção da paisagem centradas nas práticas de autonomia. Uma vez que, conferir centralidade aos grupos atingidos, em sua atuação nos processos de reparação, nos permite vislumbrar formas de resistência no território, tanto em sua materialidade quanto em sua potência. Portanto, na primeira parte do capítulo 5, discutiremos a importância dos objetos da paisagem enquanto forma de reconstituição de uma identidade arrastada pelo rejeito. Na seção seguinte, utilizando o conceito de contra-usos abordado por Rogerio Proença Leite (2004), discutiremos a categoria dos lugares dentro do sistema de produção da paisagem do reassentamento e, em seguida, refletiremos acerca das direções que apontem para outras formas de apropriação do espaço.

Por fim, o capítulo 6, de teor mais descritivo e menos ensaístico que os demais, pretende examinar algumas das características dos projetos que deram forma ao reassentamento de Bento Rodrigues. A partir da história e das características gerais dos projetos, pretende-se estudar em que medida o desenho e a técnica, em suas dinâmicas com os demais agentes, concorrem para o surgimento de algumas das contradições que marcam a nova paisagem projetada de Bento.

1.3 O TTAC e a Fundação Renova

Em dois de março de 2016, foi realizada a assinatura do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) entre duas partes: de um lado, a União — representada pelo IBAMA, ICMBio, ANA, DNPM e FUNAI, em conjunto com os governos estaduais de Minas Gerais (IEF, IGAM e FEAM) e do Espírito Santo (IEMA, IDAF, AGERH) —, e do outro lado as empresas Samarco, Vale e a anglo-australiana BHP Billiton (Brasil, 2016).

O TTAC orientou grande parte do processo de reparação e se configura como um instrumento extrajudicial de tratamento de conflitos acionado por órgãos públicos com uma entidade violadora ou potencialmente violadora de direitos transindividuais (direito difuso, coletivo ou individual homogêneo), que tem como finalidade a adequação no agir da entidade violadora. Na área ambiental, o TTAC (que foi introduzido no direito brasileiro em 1990) passou a fazer parte do rol de instrumentos

jurídicos em 2001, por meio da Medida Provisória nº 2.163-41, de 23 de agosto (Viégas; Pinto; Garzon, 2014).

Esse dispositivo, que hoje é muito ligado aos conflitos e crimes ambientais¹⁷, geralmente é acionado sob a justificativa de sua suposta celeridade processual, adequada à urgência suscitada pelos desastres. Uma vez que, para alguns, a morosidade dos processos jurídicos dificulta uma pactuação e cria entraves para o andamento dos processos de reparação dos danos.

Chamado de forma pejorativa pelos atingidos de “acordão”, o termo foi amplamente criticado, principalmente por seu caráter pouco participativo, evidenciado pela não inclusão das vítimas e seus representantes durante a sua elaboração (Medeiros, 2016; Milanez; Pinto, 2016). Feito às pressas, antes que qualquer estudo de fôlego sobre a extensão dos danos pudesse ser feito, o termo é composto por 260 cláusulas que definem um modelo de gestão, reparação e compensação sobre o território atingido.

A principal consequência do termo foi a criação da Fundação Renova, em 30 de junho de 2016¹⁸. Em sua quinta cláusula, o acordo define: “A SAMARCO, a VALE e a BHP instituirão uma Fundação de Direito Privado, com autonomia em relação às instituidoras, com o objetivo de gerir e executar todas as medidas previstas nos PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS e SOCIOAMBIENTAIS” (Brasil, 2016, p. 12). Esta Fundação, que se apresenta como uma terceira parte (nem estatal e nem corporativa), seria responsável por mediar e coordenar todas as ações de recuperação, mitigação, compensação e indenizações associadas ao rompimento.

De acordo com Viégas, Pinto e Garzon (2014), o termo possui uma estrutura flexível proposta por uma legislatura que dá condições para que os órgãos legitimados arbitrem sobre os dois lados da questão. Ou seja, os proponentes possuem o poder de definir quais interesses e direitos são legítimos, dentro dos horizontes de aplicação do instrumento, e quais as exigências são as mais adequadas e *eficientes* para a

¹⁷ Apesar dessa tendência, os TTACs têm sido utilizados em outras áreas do Direito, como a trabalhista. Recentemente, o Ministério Público do Trabalho (MPT) realizou um acordo com vinícolas no Rio Grande do Sul acusadas de se beneficiarem da mão de obra de 207 pessoas, encontradas em situações análogas à escravidão. O acordo, contestado por amplos setores da sociedade, foi feito com as empresas Aurora, Garibaldi e Salton, definindo o pagamento de uma multa de 7 milhões de reais às famílias prejudicadas, além de 21 obrigações a serem cumpridas pelas empresas (Pontes, 2023).

¹⁸ Melendi e Lopo (2021) fazem uma pequena observação sobre a criação da Renova. Embora o TTAC tenha orientado a criação de “uma fundação”, não é 100% correto afirmar que a Renova tenha surgido diretamente do acordo. Uma vez que, a sua criação, mesmo diante da anulação do TTAC na Justiça, se deu a partir da materialização do estatuto social das próprias empresas.

devida reparação dos direitos violados. Essa conformação resulta em uma ampla variedade de aplicações do TTAC, que diante da imprecisão que lhe é constitutiva, se caracteriza por interpretações baseadas em filiações a correntes doutrinárias distintas ou em posições políticas assumidas diante de um conflito.

Assim, o TAC tende a representar a flexibilidade que se quer obter com um instrumento, de maneira a possibilitar formas alternativas às formas de tratamento de conflito consideradas mais rígidas e formais, como é o caso da Ação Civil Pública. Criado num contexto de reforma econômica, política e do sistema de justiça que caracteriza o Brasil dos anos 1990, o TAC reflete o espírito da crítica de certos empreendedores institucionais à época a todo tipo de burocracia, rigidez e formalismo, conferindo, desse modo, mediante as lacunas de “seu texto legislativo, a flexibilidade almejada para se tratar os conflitos” (Viégas; Pinto; Garzon, 2014, p. 130).

Diante disso, é possível dizer que o órgão legitimado não possui condições por si só de estabelecer os parâmetros de aplicação da lei. Portanto, as muitas interpretações da lei, dentre elas as que defendem a sua suposta *eficiência* em oposição à morosidade¹⁹ de uma ação civil pública, precisariam ser submetidas ao contexto social em que as violações foram realizadas. Uma vez que, termos que insidiosamente legitimam um caminho em detrimento de outro, a exemplo da palavra *eficiência* — muitas vezes tomada erroneamente como sinônimo de efetividade —, costumam atuar como símbolos construídos em torno de significantes flutuantes, que variam de acordo com o referencial de sua condição sócio-histórica.

Cappelletti e Garth (1988) advertem que a pressão sobre o sistema jurídico que decorre da sobrevalorização da celeridade e a busca por procedimentos menos onerosos, mesmo que justificados sobre a proteção dos direitos coletivos, possuem o risco de subverter os fundamentos próprios de um procedimento justo. Sendo assim, para que o TTAC tenha de fato alguma validade social, é preciso que a compreensão da natureza dos direitos violados e das medidas adotadas seja obtida à luz da realidade sociopolítica na qual a violação se deu. Isso só é possível a partir do alargamento dos canais de comunicação e de instâncias de deliberação democráticas que contemplem, especialmente, a participação das vítimas e dos grupos subalternizados.

¹⁹ Ao contrário das vantagens alardeadas pelos defensores da solução extrajudicial, Silva, Cayres e Souza (2019) apontam que, especificamente em relação aos programas de natureza socioeconômica, o complexo arranjo de atores e interesses envolvidos em decorrência do desenho definido pelo TTAC, vem contribuindo para a morosidade do processo de reparação.

Dentre as diversas críticas tecidas ao TTAC por Milanez e Pinto (2016), Melendi e Lopo (2021) e outros, podemos destacar as seguintes:

- a) Além da dimensão política já mencionada na forma como se dão as interpretações e aplicações da lei, os TTACs possuem a tendência de replicar uma lógica tecnocrática, muitas vezes comum aos meios de deliberação das questões ambientais. Com isso, gera-se a ideia equivocada de que os acordos podem prescindir da participação popular, por serem objetos que demandam um tratamento *técnico* e, portanto, mais adequados às operações feitas por especialistas contratados e à burocracia estatal;
- b) Dois problemas decorrem da organização proposta para os conselhos formados pelo acordo. Além de não haver representação direta dos grupos atingidos, há uma predominância de membros ligados ao Executivo, poder composto por indivíduos que, historicamente, têm recebido vultuosos aportes financeiros do setor minerário em suas campanhas. E, no caso do Governo Executivo, devido à forte pressão política, há uma tendência de se colocar o crescimento econômico como prioridade em detrimento da proteção ambiental²⁰;
- c) Ao estabelecer uma série de restrições para que as pessoas sejam reconhecidas como atingidas, o acordo transfere à Fundação Renova o direito de definir quem são as pessoas *impactadas*, assim como os parâmetros de definição da indenização e seus critérios de elegibilidade definidos pelo programa de negociação coordenada (cláusulas 21 e 34);

²⁰ Em 2016, poucos meses após o rompimento da barragem de Fundão, o governo Fernando Pimentel alterou significativamente a legislação ambiental por meio da Lei Estadual nº 21.972/2016, que, dentre outras disposições, criou a classe de “projetos prioritários”. Com isso, estes passaram a ser avaliados por uma estrutura complementar dentro da Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI). O Grupo de Coordenação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável (GCPPDES), responsável por essas avaliações, é uma mistura de setores ligados às políticas de desenvolvimento, economia e infraestrutura, e não ao setor ambiental, como se é esperado. Fazem parte deste grupo: a Secretaria da Fazenda, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI) (Milanez; Magno; Pinto, 2019).

- d) O acordo também exclui a participação do Estado enquanto entidade ativa interessada na reparação. A cláusula 10 diz que devem “[...] ser previstos mecanismos que assegurem uma negociação justa, rápida, simples e transparente, a qual poderá ser acompanhada pelo poder público” (Brasil, 2016, p. 27). Desse texto, de onde se prevê uma participação acessória do ente estatal, compreende-se que as negociações serão definidas pela própria Fundação. É justo dizer, nesse caso, que o próprio Estado se aliena de sua função na promoção de políticas sociais;
- e) Existe uma grande disparidade entre a qualidade dos programas socioambientais e os socioeconômicos propostos pelo termo. No primeiro caso, as metas e prazos possuem alguma definição, enquanto nos temas sociais, o plano de ações se mostra genérico e com poucas referências a prazos ou metas que permitam um monitoramento eficaz pela sociedade. Assim, é possível dizer que os programas socioeconômicos, compostos também pelos reassentamentos das comunidades de Bento e Paracatu de Baixo, são basicamente diretrizes flexíveis o suficiente para se adequar a qualquer modelo de governança que seja do interesse das empresas;
- f) Por outro lado, o TTAC também é criticado por sua rigidez e pelo fato de não contemplar a possibilidade de que no futuro sejam incorporadas outras questões, para além daquelas abarcadas pelos 42 programas que, vale dizer, foram definidos com base em diagnósticos bastante frágeis e apressados. Com isso, o acordo se torna uma fonte de dúvidas, onde os programas de reparação, cada qual a seu modo, ao invés de contribuírem para a superação ao menos parcial dos problemas, passam a acirrar um sentimento de incerteza entre a população atingida, que vive em estado de alerta e desamparo (Espindola; Nodari; Santos, 2019).

A crítica mais contundente a ser feita, no entanto, é sobre o modelo geral de organização das estratégias de reparação do desastre-crime, definido pela cláusula do acordo que institui a Fundação Renova. Ao conferir centralidade à Fundação durante a reparação, o termo coloca as empresas, réus do processo penal, em uma situação de reafirmação das dinâmicas de desterritorialização iniciadas com o

rompimento (Guimarães, 2018). De forma geral, o acordo cria condições para que as mineradoras acumulem ainda mais poder sobre o território. Uma vez que, além de controlar os programas de reparação em condições que favoreçam seus próprios interesses, o arranjo permite que o capital minerador, por meio da Fundação Renova, se enraíze ainda mais sobre o sítio e se estabeleça, de forma indiscutível, como o principal agente do processo de reparação. A gestão do espaço e do tempo passam, nesse caso, a extrapolar os limites das unidades de produção sobre as quais a Samarco originalmente exercia controle direto.

Acselrad (2018) aponta que uma das tendências iniciadas pelo setor nas últimas décadas é o avanço das práticas corporativas, que se deslocam do espaço de trabalho em direção a um modelo de gestão extramuros do território. Segundo o autor, o modelo de governança, que ordena essa nova postura, não se daria mais apenas pelo vínculo contratual exercido sobre o trabalhador no interior dos muros da firma, mas também pela difusão de uma cultura e racionalidade empresariais. Nesse caso, e em relação ao TTAC, é possível ver a reparação como um modelo regressivo e talvez mais radical de controle, onde ambas as tendências são intensificadas sob o modelo de reparação.

Ao criarem uma entidade responsável pela gerência dos mais variados aspectos da vida social, a IEM passa a exercer dois tipos de poder: um mais difuso, que atualiza parte do arsenal de práticas de gestão social dos territórios contíguos às lavras, e outro direto que, para todos os efeitos práticos, se assemelha àquele exercido pela força dos contratos. O cartão de auxílio financeiro²¹, o controle das moradias temporárias alugadas pela Fundação e as tratativas entre atingidos e arquitetos (que em alguma medida podem se assemelhar às relações entre clientes e prestadores de serviços) são algumas das formas por onde se estabelece esse vínculo de natureza contratual. O problema nessas relações é que elas assentam, de forma sub-reptícia, uma falsa ideia de relações estabelecidas sobre bases consensuais, que dissimulam a imensa disparidade de poder por trás dessas interações. As empresas-rés tornam-se, assim, mediadoras de um processo onde elas mesmas são partes interessadas.

²¹ Em audiência realizada no dia 23 de dezembro de 2015, ficou acordado o pagamento do auxílio financeiro emergencial às famílias atingidas até que elas pudessem reestabelecer as suas atividades econômicas produtivas (ver diretriz nº 01 presente na ACP do dia 12, de julho de 2018, Anexo A).

Frédéric Gros (2023), ao escrever sobre o sentido que a vergonha assume diante do trauma, o qual legitima a violência, assinala a origem política por trás do pensamento contratualista hobbesiano. Para Thomas Hobbes (*apud* Gros, 2023), haveria nas repúblicas de “aquisição” — onde o domínio se impôs originalmente a partir da violência —, uma autorização tácita que outorgaria o poder de governar a si mesmo a um terceiro. Isso seria a consolidação de um consenso geral, fundamentado, sobretudo, no senso de autopreservação. A constatação da incorporação dessa ideia de um contrato “original”, por mais absurda que possa parecer, emerge, por exemplo, quando representantes da Fundação desassocia os programas de reparação da sua origem criminosa, naturalizando constrangimentos nas várias instâncias de “mediação” que se afirmam em seu horizonte.

Em relação ao tempo perdido, é lamentável ver que a atitude da empresa que gasta milhões de dólares em publicidade e contrata às vezes funcionários para ficar passeando de carro para baixo e para cima, não contempla aos atingidos o tempo que está perdendo aqui. Eu estou deixando a minha oficina fechada para vir aqui, para ir em audiências. Não estou reclamando. Para minha comunidade eu trabalho até voluntário, mas para empresa, não tem dinheiro que pague [Atingido de Bento Rodrigues].

Eu gostaria de saber por que a Renova/Samarco não vai pagar o uso do tempo da Comissão. Será que a Comissão está fazendo este trabalho porque quer? Será que a Comissão deixa de ver seus filhos crescerem, deixa a relação conjugal se desgastar para passar mais tempo em reuniões porque quer? Por que gosta? Será que sai do serviço, chega em casa, e vai atrás de vários órgãos para conseguir documentos para um reassentamento porque eles estão de folga e querem dar um passeio na cidade? Será que é isso que as empresas acham? [Atingido de Bento Rodrigues] (Melendi; Lopo, 2021, p. 221).

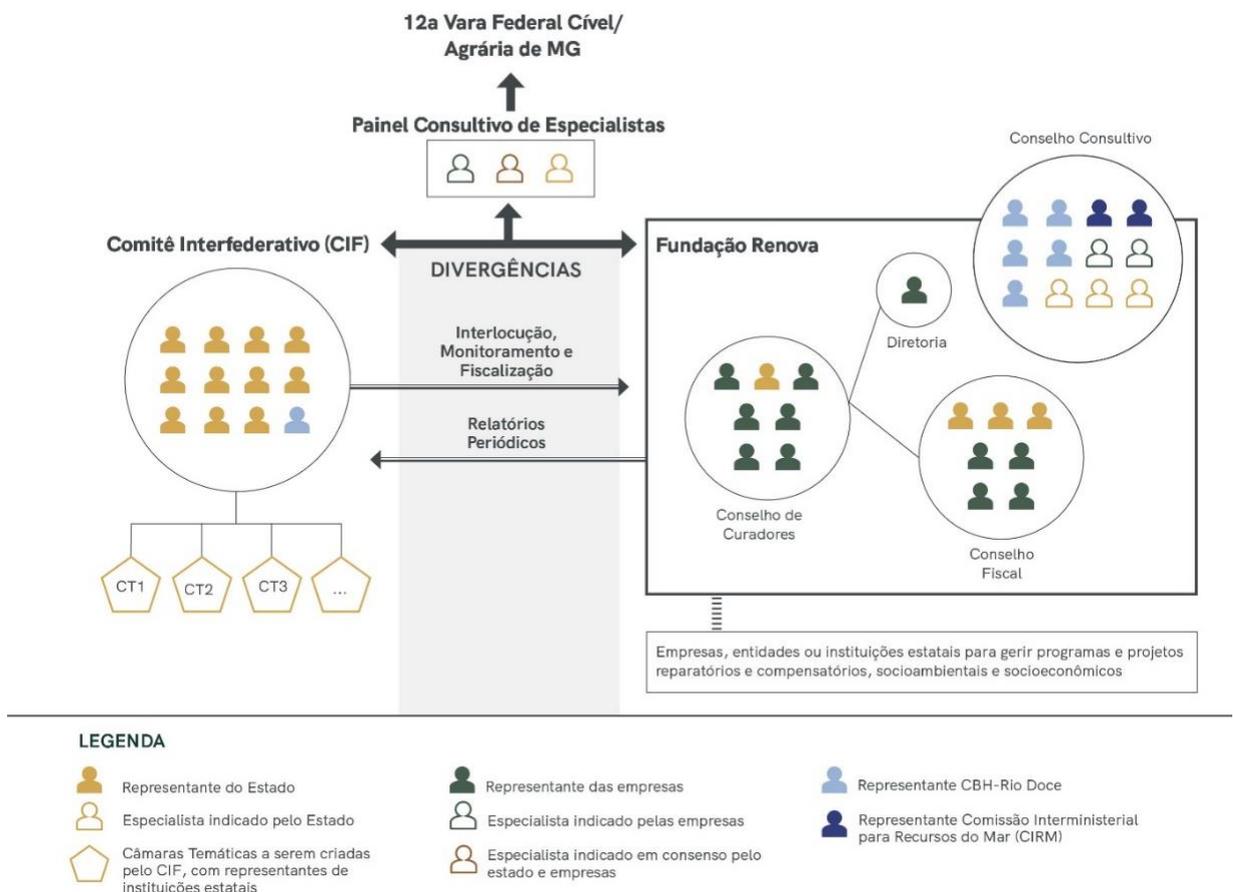
Esse Leviatã²², resultante do TTAC e de seus múltiplos desdobramentos, se manifesta na Fundação Renova e no seu complexo mecanismo de governança. Em sua versão original, o acordo estabeleceu três estruturas que, supostamente, atuariam de forma autônoma em relação umas às outras: 1) o comitê interfederativo (CIF), composto em sua maioria por representantes do Estado com a função de monitorar e fiscalizar a Fundação, além de servir como canal de interlocução entre empresas e atingidos; 2) um painel de especialistas, criado para arbitrar possíveis divergências

²² Com sedes em Belo Horizonte, Mariana, Governador Valadares e Linhares, a Fundação Renova possui hoje mais de 8.000 funcionários espalhados ao longo dos 670km da Bacia do Rio Doce (Cáritas Brasileira, 2023). Esse efetivo é superior aos 6.000 empregados que a Samarco possuía em 2015, antes do rompimento (Samarco, 2020, p. 4).

entre o CIF e a Fundação²³; e 3) a própria Fundação Renova, composta pela diretoria e três conselhos (fiscal, de curadores e conselho consultivo).

Nota-se que, nesse modelo organizativo, não há nenhuma representação direta dos grupos atingidos, nem mesmo na estrutura externa à Fundação. Igualmente, o Estado não possui força suficiente para barrar as deliberações das empresas que, eventualmente, venham de encontro ao interesse das comunidades. O único espaço onde os representantes das empresas não formam a maioria, tem caráter consultivo e não detém poder para executar ou alterar de forma substancial o rumo das ações praticadas.

Figura 8 – Sistema de governança previsto no TTAC (março de 2016)



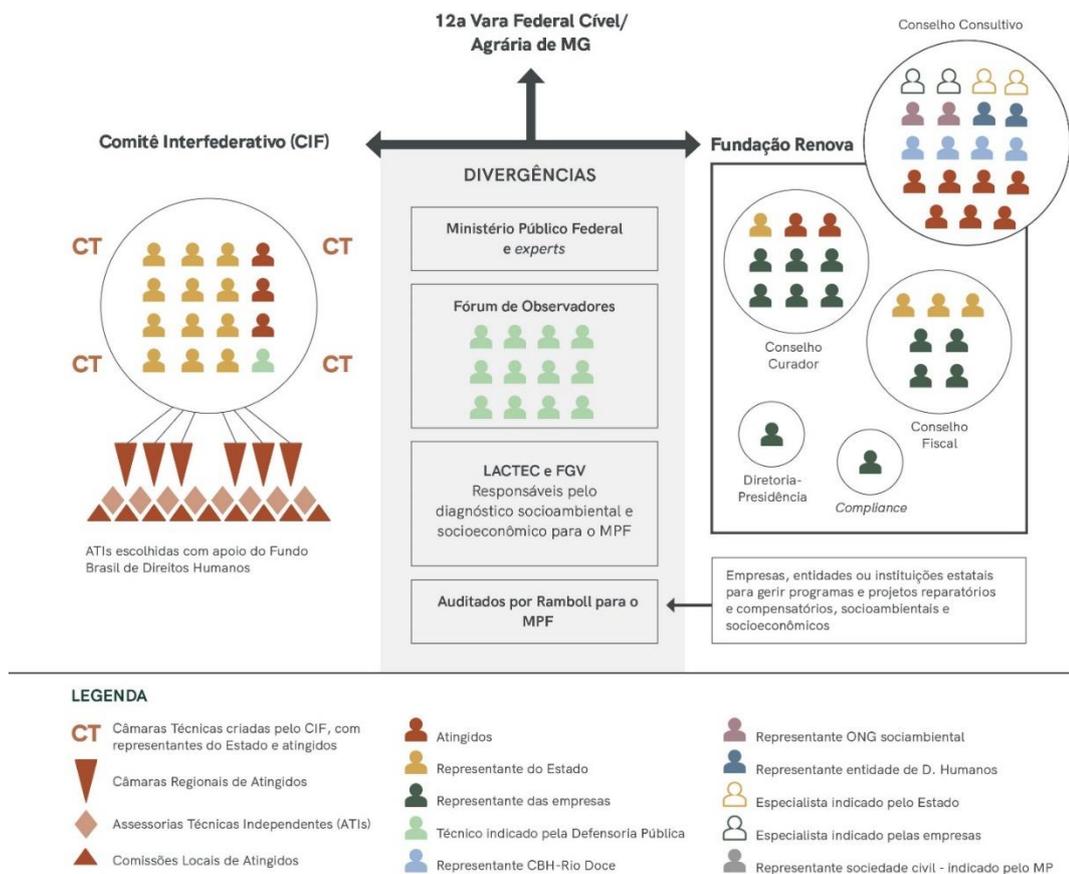
Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Melendi e Lopo (2021).

Em razão dos diversos problemas apontados pelas comunidades atingidas e demais especialistas, mais 3 acordos complementares foram firmados ao longo dos

²³ Em caso de persistência da controvérsia, a disputa seria levada à apreciação da 12ª Vara Federal Cível/Agrária de Minas Gerais. No entanto, a estrutura desse painel nunca foi utilizada, e ele acabou sendo dissolvido no modelo adotado pelo TAC-GOV. (Melendi; Lopo, 2021).

anos de reparação: o termo de ajustamento preliminar (TAP), de 18 de janeiro de 2017, também assinado pelo MP, que previu a contratação de peritos para auxiliar o próprio órgão na elaboração de diagnósticos; o termo aditivo ao TAP, de 16 de novembro de 2017, que instituiu a contratação de assessorias técnicas ao longo de toda a bacia; e, por fim, o TAC Governança (TAC-Gov), assinado no dia 25 de junho de 2018²⁴, que apresentou uma nova organização institucional em substituição ao acordo original. Dentre as alterações colocadas pelo último modelo do acordo, foi prevista uma rede de comissões locais de atingidos articuladas em até seis Câmaras Regionais ligadas ao CIF. O novo acordo também instaurou a representação de atingidos nos conselhos e a ampliação das capacidades do MP, com a criação de um Fórum de Observadores, composto por membros da sociedade civil (Melendi; Lopo, 2021).

Figura 9 – Sistema de governança previsto no TAC-Gov (agosto de 2018)



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Melendi e Lopo (2021).

²⁴ Uma das alterações previstas pelo TAC-Gov foi a extinção do painel consultivo. Instância nunca usada e que, em teoria, serviria para arbitrar divergências entre a Fundação Renova e o CIF.

A partir da comparação entre os dois acordos, percebe-se que, mesmo diante das alterações adotadas no modelo de governança, o formato proposto continuou pouco aberto à participação das pessoas atingidas (Figura 10).

Figura 10 – Gráfico comparativo de representações envolvidas na governança das ações de reparação



Fonte: elaboração própria (2021).

Esse modelo vigorou até 2021, quando expirou o prazo para o cumprimento das metas estabelecidas pelo TAC-Gov. Por conseguinte, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conduzido na ocasião por Luiz Fernando Bandeira de Mello, deu início a um longo processo de repactuação, pensado para refazer os acordos firmados ao longo dos anos, com a justificativa de garantir a celeridade e a assertividade nas ações reparatórias que não passariam mais pelo CIF. Esse novo modelo, celebrado entre os representantes do Poder Público e as empresas, continuou a manter as comunidades afastadas das negociações.

Apesar de pedidos do próprio Ministério Público, para que os atingidos participassem diretamente das mesas de negociação, a CNJ compreendeu que não seria preciso, uma vez que, na visão da instituição, esses grupos já estariam

representadas pelos órgãos de defensoria pública. Em um primeiro momento, nem mesmo a comarca de Mariana havia sido incluída, fato que só ocorreu ao final de 2021 (Meneghin, 2022).

Da CNJ, a repactuação migrou, em 2022, para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), onde os acordos continuam se desenrolando sob a relatoria do desembargador Ricardo Rabelo, que, assim como outros representantes que o precederam, ainda se expressa com termos já contestados, como “acidente” e “conflito” (Maia, 2023).

Em 29 de março de 2022, durante uma audiência pública realizada em Mariana, movimentos sociais, pessoas atingidas e seus representantes apresentaram à justiça uma série de reivindicações, com o objetivo de garantir que a repactuação fosse mais justa e realizada de acordo com os anseios das comunidades. Dentre outros pontos, para além da extinção da Fundação Renova, o documento solicitava: a contratação de assessorias técnicas independentes (ATIs) ao longo de toda a bacia²⁵; a criação de um programa de transferência de renda (Rio Doce Sem Fome), em substituição ao Auxílio Financeiro Emergencial (AFE); a criação de dois fundos a serem geridos pelos grupos atingidos e pelo Estado; e a revisão das indenizações por meio do reconhecimento de uma nova matriz de danos (Locker, 2019).

Observa-se que, além das lutas de longa duração, como a que acontece em torno da definição de uma matriz de danos, grande parte das solicitações possuem o objetivo de reaver o controle do território pelo desmonte da estrutura tentacular de poder criada por meio da Fundação Renova. Isso se daria, principalmente, a partir da instituição de novos fluxos de renda e do fortalecimento de uma economia local, bem como de políticas focadas em autogestão.

Sobre a estrutura de poder da Renova, um aspecto menos discutido a respeito de seu modelo de governança, é a sua forma ambígua de atuação (Melendi; Lopo, 2021). A fragmentação de suas práticas é ampla e se dá em várias dimensões, trazendo consigo uma série de contradições expostas nas relações com os mais variados tipos de agentes. Essa dispersão se dá de forma geográfica, pois a escala de influência das corporações, antes restrita às áreas próximas aos complexos minerários, passou a ser a bacia hidrográfica do rio Doce. Igualmente, ela é atemporal e se dá em função de sua longa duração, especialmente pela incorporação de novos

²⁵ A Lei Estadual dos Atingidos por Barragem (PEAB), Lei nº 2.3795/2021, garante o acesso à assessoria técnica independente (Minas Gerais, 2021).

grupos e, conseqüentemente, pela capacidade adquirida de reorganizar outras temporalidades.

Esse enraizamento multidimensional é sobretudo social e, ao menos em relação ao alcance de algumas dessas práticas, adquire um volume de influência que vai muito além da escala local, causando o que Gudynas (2016) chama de efeito derrame. Para o autor, isso ocorre quando práticas corporativas inauguram precedentes, derramando-se posteriormente sobre outros territórios.

Nesse sentido, compreender não só o contexto em que o desastre do Rio Doce é produzido, como também as formas como as responsáveis por ele lidam com a crise e as estratégias corporativas ligadas ao processo de reparação torna-se fundamental. Se o desastre em tela se mostrou um caso sem precedentes, a maneira como as mineradoras responderam a ele não parece ser tão inédita. Práticas similares às da Fundação Renova têm sido trabalhadas pela literatura sobre gestão corporativa das críticas. A manipulação da ciência para gerar incertezas sobre o dano que as corporações causam foi uma estratégia inovadora da indústria do tabaco (Brandt, 2007) posteriormente implementada por empresas farmacêuticas e mineradoras (Kirsch, 2014). Isso acabou por gerar uma demanda de ciência corporativa, grande parte da qual se vincula, no Brasil, às consultorias ambientais e sociais (Brandt, 2007; Kirsch, 2014; Giffoni, 2020 *apud* Melendi; Lopo, 2021, p. 211).

Reconhecer a ambigüidade da Fundação Renova, que decorre desse enraizamento, não é legitimar acriticamente a sua atuação sobre o processo de reparação. Ao contrário, esse reconhecimento permite que se desvelem estratégias mais sofisticadas das chamadas *tecnologias sociais de gestão*, caracterizadas por um modelo de controle territorial e governança carregados de dúvidas, no qual a manufatura de incertezas é uma prática corriqueira (Zucarelli, 2018; Benson; Kirsch, 2010)²⁶.

Como apontam Melendi e Lopo (2021), são poucos os estudos sobre esse tipo específico de instituição, uma vez que, até 2010, não havia registro da atividade de fundações voltadas exclusivamente às funções de compensação²⁷. Para as autoras, por um lado, a Renova é um meio pelo qual se exercem práticas já consolidadas do capital minerário. Por outro — e nesse ponto há uma divergência com as falas referenciadas acima —, ela também se adequa e é produzida pelo contexto, podendo

²⁶ Zucarelli (2018) demonstra os mecanismos pelos quais a crítica feita aos agentes minerários é capturada e revertida em um discurso de pacificação, canalizando assim a natureza antagônica dos conflitos em direção aos consensos fabricados.

²⁷ É importante ressaltar que, apesar do tipo de atuação ter se modificado, a Vale S.A. é uma das mineradoras que gerencia fundações privadas há mais tempo no mundo.

ser vista como um laboratório para novas práticas. Assim, na hipótese de um fracasso financeiro, ela se beneficiaria a partir da incorporação de dados obtidos pelas relações conflituosas travadas no território.

Nesse sentido, a legitimação diante de outros setores da sociedade passa a ser uma das estratégias adotada pela Fundação Renova, que, em novembro de 2017, ingressou no Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), associação de investidores sociais privados do Brasil, cuja função é articular políticas de filantropia entre seus associados. Apresentada como uma instituição independente, o trabalho da Fundação é descrito da seguinte maneira:

[...] com papel de restaurar e restabelecer as comunidades e os recursos impactados pelo rompimento e também substituir ou compensar o que não é passível de remediação, sempre de forma eficiente, idônea, transparente e ética (GIFE, [2019]).²⁸

Em 2019 e 2020, a Renova também lançou mão de alguns estudos realizados em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que foram apresentados como bases para a implementação dos programas de reparação. Um desses estudos, o *Pré-inventário Paisagístico do Rio Doce*, apesar da grande abrangência do escopo de análise, não foca na região do Alto do Rio Doce, assim como não objetiva estabelecer uma análise que leve em conta as relações de poder (Fundação Renova, 2020). Cabe ressaltar também que, no geral, o caráter inventarial de tal iniciativa não permite um aprofundamento da análise das paisagens produzidas enquanto objeto de crítica, sobretudo aquelas fabricadas pela ação das mineradoras após o desastre.

Ainda que esses órgãos não estejam isentos de contradições e que, em grande medida, incorporem o leque de práticas corporativas neoliberais aqui criticado, eles acabam cancelando a atuação da Fundação diante da opinião pública. Por fim, e ainda no campo da legitimação social, vale lembrar da porta giratória, que acontece tanto na política quanto no campo da pesquisa, como ficou demonstrado por Losekann *et al.* (2018).

Diante do exposto, acrescentamos três tipos de ações características da Fundação e de seu modelo de governança:

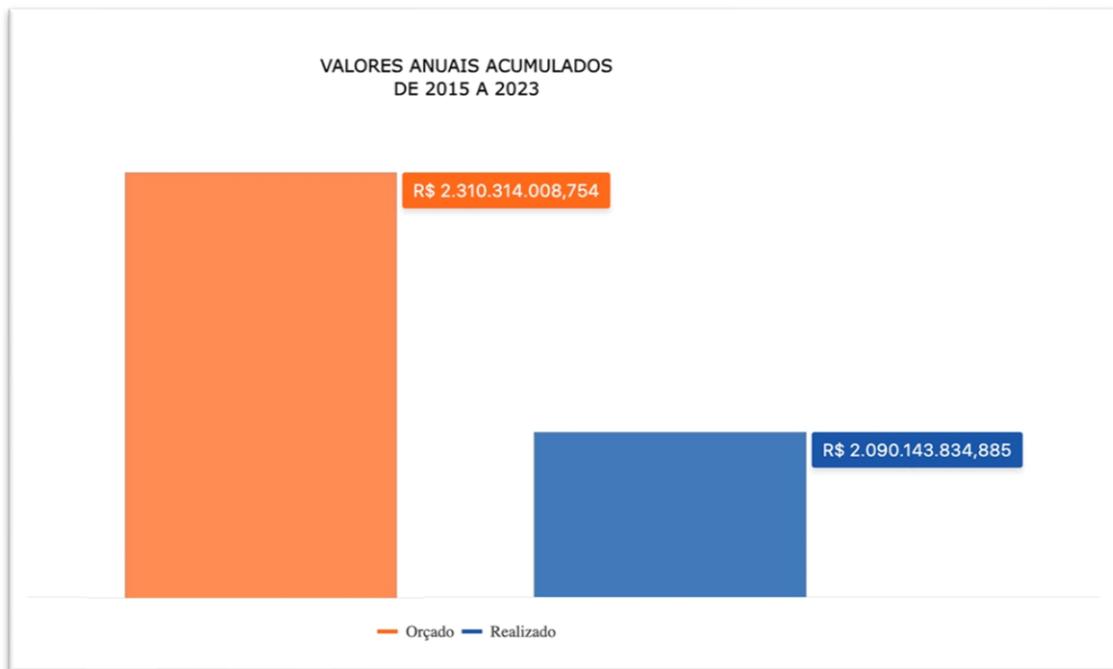
²⁸ Conteúdo não paginado, disponível em: <https://gife.org.br/associados/fundacao-renova/>.

- a) Desresponsabilizar:** devido à complexidade de seu modelo de gestão, a Renova adquire natureza incorpórea, fantasmática. Presente em todos os momentos e decisões, mas igualmente intangível, a Fundação — ela própria e/ou como um avatar das mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton — é gerida de forma a nunca se ver como responsável por nenhum dos problemas. Esse tipo de prática, que geralmente vem acompanhada pela desautorização de discursos alheios, não ocorre apenas em relação aos agentes com os quais ela estabelece posições antagônicas. Visto que, além da possibilidade de culpar a assessoria, o Ministério Público e até mesmo os próprios atingidos ser empregada com frequência, ela ainda se aproveita de sua estrutura difusa para terceirizar a culpa. Ou seja, quando constatadas falhas e violações de direitos, ela utiliza empresas sob a sua fiscalização como testas de ferro (Meneghin, 2017);
- b) Dividir:** a Fundação mantém uma atuação ambígua no que diz respeito à relação estabelecida com as famílias. Ao mesmo tempo em que costuma dar soluções distintas a problemas com a mesma origem, gerando cismas nas comunidades atingidas, ela também trata, sob o guarda-chuva da ideia flutuante de isonomia, demandas individualizadas dentro de uma matriz de soluções padronizadas, dificultando assim a reparação em suas dimensões mais pessoais e/ou subjetivas;
- c) Confundir:** a grande quantidade de informações e processos que decorrem da reparação é um pesadelo para os grupos com menor poder de fiscalização. O desgaste causado pela desinformação, os adiamentos e as mudanças de protocolo não divulgadas a contento são algumas das dimensões que causam um estado de constante desorientação. O tratamento incompleto, quando não incorreto, dado às informações de interesse da sociedade, também é outro fator crítico que concorre para que atingidos se vejam cada vez mais alienados do processo no qual eles mesmos são vítimas.

No Brasil, dentro do universo das empresas com potencial poluidor, o setor da mineração é o que mais divulga relatórios contábeis abordando temas ambientais. Contudo, a maior parte das informações divulgadas são de natureza qualitativa e

apresentadas sem muita clareza e/ou consistência (Calixto; Barbosa; Lima, 2007). O setor parece ter incorporado esse costume, já que o tratamento de informações demonstra ser feito na intenção de gerar distorções e erros de interpretação. Abaixo, é possível ver um gráfico de barras com uma informação simples, apresentado no site da Fundação de uma maneira desproporcional e completamente distorcida (Figura 11).

Figura 11 – Gráfico com os valores previstos e realizados para o reassentamento



Fonte: Fundação Renova (2023b).

Para os objetivos aqui propostos, é necessário investigar as relações entre o ordenamento definido pelo TTAC, seus desdobramentos jurídicos e a paisagem. Assim, e partindo da premissa de que a Renova, devido à sua excepcionalidade jurídica, é uma ferramenta para a atualização de práticas de governança socioespaciais, é possível ver a paisagem do reassentamento como a representação de uma ordem política. Ou seja, a manifestação espacial da interação de uma série de ordenamentos jurídicos, que possuem no TTAC um centro organizador. Em outras palavras, os novos Bento e Paracatu são o *nomos* de um ordenamento neoliberal da governança do capital minerário.

[...] *nomos* é, portanto, a figura imediata na qual a ordem política e social de um povo se torna espacialmente visível, a primeira medição e divisão dos

pastos, isto é, a tomada de terra e a ordem concreta que nela reside e dela decorre (Schmitt *apud* Brown, 2019, p. 63-66).

Diante disso, e como afirmado por Wendy Brown (2019) ao comentar o conceito colocado por Carl Schmitt, o espaço não é apenas uma arquitetura para o poder, mas a cena da imaginação e dos imaginários políticos.

1.4 Bento Rodrigues e o reassentamento

1.4.1 Bento antes

Bandeirantes em Mariana e Ouro Preto que não estavam satisfeitos com seu líder, procuraram ir para outros locais. Desceram a Serra de Antônio Pereira, seguiram o rio Gualaxo até o entroncamento com o rio Gregário (no Tico Tico). Lá tiravam em torno de 250 a 300 oitavas de ouro e assim subiram mais acima no leito do rio onde formou o acampamento formado pelo líder Bento Rodrigues. Em 1697, nasceu o povoado formado pela imigração dos senhores donos de escravos, montando suas fazendas e marcando seus territórios.

Um casal de fazendeiros chegou no Morro do Fraga. Ali onde hoje se chama “Mina de Fábrica Nova”, seus escravos começaram a fazer retirada de ouro, em quantidade até maior que a encontrada pelo bandeirante Bento. Os donos da fazenda, Seu Geovazio e Dona Olinda, não tiveram filhos e doaram seus terrenos para a Diocese de Mariana.

A primeira capela foi construída em 1718, parecida com a igreja de Camargos, tendo suas estruturas maiores. Por forças da natureza, teve sua estrutura demolida em 1853. Então os habitantes constituíram a segunda capela dedicada à Nossa Senhora das Mercês em local diferente, no terreno cedido pelo antigo casal à Diocese de Mariana. A nova capela foi reconstruída com as madeiras da parte superior da fazenda onde depois foi o bar da Sandra e com restos de madeiras que sobraram da igreja anterior. Em 1916 este terreno da Fazenda foi cedido a um garimpeiro cujo o nome ninguém sabe. Ele cedeu a Carlos Pinto (engenheiro e professor da Escola de Minas de Ouro Preto) que demarcou o terreno por inteiro como se fosse sua propriedade, explorava as minas até encontrar o veio mais rico, pois era de seu interesse só descobrir as riquezas ali existentes.

Não só o ouro e a bauxita, mas também a platina encontrada em 1907, pelo Carlos Pinto, num riacho chamado Moisés, (ouro fino), deu fama ao Bento. Esta descoberta foi até noticiada na edição do jornal Minas Gerais. Bento Rodrigues teve até uma banda que se apresentava em toda data comemorativa, em nossas festas todas e também nas da igreja e de santos. Quando o prefeito de Mariana era Jadir Macedo, chegou luz elétrica a Bento Rodrigues. Depois veio o telefone. A extração do metal precioso em ouro fino, bauxita no Morro do Fraga, de cristal nas mediações e a plantação de eucaliptos deram trabalho ao povo do Bento. Então, a história do Bento é essa. Começou há 318 anos.

Nem tinha barragem... (Souza; Silva, 2016, p. 7).

A história da fundação de Bento Rodrigues remonta ao final do século XVII, durante o início de um período da história brasileira que se convencionou chamar de Ciclo do Ouro. Ao contrário das grandes minas no México e no Peru, a predominância do ouro de aluvião encontrado no interior do Brasil não demandava grandes investimentos para a sua extração. Isso possibilitava a abertura de empresas com um aporte relativamente pequeno de capital. Assim, as regiões hoje nomeadas como Minas Gerais e Goiás se tornaram centro de um intenso fluxo migratório de pessoas, que esperavam encontrar na mineração uma possibilidade de ascensão em meio à penúria que assolava a colônia. Da região de São Vicente vieram os “pioneiros”²⁹ em suas entradas, enquanto da zona da mata nordestina, onde o mercado de açúcar passava por um longo período de decadência, vieram muitos escravizados e pequenos proprietários. Já de Portugal, onde pela primeira vez se verificou um fluxo espontâneo de emigração para as colônias, acorreram colonos com recursos limitados, fugindo principalmente de uma estagnação econômica resultante da desestruturação das poucas manufaturas existentes na metrópole (Furtado, 2007).

É nesse contexto demográfico e socioeconômico que se estabeleceu o povoado de Bento Rodrigues, fundado às margens de um riacho por um bandeirante, cujo nome se transformou também na denominação do vilarejo. Bento, assim como várias das ocupações ao redor, teve seu desenvolvimento atrelado à economia do ouro, e como o restante dos arraiais, vilas e povoados, também esteve suscetível à volatilidade dos minérios, que se esgotavam no transcorrer de poucos anos.

É de 1697 o primeiro relato da ocorrência de mineração na região e de 1718 os primeiros sinais de declínio da atividade, indicados pelo rebaixamento da paróquia de Bento à condição de capela, em 1721. A mineração persistiu em menor escala, principalmente por meio dos faiscadores, sem, no entanto, configurar-se como atividade principal da região. Diante disso, parte da população que ainda residia em Bento, começou a se voltar para outras formas de trabalho, como a agricultura de subsistência. Nesse momento, a agricultura tinha como principal objetivo o abastecimento da Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (atual Mariana), sede do primeiro bispado da recém-criada capitania de Minas Gerais (Freitas, 2018).

²⁹ Não existem muitos registros sobre a ocupação da região em períodos anteriores ao século XVIII, mas segundo José (*apud* Freitas, 2018), a terra seria provavelmente ocupada por grupos indígenas Cataguás e Guarachués, pertencentes ao tronco linguístico Jê. Com a chegada dos estrangeiros, muitas dessas etnias foram eliminadas, transformadas em escravos para a lida nas minas ou se refugiaram nas regiões mais ao interior do país.

Uma destas [bandeiras] descobriu e socavou o ribeirão que se chamou Bento Rodrigues, nome do cabo, de tanta grandeza, que tiraram nele bateiadas de 200 e 300 oitavas, sendo a pinta geral de duas a três oitavas e foi tanta a gente que concorreu, que, no ano de 1697, valeu o alqueire de milho sessenta e quatro oitavas e o mais na proporção (Barbosa, 1979, p. 69 *apud* Freitas, 2018, p. 128).

Da fábrica de ferro, seguimos na direção N.E para o arraial de Bento Rodrigues, distante duas léguas e meia. A região é montanhosa, e a superfície do solo em grande parte coberta com a formação de minério de ferro contendo ouro, e dá indicio da atividade dos faiscadores pelos numerosos fossos e trincheiras ali abertos. Muito singular nos pareceu o fato de se encontrar nesta aldeia, assim como em muitas outras, poucos vestígios de riqueza. As casas estão em ruínas, muito pobres no interior, e seus moradores tem aparência pobre. Tudo demonstra que a florescência desde distrito já passou e mal aparecem alguns restos da antiga opulência. (...). Na região de Bento Rodrigues, acha-se ouro por toda parte, na argila vermelha, que jaz por cima do xisto quartzítico. Como o modo de exploração dessas minas não divergia do que até aqui havíamos visto, não nos demoramos na estrada real, que leva a cidade de Mariana, distante três léguas ao sul de Bento Rodrigues, para regressarmos a Vila Rica, onde, com felicidade, chegamos de novo a 28 de abril (Spix; Martius, 1981 *apud* Freitas, 2018, p. 134).

Parte do reconhecimento da importância histórica do atual distrito de Bento, se dá pelas expedições estrangeiras realizadas na região durante o século XIX. Estiveram pelas rotas do ouro, exploradores como o naturalista e diplomata russo George Heinrich von Langsdorff, o botânico e naturalista francês Auguste Saint-Hilaire e também os naturalistas bávaros Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius. Em geral, os relatos desses viajantes e as pinturas realizadas durante esse período retratam uma paisagem melancólica formada por elementos que mais indicavam um longínquo passado opulento do que um futuro promissor. Assim, e como indicam as representações paisagísticas, Bento se constrói nesse espaço de tempos mais lentos, escondido aos pés das montanhas do complexo da serra do Espinhaço. Para José Vieira Couto (1994, p. 61), é durante esse período, quando a natureza do interior é enfim “domada”, que: “[...] os mineiros, enfim desgostosos da sua ocupação e vendo que a fertilidade da terra poderá melhor satisfazer as suas necessidades, largaram os picões e as alavancas e correram para a agricultura”³⁰.

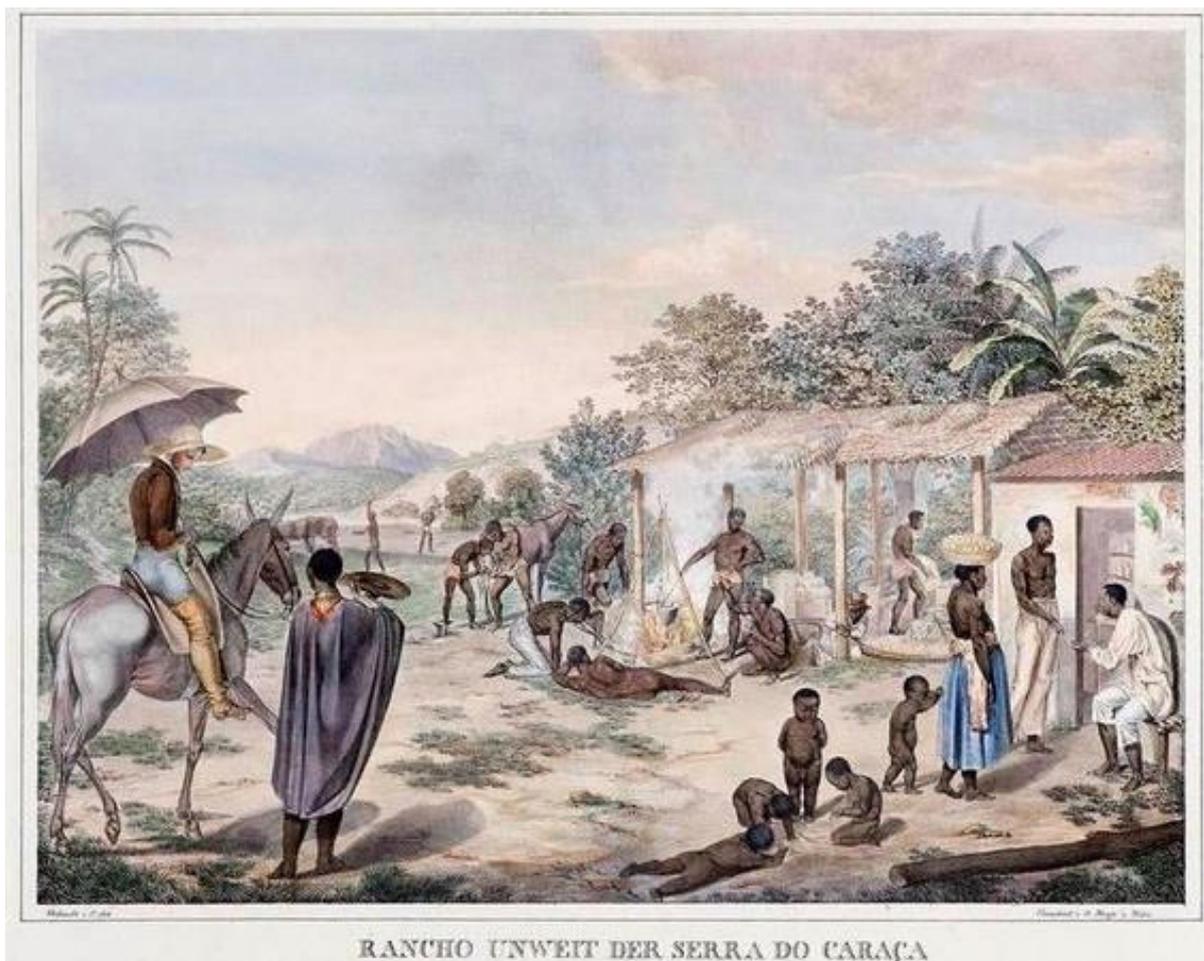
A região que atravessamos entre Mariana e a povoação de Camargos, em que fizemos alto, não apresenta nenhum vestígio de cultura. Camargos, sede de uma paróquia, está situada a margem de um regato em posição bastante triste, rodeada de morros desolados, esburacados pelos mineradores de ouro. Seus atuais habitantes são muito pobres; possuem muitos poucos

³⁰ Um recenseamento realizado em 1831, indica que haviam 454 habitantes em Bento Rodrigues, dos quais 30% eram pessoas escravizadas (Freitas, 2018).

escravos para manter lavagens de certa importância, e suas casas estão mal conservadas. [...] A distância pouco considerável de Camargos, passamos por Bento Rodrigues, outra povoação situada à margem de um córrego, entre morros pouco elevados, e que apresenta aspectos bastante pitoresco com a presença de numerosas bananeiras plantadas pelos habitantes em torno de suas casas (Saint-Hilaire, 1975 *apud* Freitas, 2018, p. 134).

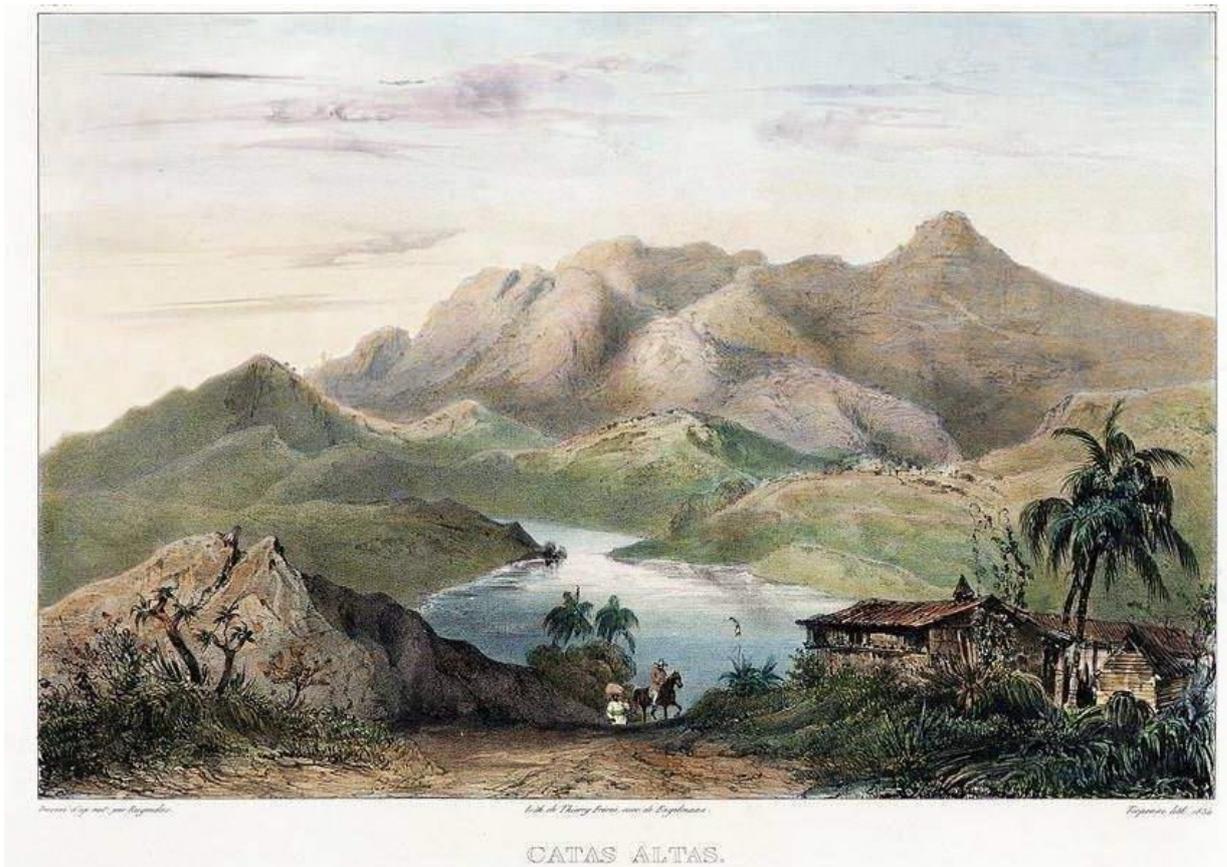
De madrugada, segui para Bento Rodrigues através de bosques e montanhas, grande parte delas com hematita. Vi vários bandos de cavalos em Bento Rodrigues. O local parece próspero, com boas casas, distante 2 pequenas léguas de Timbopeba. Cheguei ao lugar antes da tropa, que veio ontem de Mariana para cá (Silva, 1997 *apud* Freitas, 2018, p. 135).

Figura 12 – Rancho na região da serra do Caraça



Fonte: Martius (1817).

Figura 13 – Catas Altas



Fonte: Rugendas (1834).

O período que compreende o final do Império e a Primeira República passam sem que sejam feitos muitos registros sobre a região. Parte da população, seguindo uma tendência nacional, se desloca para os centros com economias mais dinâmicas em busca de emprego e melhores condições de vida, causando assim uma redução da população do distrito. A “redescoberta” dos arredores de Bento acontece por volta de 1945, em um contexto marcado fortemente pelo nacionalismo desenvolvimentista da Era Vargas. É durante esse período, pouco após a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que o território assume novas dinâmicas de ocupação, relacionadas principalmente à crescente abertura de concessões de lavras para exploração de minério de ferro. Mas, é somente de 1977 em diante, com a instalação da Samarco e o início das operações das minas de Alegria e Germano, que a paisagem do distrito se reconfigura de forma mais acentuada (Teixeira; Medeiros; Pereira, 2020).

Os relatos e pinturas que representaram a transição entre o sistema colonial e o Império são importantes formadores da identidade dos moradores, que hoje

reivindicam os direitos sobre as ruínas atingidas. Muito além de peças expostas em museus, as paisagens do passado de Bento Rodrigues são também uma linguagem que se transforma em uma forma de poder, acessada mediante o seu uso pelas pessoas que se estabelecem sobre o território. A representação paisagística adquire, então, uma dimensão com densidade histórica e, à vista disso, política na relação travada entre imagem e sujeitos.

Um povo ou uma classe que é segregada do seu próprio passado é menos livre de escolher e agir como povo ou como classe que outros que hajam conseguido situar-se a si próprios na história. É esta a razão – e a única razão – pela qual toda a arte do passado se tornou agora uma questão de política (Berger, 1972, p. 37).

Mais importante do que estabelecer linhas de continuidade ou ruptura entre essas diversas paisagens, localizadas entre o passado e o presente, é perceber, por meio do discurso dos atingidos, como as imagens dessa Bento ancestral se tornam um elemento de enraizamento para a comunidade. Visto que, é pela articulação entre esse imaginário paisagístico antigo e os relatos orais dos mais velhos que se constrói uma memória coletiva. No entendimento de Eclea Bosi (2003), esta é a forma pela qual determinadas comunidades reconquistam os tempos marginais que, de outra forma, estariam mergulhados na vertigem do fluxo mercantil. Pode-se argumentar, também, que esse retorno ao passado distante é ainda mais importante diante da perda material dos objetos levados pelo rejeito. Assim, as paisagens do século XIX, em conjunto com as fotos e os objetos que conseguiram atravessar a lama, são os fios pelos quais a consciência apreende os instantes do real (Bosi, 2003).

Voltar significa resistência, além de demonstrar que gostamos daqui. Bento Rodrigues é o lugar onde planejamos viver. Eu peço a Deus para viver muitos dias depois que o reassentamento acontecer. Eu quero ver onde vamos chegar. Bento Rodrigues é um patrimônio e não podemos perder esse lugar. Dentro dos diques têm currais de pedras, tem história. Os meus pais e meus avós estão sepultados aqui. É o lugar onde vivemos. Se não frequentássemos aqui, desde o início, eles teriam feito o que quisessem com o lugar. O Ministério Público e até as empresas sabem que tem um número significativo de pessoas que não desejam que Bento seja deixado de lado. Então, a nossa permanência e a nossa volta são para mostrar resistência. Vamos continuar celebrando as festividades em Bento Rodrigues (Muniz; Muniz, 2019, p. 15).

A Bento destruída pelo rejeito em 2015, e a manifestação desse processo de sedimentação histórico que descrevemos acima, era uma paisagem composta por

edificações antigas e mais recentes, como é o caso da antiga escola de Bento, que apesar de adotar uma escala semelhante às demais edificações, era de construção bem mais recente (Figura 14).

Figura 14 – Antiga escola de Bento Rodrigues (à esquerda)



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Google Earth (2012).

Mesmo na principal via do povoado, a Rua São Bento, as moradias eram formadas principalmente por um único pavimento, sendo comum a fachada composta por uma porta de entrada localizada entre duas janelas, uma voltada para a sala e outra para um dos quartos. Essa disposição dos cômodos, que geralmente incluía um segundo quarto e uma cozinha voltados para o fundo, apesar de algumas variações em relação à composição de origem, foi amplamente adotada no reassentamento, quando se optava por construir a nova edificação em apenas um pavimento.

A relação estabelecida entre a rua e as residências é um dos aspectos que provavelmente mais difere o antigo subdistrito do reassentamento, caracterizado por uma maior introspecção da edificação por meio da construção de muros mais altos e menos permeáveis ao olhar. Enquanto algumas das moradias eram alinhadas com o passeio, permitindo que vizinhos conversassem sob o umbral de suas casas, outras permaneciam afastadas, porém sem se fecharem ao olhar a partir da rua. A relação de maior permeabilidade entre o espaço privado e o público, era possibilitada pela adoção de elementos de fechamento menores e mais simples como cercas e pequenos muros de alvenaria, que se caracterizam também pela criação de barreiras mais tênues entre a rua e os pequenos jardins privados, contemplados de forma comum entre os vizinhos e os moradores (Figuras 15, 16 e 17).

Figura 15 – Residências às margens da Rua São Bento, principal via de Bento Rodrigues



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Google Earth (2012).

Figura 16 – Praça São Bento, em Bento Rodrigues



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Google Earth (2012).

Figura 17 – Residências às margens da Rua São Bento, principal via de Bento Rodrigues



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Google Earth (2012).

1.4.2 Bento depois

1.4.2.1 Sentidos do reassentamento

Hoje, Bento Rodrigues se divide em três. De um lado, as ruínas de um distrito varrido pelo rejeito, de outro, um canteiro de obras que parece não ter fim, e no meio, morando de forma provisória em locais próximos aos outros dois distritos, os membros de uma comunidade à espera do momento em que voltarão a ocupar suas casas. A complexidade gerada por esse arranjo, de um mundo organizado por múltiplas espacialidades e perpassado por um habitar dividido entre várias paisagens, será abordada em mais detalhes nos capítulos 4, 5 e 6. Por enquanto, cabe definir de forma sucinta, a história desse reassentamento, seus números, as diretrizes que orientaram sua produção e, sobretudo, evidenciar os vários problemas que se impuseram em decorrência disso.

Como forma de introduzir a questão, Gomide *et al.* (2018) elabora a seguinte definição sobre o que é um reassentamento involuntário:

Ação resultante tanto de grandes obras, empreendimentos e projetos de infraestrutura urbana e rural como de desastres sociotecnológicos e ambientais. Implica na relocação forçada de grupos de pessoas e populações com diferentes perfis, **[modos de vida]** e formas de composição familiar dos lugares onde residiam e estruturavam suas vidas para uma outra localidade. Pode vir a provocar impactos negativos e violações aos direitos dos **[atingidos]** devido a alterações nos contextos sociais, espaciais, ambientais, econômicos e culturais das comunidades (Gomide *et al.*, 2018, p. 193).

Poucos meses após o rompimento, e ainda sem o desgaste provocado pelos atrasos que se seguiriam nos anos seguintes, alguns atingidos foram chamados pelo *Jornal A Sirene* para contribuir com a construção de um glossário. Quando perguntados sobre o significado da palavra construção, surgiram as seguintes respostas:

1. Esperança de ter todos juntos; 2. Recuperar o que a gente tinha; 3. É o que queremos o mais rápido possível. 4. Um desafio que é reconstruir a vida sem meu pai (Alves; Santos, 2016, p. 7).

Essas falas comunicam, em sua aparente simplicidade e de forma muito eficiente, quatro das mais importantes expectativas geradas pelo reassentamento em sua potencialidade discursiva. Em primeiro lugar, o reassentamento é a possibilidade de reafirmação de uma coesão social perdida, um retorno ao coletivo desfeito. Em segundo lugar, ele também é uma forma de reparação propriamente dita, que, mesmo quando carregada de insuficiências e limitações dentro das condições impostas, alcança alguma materialidade na própria paisagem construída. O terceiro ponto é a sua capacidade de se tornar um marco temporal, um ponto de referência em meio à deriva do ser atingido (Zhourri *et al.*, 2018).

Essa manifestação no tempo, com seus marcos, se não é capaz de interromper, consegue ao menos atenuar a pesada carga da perda. Por último, o reassentamento também é a continuidade de um fluxo de dor, é o lugar onde se projetam as incertezas, os medos e os receios causados pela disjunção entre os tempos de criação e desaparecimento do que ficou para trás. Essas falas revelam, ainda, como o reassentamento atua como um nó espaço-temporal, que faz surgir o tempo histórico ao incorporar a relação entre o campo das experiências e o horizonte das expectativas.

Por um lado, a experiência é:

[...] o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento (Koselleck, 2006, p. 307-308).

A expectativa, por sua vez, é:

[...] ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (Koselleck, 2006, p. 310-313).

Vale lembrar que sugerir esse entendimento mais amplo do termo não é o mesmo que advogar a favor de uma visão que exalte a resiliência individual ou a capacidade de superação de danos multidimensionais por meio de soluções meramente técnicas. Os diversos agentes compreendem e se apropriam de conceitos de formas diferentes, que variam, inclusive no tempo, na medida em que os espaços se tornam eles mesmos uma fonte importante na formação de novas disposições e discursos. Explorar essas dimensões a partir de um número maior de perspectivas, colocando-as em relação umas às outras, pode ser uma ferramenta poderosa de compreensão da realidade.

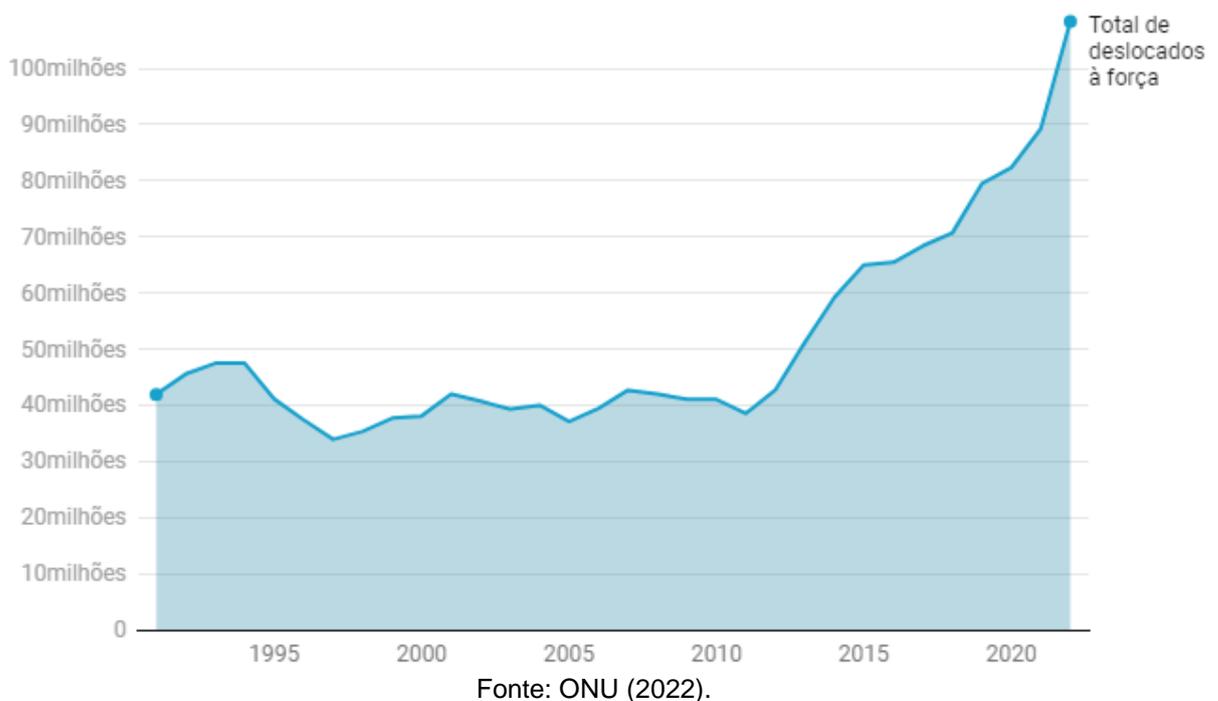
Haesbaert (2021), ao longo de sua discussão sobre os sentidos da decolonialidade, aponta para a necessidade de compreender o discurso em pelo menos três matrizes distintas: a do senso comum; a do discurso técnico científico, centrada na figura dos peritos, e a do discurso empresarial corporativo, muitas vezes associada à atuação do Estado. Desse modo, entender que a ideia de reassentamento é ela mesma variável, e por isso crivada de contradições, nos ajuda a navegar de forma mais desembaraçada esse conceito, especialmente quando ele é colocado diante das demais categorias geográficas, como espaço, lugar e paisagem. Sendo assim, em que medida parte dessas visões positivas são instrumentalizadas pelas grandes empresas transnacionais ou, por outro lado, em que condições a racionalidade adotada por agentes hegemônicos é reincorporada por subalternos na recomposição de uma nova forma de ser no mundo?

De toda forma, os deslocamentos forçados — e os reassentamentos que deles decorrem — são hoje um dos problemas mais sensíveis e complexos do mundo. Segundo dados da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), existem hoje aproximadamente 108 milhões de pessoas vítimas desses processos de desterritorialização (ONU, 2022). Esse número, o mais alto registrado nas séries históricas, demonstra a intensificação de um quadro de degradação das

condições gerais de permanência sobre os territórios, frequentemente associado à perda de cidadania dada pela violação de direitos civis, políticos e sociais.

Embora as perseguições e guerras ainda sejam a principal origem desses deslocamentos, que hoje resultam no expressivo número de 35 milhões de refugiados, também é possível verificar um aumento na quantidade de pessoas deslocadas devido a desastres de natureza socioambiental (Sassen, 2016). A intensificação de fenômenos — como secas, desertificação, inundações e salinização de estuários — adquire proporções cada vez maiores, se tornando mais frequentes à medida em que as mudanças climáticas e o capital predatório avançam sobre o meio biofísico do planeta. As consequências desse modelo de exploração são sentidas, principalmente, em comunidades vulneráveis de países pobres, como Moçambique, Bangladesh e Paquistão. Em 2022, o Paquistão sofreu com uma inundação sem precedentes, causada por monções nas regiões do sul do país, que atingiram níveis pluviométricos 500% superiores às médias até então registradas (Pender, 2008; Nanditha *et al.*, 2023).

Figura 18 – Gráfico de pessoas deslocadas compulsoriamente no mundo



No Brasil, a história dos grandes deslocamentos compulsórios, e as paisagens de reordenação decorrentes dela, é bastante antiga e remete ao tráfico de escravizados e às reduções jesuíticas, que entre os séculos XV e XIX, operaram um

verdadeiro processo de desencantamento³¹ (Bourdieu, 2021). No caso dos jesuítas, a língua e sobretudo o espaço de exceção, ordenado segundo uma cosmologia cristã e distinto daqueles que se consolidavam nas regiões ligadas ao empreendimento colonial-exportador, foram fundamentais em seu papel “civilizador”. Ao instrumentalizar e normatizar a língua geral, que naquele momento era mais difundida que o próprio português, os padres encontraram no ordenamento de elementos da paisagem uma forma sobre a qual puderam materializar uma cosmovisão transplantada às bases materiais encontradas no Brasil (Paim, 2013).

Nesse caso, as reduções processam uma transformação de ordem metafísica, a qual significou para o modelo colonizador a afirmação da ordem sobre o caos, da civilização sobre a selvageria e, principalmente, da vitória de uma noção de universalidade sobre a heterogeneidade de povos diversos³² e suas experiências sobre o território.

llamamos reducciones a los pueblos de los indios, que, viviendo a su antigua usanza en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, en tres, cuatro o seis casas solas, separados a legua, dos, tres y más unos de otros, los redujo la diligencia de los padres a poblaciones grandes y a vida política y humana³³ (Montoya, 1996 *apud* Paim, 2013, p. 58).

O século XX, com suas grandes transformações, atualiza esses movimentos populacionais dentro de um modelo de acumulação não mais regido majoritariamente pela cosmovisão cristã, mas sim em consequência de dinâmicas socioespaciais cada vez mais complexas. No caso brasileiro, as pesquisas apontam que as grandes obras de infraestrutura e os projetos de desenvolvimento foram as principais causas de deslocamentos compulsórios na história recente do país (Carneiro; Souza; Silva, 2020). A construção e o alargamento da malha viária, as obras de requalificação urbana para grandes eventos e, principalmente, o desenvolvimento de um complexo

³¹ Para uma discussão sobre o processo de desestruturação social aplicado a um caso específico, ver Bourdieu (2021), onde o autor detalha os processos e consequências da imposição de uma racionalidade econômica, seu sistema classificatório e a adoção de um tempo único organizador.

³² As missões jesuítas são até hoje muito associadas aos povos Guarani, que habitavam as regiões onde hoje existem partes do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia. Mas, segundo Silva (2011), é possível dizer que, em pelo menos 25 sítios arqueológicos das reduções, foram encontradas provas de uma vasta diversidade étnica, que além dos Guarani, compreendiam os povos: Guañanás, Chiquis, Gualachos, Ybirayaras, Yarós, Charruas, Minuanos, Tobas, Abipones, Caaiguaras, entre outros.

³³ “Chamamos de reduções aos povoados dos índios, que, vivendo à moda antiga em morros, serras e vales, em riachos escondidos, em três, quatro, ou seis casas isoladas, separados por uma, duas, ou três léguas uns dos outros, reduzidos sob a diligencia dos padres a grandes populações com vida política e humana” (Montoya, 1996 *apud* Paim, 2013, p. 58, tradução nossa).

hidrelétrico baseado no alagamento de grandes superfícies de terra são os resultados de políticas de um dos dois principais agentes sistêmicos de nosso tempo: o Estado (Harvey, 2011). Por outro lado, o segundo grande agente, o capital, se torna protagonista de uma série de processos de origem mais opaca, muitas vezes menos visíveis, que, dentro de algumas perspectivas, nem sempre são vistos como desencadeadores de deslocamentos compulsórios. Fenômenos globais — como a acumulação por despossessão e a retração do espaço econômico —, ou os mais localizados — como a grilagem de terras e o esgotamento gradual de recursos devido à espoliação —, e mais recentemente, o terrorismo de barragens³⁴, também se somam às dinâmicas responsáveis pelo deslocamento de pessoas no país (Harvey, 2004a; Faraco; Seferian, 2023; Laschefski, 2020; Sassen, 2016; Souza, 2019).

Apesar desse cenário e do crescimento do número de pessoas se deslocando de forma forçada pelo mundo, até o momento, não há no Brasil um marco nacional regulatório diante da matéria em questão (Carneiro; Souza; Silva, 2020). Os esforços difusos mobilizados para compreender a natureza dos reassentamentos compulsórios esbarram em uma falta de sistematização, ocasionada parcialmente pela falta de estudos sobre o tema, mas também pela falta de interesse do Estado em prover segurança jurídica diante do agravamento dos problemas ambientais. Nesse contexto, abre-se espaço para que a matéria seja definida por órgãos e instituições internacionais, ligadas ao mercado financeiro e pouco conectadas às especificidades dos fenômenos de desterritorialização latino americanos.

Um estudo feito por Carneiro, Souza e Silva (2020) constatou que, no universo de 20 planos de reassentamento compulsórios analisados, o *Manual Operacional do Banco Mundial para Reassentamento Involuntário*³⁵ foi citado 15 vezes, tornando-se o instrumento normativo mais recorrente dentro das referências utilizadas nos casos brasileiros. O fato de uma instituição internacional financeira, e não o Estado, ser responsável pela definição de uma política de reassentamentos confirma uma

³⁴ Os rompimentos de Fundão e da barragem da Mina do Córrego do Feijão desencadearam um terror generalizado em diversas comunidades localizadas à jusante dessas estruturas. O acionamento de alertas sonoros, a criação das chamadas Zonas de Autossalvamento (ZAS) e a elaboração de laudos atestando a instabilidade de algumas barragens, fez com que muitas comunidades fossem esvaziadas de um dia para o outro.

³⁵ Durante a pesquisa, foi encontrado um marco de reassentamento involuntário (MPRI), realizado em 2017 pelo governo do Paraná por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL). No entanto, o documento, que é produto da aplicação da Política 4.12 de Reassentamento Involuntário (OP 4.12) do Banco Mundial, também corrobora com a tendência apontada pelas autoras (Carneiro; Souza; Silva, 2020).

tendência observada por grande parte dos autores e autoras do campo da ecologia política, que veem na consolidação do pensamento neoliberal dos anos 1980 — hoje tornado hegemônico — um importante ponto de retrocesso para as políticas ambientais.

O neoliberalismo, para além de um conjunto de práticas mercantis, é visto aqui — em conformidade com a visão elaborada por Foucault (2008) — como uma racionalidade impregnada na subjetividade dos indivíduos e nas instituições. Dessa forma, o Estado, embora aberto às disputas associadas a conjunturas diversas, também se torna um *locus* por onde se manifesta uma racionalidade concorrencial. Rejeita-se, portanto, a ideia um tanto difundida, de que os limites nacionais e a própria forma Estado estão desaparecendo em função do aumento do poder do mercado. Se, como mostram Dardot e Laval (2016), o pensamento neoliberal não é uma simples continuação do *laissez faire* e das demais doutrinas econômicas do século XIX, ele tampouco é uma corrente de pensamento pautada pela simples redução do poder público, como alguns apologistas contemporâneos insistem em afirmar de forma vulgar.

Analisando o pensamento de Hayek, os autores mostram que, através da dissolução de ideias como o social, soberania popular e coletividade, o pensamento neoliberal cunha uma racionalidade que ao fim e ao cabo, orienta-se não pelo antagonismo entre o Público e o não público, mas pelo fortalecimento do Estado enquanto ente regulador do direito privado, cuja função não mais seria o provimento do bem-estar social, mas a manutenção da propriedade privada e do livre comércio (Dardot; Laval, 2016).

É preciso haver liberdade de comércio, claro, mas como poderá ela efetivamente se exercer se não se controla, se não se limita, se não se organiza toda uma série de coisas, de medidas, de prevenções, etc. que evitarão os efeitos de hegemonia de um país sobre os outros, hegemonia essa que teria precisamente por efeito limitar e demarcar a liberdade de comércio? (Foucault, 2008, p. 87).

1.4.2.2 O terreno da Lavoura

No caso específico do reassentamento de Bento Rodrigues, a área escolhida para receber a comunidade foi a propriedade conhecida como Lavoura, localizada a cerca de 10 km da sede do município de Mariana. O terreno, adquirido pela Fundação

Renova e que até 2016 era da ArcelorMittal Brasil S/A, é uma antiga área de monocultura de eucalipto, que pertencia à Companhia Agrícola Floresta de Santa Bárbara (CAF). A propriedade possui ao todo 384,73 ha e faz parte da microbacia do córrego da Lavoura, um dos afluentes do rio Gualaxo. Dos 98,42 ha da gleba desapropriada para o reassentamento coletivo, 49,4 ha (50,2%) não são apropriados para a ocupação, segundo estudos da Ramboll (2019) encomendados pelo Ministério Público Federal (MPF). Esse número contrasta com o estipulado pela Samarco em documento apresentado em 2016, quando a empresa apresentou um estudo feito em parceria com a empresa D'Ávila Arquitetura, que indicava a existência de pelo menos 89 hectares em áreas sem restrição (Samarco, 2016a). Essa diferença se deve, principalmente, às áreas de talvegue não contabilizadas no estudo em questão.

Ao longo de reuniões ocorridas em maio de 2016, foram apresentados à comunidade dois outros terrenos: um chamado Carabina, de propriedade de José Tito Soares, e outro chamado Bicas, pertencente à própria Samarco. Dentro desse horizonte reduzido, o terreno da Lavoura foi escolhido por 94% das 223 famílias que compareceram à eleição realizada no dia 07 de maio de 2016 (Cáritas Brasileira, 2021b). Essa decisão, no entanto, foi tomada sem a participação da ATI, que só se estabeleceria no território em outubro do mesmo ano.

A Lavoura, por se tratar de uma área conhecida, onde alguns atingidos já haviam trabalhado, e por estar a uma distância tomada como razoável, tanto em relação ao antigo distrito quanto da sede do município de Mariana, foi escolhida de forma quase unânime. Fato esse que é incansavelmente repetido pela Fundação Renova para justificar os diversos problemas pelos quais o reassentamento viria a ser reconhecido. Cabe salientar, ainda, que os estudos que subsidiaram as discussões sobre a escolha dos terrenos são bastante incompletos, para dizer o mínimo. Os poucos diagnósticos apresentados pela Samarco e pela D'Ávila Arquitetura se restringem a análises genéricas e não deixam claro a metodologia empregada em sua elaboração. A morfologia do terreno e seu potencial como forma de suporte aos modos de vida — objeto de análise que, em teoria, deveria estar no centro dos estudos — são completamente esquecidos em detrimento de outros dados descontextualizados. Esse ponto será retomado em maiores detalhes no capítulo 6.

A montagem dos critérios foi antes, só com a comissão e o pessoal da Samarco. Depois teve uma reunião geral com todo mundo e as pessoas preencheram o questionário. O critério que eu levantei foi que o terreno do

novo Bento tinha que ficar na mesma rota do antigo. Depois da definição dos critérios é que a Samarco foi atrás dos terrenos.

No dia do Centro de Convenções eu fui lá, eles apresentaram os 3 terrenos. Mas, tipo assim: parecia praticamente que a Lavoura era o melhor mesmo, se você fosse por na balança só os dados técnicos.

No dia da reunião com o Ministério Público, já tinha sido agendado o dia da votação final. Mas para as peritas a votação não podia acontecer naquele dia (marcado), porque os estudos que eles apresentaram, estavam incompletos, elas questionaram o negócio da água (é vizinho o aterro sanitário de Mariana). Foi onde eu fiquei com medo.

Não sei se é uma vitória não. Mas que comemorei, eu comemorei (Dias *et al.*, 2016, p. 9).

1.4.2.3 O direito à moradia e o TTAC

De forma geral, o TTAC é bastante vago em relação ao reassentamento e à questão das moradias. No entanto, é importante fazer uma análise do instrumento à luz das informações originalmente disponíveis. Com isso, se objetiva compreender as premissas e visões que orientaram as etapas subsequentes do reassentamento, que incluem a elaboração de diretrizes propostas pela ATI em conjunto com as comunidades atingidas. É interessante perceber, por exemplo, o lugar no qual se encontra a reconstrução dos distritos dentro das orientações propostas pelo Estado e pelas empresas.

A cláusula 8 define sete eixos temáticos de atuação para a orientação dos programas, que são organizados de acordo com a seguinte ordem: I - Organização social; II - Infraestrutura; III - Educação, cultura e lazer; IV - Saúde; V - Inovação; VI - Economia; VII - Gerenciamento do Plano de Ações (Brasil, 2016). É interessante observar que o programa “[...] de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira” é originalmente compreendido como pertencente à categoria II, de infraestrutura, demonstrando assim a pouca compreensão da dimensão social da habitação (Brasil, 2016, p. 24).

Abaixo, observa-se o quadro que organiza as cláusulas das diretrizes orientadoras dos reassentamentos das comunidades destruídas³⁶:

³⁶ Muitas das cláusulas dos programas propostos pelo TTAC foram organizadas de forma redundante, gerando sobreposição de ações e projetos. Assim, e devido ao caráter genérico dos pontos discutidos no documento, algumas dimensões do reassentamento também podem ser encontradas em cláusulas não listadas no quadro, que serve apenas como um índice de referência para questões que serão discutidas nos próximos capítulos.

Quadro 1 – Trecho do TTAC Fundão

SEÇÃO 11: INFRAESTRUTURA
SUBSEÇÃO 11.1: Programa de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira;
Cláusula 76
O presente PROGRAMA deve prever ações para a recuperação, reconstrução e realocação das localidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira atingidas pelo EVENTO.
Cláusula 77
Fazem parte do presente PROGRAMA as seguintes ações, a serem desenvolvidas pela FUNDAÇÃO:
<ul style="list-style-type: none"> a) definição, em conjunto com as comunidades, da nova localização para o reassentamento; b) aquisição das áreas que foram escolhidas em conjunto com as comunidades; c) elaboração e aprovação do projeto urbanístico e demais entregáveis de engenharia da nova comunidade; d) implantação da infraestrutura de energia, água, saneamento, arruamento, pavimentação, drenagem e acessos; e) elaboração e aprovação dos projetos arquitetônicos e posterior construção dos imóveis; f) reassentamento das edificações de uso público, tais como escolas, unidades de saúde, praças, quadra coberta e templos religiosos, equivalente à SITUAÇÃO ANTERIOR e em observância aos padrões da política pública; g) demolição de estruturas remanescentes e consequente limpeza; h) negociação coletiva em instância participativa para definição de localização, discussão dos PROJETOS e acompanhamento das obras; i) dependendo da peculiaridade de cada caso concreto será considerada a possibilidade de autoreassentamento assistido, permuta e/ou indenização para os IMPACTADOS que assim desejarem; e j) disponibilização de moradia temporária das pessoas desalojadas pelo prazo de até 3 (três) meses após a solução definitiva de sua moradia.
Cláusula 78
O presente programa deverá ser iniciado em até 15 (quinze) dias e deverá estar concluído em até 36 (trinta e seis) meses, ambos contados da assinatura deste Acordo.

Fonte: Brasil (2016).

Das três comunidades destruídas pelo rejeito, duas delas estão sendo reassentadas de acordo com as cláusulas 77 e 78 do TTAC e o chamado PG008³⁷

³⁷ Dos estudos e diagnósticos que embasaram a elaboração dos programas, e que a Fundação Renova apresenta em seu portal de transparência, não há nenhum que esteja especificamente relacionado ao PG008.

(Programa de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira).³⁸

Quadro 2 – Projetos e objetivos do PG008

Projetos/Processos	Objetivo
Reconstrução de Bento Rodrigues	Implementar as ações para a recuperação, reconstrução e realocação da comunidade de Bento Rodrigues
Reconstrução de Paracatu de Baixo	Implementar as ações para a recuperação, reconstrução e realocação da comunidade de Paracatu de Baixo
Reconstrução da área afetada em Gesteira	Implementar as ações para a reconstrução da escola da comunidade de Gesteira e reforma e revitalização da quadra e praça da comunidade
Reconstrução da escola e reforma de quadra e praça de Gesteira	Disponibilizar moradia para os desalojados de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira pelo prazo de até 3 meses após as moradias definitivas serem entregues
Acompanhamento do Pós-reassentamento	Realizar acompanhamento e atuar diretamente ou apoiando as comunidades de forma a promover o restabelecimento do modo de vida das comunidades pós-reassentamento

Fonte: elaboração própria, a partir de Ramboll (2019).

Desse programa, foram definidas três modalidades de atendimento com vistas ao cumprimento do direito à moradia: 1) os reassentamentos coletivos (que são o objeto de estudo deste trabalho); 2) os reassentamentos familiares; e 3) as reconstruções nas localidades rurais. Embora não tenha sido oficialmente colocada como uma possibilidade pela Fundação, a indenização em forma de pecúnia, constitui uma quarta alternativa. Essa última possibilidade, contraindicada por grupos e movimentos ligados às lutas pelo direito à moradia, concorre muitas vezes para o agravamento dos problemas sociais iniciados pelo deslocamento compulsório. Uma vez que, a compensação financeira, em contextos de vulnerabilidade social, acaba agravando os processos de empobrecimento das populações, que diante da alienação de suas terras, se desenraizam. Essa situação é ainda mais grave entre os indivíduos que possuem forte vínculo de subsistência com a terra, como é o caso de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira (Fundação Getúlio Vargas, 2021a).

³⁸ Diante da forma impositiva que a Fundação Renova vinha executando os programas de reparação, a comunidade de Gesteira decidiu construir, em conjunto com o Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da Universidade Federal de Ouro Preto (GEPISA/UFOP) e a Associação Estadual de defesa Ambiental e Social (AEDAS), o Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira (PPRCG) (Carneiro; Souza; Melo, 2019).

Quadro 3 – Modalidades de reassentamento

Modalidades de reassentamento	
Reassentamentos coletivos	São os reassentamentos a serem realizados em outro terreno pela Fundação Renova. As três comunidades mais impactadas pelos rejeitos optaram por essa modalidade: Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira
Reassentamentos familiares	As famílias que optarem por não participar do reassentamento coletivo, podem solicitar essa categoria, que envolve a compra de um lote para a construção de uma nova edificação ou a compra assistida de uma residência construída, em qualquer lugar do Brasil, de acordo com os interesses da família atingida.
Reconstrução	Quando viável, a reconstrução da unidade habitacional no mesmo lote atingido, desde que os riscos sobre a permanência sejam comunicados às famílias. Essa modalidade se refere principalmente à reconstrução de habitações isoladas na área rural.

Fonte: adaptado pelo autor, a partir de Ramboll (2019).

A seguir, uma tabela com as modalidades escolhidas pelas famílias dos municípios atingidos de Mariana, Barra Longa e Santa Cruz do Escavado:

Tabela 1 – Modalidades de atendimento escolhidas pelas famílias

Modalidades de atendimento escolhidas pelas famílias								
	Mariana			Barra Longa			St. Cruz	Total
	Bento Rodrigues	Paracatu de Baixo	Áreas rurais	Gesteira	Áreas rurais	Sede		
Coletivo	255	119	3	33	-	-	-	410
Familiar	17	12	40	4	-	3	1	77
Reconstrução	-	-	11	-	3	-	-	14
Pecúnia	1	1	9	-	-	-	-	11
Total	273	132	63	37	3	3	1	512
Total por Município	468			43				512

Fonte: elaboração própria, a partir de Ramboll (2019).

No caso de Bento Rodrigues, é possível notar que, em um primeiro momento, a grande maioria das famílias demonstrou interesse em permanecer unidas na mesma comunidade. Com isso, o reassentamento coletivo foi a opção escolhida (93%),

seguida pela modalidade familiar, com apenas 6% de adesão. Mas, devido aos constantes atrasos e desgastes ocasionados pela gestão da Fundação, vários núcleos familiares foram desistindo dessa modalidade ao longo dos anos, preferindo outras alternativas.

Em março de 2021, um novo levantamento, feito pela Fundação Getúlio Vargas (2021a), apontou que 52 famílias das 3 comunidades haviam optado pelo reassentamento familiar e outras 7 pela pecúnia. Além das desistências, alguns núcleos originais também se desfizeram diante do falecimento de membros da comunidade³⁹. Uma reportagem veiculada pelo *Jornal Estado de Minas*, ao final de 2022, mostra que, àquela altura, a desistência em Bento chegava a 20%; ou seja, uma de cada cinco famílias (Parreiras, 2022). Esse número é superior aos 15% que, segundo a Ramboll (2019), se configura no parâmetro usualmente aceito para colocar em dúvida o “sucesso” de reassentamentos. Outro ponto de preocupação, que decorre da insatisfação em relação ao lote recebido, está no aumento das chances de as casas serem vendidas no futuro, fenômeno esse que acentuaria ainda mais a dissolução do tecido social da comunidade.

Durante o processo do reassentamento, muitas irregularidades foram cometidas e é possível dizer que uma série de direitos foram violados. Dentre as principais críticas ao reassentamento, feitas principalmente pela ATI e apontadas pela Cáritas Brasileira (2021b), destacamos:

a) Atrasos: até a metade desse ano, quando as primeiras casas foram entregues, o reassentamento passou por vários adiamentos. Ao todo, três prazos foram descumpridos até o momento: 31 de março de 2019, 27 de agosto de 2020 e 27 de fevereiro de 2021;

b) Inadequação dos terrenos aos modos de vida: uma das críticas mais recorrentes, refere-se às condições topográficas do novo terreno. Ao longo dos últimos anos, a Fundação Renova foi acionada várias vezes para oferecer soluções para esse e outros problemas verificados nos lotes. Em novembro de 2017, os atingidos e a ATI enviaram uma lista com 249 críticas aos lotes definidos no projeto urbanístico. Quase um ano depois, em outubro de 2018, a

³⁹ Até abril de 2022, pelo menos 44 sobreviventes de Bento Rodrigues haviam falecido, alguns deles em função do agravamento do quadro de saúde gerado pela depressão (Sampaio, 2022).

ATI enviou novo documento, chamado de “lista de inconformidades”, onde constavam 134 pedidos de readequação dos lotes. Mais uma vez, em setembro de 2019, uma nova lista foi enviada com 43 casos de insatisfação, sendo 5 deles de terrenos localizados sobre áreas de talvegues;

- c) Desafetação de áreas públicas:** o surgimento de novos núcleos familiares e a exclusão de terrenos originalmente projetados sobre áreas de talvegue, aliados à falta de planejamento da Fundação, criou um déficit de área no reassentamento. Diante disso, em outubro de 2019, a comunidade apresentou em audiência, a proposta de desafetação de 3 das 5 áreas institucionais que, até então, não possuíam uso definido (Brasil, 2019 *apud* Cáritas Brasileira, 2022a). A prefeitura de Mariana concordou com essa transferência, desde que ela fosse indenizada pela Renova, a qual, por meio de seus representantes, preferiu não demonstrar interesse na solução (Cáritas Brasileira, 2021b). Embora o processo de desafetação se dê em função da falta de disponibilidade de terras ocasionada pela falta de planejamento da Fundação em prever esse estoque, esse processo também evidencia a formação de uma paisagem que, na prática, tende a valorizar o privado em detrimento do público;
- d) Falta de clareza em relação às políticas de compensação:** a Diretriz nº 15, de 06 de fevereiro de 2018, diz que na impossibilidade de manter características iguais ou melhores aos imóveis originais, as famílias deverão receber compensação em tamanho de área ou em pecúnia, ou em melhorias nas edificações e/ou benfeitorias à escolha do núcleo familiar, desde que devidamente suportados por laudos técnicos (Anexo A). Apesar disso, as mineradoras têm se mostrado relutantes em estabelecer de forma clara esses parâmetros. Diante dessa indefinição, o MPMG entrou com uma ação contra as mineradoras, exigindo a definição dos critérios e dos valores das compensações financeiras pelas perdas não restituíveis. Isto posto, é surpreendente que as propostas para a solução de um ponto tão sensível ainda não tenham sido apresentadas a contento. Uma vez que, esse conhecimento, em conjunto com a visita aos terrenos e a aprovação do projeto conceitual, se configura na base para tal decisão.

1.4.2.4 Diretrizes para o reassentamento

Diante da falta de contornos que caracteriza o eixo social do TTAC e, em específico, os projetos para a restituição do direito à moradia, a assessoria técnica (ATI), em diálogo com as famílias atingidas, elaborou um documento contendo propostas de diretrizes para a reparação nesse quesito. Em 05 de outubro de 2017, foram homologadas as primeiras diretrizes, no âmbito da Ação Civil Pública (ACP) nº 0400.15.004335-6, que tramitou na 2ª Vara da Justiça Estadual da Comarca de Mariana. A partir daí, seguiu-se uma série de acordos complementares, firmados ao longo de 2018, que culminaram no estabelecimento de 83 diretrizes voltadas à reparação do direito à moradia (Anexo A).

Os acordos fizeram com que fosse reconhecido o direito não apenas de proprietários, mas também de moradores que possuíam outras relações de uso com a terra, como meeiros, locatários, caseiros, etc. Alguns dos pontos conquistados, incluem: a autodeclaração como prova válida para a definição da nova edificação; a construção de novas moradias para famílias que haviam começado obras no distrito de origem à época do rompimento; metragens mínimas; a garantia de assistência técnica rural (ATER) e o acréscimo de 20 m² à área construída a título de compensação.

Por fim, dentre tantos fatos, um outro que também é digno de nota para se compreender o contexto no qual se deu o reassentamento, foi a enorme insegurança jurídica ocasionada pela destruição da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e do Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. No dia 08 de março de 2019, o ex-ministro da casa civil, Onyx Lorenzoni, enviou ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) um ofício solicitando a revisão e extinção de comitês e comissões de participação popular (categoria onde se enquadra o CIF). Um mês depois, no dia 11 de abril, o ex-presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto nº 9.759, que previa a diminuição do número de conselhos e comissões previstos pela PNPS e pelo SNPS. A estimativa do então governo era de que apenas 50 dos 700 espaços de deliberação continuassem com suas atividades (Motta, 2019).

No momento em que essas linhas são escritas, as primeiras chaves das casas construídas são entregues à algumas das famílias de Bento (Cáritas Brasileira, 2023). Quase ao mesmo tempo, outras famílias, atingidas pelos rompimentos de 2015 e

2019, realizam atos em Belo Horizonte pedindo o aumento da participação nos processos de reparação, além da revisão do posicionamento da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG). Visto que, em maio desse ano (2023), a DPMG passou a defender que as indenizações individuais destinadas às famílias atingidas pelo rompimento da barragem I do Córrego do Feijão não fossem mais discutidas coletivamente (Costa, 2023).

Para além das diferenças desses momentos, e de como eles são apreendidos por aqueles que os vivem em seu cotidiano, ambos dizem respeito a um mesmo conjunto de práticas de individualização dos processos de reparação. Ainda que a obtenção das chaves, após longos anos de espera, seja um alívio para as famílias, não se pode perder de vista a forma como esse momento foi construído. Uma vez que, ele também é o resultado de uma violência persistente e contínua, de um processo cujas falhas ficam demonstradas pelo longo período de espera e pelo não cumprimento do acordo feito para que a ocupação dos imóveis fosse retomada coletivamente.

2 COSTURANDO ANÁLISES POR MEIO DAS PAISAGENS MINERÁRIAS

2.1 O campo dos conflitos, o pensamento praxiológico e a questão escalar

Para Bourdieu (2003), o mundo social pode ser apreendido com base em três modos de conhecimentos teóricos, que possuem cada qual seu próprio conjunto de teses. O primeiro, que o autor chama de fenomenológico, diz respeito a “[...] *verdade da experiência primeira no mundo social, isto é, a relação de familiaridade com o meio familiar*” (Bourdieu, 2003, p. 39, grifo nosso). É o conhecimento construído sobre aquilo tomado como evidente. Por sua vez, o conhecimento objetivista, se dá sobre as “[...] relações (econômicas ou linguísticas) que estruturam as práticas e suas representações” (Bourdieu, 2003, p. 39, grifo nosso). Por último, e com o objetivo de superar e mediar a oposição entre essas duas formas de saber, há o pensamento praxiológico. Em certa medida, essa tentativa de conciliação entre um “[...] *sistema de posições objetivas e disposições subjetivas de indivíduos e coletividades*” perpassa o próprio conceito de campo e a sua complementaridade ao conceito de *habitus*, tão centrais no pensamento do autor (Thiry-Cherques, 2006, p. 35, grifo nosso).

Enfim, o conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade. Esse conhecimento supõe uma ruptura com o modo objetivista, ou seja, um questionamento das condições de possibilidade e, por isso, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende de fora as práticas como fato acabado, em vez de construir seu princípio gerador situando-se no interior do movimento de sua efetivação (Bourdieu, 2003, p. 40).

O conhecimento praxiológico é uma teoria da prática, vista por Bourdieu (2003) como uma forma de superação da dicotomia sujeito/objeto. É por meio dessa categoria que as dimensões objetivas e subjetivas das dinâmicas do mundo social se relacionam. No nosso caso, o pensamento praxiológico funcionaria como uma tentativa de compatibilização das escalas das práticas que definem a produção da paisagem, bem como uma tentativa de superação das análises baseadas no distanciamento dessas duas dimensões. Essa abordagem confere centralidade à paisagem como elemento estruturado e estruturante das práticas espaciais, uma vez que, ela põe em destaque a forma exterior pela qual se apresentam a interiorização,

o *habitus*⁴⁰ e/ou as práticas incorporadas dos fenômenos que se dão ao nível dos lugares. É justamente das relações que se dão entre essas manifestações de interioridade e conhecimento objetivo exterior que se constrói o movimento pelo qual é possível apreender o espaço dialético (Bourdieu, 2003).

Trilhar esse caminho, apontado por Bourdieu (2003), também é uma forma de criar uma base de análise mais compatível e alinhada ao conjunto de termos e ferramentas empregados de forma recorrente por diversos outros autores do campo de estudos da ecologia política. Segundo Fleury, Almeida e Premebida (2014), grande parte da produção brasileira sobre as questões socioambientais aqui abordadas possui o trabalho do sociólogo francês como referência, mesmo quando parte de enquadramentos distintos.

Dito isso, e como forma de trazer essas contradições à tona, a presente dissertação se estrutura ao redor das relações constituídas entre as dimensões colocadas pelo conhecimento praxiológico. De um lado, e com aporte principalmente (mas não só) de conceitos e processos descritos pela literatura da ecologia política, pretende-se definir o campo de conflitos a partir dos pontos de contato entre os fenômenos de grande escala e a paisagem.

Diante do reassentamento, quais práticas e estratégias simbólicas são acionadas, por quem, sob que circunstâncias, e em que medida essas ações não só refletem, mas também contribuem para a criação da paisagem dos distritos reconstruídos? Pretende-se que parte dessas respostas surjam da articulação entre os tópicos da paisagem e as obras de autores que se debruçam sobre questões ambientais, como Henri Acselrad, Andrea Zhouri, Maristela Svampa, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Mirta Antonelli, Eduardo Gudynas, David Harvey, Bruno Milanez e Klemens Laschefski — todos envolvidos, de alguma forma, com o campo da ecologia política.

De outro lado, e com o auxílio de um corpo teórico da filosofia da paisagem — que dê conta de abordar o lugar da experiência na produção do espaço e, portanto, sua dimensão fenomenológica —, o trabalho pretende contar com o aporte de discussões desenvolvidas por autores, como Michel Collot, Tim Ingold, Milton Santos,

⁴⁰ De forma resumida, o conceito de *habitus* desenvolvido por Pierre Bourdieu, é o conjunto de disposições, modos de ver, de fazer e pensar, que orienta nosso estar no mundo a partir de uma dada circunstância específica.

Jean Marc Besse, Rosário Assunto, Eclea Bosi, Maria Ângela Faggim, Eugênio Turri, Altamiro Bessa, dentre outros.

Ainda sobre um método focado na prática, Bourdieu (2003) coloca:

Assim, o objetivismo metódico – que constitui um momento necessário de toda pesquisa, a título de instrumento de ruptura com a experiência primeira e de construção das relações objetivas – exige a própria superação. Para escapar ao *realismo da estrutura* que hipostasia os sistemas de relações objetivas convertendo-os em totalidades já constituídas fora da história do indivíduo e da história do grupo, é necessário e suficiente ir do *opus operatum* ao *modus operandi*, da regularidade estatística ou da estrutura algébrica ao princípio de produção dessa ordem observada, e construir a teoria da prática, ou, mais exatamente, do modo de engendramento das práticas, condição da construção de uma ciência experimental da dialética da interioridade e da exterioridade, isto é, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade (Bourdieu, 2003, p. 53).

Em 2016, o grupo de pesquisa GESTA (2016), vinculado à UFMG, enviou uma representação ao Ministério Público Estadual (MPE) e ao MPF, requerendo uma série de posturas em relação à preservação das vítimas do rompimento. Uma das principais preocupações era de que, naquele momento de consternação, os direitos da população fossem confundidos com interesses passíveis de negociação e submetidos a uma suposta equivalência de posições. Na ocasião, os pesquisadores tiveram o cuidado de definir o termo conflito dentro de um sentido político ampliado, ao dizer que: “[...] os conflitos ambientais não se restringem aos interesses entre duas partes litigantes; não remetem a uma controvérsia entre dois polos em iguais condições de negociação” (GESTA, 2016, p. 2). Esse cuidado serve como uma estratégia de luta no âmbito institucional e funciona para demarcar o posicionamento e a distância entre os discursos em torno das questões sensíveis em disputa.

A categoria conflito é frequentemente reincorporada pela IEM como um meio de despolitização e, em geral, se alinha ao paradigma liberal sobre o processo de deliberação. Nele, a dimensão de poder é apagada e substituída por uma suposta racionalidade comunicativa e, de acordo com aqueles que detêm mais recursos, isso seria o suficiente para fazer emergir uma solução “razoável” e adequada para ambas as partes. No entanto, ao fazer isso, a arena de conflito reduz a política a um mero instrumento, cujo único objetivo se torna a busca por esse ilusório ponto de equilíbrio.

Esse entendimento teleológico e reduzido da política esconde a real natureza da relação entre mineradoras e atingidos, quando, por exemplo, é naturalizada a “resolução negociada de conflitos”. O que, como observado, se configura em uma

violência na medida em que elimina a possibilidade de que posições sejam definidas a partir do claro antagonismo entre os agentes⁴¹ (Mouffe, 2015). Essas práticas, longe de significarem um avanço do espaço democrático, são um sinal de que vivemos em um período pós-democrático, marcado pela deslegitimação do povo enquanto agente político.

Pós-democracia é a prática de governo e a legitimação conceitual de uma democracia que vem após o *demos*, uma democracia que eliminou a presença, os erros de apuração e a disputa do povo, reduzindo-se unicamente, em razão disso, à interação dos mecanismos de Estado e aos acordos entre forças e interesses sociais... É a prática e a teoria do que é apropriado, sem que reste qualquer espaço entre as formas do Estado e o estado das relações sociais (Rancière *apud* Mouffe, 2015, p. 28).

Alinhado a esse entendimento mais amplo, defende-se a ideia de que o desastre-crime é resultante de uma ampla gama de conflitos que o antecederam e, por isso, deflagra não só uma, mas uma série de arenas por onde se estabelecem relações de desavença operadas por dispositivos de poder mais ou menos visíveis (Viana, 2012). Do ponto de vista político-jurídico, ainda que o uso dessa categoria possa ser apropriado em prejuízo das comunidades, ela também nos ajuda a compreender uma série de práticas que se desdobraram, principalmente, a partir da atuação de agentes, como a Fundação Renova, os arquitetos e, especialmente, os atingidos. Assim, e por meio de práticas resultantes da incorporação de um novo e atualizado *habitus*, os atingidos adquirem novas formas de se manifestar em favor de seus próprios princípios de apropriação do espaço.

Passados 8 anos, as diversas disputas em torno do reassentamento se enraizaram no cotidiano dos grupos, reorganizando suas formas de reprodução sobre os territórios. Isso tudo acontece a despeito da discussão em torno da classificação dada ao rompimento e, mesmo diante do reconhecimento da importância dessa demarcação e de sua operação no contexto das lutas travadas nos espaços institucionais, é nesse sentido que o reassentamento será discutido.

Dito de outro modo, se o rompimento se caracteriza como um desastre tecnológico resultante de um conflito, mas não é um conflito em si, ele inaugura uma série de espaços por onde os agentes passam a disputar os recursos (materiais e simbólicos). Vale destacar que, esses recursos viabilizam a reprodução sobre o

⁴¹ Sobre a discussão da violência como arma política no contexto dos conflitos socioambientais, ver o ensaio de Porto-Gonçalves e Chagas ([2018]).

território, criando condições para uma análise dentro desse enquadramento teórico. Devido à extensão dos danos e à multidimensionalidade que caracterizam o desastre de Fundão, recorre-se ao uso do plural no título deste subcapítulo.

Essa discussão nos leva, então, ao centro de uma questão específica que orienta este trabalho. Portanto, e para ajustar as análises de paisagem à aplicação dos fundamentos elencados acima, propomos um breve debate sobre a ideia de conflito ambiental e sobre o papel do reassentamento de Bento Rodrigues como estudo de caso.

Como em Acselrad (2004a), o tema dos conflitos ambientais se inscreve aqui sob uma perspectiva diferente daquela que sugere que eles decorrem da escassez de recursos motivada pelo crescimento populacional de países pobres. Um entendimento desse tipo justificaria soluções baseadas na quebra de vínculos de solidariedade, meritocracia e autoritarismo. De forma adequada, os conflitos ambientais⁴², geralmente, evidenciam modos diferenciados de existir sobre o território e, frequentemente, se desdobram em lutas por autonomia. Nelas, diferentes grupos resistem ao modelo ditado pelo modo de produção capitalista e pela industrialização da sociedade moderna (Zhour; Laschefski, 2010). Essa realidade é ainda mais intensa no caso brasileiro, na medida em que o país se afirma no contexto global como um centro exportador de *comodities*.

Os conflitos ambientais surgem a partir do encontro de duas ou mais formas distintas de apropriação do espaço: uma simbólica e outra material, que decorrem da concorrência pelo uso, controle e significação dos recursos⁴³. No primeiro caso, é onde “[...] se desenvolvem as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder” (Acselrad, 2004a, p. 23). Na segunda dimensão, por sua vez, “[...] que seria o espaço das representações, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital” (Acselrad, 2004a, p. 23).

⁴² Ao contrário dessa perspectiva, que reforça desigualdades, José Augusto Pádua (1991), por meio de um estudo dos fluxos de matéria e energia globais, demonstra a real proporção entre o “peso” ecológico de países das regiões Norte e Sul do planeta.

⁴³ O próprio caráter autoevidente inscrito no termo recurso natural, que diz respeito ao potencial de transformação de matéria em bens ou energia, pode ser questionado diante do fato de que o uso dado a esses elementos é socialmente construído, sendo resultado de sistemas valorativos localizados no tempo e no espaço. Assim, “[...] a ideia da natureza como um produto social tem de ser acompanhada pelo reconhecimento de que os recursos naturais são apreciações culturais, econômicas e tecnológicas” (Harvey, 2011, p. 154).

Cabe notar, ainda, que os conflitos não são a manifestação de lutas pelo território no mesmo sentido em que se entende uma disputa legal arbitrada entre partes litigantes. Uma vez que, os espaços onde ocorrem essas disputas são, comumente, estruturados por uma forte assimetria de poder associada aos agentes que atuam na produção, ocupação e uso do espaço. Assim, e a despeito dos discursos edulcorados do ambientalismo corporativo, o processo de modernização produz e intensifica um quadro de injustiça ambiental ao concentrar o ônus de suas atividades sobre territórios já assolados por opressões marcadas pelos vieses de classe, raça e gênero (Acselrad, 2004b).

Essa realidade se torna ainda mais preocupante no Brasil, país marcado por um persistente e longo processo de exclusão social, bem como por sua afirmação como país exportador de *comodities*.

[...] o meio ambiente como um bem universal e uniforme não existe no campo das relações sociais. Nem tampouco existe um sujeito universal preocupado com a proteção ambiental. Existem, sim, situações concretas, passíveis de se transformarem em mobilização de grupos sociais específicos, que contam com acervos definidos de recursos (simbólicos e organizacionais) e que falam a partir de percepções, valores, projetos, necessidades e interesses pertinentes ao lugar que ocupam. Isso significa que esses grupos atribuem valores próprios, apresentam demandas específicas e elaboram as suas compreensões a respeito do meio ambiente (Fuks, 2001, p. 97).

No contexto da presente pesquisa, a escolha de utilizar Bento Rodrigues como estudo de caso foi determinada não apenas pela experiência pregressa no território entre 2018 e 2019, mas principalmente pela possibilidade que isso abre para o confronto entre as teorias e seus rebatimentos na escala mais próxima desse olhar. Testar os limites de determinadas leituras a contextos específicos, como no caso do reassentamento em tela, e de forma inversa, ao retirar especificidades que fundamentem o ajuste de quadros analíticos mais amplos, é um dos objetivos da pesquisa.

Nesse sentido, o estudo de caso, no campo dos conflitos ambientais, torna-se ainda mais determinante sob dois principais aspectos: 1) as disputas, que adquirem força e materialidade no próprio território, envolvendo uma gama cada vez mais variada de agentes, e 2) as suas estratégias de apropriação material e simbólica. Compreender as especificidades dessas disputas enquanto os conflitos ainda se desenrolam, de forma latente ou não, faz parte de uma dinâmica política que coloca o

“local” como fonte de problemas sociais e a pesquisa como mais uma estratégia à disposição de agentes subalternizados.

Contudo, o aumento de disputas sobre os recursos da terra traz consigo um sentido de despossessão. Visto que, os capitais — sejam eles financeiros, minerários ou agrários —, em sua natureza de crescente destruição criativa, adquirem novas feições ao avançar as suas fronteiras em direção a territórios pouco explorados. Contrapor essa criatividade com respostas e proposições também criativas requer o estabelecimento de uma rede de práticas e ideias, tomadas ao rés do chão, onde as disputas acontecem (Brenner, 2014).

Além de se situarem em um campo de disputa em torno de casos particulares, nessa abordagem os conflitos constituem também um espaço relevante no processo de elaboração e circulação públicas de versões a respeito do assunto em questão. Nesse contexto, os conflitos ambientais são as arenas específicas em que emergem argumentos aptos a participar da disputa pela definição do ambiente como problema social. Isso significa que as versões elaboradas no contexto das disputas localizadas são, ao mesmo tempo, permeadas e contribuem para a constituição do quadro de referência mais amplo a partir do qual um determinado problema social é elaborado e tratado (Fleury; Almeida; Premebida, 2014, p. 61).

Por fim, cabe complementar essa exposição com o debate sobre a importância do olhar multiescalar dentro do pensamento geográfico. As escalas que envolvem os estudos socioespaciais não são evidentes e dadas *a priori*, embora eventualmente possam ser utilizadas categorias já consolidadas, como o “local” ou o “nacional”. Marcelo Lopes de Souza (2021) acredita que a escala, enquanto forma de aproximação da realidade social, deve ser “arrancada” ao longo do próprio movimento de pesquisa e de definição do objeto de conhecimento a ser estudado. Essa forma de ver as coisas encontra eco no pensamento de Bourdieu (2003), para quem a pesquisa também é construída no próprio ato de se pesquisar. Com isso, torna-se possível evitar os problemas causados pela inversão contida na própria lógica hegemônica de produção do espaço, orientada sobretudo pela projeção do plano abstrato sobre o real. Sendo assim, pensar em desinverter esses polos, de alguma forma, seria desvelar o que se esconde sobre essa estrutura materializada na e pela paisagem.

O rio Doce, com seus córregos tributários, é certamente um agente organizador passível de constituir uma escala específica. Igualmente, o limite do lote de uma das casas do reassentamento de Bento Rodrigues, na medida em que o projeto se manifesta como uma representação de um lugar virtual/potencial apartado de uma

representação geral de conjunto, é outro marco escalar capaz de revelar relações constitutivas da paisagem. Assim, faz-se necessário não privilegiar uma escala específica em detrimento de outra, nem se ater de forma rígida às categorias já consagradas pelo próprio pensamento geográfico.

Mas como certos fenômenos não podem ser apreendidos se não considerarmos extensões grandes, enquanto outros, de natureza bem diversa, só podem ser captados por observações muito precisas sobre superfícies bem reduzidas, resulta daí que a operação intelectual, que é a mudança de escala, transforma, e às vezes de forma radical, a problemática que se pode estabelecer e os raciocínios que se possa formar. A mudança da escala corresponde a uma mudança do nível da conceituação (Lacoste, 1988, p. 77).

Pensando nisso, de que forma a microescala da casa, seu projeto e suas definições são o resultado da incorporação e reprodução de práticas institucionalizadas de produção da paisagem? Do contrário, como o lugar, principalmente a partir dos objetos e da memória, encontra no espaço meios para se afirmar diante dessa estrutura que tende ao exercício de um poder afirmado na heteronomia? Como se estruturam as paisagens mineradas? E como a paisagem do reassentamento de Bento Rodrigues reestrutura as práticas e estratégias dos agentes que detêm mais poder?

Para Marcelo Lopes de Souza (2016), a solução para o problema:

[...] consiste em saber combinar as escalas (refiro-me aqui, tanto a escala de análise quanto a escalas de ação), de tal maneira que não se precise, por constrangimento epistemológico ou metodológico, e muito menos por indução ideológica, abdicar de nenhuma delas (Souza, 2016, p. 161).

Deste modo, nos ocorre que as relações entre linguagem, informação e cultura são centrais na teoria praxiológica, sendo a linguagem o eixo configurador das relações no mundo prático, e a informação e a cultura figuras unificadoras e integradoras dos sistemas de fatos e representações, delineadoras dos jogos sociais e de suas regras práticas. Contudo, aliadas a esse eixo nodal da praxiologia se encontram as dinâmicas sociais de legitimação e preservação da ordem vigente. [...] Deste modo, quando enveredamos a estudar as relações sociais em Bourdieu ao fim e ao cabo nos deparamos com um modelo assimétrico de luta concorrencial coercitiva e “econômica” pelo monopólio do que está em jogo no espaço social (caso), seja isto material e/ou simbólico (Menezes; Gómez, 2017, p. 136).

2.2 A paisagem como categoria articuladora em Bento Rodrigues

A categoria paisagem foi escolhida por alguns motivos que convém elucidar. Em primeiro lugar, a intensa assimetria de poder que ordena o reassentamento a partir das relações, muitas vezes, antagônicas entre os atingidos e a Fundação Renova, cria um desequilíbrio entre as formas de perceber, narrar e construir o espaço habitado (ou a se habitar). Assim, ao trabalhar para que essas noções sejam realizadas em patamares menos desiguais, deve-se partir da compreensão de que a luta travada pelos atingidos é também uma luta pela restituição do pensar e produzir o espaço. Essa postura passa pela recusa da compreensão de que as paisagens, mesmo quando carregadas de violência, não são exclusivamente definidas pelas práticas heterônomas atribuídas aos agentes de poder hegemônico.

A paisagem, como resultado dinâmico de processos sócio-históricos, nos permite acessar não só as práticas que a compõem, mas também as representações e discursos capazes de dar relevo aos processos de territorialização a partir daqueles que são historicamente subalternizados. Dito de outra forma, a paisagem, por se constituir como uma categoria necessariamente atrelada à noção de lugar, se coloca como uma rica fonte de acesso a uma historicidade dos espaços. Nesse caso, ela reestabelece o sentido histórico construído pela oralidade dos relatos de quem vive a tragédia do reassentamento e pelas imagens e regimes de representação contra-hegemônicos que se estabelecem por meio de paisagens pensadas de baixo para cima. Esse conjunto de pequenas histórias, longe de substituir uma narrativa mais globalizante, ajuda a tensionar e ressignificar os processos históricos.

Dessa forma, o reassentamento é a concretização de uma paisagem realizada a partir de narrativas e imagens diversas que se materializam sobre um ambiente particular. Terrenos, como o da Lavoura, que anteriormente eram utilizados para o monocultivo de eucalipto e onde hoje se constroem novas casas, são a base para a consolidação de uma miríade de significados. Esses significados são construídos tanto pelas esperanças depositadas no futuro quanto pelo sentido resultante da disputa que marca a condição de ser atingido. Sentido este que surge do movimento incessante e internalizado de práticas que se desdobram no tempo, entrelaçadas com o trauma marcante do rompimento da barragem.

O deslocamento compulsório não é apenas um deslocamento físico dado pela incerteza, ele é também um deslocamento dos próprios sentidos de se estar no

mundo. Estes sentidos passam a emergir diante de novas práticas, que devem ser constantemente incorporadas ao repertório da rotina adquirida pós-rompimento. Zhouri *et al.* (2018) colocam a experiência de ser atingido como um constante movimento marcado por um doloroso e cansativo aprendizado, no qual o conjunto de práticas tradicionais de reprodução de vida no espaço e as novas formas de se habitar e fazer política passam a ser fundamentais.

Encontrar alguns fios de sentido em meio ao cenário quimérico dessa desterritorialização violenta é, em certa medida, revelar algumas das nuances por trás da violência dos discursos e suas práticas, bem como evidenciar formas pelas quais as comunidades atingidas se mantêm vivas apesar de tudo. Contudo, se a análise de uma disputa pelo sentido da paisagem é o canal por onde o trabalho irá se desenvolver, como isso poderá acontecer durante uma prática de pesquisa-escrita?

Tim Ingold (2021) observa que o espaço é a dimensão que conecta os significados ao mundo, enquanto a paisagem é a forma pela qual se pode efetuar justamente o resgate desses sentidos. Diante disso, e dentre uma variedade de tópicos que poderiam ser observados por meio das lentes da paisagem, recorreremos aos que já acumularam alguma relevância, indicando assim o centro por onde irradiam as disputas pelos sentidos de paisagem.

2.2.1 Paisagem em suas três dimensões

De forma sintética, Michel Collot (2013) propõe uma leitura geral do pensamento-paisagem, baseada na explicação da categoria a partir da interação entre três elementos. Segundo o autor, a paisagem é, por definição:

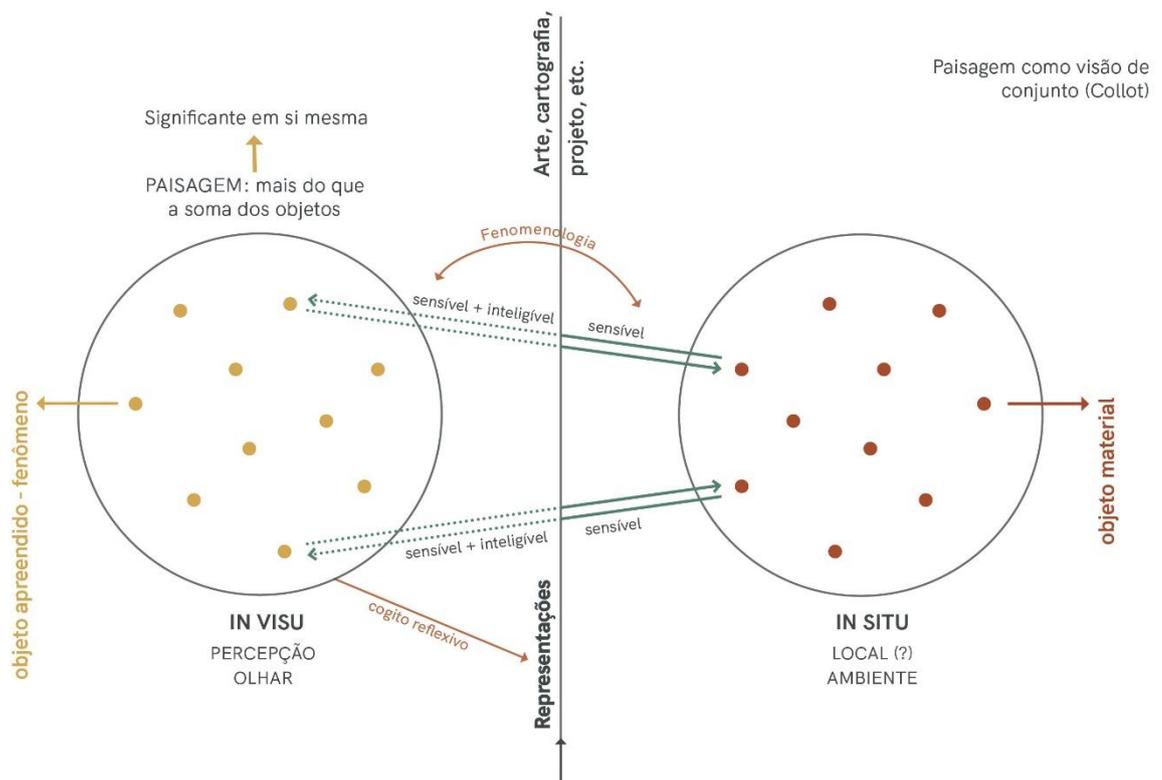
[...] um espaço percebido, ligado a um ponto de vista: é uma extensão de uma região (de um país) que se oferece ao olhar de um observador [...] é também uma representação pictórica. De fato, a noção de paisagem envolve pelo menos três componentes, unidos numa relação complexa: um local, um olhar e uma imagem (Collot, 2013, p. 17).

Ainda de acordo com Collot (2013, p. 18), “[...] a paisagem como um fenômeno, que não é nem uma pura representação, nem uma simples presença, mas o produto do encontro entre o mundo e um ponto de vista”. Propomos, contudo, um deslocamento nessa afirmação, posicionando as representações em um lugar de maior destaque, como uma membrana entre o olhar e o olhado. Dessa forma, ao

colocá-la como mediadora entre sujeitos e objetos, e não como uma percepção, como o faz Collot, destacamos também a dimensão de poder como elemento central na estruturação de uma paisagem.

Isso nos permite articular a noção de poder simbólico, elaborada por Bourdieu (2011a) de forma orgânica no interior das discussões sobre as relações entre os elementos dessa tríade paisagística.

Figura 19 – Diagrama de paisagem como tríade



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Collot (2013).

[...] as relações entre linguagem, informação e cultura são centrais na teoria praxiológica, sendo a linguagem o eixo configurador das relações no mundo prático, e a informação e a cultura figuras unificadoras e integradoras dos sistemas de fatos e representações, delineadoras dos jogos sociais e de suas regras práticas (Menezes; Gómez, 2017, p. 136).

Assim, as representações sociais participam dos processos de organização simbólico-discursiva da realidade social (ou melhor, sócio-espacial); elas nos envolvem, influenciam nossas reações no cotidiano e modelam o senso comum, ao mesmo tempo em que se acham imersas no cotidiano e no senso comum (Souza, 2016, p. 160).

Além das palavras de Marcelo Lopes de Souza (2016), faz-se necessário acrescentar que essas representações sociais não se restringem apenas à disputa no

campo simbólico-discursivo. Uma vez que, embora as lutas ocorram nesse âmbito, elas ganham materialidade à medida que moldam o espaço e as práticas dos agentes envolvidos em uma situação de conflito.

A paisagem resulta sempre de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é uma sem ser totalizante, é compósita, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados. A paisagem pressupõe, também, um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos “visíveis”, mas, por outro lado, as formas e as funções indicam a estrutura espacial, em princípio, “invisível”, e resulta sempre do casamento da paisagem com a sociedade (Serpa, 2010, p. 133).

Em síntese, a paisagem aqui apresentada é o resultado de uma estrutura de interações entre o indivíduo, o sítio e a cultura. A cultura, no que concerne à paisagem, é formada por um conjunto de imaginários e sentidos diversos que são socialmente construídos. Diante disso, a complexidade de representações e imagens desse conjunto formatam tanto a nossa percepção quanto as nossas práticas de reprodução do espaço.

Se, por um lado, a paisagem adquire um aspecto concreto (*in situ*), por outro, ela se apresenta como um modo de percepção, um estar no mundo (*in visu*), que, por sua vez, reorienta o nosso agir (*cogito* reflexivo) a partir da incorporação daquilo que sentimos (pré *cogito* reflexivo) em nossa relação com o ambiente (*in situ* novamente). Esse modelo estabelece formas de leitura mais claras sobre as diversas categorias imbrincadas no pensamento socioespacial, além de facilitar a operacionalização do elemento paisagem enquanto conceito de pesquisa.

Sem perder de vista as relações de codependência entre suas partes constitutivas, é possível aludir esse modelo a um ou outro tipo de paisagem, de acordo com o enfoque específico solicitado por cada fenômeno em sua singularidade. Sendo assim, a utilização intercambiável de termos correlatos e aproximados a cada uma dessas três categorias possibilita a estruturação de um pensamento mais orgânico, mesmo diante de uma ou mais imprecisões.

Analisar e construir uma crítica da paisagem contemporânea a partir da análise do espaço implica em olhar as paisagens como especificações de uma totalidade da qual fazem parte “através de uma articulação que é ao mesmo tempo funcional e espacial” ou, em outras palavras, realizações de “um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral [...] e o particular” (Corrêa, 1986, p. 46 *apud* Serpa, 2010, p. 133).

2.3 Dados de pesquisa

A dificuldade de se obter informações em campo por meio do contato direto com os atingidos decorre de uma série de fatores. Em primeiro lugar, o poder exercido pelas corporações, em suas mais diversas formas, faz com que a população tenha medo de se posicionar criticamente diante de entrevistadores, pesquisadores, repórteres e demais agentes em campo. Militantes ligados ao Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) relataram que, logo após o rompimento, moradores de uma comunidade rural em Mariana se recusaram a conversar sobre a atuação das mineradoras, pois tinham receio de que os familiares que trabalhavam na Samarco pudessem sofrer algum tipo de represália (Coelho; Milanez; Pinto, 2016). E, embora a força de trabalho da Samarco tenha se retraído, o que mitigou esse meio específico de chantagem pelo emprego, uma série de outros canais se abriram dentro do próprio processo de reparação, levados a cabo, principalmente (mas não somente), pela Fundação Renova⁴⁴. Desse modo, o medo do desemprego foi sucedido pelo medo da não efetivação dos direitos à reparação.

Se para alguns atingidos a visibilidade adquirida por uma posição crítica e de enfrentamento é uma arma contra a supressão desses direitos, para outros, a exposição dentro desse campo de disputa representa o contrário, ou seja, um movimento temerário cujas consequências não podem ser antecipadas com clareza. Com isso em mente, como e qual seria o formato adequado para acessar práticas e narrativas contra-hegemônicas que sejam capazes de servir de base para a pesquisa socioespacial que aqui se apresenta?

Embora, intuitivamente, a entrevista semiestruturada pareça mais a apropriada a esse objetivo, é preciso considerar a grande pressão que há oito anos recai sobre as populações atingidas. Questionários, entrevistas, documentos com letras miúdas e assembleias desgastantes podem ter seu grau de importância, mas também são parte do conjunto de solicitações que, muitas vezes, contribuem para um quadro de reafirmação do sofrimento. O esforço de se desdobrar em múltiplas frentes e ter de responder a uma infinidade de questões complexas que, frequentemente, não

⁴⁴ O desenraizamento das mineradoras ocasionado pela extinção de postos de trabalho na atividade mineradora é compensado pelo espraiamento das redes de atuação da Fundação Renova, que mantém, dessa forma, abertos os canais de poder sobre o território. Segundo a própria Fundação, mais de 8.000 empregos foram criados pelo processo de reparação ao longo de toda a bacia, dos quais, 46% foram ocupados por pessoas de fora das comunidades atingidas (Pizarro; Ariadne, 2019).

resultam em soluções visíveis e cujas respostas continuarão inacessíveis para grande parte da comunidade, é fonte constante de uma compreensível frustração. O tornar-se atingido carrega consigo um trajeto labiríntico, marcado sobretudo pelo constante contato com a memória da perda e da dor. Portanto, engrossar esse caldo, somando-me à já enorme e kafkiana fila de técnicos, jornalistas e pesquisadores que se debruçam — muitas vezes com voracidade desmedida — sobre o território, é para mim, grande motivo de preocupação.

À vista disso, faz-se necessário pensar em uma ética de pesquisa que leve em conta a dimensão do ser atingido e imaginar um método capaz de se erguer sobre um certo distanciamento, ainda que isso traga algum prejuízo ao resultado da pesquisa. No entanto, essa possível “perda” pode ser contornada ao adotarmos uma heurística baseada em outra lógica, que tome o estudo de fontes e documentos para além do material coletado diretamente em novas entrevistas. Uma alternativa a esse caminho mais comum é operar uma espécie de arqueologia da informação, se debruçando de forma sistemática sobre aquilo que já foi e está sendo produzido sobre a formação dessas novas paisagens. Organizar esse material, dando sentido aos fragmentos e rastros deixados por aqueles que se preocuparam em narrar as dimensões paisagísticas dos reassentamentos em curso, pode ser uma fonte prolífica para a interpretação dessas paisagens.

Outro fator a se considerar a partir do rompimento é que muitos olhares se voltaram para o drama vivido pelas famílias atingidas, em especial aquelas que tiveram as suas casas destruídas. O rompimento da Mina do Córrego do Feijão, em conjunto com o desastre-crime de Fundão, foram possivelmente os desastres ambientais de maior cobertura midiática na história do país. Durante os vários meses que se seguiram ao rompimento e pelo menos uma vez ao ano, jornais recontam — a partir de enquadramentos diversos — a história do que aconteceu em 2015 (Cardoso, 2020).

A cobertura que se seguiu ao rompimento privilegiou, no geral, o uso de fontes “*autorizadas*”⁴⁵ em detrimento dos atingidos e/ou fontes testemunhais. No contexto das tragédias e com a difusão de imagens de impacto, buscadas por sua capacidade de comover e vender, os veículos de comunicação cristalizaram uma série de

⁴⁵ Segundo Ribeiro Cardoso (2020), as fontes autorizadas são aquelas que ocupam posições institucionais, políticas e organizacionais. Em momentos de crise, esse tipo de fonte costuma ser mais acionado, pois goza de maior credibilidade.

paisagens e significados constituídos, em parte, pela realidade objetiva da câmera, mas também por uma espécie de mito contado pelas reportagens. Não é difícil encontrar pessoas que até hoje não fazem distinção entre Bento Rodrigues e a sede de Mariana, imaginando um cenário onde acima da pluma de rejeitos despontam torres e mais torres de igrejas coloniais da antiga capital mineira. Assim, a identidade construída na materialidade do cotidiano anterior ao rompimento passa a se dissipar em benefício do poder simbólico, forjado pela distância das narrativas comumente interessadas no heroísmo, abnegação, superação da dor, etc.

O papel da mídia na ocasião do rompimento foi bastante controverso, pois além de informar, ela servia, em menor dimensão, como uma forma de legitimação do discurso minerador sobre a opinião pública. Isso se verifica, por exemplo, quando as reportagens apresentam a Fundação Renova como uma entidade autônoma, mostrada frequentemente sob um suposto viés de imparcialidade. Durante a cobertura dos desdobramentos do desastre, os meios tradicionais de mídia frequentemente davam a última palavra às mineradoras, fato que gerou insatisfação entre os membros da Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) (Melendi; Lopo, 2021).

Que se falar igual que a gente fala e colocar, tudo bem. Mas editar e outras coisas que a gente às vezes fala, a Prefeitura fala e colocam depois a Renova por último e aí parece até que ela já sabe tudo que a gente falou e a gente fica com cara de bobo [Atingida de Paracatu de Baixo] (Melendi; Lopo, 2021, p. 222).

Diante dos problemas mencionados acima, uma das principais fontes de coleta de dados foi o *Jornal A Sirene*. Essa escolha decorre tanto da “necessidade” autoimposta de não se criar novos contatos com a comunidade, como pela importância de amplificar a voz dos grupos atingidos a partir de um canal mantido e legitimado pelas próprias pessoas vitimadas pela atividade mineradora. O jornal, que teve seu nome escolhido em alusão ao alerta sonoro de emergência que a Samarco nunca emitiu, surgiu em fevereiro de 2016, pela união entre o padre Geraldo Martins e fotógrafos de Ouro Preto. Em um segundo momento, eles se juntaram a professores e alunos do curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade Federal de Ouro Preto (Sousa, 2018).

Com uma tiragem mensal de 3.000 exemplares distribuídos gratuitamente a cada dia 5 do mês, *A Sirene* se consolidou como uma das mais importantes vozes em defesa do direito das pessoas atingidas (Sousa, 2018). O jornal, de escrita militante e

abertamente interessada na defesa dos direitos à reparação, é produzido e escrito coletivamente pelos próprios atingidos, além de abordar uma variedade de temas, como direito, memória, justiça e meio ambiente. O uso da primeira pessoa no singular é uma prática comum, que reforça o sentido de apropriação narrativa exercida pela comunidade por meio do periódico. O jornal também possui a finalidade de refazer, mediante a comunicação, os laços comunitários afrouxados pela dinâmica de desterritorialização imposta pela lógica das moradias temporárias, dispersas pelo município de Mariana.

A importância do *Jornal A Sirene* como ferramenta de disputa política foi evidenciada em 2017, quando a Fundação Renova se mobilizou para lançar o seu próprio jornal, chamado de *Voz da Comunidade*, em uma tentativa clara de disputar os debates e desmobilizar os esforços de comunicação dos grupos atingidos organizados. Em um primeiro momento, essa iniciativa teve pouca tração, contando com edições publicadas a cada três meses. No entanto, os boletins passaram a ser publicados de 2 em 2 meses em 2021 e, em 2022, se tornaram mensais, assim como *A Sirene* (Gonçalves; Fiuza, 2021).

A estrutura de comunicação da Renova inclui uma ampla variedade de canais de distribuição, como: o envio de mensagens por celular às pessoas em Mariana; a distribuição de material físico em comércios, escolas e associações; e a veiculação de conteúdo em diversas rádios locais, como a Itatiaia Ouro Preto, a Rádio Máxima e a Província Ouro Preto, em pelo menos 3 horários às terças e quintas-feiras (Fundação Renova, 2022). A Fundação também investe na produção de outras mídias e possui uma versão em vídeo dos boletins, que compõem o acervo do canal da Fundação no Youtube⁴⁶.

Eu não escreveria no jornal da Renova porque ela criou ele simplesmente para divulgar as coisas que são do interesse dela. Os atingidos já têm um jornal, que pertence à gente. Então, não faz sentido eu compartilhar desse jornal que a Renova está criando e ajudar a divulgar as coisas que ela não faz. Acho que, ao invés da Renova criar um jornal, ela deveria olhar mais pelos atingidos, tomar uma providência séria com relação ao reassentamento

⁴⁶ De acordo com dados da própria Fundação, foram gastos com os programas 35 (Informação para população) e 36 (comunicação nacional e internacional), respectivamente, as quantias de R\$ 5.703.490 e R\$ 11.535.638 (Fundação Renova, 2023a). Segundo o documento de definição do Programa 36, o valor citado se refere apenas à criação e manutenção do ambiente digital oficialmente ligado a Fundação. Sendo assim, eles não consideram os custos relacionados à divulgação realizada por outros meios, veiculados por terceiros. Já em relação ao programa 35, não foi possível encontrar a descrição da destinação dos valores empenhados.

e com as pessoas que estão sendo prejudicadas aqui na roça (D'Angelo, 2017, p. 2).

Posteriormente à coleta, a análise de parte dos dados da pesquisa se utilizou do método desenvolvido por Laurence Bardin (2008), que define a análise de conteúdo como uma ferramenta e um conjunto de técnicas capaz de se adaptar a diferentes campos de aplicação.

Enquanto esforço de interpretação, a análise do conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem (Bardin, 2008, p. 9).

O método descrito por Bardin (2008) compreende três principais etapas: 1) a pré-análise, (2) a exploração do material e (3) o tratamento dos resultados. De acordo com esse modelo, a primeira etapa, constituída pela escolha e separação dos documentos (reportagens), foi orientada pelo objetivo geral do trabalho, que é a discussão das paisagens minerárias a partir do caso do reassentamento de Bento Rodrigues. Definido o primeiro recorte (*Jornal A Sirene*) e o objetivo geral (discutir a paisagem), procedeu-se, então, a definição de categorias que originaram um segundo momento de recorte do material analisado. Nessa ocasião, foram estabelecidos 5 assuntos para o enquadramento inicial das reportagens, escolhidos de modo flexível a fim de facilitar a “[...] *introdução de novos procedimentos no decurso da análise*” (Bardin, 2008, p. 95, grifo nosso) (Quadro 4).

Quadro 4 – Categorias para levantamento de reportagens no *Jornal A Sirene*

Nome	Descrição
Reassentamento e direito	Notícias sobre a disputa jurídica em torno dos reassentamentos.
Paisagem das mineradoras	Notícias sobre a produção do reassentamento a partir de práticas e ideias de heteronomia.
Paisagem dos atingidos	Notícias sobre a produção do reassentamento a partir de práticas e ideias de autonomia.

Marcos temporais	Notícias sobre a repercussão interna dos eventos mais discutidos na mídia tradicional.
Outras reportagens	Notícias que abordam temas relacionados à pesquisa, mas não se enquadram nas categorias anteriores.

Fonte: elaboração própria (2023).

Desse momento em diante, foram analisados os exemplares da edição 0, de fevereiro de 2016, até a edição 83, de março de 2023, do *Jornal A Sirene*. Embora notícias relacionadas ao reassentamento de Paracatu e Gesteira também tivessem contribuições valiosas para a construção de um quadro mais amplo de análise, privilegiou-se o levantamento de matérias relacionadas exclusivamente a Bento Rodrigues ou aos reassentamentos de forma geral. A leitura feita sobre as reportagens se pautou em uma abordagem flutuante, que consiste “[...] *em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações*” (Bardin, 2008, p. 96). Aos poucos e à medida em que os textos vão se incorporando ao desenvolvimento do trabalho, as leituras vão se tornando mais precisas, especialmente durante as outras duas etapas do modelo elaborado por Bardin (2008).

Como forma de aproximação do material coletado, cada notícia foi analisada de acordo com suas informações objetivas (data, título, autoria e trechos de falas dos atingidos) e também por uma análise interpretativa, feita por meio de um breve relato sobre o conteúdo da reportagem e as reflexões daí decorrentes. Essa sistematização serviu a dois propósitos. Primeiro, como forma de coleta direta de discursos e narrativas dos grupos atingidos, e segundo, como uma maneira de organizar a própria pesquisa em torno de um processo mais amplo de reparação. A partir da sequência de pautas levantadas pelas edições, foi possível ajustar e atualizar parte da revisão bibliográfica utilizada nesta dissertação. Já por meio das reportagens e das falas dos atingidos, construiu-se um encadeamento geral do processo de reparação, o qual contribuiu para fundamentar parte dos argumentos apresentados ao longo do trabalho.

Figura 20 – Captura de tela da tabela de análise de conteúdo

categoria	Edição	Página	Tema/Título	Autor(a) da matéria/foto	Resumo notícia	Observações/insights	Falhas
	45 - Janeiro 2020	8	Além do rejeito: preconceito e racismo	Várias autoras e autores	Discussão sobre o racismo no processo de reparação, e como o se tornar atingido também é um processo marcado pela questão racial	Se é possível discutir o racismo ambiental como forma de estrutura de organização do espaço, o resultado do desastre também desvela mais essa forma de opressão, quando a partir de uma reordenação da arena política, opressões negras/subalternizadas e grupos detentores de poder, que se utilizam desses marcadores como forma de manutenção dessa ordem.	Nunca foi fácil ser negro no Brasil, mas, antes do crime da Vale, Samarco e BHP Billiton, eu não precisava me preocupar com o racismo. Eu não sentia essas coisas na pele, porque eu vivia no meu mundo, quietinha no meu cantinho. Lá no meu alto de morro. Após o crime, eu precisei ocupar espaços que, até então, não eram meus. Desde então, eu tenho sentido, na pele, no corpo e na alma, a chicotada da elite. A cada passo que eu dou, eu vejo o preconceito e o racismo. A Fundação Renova nos persegue por sermos negros(as), sermos do alto do morro e militantes. Isso não tem sido fácil.
	83 - Março/2023	10	Renova inaugura parque antes de promover reparação	Sérgio Papagaio	Segundo os moradores de Barra Longa, o parque de exposições construído pela Renova (e que foi apelidado de elefante branco) não leva em conta as prioridades do distrito atingido. Algumas perguntas são levantadas como quem irá arcar com a manutenção do equipamento.	A priorização de projetos de vulto e que se destacam na paisagem, em detrimento da reforma de habitações já existentes, acentua o caráter propagandístico das medidas de reparação como um todo. A lógica do investimento em imagem.	

Fonte: elaboração própria (2023).

Além da produção jornalística e acadêmica realizada ao longo dos anos, vários outros registros se originaram da experiência do rompimento e de seus desdobramentos. Ensaio fotográficos, documentários, entrevistas e exposições sedimentaram — dentro das especificidades constituintes a cada um desses formatos — narrativas sobre o processo de desterritorialização em suas mais diversas dimensões, como a memória, a expectativa, a luta política por direitos e uma série de outras abordagens que não caberia aqui explorar em profundidade. A escolha do *Jornal A Sirene* como foco, em detrimento dessas outras fontes, atende a uma necessidade de recorte analítico, sem o qual não seria possível chegar a um resultado concreto de pesquisa, especialmente no tempo atribuído a um trabalho de mestrado. Extenso tanto na abrangência dos temas que discute quanto na duração das experiências ali colocadas, que vão de fevereiro de 2016 até os dias atuais, entende-se que o periódico é um meio robusto e já sistematizado de descrever os muitos conflitos.

Diante da abundância de notícias, nem sempre independentes em relação ao capital minerador, foi preciso pensar no que outras fontes privilegiam dentro de um cenário de grande profusão de informações, como é o caso de Fundão. As três perspectivas privilegiadas no decorrer desse trabalho (mineradoras, atingidos e projetistas), pensadas pelo enquadramento da praxiologia de Bourdieu (2003), justificam abordagens diferentes. Para a compreensão da natureza objetiva das paisagens mineradas, analisadas principalmente a partir da atuação da IEM, recorreu-se a uma revisão bibliográfica baseada no levantamento de parte da extensa literatura

sobre a atuação da mineração na América Latina. No caso dos grupos atingidos, além das narrativas jornalísticas, e da bibliografia sobre temas de áreas diversas, também se privilegiou fontes como os relatórios realizados pela ATI e pelas empresas contratadas, como a Ramboll. No caso da abordagem pelo viés da atuação dos arquitetos, além da experiência empírica no território, a análise também contou com os projetos do reassentamento e de uma das residências de Bento Rodrigues.

2.4 Objetivos

Como forma de contribuição ao debate e aos estudos acerca do grande conflito socioambiental que se estabeleceu com as tragédias de Mariana e Brumadinho, um dos objetivos do presente trabalho é expandir a discussão em torno do próprio campo a partir da análise do reassentamento de Bento Rodrigues e de algumas das paisagens que constituem os espaços minerários. Tal análise não possui, entretanto, a finalidade de recriar uma crônica totalizante do desastre-crime, ainda que a descrição e o resgate de alguns elementos sobre o reassentamento sirvam como repositório da história do processo de reparação. Isto posto, o objetivo central do trabalho é revelar o poder e a violência exercidos por meio da disputa contida nas práticas e representações produtoras das paisagens ligadas ao reassentamento de Bento Rodrigues. Paisagens no plural, visto que, além da multiplicidade de agentes e percepções envolvidas nesse processo, Bento Rodrigues é hoje um lugar múltiplo, espalhado entre o passado de um povoado destruído e o futuro de um povoado em construção. Sendo assim, é justamente da articulação entre essas paisagens — sentidas, narradas e construídas por diversos agentes — que se pretende desvelar os processos de dominação e exclusão socioambientais.

Ao longo das últimas décadas, o mundo do trabalho sofreu uma forte inversão na alocação da mão de obra. Em oposição à força de trabalho disponibilizada para a produção em setores como o agronegócio e a indústria durante o período anterior à financeirização, o que se vê hoje, é um contingente cada vez maior de trabalhadores deslocados para funções relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias ligadas à informação. Mesmo setores industrializados e ainda fortemente dependentes do meio físico, como o da mineração, passaram por um processo de “informacionalização” dos produtos nas últimas décadas. Esse fenômeno é caracterizado pela grande

concentração das atividades produtivas em setores relacionados às áreas de prestação de serviços, como projeto, marketing e gestão (Marques, 2002).

Diante disso, entendemos que, investigar as relações entre o espaço abstrato do projeto e a sua inserção nas dinâmicas de territorialização de populações tradicionais e/ou subalternizadas adquire centralidade no contexto atual de acumulação flexível do capital e de suas formas de paisagem (Harvey, 2004b). Sobre essa base, onde o peso e a responsabilidade de profissionais ligados ao universo tecnoinformacional na produção do espaço é cada vez maior, este trabalho também se propõe a pensar sobre as práticas de arquitetos e arquitetas no contexto da reconstrução de comunidades compulsoriamente deslocadas. Desse modo, objetiva-se pensar no papel da arquitetura, e sobretudo da ferramenta projeto, nesse cenário complexo, onde o poder de produzir espacialidades das grandes corporações se sobrepõe às demais formas de conceber o ambiente construído e, por consequência, a paisagem.

Como veremos adiante, uma parte significativa das famílias reassentadas demonstrou insatisfação em relação aos terrenos disponibilizados pela Fundação Renova e ao acesso a informações sensíveis, como a definição dos cálculos para a compensação. Por isso, a dissertação também pretende acrescentar perguntas ao debate sobre o processo de reparação promovido pela Fundação Renova por meio de categorias centrais e constantemente acionadas pelas empresas, como os “modos de vida”. Sendo assim, uma das pretensões do trabalho é averiguar o que a expressão “modos de vida” significa em termos de espacialização e paisagem.

Por conseguinte, cabe ainda pontuar uma última questão relativa às metas que a pesquisa pretende alcançar. Não é nosso intuito fornecer um manual de boas práticas para reassentamentos decorrentes de tragédias e muito menos fazer das práticas de resistência uma apologia ao problemático conceito de resiliência, cuja crítica pode ser lida em Kaika (2017). A tentativa de usar a paisagem como plataforma para o desvelamento de práticas de reprodução no espaço tem, portanto, o intuito de contribuir com o entendimento das formas de territorialização em contextos violentos de deslocamento compulsório, informados por técnicas cada vez mais sofisticadas de controle social. Logo, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre as estratégias levadas a cabo pelas grandes empresas mineradoras, principalmente a partir da análise das formas de poder simbólico embutidas nos discursos e na instrumentalização da paisagem para o exercício de um poder cada vez mais flexível.

Ademais, a pesquisa pretende focar, por meio das narrativas e das práticas que conformam as paisagens dos reassentamentos, como agentes subalternizados podem se territorializar a partir de um regime não definido, exclusivamente, pela heteronomia contida na paisagem das mineradoras. Com isso, objetiva-se explorar os diversos caminhos, mais ou menos evidentes, pelos quais as pessoas afetadas resistem dentro do crescente campo de conflitos ambientais deflagrados pela mineração.

3 O REASSENTAMENTO COMO DISPUTA DA PAISAGEM

3.1 Captura dos sentidos e a criação de uma paisagem mineradora

É preciso aludir ao fato de que a instrumentalização da paisagem pelo capital minerador, até onde se sabe, não decorre de uma prática estatutária ou estabelecida dentro dos limites de definições essencialmente normativas, como no campo jurídico. Assim, quando se fala sobre uma paisagem da mineração, o que se pretende abordar é menos um conjunto definido de práticas previamente orientadas por um pensamento paisagístico e mais as várias dimensões de práticas espaciais levadas a cabo por agentes da mineração. Essas paisagens ocorrem sobre o território mediante o exercício direto dos poderes políticos e econômicos, assim como pelo uso da linguagem e dos sistemas de representações simbólicos, capazes de atuar na internalização de estruturas de ordenação externas ao indivíduo. Essas práticas não se restringem tampouco a um conjunto reduzido de disciplinas. Desse modo, as paisagens que resultam da atividade de mineração são definidas pela instrumentalização da língua, da geografia e, no caso do reassentamento de Bento Rodrigues, da arquitetura.

Na luta e por exigências da luta é que funcionam princípios de divisão [...] que ao produzirem conceitos, produzem grupos, os próprios grupos que os produzem e os grupos contra os quais eles são produzidos. O pretexto das lutas a propósito do sentido do mundo social é o poder sobre os esquemas e os sistemas de classificação que se encontram na origem das representações e, por conseguinte, da mobilização e desmobilização dos grupos: poder evocador da enunciação que faz ver de forma diferente (é o caso, por exemplo, quando uma simples palavra, tal como paternalismo, transforma toda a experiência de uma relação social) ou que, ao modificar os esquemas de percepção e apreciação, faz ver outra coisa, outras propriedades, até então despercebidas ou relegadas para segundo plano (tais como os interesses comuns, até então, dissimulados pelas diferenças de etnia ou nação); poder separador, distinção, diacrisis, discretio, que faz surgir unidades discretas, a diferença do indiferenciado (Bourdieu, 2011b, p. 444).

Isso justifica o sentido de retomar com frequência os sistemas de representação e linguagem que envolvem a construção da paisagem (ela mesma ou uma representação). Não como forma de negar as práticas exercidas pelos poderes políticos e econômicos, mas como uma maneira de evidenciar a importância e a centralidade que esses elementos de linguagem possuem para a expansão da atuação das mineradoras e da capacidade delas de projetar as suas ideologias sobre

os territórios. Em um ensaio hoje considerado clássico, Deleuze (1992) delinea a evolução das formas de poder que, a partir do fenômeno da financeirização, migram de um modelo disciplinar/centralizado, teorizado por Foucault, para um modelo de controle/descentralizado, desenvolvido em consonância com o pensamento empresarial, do qual a Fundação Renova é fortemente tributária.

[...] mas numa sociedade de controle a empresa substituiu a fábrica, e a empresa é uma alma, um gás. Sem dúvida a fábrica já conhecia o sistema de prêmios, mas a empresa se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade, que passa por desafios, concursos e colóquios extremamente cômicos (Deleuze, 1992, p. 2).

Na discussão feita por Acselrad e Bezerra (2010), sobre estratégias de controle das demandas sociais, eles apontam a vantagem obtida por grandes empresas a partir de sua flexibilidade locacional como um dos principais fatores para o aumento de injustiças. A mudança pós-fordista para sistemas de acumulação flexível, que trouxe a reboque a fragmentação de serviços e indústrias, dá às empresas condições para o exercício de uma prática que Harvey (2004b) chama de “chantagem locacional”. Essa flexibilidade faz com que a deslocalização, engendrada por reorganizações administrativas, possibilitadas pelo avanço informacional, limitem ainda mais o poder de comunidades destituídas de se imporem contra o avanço de atividades predatórias. O setor industrial consegue, assim, uma “vantagem”, que possibilita a obtenção de melhores condições de operação em territórios socialmente fragilizados, politicamente desorganizados ou com economia deprimida e pouco diversificada.

Por outro lado, o setor extrativista, e principalmente a mineração, ainda se caracteriza pelo imobilismo definido pela localização das jazidas. Embora o avanço técnico permita um espraiamento cada vez maior dos processos de circulação e prestação de serviços aliados à extração, o cerne da produção minerária depende sobretudo das feições geomorfológicas produzidas por um tempo “geológico profundo” e de lenta transformação (Hutton, 1785 *apud* Caxito, 2017).

Partindo dessas premissas, e se comparada a outros setores poluidores, a mineração tem a sua capacidade de barganha reduzida. A proximidade entre lavras, grandes centros urbanos e vias de trânsito intenso, cria, por sua vez, a demanda premente pelo desenvolvimento de tecnologias de persuasão cada vez mais

sofisticadas, que, no caso dos territórios onde as empresas atuam, podem se configurar como formas alternativas das paisagens minerárias. Em complemento ao quadro de degradação ambiental que emerge da produção, as empresas se veem obrigadas a criar paisagens-envoltórias, destinadas a diluir o impacto visual dos empreendimentos.

Estudos de impacto visual, plantações de barreiras verdes ao longo de rodovias e a preservação de “fachadas geológicas” — como é o caso da Serra do Curral em Belo Horizonte — apontam para a preocupação com a criação de uma paisagem teatralizada, produzida pelas mineradoras como tentativa de encobrimento de uma outra realidade, a qual é composta por leiras e bermas oriundas das escavações para a produção de minérios. Com isso, a prática extrativista em territórios amplamente antropizados é o resultado da associação entre os agravos socioambientais produzidos pela indústria de minérios e os esforços de encobrimento das lavras e dos indícios da extração.

Assim, as estratégias discursivas devem ser abrangentes o suficiente para submeter até mesmo setores que, historicamente, detêm maior poder sobre a sua territorialização. Ainda que os agravos ambientais também sejam um resultado de práticas estruturadas por um modelo desigual, que faz com que pobres e despossuídos sofram as consequências mais severas da degradação da natureza, é possível verificar o aumento, senão relativo ao menos absoluto, de setores da classe média na categoria de atingidos. O fato da mineração em Minas Gerais ser um amplo campo de conflito — formado por uma grande e heterogênea quantidade de grupos sociais, que muitas vezes possuem outras fontes de renda para além da própria mineração, como o turismo ou a agricultura familiar — não se explica apenas pela história de ocupação do território no estado, mas também pela condição espacial inerente à distribuição de jazidas e de áreas “potencialmente mineráveis”.

Uma das hipóteses aqui aventadas é que a reprodução minerária, cada vez mais intensiva em sua condição inerentemente conflituosa e sem a possibilidade de se deslocar para exercer com a mesma facilidade o poder obtido pela flexibilidade locacional, precisa hipertrofiar suas operações discursivas, de forma a manter constante a sua expansão e enraizamento pelo território. Diante disso, o discurso e tudo associado aos recursos de imagem e de representação se tornam ainda mais importantes para a criação de um contexto que possibilite o aumento das bases de acumulação do setor. Isso ocorre mesmo diante da pressão de movimentos sociais e

em face de conjunturas menos favoráveis à imagem das empresas, como durante o período que se seguiu aos crimes de 2015 e 2019 (Pinto, 2013).

A intensificação político-discursiva operada pelo marketing das empresas ganha fôlego à medida em que aumentam a quantidade de lavras e operações minerárias pelo território. A expansão das fronteiras virtuais de influência, através das novas ferramentas de publicidade, operada também por agentes do capitalismo de plataformas, acompanha a degradação socioambiental que recai, principalmente, sobre comunidades tradicionais, como quilombos e comunidades indígenas. A seguir, e à guisa de contextualização, discutiremos parte do desenvolvimento da linguagem mineradora, para, em seguida, explorar como estratégias de controle social, baseadas sobretudo na instrumentalização das paisagens, concorrem para a criação de uma Bento Rodrigues cada vez mais fragmentada.

3.1.1 O desenvolvimento sustentável

Ao lado do desenvolvimento industrial, sempre esteve presente um processo paralelo de naturalização dos efeitos da poluição. As primeiras instituições e conselhos criados como agentes de organização desse novo espaço socioambiental tinham, desde o início, a função de arbitrar conflitos e não inspecionar os agentes responsáveis pelas emissões poluentes. Assim, os esforços empreendidos por higienistas no século XIX, orientados por uma visão única de progresso técnico-científico, eram empregados no sentido de uma harmonização social, que considerava as críticas e reclamações aos agravos cometidos como fatores de entrave ao avanço “natural” da produção. A atuação dessas instituições nascentes, como ferramentas de naturalização do avanço do capital industrial, definiu os limites de operação e escala do exercício de poder responsável pela nova configuração socioespacial que se delimitava. Dessa forma, estabeleceu-se uma divisão social, na qual as práticas espaciais³ apresentam a capacidade de se impactarem reciprocamente (Acselrad; Bezerra, 2010).

Os anos de 1970 foram marcados pela crise econômica do petróleo, que revelou a necessidade de uma discussão mais integrada da questão ambiental. Nesse período, a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais se coloca como uma importante ameaça ao modo de produção vigente. Em resposta a essas questões e às discussões que já ocorriam no campo da ecologia radical, surge um tipo de

ambientalismo moderado, de base geralmente biocêntrica e/ou conservacionista. A principal mudança paradigmática ocorrida durante o período repousa na tentativa de realinhar as discussões do campo ecológico a partir da ideia de desenvolvimento e de estabilização do sistema econômico vigente. Ainda que as ideias de crescimento econômico conectadas a uma visão ambiental não tenham sido capazes de reduzir a pobreza global, principalmente em países do terceiro mundo, as discussões de caráter liberal ganharam tração no início da década de 1980, durante a transição do modelo econômico global para o pós-fordismo.

Em meados da década de 1970, Ignacy Sachs (2004) elabora o conceito de ecodesenvolvimento, que segundo o economista, seria um caminho intermediário entre o “ecologismo intransigente” e o “economicismo de visão estreita”. Nessa visão, seria possível conciliar o crescimento econômico quantitativo com a conservação do meio ambiente, a partir do uso mais racional de recursos. O modelo proposto previa a superação do conjunto pobreza/degradação ambiental a partir do aumento de qualidade de vida gerada por um processo de redistribuição de renda. A ideia de desenvolvimento sustentável, por sua vez, decorre do ecodesenvolvimento.

Um momento importante no discurso de modernização ecológica acontece com a introdução — ou ao menos a institucionalização — do conceito de desenvolvimento sustentável, que se legitimaria ao longo das décadas seguintes. O termo aparece pela primeira vez no relatório da Comissão Brundtland, em 1987, no documento final elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente (CMMAD), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1983 (Jacobi, 1999). De caráter notadamente antropocêntrico, o relatório inverte o argumento colocado até então pelos ecologistas de base radical, de que o desenvolvimento era a causa da degradação ambiental. Otimistas em relação ao papel que a tecnologia poderia desempenhar para a manutenção da base produtiva, o relatório enfatiza a necessidade de crescimento e coloca a destruição do meio ambiente não como consequência, mas como entrave aos objetivos econômicos de acumulação.

No entanto, é somente a partir da experiência da Rio-92 que o discurso desse ambientalismo moderado se torna uma espécie de marco zero, influenciando inúmeras políticas e ações ambientais ao redor do globo. O conceito de desenvolvimento sustentável é variável e polissêmico, como qualquer outro conceito, mas o caráter moderador que se institui com a difusão da ideia de desenvolvimento sustentável, de uma forma geral, é reconhecido pela ambiguidade e por não conseguir

realizar a combinação almejada entre ecologia e economia. Esse momento também é marcado pela reinauguração de um discurso utópico, que prevê a superação dos modelos de desenvolvimento keynesiano e socialista, mas que, na prática, não consegue avançar muito em relação ao discurso tecnocrático do século XIX.

3.1.2 O mundo *cantera* e a ambientalização da mineração

Para Mirta Alejandra Antonelli (2014), o conjunto de práticas empregado por corporações e países, e que tem como objetivo respaldar o crescimento da mineração transnacional, corresponde a um discurso global que concorre para a produção de “um mundo *cantera*”⁴⁷. Relatórios de agências internacionais ligadas aos setores do capital, manuais de boas práticas e estudos sobre o desenvolvimento de uma mineração responsável são, em seu conjunto, parte de uma discursividade instituída por agências que representam a corporação minero-metalífera, as quais definem as políticas de ação para a expansão de seus interesses em escala planetária.

Essa rede — constituída por uma trama de sistemas de dominação, controle do imaginário e regimes de visibilidade e de percepção relativos à atuação da indústria — começou a atuar de forma mais sistemática a partir do final dos anos de 1990 e início do século XXI (Antonelli, 2014). Um dos momentos importantes da genealogia desse discurso hegemônico se deu em 2002, durante a Conferência de Johannesburgo. Ao longo do evento, o Conselho Internacional de Mineração e Metais⁴⁸ forçou, de forma eficaz, a sua participação em direção a várias entidades internacionais de financiamento, orientando uma série de discussões sobre a “questão da mineração”. Durante esse período, e por meio de forte influência de instituições ligadas à mineração, o Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborou o programa Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável (MMSD). O documento teve participação e financiamento de vários atores globais, dentre eles: mineradoras transnacionais; governos de diversos países, como

⁴⁷ Aqui, o termo que significa “pedreira” permanece em espanhol, por se entender que a concepção de mundo *cantera* está intrinsecamente ligada à forma histórica de extrativismo da América Latina, iniciada sobretudo com a exploração das minas de prata em Potosí.

⁴⁸ Segundo Garibay Orozco (2018), paralelamente ao aumento da demanda por matérias-primas, há indícios do esgotamento global das fontes de minério, observados pelo decréscimo do número de jazidas com alto teor de minerais. Esse cenário de baixa rentabilidade enseja o surgimento de novas práticas da IEM, que passa a se organizar na defesa de um interesse comum, a despeito de sua histórica tendência concorrencial.

Austrália, Canadá e Reino Unido; a Fundação Rockefeller e o Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA).

Esta rede de atores produziu um dispositivo de invenção de uma era-mundo de sobre-exploração; com poder destituente em relação ao estado e de produção subjetiva em relação às populações e grupos sociais que procuram vampirizar, capturando suas energias, modelando seus desejos corpos e percepções (Antonelli, 2014, p. 76, tradução nossa).

Dessa situação, emergiu um vocabulário com o objetivo de projetar as mineradoras como entidades ambientalmente “responsáveis”. Esse novo estado de mentalidade, gestado em agências e *think tanks* a partir da reincorporação do argumento ambiental, compõe o léxico que dá forma aos novos ordenamentos jurídicos e práticas governamentais, criando o que Antonelli (2014) chama de uma “maquete de democracia de eficácia”. Sob o imperativo de crescimento econômico e um enfraquecimento geral dos entes federativos em face do capital transnacional, os governos se colocam como meros fiadores do grande negócio minerário, onde o discurso técnico, tomado como totalidade, passa a atravessar questões amplas como democracia, cultura e ecologia. O ponto se torna, essencialmente, “como” implementar uma operação e não se ela deveria ser implementada. Essa inversão de causalidade fez com que o discurso minerador/desenvolvimentista adentrasse no âmbito da discussão dos direitos humanos por meio da simulação de ferramentas como “escutas ativas”, “processos horizontais” e “metodologias participativas”.

Não é coincidência, portanto, que o mantra alardeado pela Fundação Renova seja justamente aquele que, em um primeiro momento, poderia ser associado aos movimentos sociais ou grupos de pesquisa dedicados aos estudos socioespaciais. Como aponta Fuks (2001), os setores poluidores, no intuito de intensificarem a sua própria capacidade de reprodução, passaram, no início do século, a “ambientalizar” suas práticas. Expressões como participação, colaboração e modos de vida são cada vez mais incorporadas à rotina das empresas, que reinserem essas palavras ressignificadas no debate público de forma a esvaziar seus sentidos políticos. Com isso, cria-se um espaço cada vez menos democrático e limitado pela fabricação de um consenso. Até palavras prosaicas como “madeira”, no caso do reassentamento de Bento, adquirem outro significado, uma vez que a solução de engradamento de telhados disponibilizada pelas empresas é composta por peças metálicas pintadas de marrom. Assim, ainda que a descrição das paisagens dos novos distritos assumam,

eventualmente, a mesma forma, ela irá adquirir significados radicalmente diferentes a depender de suas fontes de enunciação.

Essa prática, de embutir um significado espelhado às palavras e expressões, é tão recorrente nas falas de agentes da IEM, que Losekann *et al.* (2018) utilizam a ideia do duplipensar — elaborada por George Orwell em seu romance distópico *1984* —, para caracterizar a dificuldade que eles possuem de encarar os problemas gerados pelas atividades do setor extrativista. Os autores demonstram que, em vários casos, o reconhecimento dos agravos ambientais, aliado à crença na necessidade de crescimento a todo custo inerente às práticas empresarias, cria uma espécie de dissonância cognitiva, capaz de fazer com que uma pessoa acredite simultaneamente em dois modelos de “verdade” contraditórios entre si. Essa forma cindida de pensamento encontra materialidade a partir de discursos esquizofrênicos que, ao fim e ao cabo, advogam em defesa de realidades impossíveis, onde a mineração pode ser uma atividade sustentável.

Com três pilares prioritários — **mineração sustentável, comunidades autônomas** e causas globais — definimos a nossa ambição social com compromissos relativos à criação de **valor social**, promoção da educação, da saúde e da geração de renda e proteção dos **diretos humanos**. Mais do que projetos, queremos articular alianças e promover programas estruturantes, capazes de contribuir para a **justiça social** e para a autonomia das comunidades (Bartolomeo, 2022, p. 6, grifo nosso).

Assim, além das práticas interinstitucionais em formas legais ou ilegais — como as já conhecidas práticas de *lobby*, portas giratórias⁴⁹, ameaças e suborno —, os agentes do capital minerário também exercem o poder pela criação e veiculação de representações e paisagens idealizadas, dispostas a garantir tanto a hegemonia sobre o sentido de memória quanto em relação às expectativas de futuro (Milanez; Magno; Pinto, 2019; Zhouri, 2019; Gussen, 2022). Essas práticas somam esforços na criação de um imaginário metanarrativo, que atua como importante ferramenta de emulação de totalidade, onde os problemas da mineração são sublimados por um discurso que coloca o extrativismo como o único modelo de desenvolvimento.

⁴⁹ “Porta giratória” é o termo atribuído a uma prática comum na mineração e em outros setores marcados por conflito de interesses. A expressão é usada quando agentes públicos e integrantes de algum governo assumem cargos na iniciativa privada, em áreas ligadas à sua antiga atuação. Esse movimento também pode se dar no sentido contrário, quando profissionais das empresas assumem cargos no governo ou em agências reguladoras.

A partir disso, os rompimentos e todas as paisagens deles decorrentes são compreendidos, aqui, como a manifestação de uma nova etapa do discurso minerário. Os distritos antigos e os novos, os locais destinados à musealização desse passado recente e os espaços memorialísticos são o *locus* e a concretização de paisagens por onde as empresas atualizam noções de governança, controle territorial e produção das próprias paisagens. Essas estratégias forjam uma linguagem de dominação que desloca sentidos e achata significados por meio de um léxico originalmente associado à justiça e ao cuidado ambiental. Esse conjunto de estratégias discursivas compõe uma série de dispositivos de tecnologia da imagem, desenvolvidos para a supressão das contradições mais aparentes do modelo de extração, os quais são utilizados pelas empresas como meio de legitimar suas atuações sobre os territórios.

Da mesma forma que não se admitiria a intervenção de um povo sobre outro sem um dispositivo discursivo que a justificasse, não se admitiria a depredação ambiental, inerente ao processo extrativista mineral, sem a construção de uma justificativa moral social e economicamente aceita. Neste sentido, o final do século XX foi prodigioso ao promover o discurso da sustentabilidade, que corresponde basicamente ao discurso da compatibilização entre preservação de recursos, crescimento econômico e justiça social – uma falácia matemática sustentada pela fé na tecnologia (Losekann *et al.*, 2018, p. 127).

3.1.3 Bento Rodrigues e o reassentamento como estratégia de controle social

Se o rompimento de Fundão não é necessariamente uma novidade na história dos desastres que envolvem o colapso de barragens, a sua repercussão e desdobramentos são muito mais profundos do que àqueles ocasionados pelos casos anteriores. Os reassentamentos das comunidades destruídas, vistos como sinônimos da reparação, carregam a força daquilo que pode se tornar a manifestação do poder simbólico, o qual é capaz de naturalizar a atuação predatória das mineradoras nos mais diferentes contextos.

Embora, evidentemente, não seja possível fazer com que um meio socioambiental recupere as qualidades dos momentos anteriores a um desastre-crime dessa magnitude, a concretude do reassentamento e as suas edificações novas e chamativas têm o potencial de atuar fortemente como uma marca. Essas podem, ainda, reatestar — no campo discursivo — a técnica como uma solução possível para todo e qualquer tipo de agravo. Nesse caso, não importa que a “solução” venha para remediar um problema ocasionado pelo próprio desenvolvimento de uma prática

predatória da IEM, como a utilização de barragens, que também são dispositivos técnicos socialmente construídos. Diante disso, se é possível contaminar toda uma bacia e ainda assim se safar, uma vez que, no fim das contas, foi possível reassentar de forma “melhor” e “mais confortável” comunidades inteiras, torna-se difícil imaginar uma situação em que o modelo extrativista possa ser sequer revisto.

Segundo Beth Kytte e John Ruggie (2005) — que são, respectivamente, consultora empresarial e representante especial de direitos humanos e companhias transnacionais da ONU —, o risco social corporativo é a capacidade que *stakeholders*⁵⁰ possuem de levar adiante questões sociais se utilizando da vulnerabilidade de empresas para atingir seus objetivos. Para Pinto (2013), o crescimento de estudos voltados ao controle de riscos se deu em função do empoderamento desses mesmos *stakeholders*, propiciado pelas novas dinâmicas de informação a partir da década de 1990. É importante pontuar, no entanto, que a noção de risco, nesse caso, difere das abordagens que se seguiram àquela discutida por Ulrich Beck, em seu célebre livro de 1986 (Beck, 2011).

Embora a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) elabore a ideia de “riscos intangíveis” — sob a ótica um tanto ilusória de que, em alguns casos, a noção de “risco” poderia estar apartada das dinâmicas econômicas e financeiras —, o que se verifica na prática é diferente. Para as grandes corporações e demais agentes interessados na continuação do fluxo de reprodução das atividades de extração, a noção de risco assume um viés inerentemente econômico, uma vez que, o conjunto elaborado de estratégias de controle social serve justamente para a eliminação ou mitigação de possíveis perdas de rentabilidade para as empresas (Lins, 2005).

O rápido esgotamento das reservas superficiais de minério, em um contexto caracterizado pela crescente financeirização das relações sociais, não permite a criação de aportes para uma economia global pensada a longo prazo (Orozco, 2018). Assim, e de forma suicidária, o complexo minerário extrativista se lança sobre novos territórios de forma cada vez mais voraz e alucinada, incorrendo em práticas que, em um passado não muito distante, seriam consideradas predatórias até para os próprios padrões da indústria.

⁵⁰ Termo de uso recorrente na literatura empresarial ou sobre práticas empresariais. Geralmente, ele é traduzido simplesmente como “partes interessadas”.

A destruição de elementos geológicos, com significados bem estabelecidos coletivamente, a exploração por fraturamento hidráulico (*fracking*), a prospecção de petróleo em águas profundas e o avanço sobre terras indígenas demarcadas são formas de exploração que, se antes eram novidades ou vistas a partir de um regime de exceção (que eventualmente demandava explicações por parte dos agentes), hoje se configuram como parte constitutiva do modelo extrativista global.

Conforme a análise de Boltanski e Chiapello (2009), o espírito do capitalismo é historicamente forjado no processo de assimilação de parte das críticas anticapitalistas. Essa dinâmica garante a sua sobrevivência, assim como a sua força. Para garantir sua manutenção, o capitalismo necessita ao mesmo tempo incentivar e frear a insaciabilidade da acumulação de capital. O espírito do capitalismo é o meio através do qual esse movimento contraditório pode ser realizado. Ele fomenta a insaciabilidade, que incentiva a acumulação, mas a vincula também às exigências morais que o irão limitar e impor obrigações referentes ao bem comum. Assim, ao garantir uma justificação moral ao capitalismo, este espírito lhe proporciona, concomitantemente, um ponto de apoio crítico que denuncia a distância entre as formas de acumulação e os critérios de justiça social e constrange o capitalismo a justificar suas práticas (Pinto, 2019, p. 81-82).

No caso de empresas poluidoras, a operacionalização desses tipos de práticas baseadas em pesos e contrapesos acontece segundo um padrão sistematizado por Benson e Kirsch (2010), dentro daquilo que os autores denominam como política da resignação. Quando confrontadas pelos agravos cometidos por suas atividades, as corporações se guiam por um comportamento comum, o qual se desenrola em três momentos distintos: a negação, o reconhecimento (acomodação) e o envolvimento estratégico. As mineradoras, por meio da Renova, atuam em uma constante tentativa de acomodação, revendo suas estratégias de controle territorial à medida que a reparação se desenvolve e a complexidade do desastre-crime de Fundão aumenta, causando efeitos ainda não totalmente compreendidos. Diante disso, demandar que essas três práticas sejam eventualmente acionadas de forma concomitante não se distancia do panorama geral de atuação da Vale/BHP/Samarco.

A Fundação Renova, em sua ampla área de atuação, pode ser vista, portanto, como a manifestação da terceira etapa, de envolvimento estratégico. Ela é uma entidade jurídica criada pelas empresas para lidar com o envolvimento estratégico das comunidades por meio de um sistema de governança e gestão territorial, objetivando a redução dos antagonismos e o azeitamento dos conflitos e das tensões sociais inerentes à violência desencadeada pela passagem do rejeito. Não seria uma

surpresa se, após o fim do processo de reparação, a Fundação, ao invés de ser extinta, como é de se esperar, continue a atuar nos territórios por meio de outras denominações jurídicas ou, até mesmo, da incorporação de sua estrutura pelas próprias mineradoras.

Dessa forma, os reassentamentos e, mais especificamente, as paisagens que decorrem deles, podem ser vistos como a espacialização desse movimento ambíguo, onde as empresas envolvem a população com o objetivo de desmobilizar as pulsões contrárias ao “bom” funcionamento dos mecanismos de acumulação do capital.

PARTE II

4 A PAISAGEM DAS MINERADORAS

4.1 Paisagens da memória como forma de diluição do político

Em um casarão antigo no Jardim (apelido dado à Praça Gomes Freire, um dos pontos mais movimentados do centro histórico de Mariana), funciona um espaço onde a Renova administra uma espécie de “museu do crime”. É de lá, que de vez em quando, técnicos e visitantes partiam em alguns micro-ônibus rumo aos dois distritos mais afetados pelo rompimento da barragem de Fundão: Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Essa prática, vendida como um momento de sensibilização e chamada de “Vim ver”, seria para alguns dos atingidos a manifestação de um mórbido turismo da tragédia. Durante esse trajeto, e como forma de preparar os visitantes, a empresa exibia um vídeo que “explicava” o desastre por meio de uma animação em *motion graphics*⁵¹. Cenários com formas arredondadas e de aspecto infantil ajudavam a reencenar o momento do rompimento, eliminando, contudo, qualquer alusão aos aspectos realmente sensíveis do crime cometido pelas mineradoras.

Ali é o ponto turístico para mostrar a versão deles. Se eu não fosse atingida e visitasse esse museu do crime, iria acreditar no que tá ali. Se uma pessoa vem de fora para conhecer a história do rompimento da barragem, é o que tá ali. A não ser que ela procure saber mais, mas a maioria não quer saber. Só chega, assiste e vai embora pra casa (Lilica, atingida e moradora de Ponte do Gama).

O casarão, para mim, não tem utilidade nenhuma. Quem vai, fica encantado e acha que está tudo bem. Mauro, outro dia, falou certo, a Renova faz hipnose e ilusionismo, porque ela hipnotiza quem vai lá.

Fizeram aquele casarão lindo, gastaram uma grana, se for olhar, ficou maravilhoso igual o marketing deles, mas não beneficia a cidade. Por mim, aquilo não existiria, só vou lá quando sou obrigada a pegar um documento. Entro com vergonha e medo, porque, só de entrar lá, os outros já falam que você tá indo buscar dinheiro. É humilhante entrar nesses lugares. À empresa não tá me dando nada, ela tem de repor o que me tirou e não vai conseguir repor nem metade (Quintão *et al.*, 2019, p. 7).

Muitos autores têm se dedicado a discutir a capacidade que espaços como museus e memoriais possuem de consolidar ideias em torno de imaginários que atuam em benefício da consolidação do poder de grupos hegemônicos. Benedict Anderson (2008), por exemplo, destaca a centralidade de três instituições na

⁵¹ É uma técnica de animação digital muito utilizada no mercado publicitário, geralmente associada a uma estética de movimentos fluídos.

constituição da ideia de Nação, no contexto do sistema colonial europeu: o mapa o censo e o museu. A partir da análise da instrumentalização dessas três dimensões, o autor demonstra como as autoridades coloniais forjaram, a partir de dados e representações, ideias que ajudaram a estabelecer um regime específico de poder, baseado na diferenciação e no controle de populações, de territórios e da memória.

Para compreender as paisagens de memória no contexto da mineração em Minas Gerais após os rompimentos, procederemos à análise comparativa de dois casos emblemáticos: o memorial de Brumadinho, projetado em 2020 pelo escritório de arquitetura Gustavo Penna Arquiteto e Associados, e a discussão em torno do museu território proposto para a paisagem em ruínas do distrito atingido de Bento Rodrigues⁵². Em ambos os casos, as discussões recaem sobre a ideia de patrimônio difícil, ou patrimônios sombrios, definidos por Meneguello (2020), como um tipo de patrimônio caracterizado por uma complexa fruição, a qual pode estar associada ao sofrimento, à morte, à exclusão e à dor. Esses locais podem servir como destino de peregrinações e, geralmente, possuem a finalidade de rememoração coletiva e/ou o do reconhecimento de direitos e reparação.

Em maio de 2019, o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos Brasil), em conjunto com o Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG-ACPS), da Universidade Federal de Minas Gerais, apresentaram o *Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues* (Castriota, 2019b).

Frente ao desastre e, principalmente, à ameaça de que essa tragédia de proporções nacionais fosse esquecida, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana – Compat, um órgão local com trajetória de ativa atuação em defesa do patrimônio, resolveu proteger pelo instituto do tombamento os remanescentes de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, outro vilarejo fortemente atingido. Não obstante, tratava-se de uma proteção apenas temporária e provisória, que visava impedir, naquele momento, uma destruição ainda maior, não se estabelecendo, na rapidez do ato protetivo, o objeto exato da proteção nem as diretrizes para sua preservação. Como sabia que para a preservação efetiva dos sítios protegidos ainda havia muito a ser feito, o Compat procurou, então, o Ministério Público Estadual, que, por sua

⁵² “Enquanto museus, em geral, podem funcionar como instituições de pesquisa, exposição, ensino, conservação ou salvaguarda de coleções relacionadas às mais diferentes áreas do saber, para além da história, os memoriais tendem a enfatizar o objetivo memorialístico de certos personagens, eventos, marcos temporais ou espaciais, importantes para a identidade de uma coletividade (étnica, local, nacional etc.). Eles podem ou não ser dotados de acervos, ainda que, em caso positivo, restringindo-se àqueles vinculados ao seu tema de vocação. Há, evidentemente, casos intermediários que complexificam a distinção conceitual entre memoriais e museus, como exemplificam os ‘museus de memória’ e os chamados centros culturais, de natureza heteroclita” (Didi-Huberman *apud* Dupin; Pereira, 2022, p. 6).

vez, acionou o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Icomos Brasil, que iniciou sua participação direta nesse processo (Castriota, 2019a).⁵³

O documento — resultado de um processo que começou com o tombamento da Capela de Nossa Senhora das Mercês, em 7 de abril de 2016, e dos núcleos urbanos de Bento e Paracatu de Baixo, em 28 de abril do mesmo ano — estabelece uma lista de 39 deveres, dentre os quais podemos destacar: 1) deverá ser criado um Comitê Gestor (CG), que será responsável pela tomada de decisões e gestão futura do sítio protegido; 2) deverá ser criado um museu de território em Bento Rodrigues; 3) deverá ser construído um memorial da tragédia, junto ao museu, com sede em Bento Rodrigues; 4) deverão receber melhorias, reforços e constante monitoramento, referente à segurança e aos riscos de novos rompimentos, as barragens e cavas ainda existentes na região, que de alguma forma possam afetar novamente a localidade de Bento Rodrigues, em caso de um novo desastre (Castriota, 2019b; Passos, 2022). Apesar de algumas medidas protetivas contra o avanço do poder das mineradoras, o dossiê ainda falha em apontar uma série de soluções às demandas das comunidades.

Nas propostas de tombamento até agora colocadas, ainda que possamos associar as intenções de proteção do patrimônio cultural com uma resistência ao controle das empresas de mineração sobre o território, a forma exógena pela qual os processos têm sido conduzidos demonstra que a utilização do instrumento pode acabar legitimando outras formas de poder sobre o território e não garantem que os moradores permaneçam se apropriando daqueles espaços, inclusive porque se eximem do importante debate sobre a garantia de segurança, relacionada ao descomissionamento das estruturas do Complexo Germano (Passos, 2022, p. 196-197).

Há, por parte de alguns atingidos, o justo receio de que o processo de desapropriação, seguido do tombamento, seja um terceiro momento de alienação territorial, que se seguiria à passagem de rejeitos e ao alagamento ocasionado pelo dique S4. A desconfiança gerada pelo trauma acontece, principalmente, pela forma distante com a qual os estudos foram tocados. A posição ainda marginal dos grupos atingidos na formulação de políticas patrimoniais também fica clara, por exemplo, quando o descomissionamento do Complexo de Germano não é discutido a contento.

É uma segunda perda, e essa de uma forma pior porque, se ela vir a acontecer, a gente sabe que nunca mais vamos ter aquilo de volta. E a gente

⁵³ Conteúdo não paginado, disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7423>.

corre um sério risco de nem poder frequentar lá mais como hoje. Pra mim está sendo até uma sensação pior do que o próprio dia do rompimento”, Mônica Santos, integrante da Comissão dos Atingidos de Bento Rodrigues (Santos, 2019)⁵⁴.

É também significativo que, a *Carta de Burra*, documento no qual se baseia a proposta do dossiê e suas diretrizes, proponha uma perspectiva de conservação que, em nenhum momento, aborde diretamente a dimensão do poder e as suas formas desiguais de distribuição sobre os territórios (Australia Icomos, 1999). Em seu artigo 5º, onde discute a noção de “valores” — categoria central na elaboração do documento de Bento Rodrigues —, o texto esclarece:

[...] a conservação de um local deve identificar e levar em consideração todos os aspectos de significado cultural e natural sem que a ênfase injustificada de qualquer valor se dê em detrimento de outros (Australia Icomos, 1999, p. 9).

Embora exista a previsão da possibilidade de se hierarquizar os graus de legitimidade dos valores atribuídos ao sítio, a Carta o faz de forma muito sutil. A ênfase, mais uma vez, parece recair sobre a criação de um consenso possível. Essa dinâmica se reflete, por exemplo, na configuração do Comitê Gestor, determinado pelo documento, que prevê um espaço composto por representantes dos moradores, da Fundação Renova, da Prefeitura de Mariana, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAT), do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e outro representante da Samarco, que atuaria em nível consultivo (Passos, 2022). Nessas condições, a exemplo dos conselhos do TTAC, os moradores constituiriam uma parcela minoritária nos espaços de decisão sobre os seus próprios destinos.

Se a destruição de Bento Rodrigues passa a representar um momento significativo da história brasileira em escala nacional, transcendendo assim a escala do lugar, não se pode perder de vista que as ruínas ainda continuam sendo, essencialmente, um lugar. Uma vez que, são vividas cotidianamente pelos moradores, não apenas como memória, mas pelo seu uso efetivo e contínuo ao longo de todo o ano. O distrito atingido é um meio que muitos habitantes — e não ex-habitantes, como talvez se dê a entender a partir de uma ideia restrita do habitar — ainda possuem para

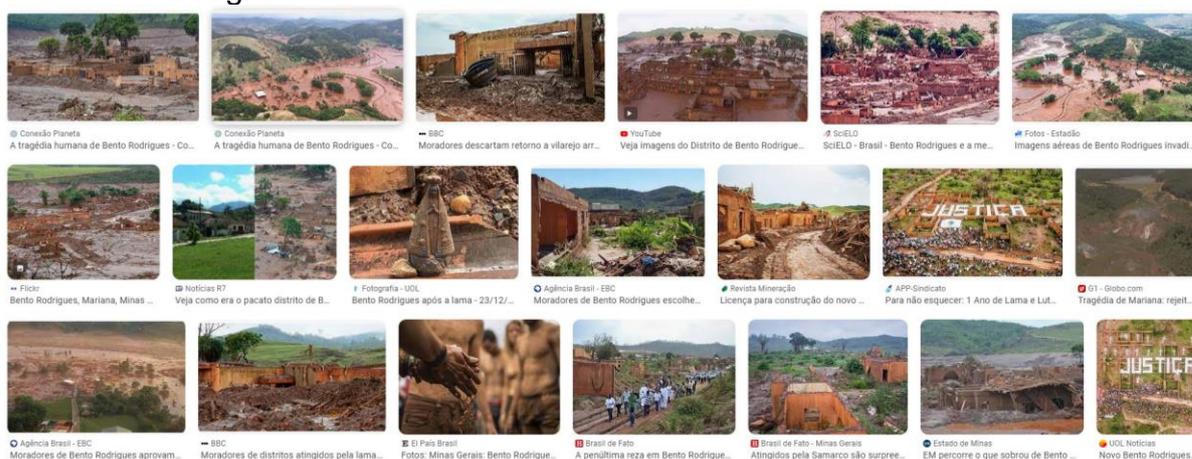
⁵⁴ Conteúdo não paginado, disponível em: <https://apublica.org/2019/09/proposta-de-desapropriacao-surpreende-moradores-de-mariana/>.

manter vínculos vivos de tradição. Aos usos tradicionais da terra, carregados de sentidos construídos ao longo do tempo, e que atuam como formas reprodutivas de uma vida ativa e não baseada apenas nos valores suscitados pela musealização⁵⁵, somam-se aos novos usos, também vividos, mas que agora incorporam os sentidos do desastre.

A importância dessa relação com o território de origem se verifica na preocupação com a posse da terra, que serviu como base para a elaboração do primeiro item das diretrizes protocoladas em 05 de outubro de 2017, nas ACPs referentes à restituição do direito à moradia.

A SAMARCO reconhece que não haverá permuta da área de reassentamento com o patrimônio imóvel original dos atingidos das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu e comunidades rurais de Mariana em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, assumindo o compromisso de não constar em qualquer documento essa hipótese (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 11).⁵⁶

Figura 21 – Mosaico de imagens sobre Bento Rodrigues encontradas nas buscas do Google



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Google Imagens (2023).

Em 2020, no ano seguinte ao desastre da Mina do Córrego do Feijão, canais de imprensa divulgaram a construção de um memorial em homenagem às vítimas do desastre de Brumadinho. O projeto, que segundo as empresas, já está em fase final de vistorias, foi construído sobre um terreno de 5 hectares adquirido pela Vale. A

⁵⁵ Compreende-se que várias das críticas aqui colocadas são debatidas pelo próprio conceito de museu-território, mas o caso de Bento Rodrigues ainda parece mostrar uma experiência de participação pouco eficiente diante das complexidades suscitadas pelo processo de desterritorialização.

⁵⁶ Também disponível no Anexo A.

escolha aconteceu em abril de 2020, quando membros da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão Brumadinho (Avabrum) elegeram vencedora a proposta do conhecido arquiteto mineiro Gustavo Penna, que concorria com apenas mais um escritório. A inauguração do espaço prevista, no entanto, para janeiro de 2023, foi adiada em função de uma disputa sobre a gestão do memorial. Somente no dia 4 de agosto, em um acordo firmado entre a Avabrum, a Vale e o MPMG, decidiu-se que as famílias das vítimas seriam as responsáveis pela administração do complexo por meio da criação de uma entidade privada sem fins lucrativos.

O “Memorial Brumadinho” é constituído por um pavilhão retorcido em concreto vermelho parcialmente enterrado no solo. O espaço é organizado como um trajeto, pensado para que as pessoas sejam levadas por uma experiência de imersão, que passa por uma sala escura, simulando o soterramento, e culmina com a chegada em um mirante, de onde é possível ver os rastros da passagem do rejeito. Ao longo de todo esse percurso, o visitante é submetido a um amplo repertório de elementos arquitetônicos, pensados para evocar emoções pautadas pelas ideias do luto e da dor. As tentativas de trazer à tona esses sentimentos se dão pela fruição no espaço a partir de alegorias visuais remetentes às experiências do rompimento.

Descrições como “os pontos luminosos, contraste entre claro / escuro, falam do dia que não amanheceu, mas também evocam a crença de poder existir, ainda um caminho possível”, e “a forma deste pavilhão é retorcida, fragmentada, assim como os sonhos que se despedaçaram, mas que servem de evidência sólida do que aconteceu, da invasão da lama que destrói, desfigura e distorce a luz”, reforçam o sentido de apropriação da subjetividade por uma paisagem *in visu* fortemente teatralizada e pautada pela espetacularização (Penna *et al.*, [2020]).

Figura 22 – Imagem do projeto do "Memorial Brumadinho" - Circulação que dá acesso ao mirante



Fonte: Penna *et al.* ([2020]).

É possível notar, ainda, uma série de outras estratégias acionadas para o deslocamento de sentidos que atenuam o significado político do desastre, como a escolha do nome “Memorial Brumadinho”⁵⁷, que associa o rompimento ao município e não à estrutura sociotécnica que o produziu⁵⁸. A escolha de palavras usadas para adjetivar o projeto, que em meio às muitas imagens etéreas evocadas por uma linguagem lírica, atribui agência concreta a um único ator: a “*lama*”, que junto às imagens reificadas das pessoas atingidas são os únicos dois agentes que atuam como fonte de inspiração para as estratégias projetuais do memorial. A evocação de sentimentos difusos, que não resgatam as histórias das lutas em torno da reparação, e a própria forma de circulação do pavilhão, organizada e descrita como um circuito

⁵⁷ Associar o desastre tecnológico ao nome do município reforça um estigma que, a despeito da facilidade comunicacional com a qual o desastre ficou conhecido nacionalmente, pode ter consequências negativas concretas sobre a população. Visto que, não só as terras localizadas próximas às barragens, mas as associadas aos desastres da Vale, tiveram seus valores reduzidos (Vasconcelos; Bohnenberger, 2019).

⁵⁸ “[...] ao atribuir nomes estamos individualizando os lugares na paisagem e transformando o universo físico em um universo socializado, criando territórios e territorialidades, além de narrativas sobre o espaço apropriado. A própria escolha dos nomes é impregnada por intenções políticas e culturais: ao delegar nomes para as municípios e ruas, a identificação deixa de ser um mero referencial e passa a comportar simbolismos” (Claval, 2007 *apud* Zanatta; Granville; Campos, 2022, p. 326).

em que o visitante é convidado a participar de uma narrativa visual, são algumas das estratégias acionadas pela paisagem concebida do projeto.

Ao deslocar a história para o caráter mais genérico da violência e da dor, as estratégias projetuais, de uma forma ou de outra, escondem a participação do estado e das mineradoras na construção social do risco (Valencio, 2015). Ao mesmo tempo, é possível inferir também, que a centralidade dada à lama — elemento que costura toda a narrativa — conjura novamente a imagem do desastre como um “acidente”, provocado pelos caprichos da natureza. Nesse sentido, o desastre-crime é submetido a um regime de memória reduzido à sua temporaneidade, que parte da ideia de um tempo compartimentado, substituível e, por isso, apagável, como àquele do evento ocorrido no dia 25 de janeiro de 2019.

Ainda, segundo o arquiteto, as lágrimas da referida escultura descem formando “um véu sobre as paredes de concreto, atrás das quais estão os segmentos remanescentes das vítimas”. As estratégias projetivas para mobilizar sensorial, emocional e intelectualmente os visitantes incluem, portanto, a indicação da presença material do que sobrou das próprias vítimas fatais, com elas mesmas – suas partes corporais – servindo para intensificar os efeitos da alegorização arquitetural da tragédia (Penna, 2022 *apud* Dupin; Pereira, 2022, p. 8).

A paisagem, a narração e até mesmo o nome do espaço são pensados como um sistema de significados apaziguador, na exata medida em que cumprem sua função social de reconfigurar, por meio do olho do arquiteto, a complexidade da realidade social por trás do desastre.

No mirante, ao final deste longo percurso, descortina-se a paisagem do vale; uma superfície que foi atingida e tingida pela lama. Oferece-se aqui um espaço contemplativo, flutuando sobre o lago mais abaixo. É um lugar de serenidade, onde o som e a presença da água falam desse movimento de escoar (Penna *et al.*, [2020]).⁵⁹

O uso de uma linguagem prescritiva na descrição dos espaços, reforça o estreitamento da paisagem, enquanto fonte aberta de sentidos, ao se apresentar por meio de “operações retóricas baseadas em imagens pré-idealizadas dos lugares” (Bessa, 2021, p. 51). À semelhança de um *folder* turístico, o memorial opera uma forma de artealização *in visu*, onde o que está em jogo não é a materialidade do objeto em si, mas uma “ideia”, um “símbolo”, sobre o lugar de “luto” ou de “contemplação”.

⁵⁹ Conteúdo não paginado, disponível em: <https://www.gustavopenna.com.br/memorialbrumadinho>.

Cabe destacar que essas adjetivações foram empregadas de forma anterior a qualquer prática de ritualização e significação realizadas *in situ* pelas famílias atingidas.

Essa paisagem, em sua proposta nada sutil de representar a memória e o luto, estabelece uma concepção cristalizada da “realidade”, uma forma de conhecimento que se coloca como uma janela objetiva por onde se dá a conhecer a memória. A despeito de uma apreensão crítica ou não por parte dos sujeitos que a percebem, o memorial possui a pretensão de atuar como uma fonte organizadora de um sentido imediato do mundo social. Essa ordem supõe um conformismo lógico, ou seja, uma concepção homogênea do tempo, do espaço e de sentimentos — como a dor e a perda —, que servem de terreno para a construção de uma intersubjetividade lastreada no poder simbólico do monumento (Durkeim *apud* Bourdieu, 2011a). Essa característica reveste o edifício não só de uma mensagem, mas de uma função política clara, baseada na desmobilização da memória como forma de articulação política.

Figura 23 – Imagem do projeto do “Memorial Brumadinho” - Monumento que “chora”



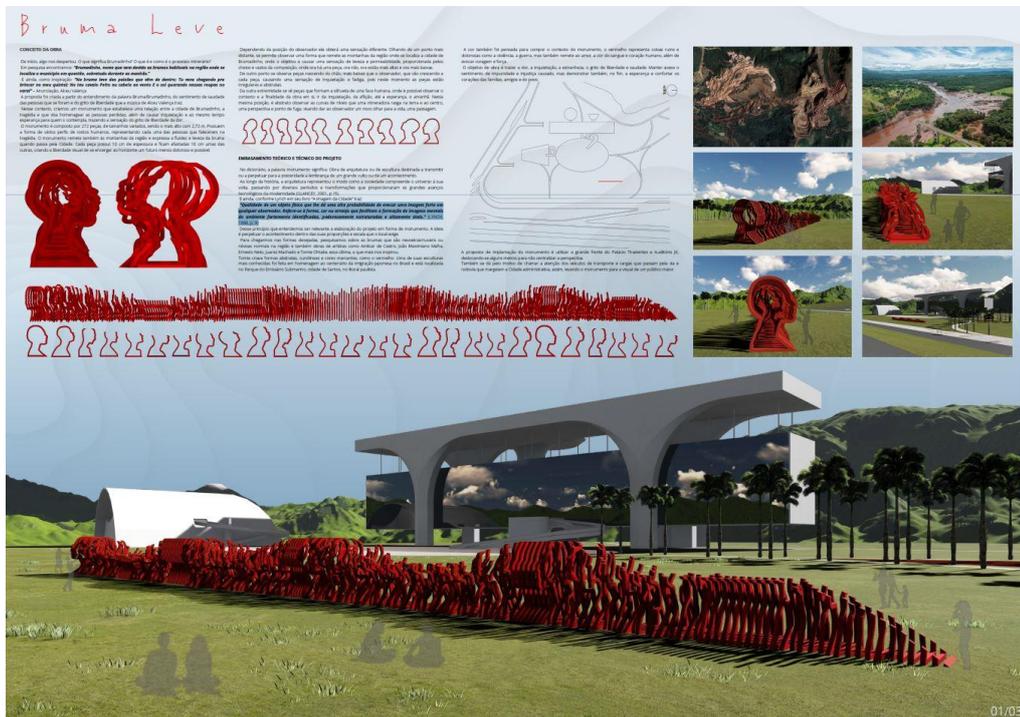
Fonte: Penna *et al.* ([2020]).

Em meados de 2022, o Governo do estado de Minas Gerais, junto ao IEPHA-MG, organizou um concurso para um outro memorial em homenagem às vítimas de Brumadinho. Dessa vez, o estado disponibilizou parte do terreno da Cidade

Administrativa Presidente Tancredo Neves, sede do governo e das secretarias do estado de Minas Gerais, localizada às margens da rodovia MG-010 entre o município de Belo Horizonte e o Aeroporto Internacional de Confins. Segundo o edital do concurso, o monumento deveria ser um marco paisagístico, pensado “[...] em memória às vítimas da tragédia ocorrida pelo rompimento de barragens da Vale S.A. em Brumadinho” (Minas Gerais, 2022, p. 1). O texto também deixa claro que, apesar de considerar o monumento como “uma **abstração** artística que deve remeter à tragédia”, a obra deveria se “[...] fazer uso de maneira artística, dos 272 nomes das vítimas fatais do rompimento, como meio de se eternizar a **menção direta** a cada uma delas” (Minas Gerais, 2022, p. 2, grifo nosso).

Assim como no memorial discutido anteriormente, optou-se por se realizar o reconhecimento nominal das vítimas por meio de gestos e simbolismos em torno das ideias de luto e dor. Dessa vez, ao invés de uma proposta imersiva com características arquitetônicas, o projeto vencedor apresentou uma escultura ao ar livre, composta por uma série de perfis metálicos dispostos em sequência ao longo do terreno. Além do nome das mais de 260 vítimas fatais, que serão gravados nos perfis vermelhos, o objeto não propõe mais nenhuma alusão objetiva ao papel dos demais agentes envolvidos no desastre-crime (Figura 24).

Figura 24 – Proposta vencedora do segundo memorial às vítimas de Brumadinho



Fonte: Pereira (2022).

O recurso das metáforas é novamente mobilizado em torno de ideias intangíveis e politicamente anódinas, como a leveza e a esperança. Embora muito distintos em aparência, os dois memoriais se assemelham em várias de suas proposições discursivas. Para os ganhadores do segundo concurso, a função do monumento é “[...] perpetuar para a posteridade a lembrança de um grande vulto ou de um **acontecimento**” (Pereira, 2022, p. 1, grifo nosso). Da forma do objeto e de sua própria definição descrita ao longo do memorial, pode-se inferir que, assim como no caso do primeiro memorial, a obra revela uma preocupação muito maior em relação à dimensão factual do rompimento, tomado aqui como um acontecimento, um evento. A paisagem da memória, ao invés de se situar no terreno da conscientização sobre os efeitos da atividade mineradora, se torna um monumento ao sentimento difuso de perda.

O evidente uso político da paisagem memorialística realizada pelo atual governo do estado acentua ainda mais as contradições contidas nas relações entre os setores público e privado. As relações de proximidade entre representantes do poder público e as grandes empresas do setor são bastante conhecidas em Minas Gerais e têm sido apontadas por vários pesquisadores e repórteres ao longo dos anos (Milanez; Magno; Pinto, 2019; Trigueiro, 2019; Angelo, 2023). Nos casos de estados dependentes da exportação de minérios, como Minas e Pará, a influência do capital extrativista não se limita a um ou outro partido, abrangendo uma ampla variedade de políticos ao longo de quase todo o espectro ideológico. Assim, não foi uma surpresa quando, poucos meses após o rompimento, o então governador, Fernando Pimentel (PT), adotou uma posição pró-mineradoras ao aprovar a flexibilização dos processos de licenciamento ambiental.

O atual cenário também não é diferente, uma vez que o governador Romeu Zema (NOVO), se mostra ainda mais alinhado aos interesses mineradores. Recentemente, o político foi acusado de se aproveitar de parte da verba destinada à reparação do rompimento da barragem do Córrego da Mina do Feijão para impulsionar reformas eleitoreiras na infraestrutura viária do estado. A exemplo do rodoanel de Belo Horizonte, que será realizado a partir de uma parceria público privada (PPP), financiada em grande parte pelos recursos provenientes do acordo feito a portas fechadas entre o estado e a Vale. Críticos destacam que as obras, além de não se relacionarem diretamente com a recuperação da bacia do Paraopeba (onde ocorreu

o rompimento), ainda beneficiariam as próprias mineradoras em suas atividades de produção (Ronan, 2023).

A paisagem atua como uma forma de apropriação dos significados envolvidos no desastre-crime. À vista disso, a materialidade envolvida na produção de paisagens *in situ*, baseadas nesse tipo de redução, se tornam uma perigosa forma de destruição do político. A perenidade do objeto arquitetônico autentica e inscreve no espaço uma imagem onde as pessoas atingidas conseguem se reconhecer por meio das lembranças de seus entes queridos mortos. Porém, ela se mostra incompleta, justamente por ser baseada no controle e na redução das demandas sociais por reparação.

Enquanto objetos ou práticas sociais objetificadas, são todos apropriados com o propósito de serem exibidos e contemplados. É nesse sentido que a metáfora da apropriação implica o uso de metáforas visuais. Em termos gerais, o efeito da apropriação é a cultura “como uma coisa” (Handler, 1988) ou “como exibição” (Mitchell, 1989), implicando o uso de metáforas oculares. É por meio da exibição desses objetos e práticas sociais objetificadas que é produzido o “efeito de realidade” (Barthes, 1988, p. 141-148) no contexto das narrativas do patrimônio cultural. Esses objetos e práticas objetificadas autenticam o “real” produzido por essas narrativas (Gonçalves, 1996, p. 80).

Assim, políticas de musealização que não coloquem as vítimas no centro da construção de um processo participativo se revelam como formas poderosas de ocultamento e despolitização. Dessa forma, o museu e o memorial podem dotar a paisagem de um sentido invertido àquele pautado pelo sentimento de reparação e sensibilização ambiental ao alienar as formas culturais pré-existentes de apropriação dos espaços. Ainda que, em níveis diferentes, ambas as paisagens promovam a apropriação (no sentido antropofágico) de culturas, estas são reinvestidas com valores patrimoniais a partir de um imaginário estrangeiro, dado por arquitetos e planejadores. Com isso, se quebra — mesmo que em proporções distintas — parte dos vínculos entre os sujeitos atingidos e o ambiente que compõem os sentidos de lugar. Musealizar se torna, portanto, um processo em que “[...] os objetos são separados de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam” (Mairesse, 2011 *apud* Soares, 2017, p. 66).

Ao invés de um olhar contemplativo, instruído por aquilo que os construtores do museu medeiam, seria mais efetivo se valer de um olhar arqueológico, que compreende o valor que há sob tudo aquilo que segue encoberto. Olhar como quem tenta desvelar um ocultamento físico e simbólico, seja da terra ou da memória, ambas dotadas de profundidade (Dupin; Pereira, 2022, p. 9).

Cabe pontuar, ainda, que uma postura museológica mais cuidadosa em relação à noção de lugar não exclui a participação de agentes outrora externos ao território. Seria descabido pensar que, diante de um fenômeno desestruturador, como o rompimento, as relações entre território e memória se manteriam inalteradas. Bento Rodrigues, a partir de novembro de 2015, passou a fazer parte de uma história global e a própria existência do trabalho que aqui se escreve atesta para o caráter (agora supralocal) do povoado atingido. O questionamento aqui colocado é direcionado, portanto, às relações de poder que se estabelecem a partir dessas novas dinâmicas. Visto que, a legitimação de novos agentes, sejam eles quais forem, não pode se dar dentro de uma lógica de exclusão, que relegue as populações atingidas a uma posição marginal dentro das discussões de reparação.

Como aponta Soares (2017):

[...] o patrimônio, por sua vez, em constante recriação a partir das relações sociais e também como produto determinado pelas negociações culturais, pode existir e atuar tanto na mais reclusa esfera dos grupos, guardado pela memória de seus membros e evocado no cotidiano das relações internas; como pode perfeitamente ser construído e reconstruído nos espaços fronteiriços, permeado pelas relações com o exterior (Soares, 2017, p. 13).

Apesar de ganhar cada vez mais força dentro das discussões do campo da museologia, a ideia de patrimônio difícil parece ainda muito presa às questões relativas à atuação de agentes ligados ao Estado. Ao que tudo indica, as políticas de musealização, voltadas aos casos marcados pela morte e pela dor, precisam avançar em direção às discussões que incorporem o papel de agentes do capital privado, quando estes, aliados em maior ou menor medida ao próprio Estado, são os responsáveis pelo sofrimento imposto às comunidades. A maioria dos casos de patrimonialização, apontados por Meneguette (2020), se referem aos atos de violência cometidos por governos ou instituições hoje muito distantes no tempo, como a ditadura civil militar brasileira e a escravidão.

Talvez, isso se dê pelo fato de que, no jogo de forças da democracia representativa, adotar uma postura crítica em relação ao passado, mesmo que recente, gera ganhos concretos para alguns agentes que compõem e disputam o poder dentro do Estado, mesmo em uma condição marginal. Por outro lado, a reflexão causada pelo patrimônio sombrio não possui a mesma dinâmica quando destinada a discutir a atuação de grandes corporações, que gozam do privilégio de terem suas

reputações protegidas, sobretudo nos casos em que o Estado é parte interessada no crescimento delas⁶⁰.

Os interesses de acionistas de grandes corporações como a Vale, a Samarco e a BHP são mais coordenados e dependem da estabilização da imagem das empresas para um bom desempenho no mercado de ações. Assim, é muito pouco provável que um memorial sobre as tragédias de Fundão e da Mina do Córrego do Feijão sirvam como uma paisagem voltada a educar e discutir a dimensão sociotécnica do desastre, especialmente quando as empresas responsáveis pelos crimes são as mesmas que participam de sua elaboração e financiamento.

[...] a arquitetura memorial se justifica na medida em que a Vale S.A. engloba os familiares das vítimas fatais e os demais atingidos pelo crime socioambiental como parte dos agentes que definiriam os destinos do projeto. A participação, entretanto, é modulada em posição de evidente assimetria entre as vítimas e a mineradora (Dupin; Pereira, 2022, p. 10).

Ainda que prestar homenagens às vítimas seja parte importante do processo de reparação, este é apenas um elemento de um todo muito maior. O memorial, o museu ou o monumento direcionados à patrimonialização de fatos tão sensíveis devem se voltar, sobretudo, à compreensão abrangente dos fenômenos e processos causadores de dor. Além disso, isso deve ser realizado de forma cuidadosa e responsável para que não se institua um mórbido turismo baseado na fetichização da tragédia.

Se, de um lado, tais patrimônios associam-se ao dever de memória e apontam para os sentidos históricos da sobrevivência, de outro, podem promover a espetacularização e a reencenação falseada da dor, feita para o entretenimento (Meneguette, 2020, p. 247).

A discussão sobre o que fazer com as ruínas de Bento Rodrigues, ao contrário do caso de Brumadinho, continua sem uma definição clara. Mas, por enquanto, a paisagem atingida continua a servir como um lugar carregado de significados que remetem à concretude do lugar. Utilizados pelos moradores para o exercício de uma

⁶⁰ Esse privilégio é ainda mais evidente, devido ao fato de que as grandes mineradoras, por terem muitas vezes funções estratégicas dentro dos governos, acabam tendo sua reputação blindada por agentes públicos interessados no crescimento de suas atividades. O caso da atuação da Vale e do governo brasileiro na batalha contra a gigante australiana Rio Tinto para a obtenção de concessão de exploração da mina de ferro de Simandou, na Guiné, é um exemplo do alinhamento de interesses entre os setores público e privado (Vieira, 2020).

ocupação persistente baseada no exercício da autonomia, a despeito das tentativas de cerceamento do acesso ao território, o subdistrito destruído continua a servir como uma paisagem que simboliza a irredutibilidade da condição antagônica entre as comunidades e os grupos mineradores. Dessa forma, há uma recusa em ter a sua dimensão política apagada em favor de um falso consenso ou da desresponsabilização suscitada pelos monumentos da memória.

4.2 Tecnologias da imagem: encobrendo os indícios da produção

Para Lewis Mumford (1998, p. 569), por debaixo do pensamento urbano que se consolidou na Europa do século XIX e em seu aparente apreço pela vida e pela saúde, se encontra “[...] um profundo desdém pelos processos orgânicos que implicam a manutenção da complexa parceria de todas as formas orgânicas, num ambiente favorável à vida em todas as suas manifestações”. O mundo moderno, organizado a partir das instituições burguesas, passou a ver em sua condição cosmopolita o resultado de um evidente afastamento dos processos metabólicos que o constituíam. Para que a ideia de um mundo tecnocrático, sustentada sobre uma ciência descarnada e baseada na dicotomia natureza/cultura, pudesse se tornar possível, foi necessária a criação de uma ilusão capaz de ocultar os fluxos metabólicos por trás dos objetos constitutivos dessa nova paisagem urbana. A terra, o solo, a água, os outros seres vivos e as suas relações submergem, então, sob uma nova ideologia, que tem na tecnologia fetichizada o seu principal motor de aceleração e progresso.

O sistema técnico-informacional, mediante à atuação de seus agentes, se caracteriza pelos esforços de recobrimento da infraestrutura que o torna possível. Ideias como uma globalização deslocalizada, redes em nuvem e ativos digitais, como criptomoedas, são apresentadas de forma a criar um imaginário onde a intangibilidade é um dado evidente, quase natural por si só. O fato óbvio de que existem centros de processamento que utilizam, em poucos dias, a energia que diversos países pobres demorariam meses para consumir é uma questão muito pouco comentada diante das “vantagens” alardeadas pelos apologistas de um mundo onde supostamente não há atrito e fricção. Assim, a preocupação em esconder se torna mais do que um apelo ao bom gosto ou ao cuidado com a poluição visual e o olhar paisagístico.

A estética dos dispositivos fechados, lisos e harmônicos é, nesse caso, a manifestação de uma política voltada à manutenção de um poder que se fortalece

justamente pelo encobrimento das vísceras localizadas no interior dos grandes sistemas técnicos informacionais do capital⁶¹. Os cabos, os circuitos, as usinas, os minerodutos e as barragens são os indícios materiais que nos lembram da falibilidade desses sistemas e do caráter não perene dos sistemas de produção e circulação. A proteção desse interior possui uma dimensão física, onde a elaboração de estratégias de controle e acesso a espaços críticos é fundamental para o bom funcionamento dos locais de operação (Ascierto; Traver, 2021). No entanto, há também uma defesa mais difusa, baseada na consolidação de políticas do encobrimento e da obstrução do olhar, cujo escopo também contempla a preocupação paisagística.

Esse *ethos* da sociedade moderna é ainda mais claro no contexto minerador, quando uma série de processos produtivos se tornam continuamente invisibilizados em função da dissolução do trabalho e da automatização do setor. Além das estratégias de recobrimento em relação aos olhares externos, muito dos olhares internos às operações também têm ficado mais restritos, seguindo uma tendência em que os serviços realizados por humanos vêm sendo substituídos por sistemas mecanizados autônomos (FIEMG, 2022). A sondagem, o processamento geológico, as operações de extração, o transporte e a manutenção — atividades que compreendem todo o ciclo de existência de uma mina — são realizadas cada vez mais sem o testemunho do olhar e/ou o conhecimento que decorre da percepção. Afinal, existe um ganho reputacional em torno do discurso da segurança do trabalho, que é prontamente alardeado pelas empresas a despeito de serem elas mesmas as responsáveis pelo maior e mais fatal crime trabalhista do país (Souza; Fellet, 2019).

Contudo, o aprofundamento do abismo entre quem olha e aquilo que se vê não acontece sem a perda da capacidade social de formar sentidos e estabelecer um campo de atuação política coletiva. É o que mostra, por exemplo, o caso da Mineradora Tamisa (G1 Minas, 2023). Recentemente, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) manteve a suspensão de operação da empresa que explorava a Serra do Curral, região importante para a identidade de Belo Horizonte e considerada cartão-postal da cidade (Figuras 25, 26 e 27).

⁶¹ A produção diferencial das paisagens se torna evidente em relação ao quanto de infraestrutura é visível entre os centros e periferias de poder. Enquanto, em alguns casos, essa infraestrutura permanece oculta até que o colapso a torne “visível”, nos espaços marginais, o próprio colapso se torna um meio por onde se estabelece uma série de práticas cotidianas (Nemer, 2021).

Figura 25 – Cava de mineração na Serra do Curral, Belo Horizonte



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 26 – Cava de mineração na Serra do Curral, Belo Horizonte



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 27 – Vale contíguo à cava de mineração na Serra do Curral, Belo Horizonte



Fonte: acervo pessoal (2023).

Em grande medida, a vitória obtida pelos grupos contrários à atuação da mineradora só foi possível diante de uma intensa mobilização social, que, para além do discurso sobre o uso do território, não se furtou de acionar a força simbólica dos sentidos construídos sobre a paisagem que coroa o horizonte da capital mineira.

[...] mas eis que salta o conselho
 Dos homens bons do Dphan,
 No caso mete o bedelho
 E na brisa da manhã
 Acende um sol de esperança
 Sobre a paisagem mineira.
 (até onde a vista alcança,
 Era dinamite e poeira.)
 - o pico de Itabirito,
 Este há de ser preservado
 Com presença, não mito,
 De um brilhante passado [...] (Andrade, 1977, p. 502).

No que diz respeito à representação do trabalho, é relevante lembrar que, historicamente, sempre lhe foi atribuída uma posição marginal dentro do sistema de representações sociais. Se o cinema nasce daquilo que as imagens dizem em sua eloquência, ele também dá a entender o que está em jogo a partir do silêncio e daquilo

que não se mostra. No mesmo ano em que circularam as famosas imagens de *A Chegada de um Trem à Estação* (1895), que carregavam em si o dinamismo de um modelo econômico impresso na velocidade e, sobretudo, na capacidade de fazer circular e reproduzir o capital, os irmãos industriais, Louis e Auguste Lumière, filmavam os seus operários deixando o lugar de trabalho. *A Saída dos Operários da Fábrica* (1895) mostra uma importante divisão que perduraria durante as décadas seguintes, na qual a figuração da atividade operária, no melhor dos casos, seria tomada como uma espécie de elipse, um ponto de ligação oculto entre os dois momentos de se estar no mundo “externo”, apreensíveis pelo espectador. É como se aqueles homens e mulheres fossem atores de teatro filmados em seu momento de revelação ao se deslocarem para além do limite inacessível e misterioso das coxias e do camarim em direção ao “espaço onde a vida de fato acontece”: na rua, na casa ou, em menor medida, no espaço das instituições.

O “lá dentro”, dos bastidores do trabalho, no entanto, continuaria oculto. A linha de produção onde o próprio truque do cinema é mantido sob o segredo das patentes, que asseguram o domínio das películas comercializadas pelos irmãos franceses, continua opaco e inacessível ao olhar. O mundo do trabalho, ou a paisagem da produção industrial, se torna o espaço de alienação dos trabalhadores, imposta pela intensa divisão social do trabalho, assim como um espaço alienado do próprio olhar social.

Para Michel Collot (2013), não é possível se falar em paisagem sem que a percepção humana esteja envolvida. “Um ambiente não é suscetível a se tornar uma paisagem, senão a partir do momento em que é percebido por um sujeito” (Collot, 2013, p. 19). Segundo o autor, a categoria não pode ser utilizada, por exemplo, diante da relação estabelecida entre outras formas de vida sencientes e o ambiente que as compõem. Nos casos em que não há uma presença humana, não seria possível falar, portanto, de uma paisagem, mas sim de uma protopaisagem, marcada pelos vínculos entre seres, coisas e suas respectivas *affordances*⁶². O que acontece, então, quando o componente humano é afastado e o mundo sensível é reduzido à mediação realizada pela linguagem numérica dos dados?

⁶² *Affordance* é um termo de difícil tradução, que se originou no campo da psicologia ambiental. De forma simplificada, o conceito se refere às propriedades percebidas de um objeto em relação à sua usabilidade. Elas podem variar em suas relações com os agentes, que as percebem de acordo com as próprias características explícitas do objeto, ou pela experiência acumulada.

Partindo desse questionamento, e diante do que foi colocado anteriormente, pode ser o caso de se pensar na adequação do próprio termo paisagem e se ele ainda deve ser atribuído ao ambiente “sentido” apenas por dispositivos não humanos. Conforme a nossa relação com a terra é mediada cada vez mais pela interpretação de dados organizada de acordo com processadores eletrônicos, que por sua vez são alimentados por sensores também eletrônicos, não seria o caso de se falar em uma “pós-paisagem”? Ou, ao menos, de uma tendência social cada vez mais intensa de alienação paisagística?

Essa ideia, que tentamos tatear de forma um tanto vaga, evidencia a quebra da tríade paisagística apontada por Collot (2013) e se caracteriza pela diluição do lugar e da sua fenomenologia correspondente. Se não há quem vive e vê, não há lugar. Se não há lugar, também não há paisagem. Diferentemente do que é colocado por Marc Augé (1994), sociólogo que teorizou sobre os “não lugares”, a falta de “lugaridade” proporcionada pela ruptura da paisagem apontada aqui não decorre de uma alteração na dimensão qualitativa do espaço, como se pudesse existir uma linha abaixo da qual se estabeleceria a existência de um “não lugar”. Ela acontece justamente pelo afastamento físico do sujeito, que se dá pela destruição do vínculo concreto que condiciona a existência de um lugar. Quando evidenciamos essa ausência, percebe-se que ela se refere, sobretudo, a uma dimensão quantitativa dos olhares e não uma qualitativa. Nesse caso, o que se retoma é a intensificação do processo descrito por Mumford (1998), no qual as paisagens do trabalho e da produção — orientadas por uma episteme baseada na dicotomia radical entre natureza/cultura — se tornam cada vez mais centrais em nosso processo de conhecimento da terra.

O que era um lugar, no entanto, não se torna irrepresentável; pelo contrário, transforma-se ele mesmo em uma representação. Assim, essa pós-paisagem continua parcialmente acessível apesar de tudo, mas como um decalque informado ora pela ciência, como é o caso das leituras geológicas de sondagem do solo, ora pela arte, por meio de obras realizadas sobre as mais diversas mídias, como aquelas de Edward Burtynsky e Luana Vitra (Figuras 28 e 29). Vez ou outra, isso também ocorre por meio da arqueologia, como nos mostra o estudo de Souza (2021) sobre as paisagens operárias no Rio de Janeiro.

Figura 28 – Luana Vitra, Desejo-Ruína - Latas enferrujadas, 2001-2020



Fonte: Miyada ([2020]).

Figura 29 – Mina na cidade de Berezniki na Rússia



Fonte: Burtynsky, Baichal e Pencier (2018).

Evidentemente, existem nuances entre essas formas de conhecimento, que não são necessariamente excludentes e nem essencialmente definidas em polos negativos ou positivos. Contudo, elas tendem, pelo menos de forma geral, a atuar em direções opostas. Ao passo que parte dos esforços da ciência empreendida pelo setor da mineração se concentra em dissolver o fenômeno da produção-trabalho enquanto algo percebido, submetendo o ambiente a um mapeamento intensivo e abstrato de

dados⁶³, o campo arqueológico e artístico tem se revelado como um espaço onde, em sentido contrário, se dão as tentativas de restituição do domínio dos significados estabelecidos pelo olhar.

Sobre isso, existe uma tendência iniciada no setor de hidrocarbonetos que aponta para a intensificação das relações entre os setores de mineração e as chamadas *big techs*⁶⁴. Esse entrelaçamento vem, há algum tempo, se consolidando por meio de parcerias entre as empresas de tecnologia e as companhias transnacionais do setor extrativista. Com isso, elas passam a operar sobre uma base determinada pelas plataformas digitais, externalizando atividades como a sondagem, a logística produtiva e o controle territorial, agora rearranjadas em torno do salto escalar permitido pelo uso da capacidade de armazenamento e processamento de dados dos grandes *data centers*. Em 2017, a Chevron assinou um contrato de 7 anos com a Microsoft para a utilização de sua infraestrutura de nuvem⁶⁵. Nesse mesmo ano, a canadense Jaguar Mining, que atua em Minas Gerais, começou a sua migração para o mesmo tipo de sistema, assim como a BHP Billiton que, em 2021, fechou um contrato com a Amazon AWS e a Microsoft para utilização de seus servidores e sua capacidade de processamento (Dickinson, 2021).

A estimativa do setor minerário é que essa transferência de atividades, que vão da diminuição de ativos em tecnologia da informação à manutenção de infraestrutura física, gere reduções de custos da ordem de 15% em seus processos gerenciais. Além da diminuição dos custos operacionais, o poder de processamento dessas novas tecnologias permite um salto sem precedentes sobre a quantidade de informações

⁶³ “O sentimento da natureza”, aos olhos de Berque (2000), “não se decompõe em “dados objetivos”, por um lado, e em “imagens subjetivas” por outro: mas “integra o subjetivo e o objetivo em uma construção dotada de uma lógica intrínseca” (Berque, 2000 *apud* Collot, 2013, p. 28).

⁶⁴ Em 2020, logo após o golpe civil-militar que depôs o ex-presidente boliviano Evo Morales, Elon Musk escreveu o seguinte tweet: “*We will coup whoever we want. Deal with it.*” (Nós iremos dar um golpe em quem quisermos. Lidem com isso). Esse fato nos lembra que, apesar de promover suas empresas como pioneiras no desenvolvimento de tecnologias limpas, os negócios de Musk possuem uma relação muito mais intensa com setores econômicos menos sustentáveis do que os acionistas da Tesla ou da SpaceX gostariam de admitir. O tweet não só revela um interesse latente do capital tecnológico em se apropriar dos recursos naturais de outros países, como o uso da primeira pessoa do plural também reforça a participação de outros agentes, como o próprio Estado, na promoção da expansão das empresas do setor (Brasil de Fato, 2020).

⁶⁵ Os serviços de computação em nuvem têm se tornado uma das principais fontes de receita das empresas de tecnologia. Hoje, esse mercado, que consiste no aluguel de servidores para operações de processamento de dados, é dominado pela *Amazon Web Service* (AWS). Apesar de uma tendência de queda em outros setores da empresa, o serviço de armazenamento em nuvem da Amazon registrou uma receita equivalente a 21,4 bilhões de dólares no acumulado entre os meses de outubro e dezembro de 2021, quantia 9% superior ao mesmo período do ano anterior (Bartolo, 2023).

obtidas e processadas para além dos muros das companhias. A possibilidade de integrar esse poderoso sistema de processamento ao monitoramento das atividades consideradas como um risco social pelas empresas, apesar de aparentemente constituir uma preocupação secundária até o momento, não deixa de ser uma perspectiva tangível (Cool, 2019). Sendo assim, não há razões para acreditar que o controle, a espionagem e a elaboração de estratégias para o enfraquecimento do poder de lideranças populares — práticas já recorrentes entre os grandes agentes poluidores — deixe de se intensificar com o uso dessas novas tecnologias.

Se essa terceirização de infraestrutura logístico-produtiva tem se tornado cada vez mais central nos modelos de negócios das mineradoras, o mesmo também acontece com as empresas de tecnologia, que, ao adotarem uma política de verticalização de suas atividades, passam a buscar novas fontes de renda a partir da diversificação de sua cartela de clientes ao longo das cadeias de produção. Assim, gigantes como a Amazon, a Microsoft e a Alphabet Google se colocam diretamente em contato com outros mercados, capturando a renda extraída por meio da mineração tradicional e das suas dinâmicas de territorialização, marcadas pelos conflitos socioambientais.

Esse modelo de negócios não só permite aos clientes a intensificação dos fluxos informacionais baseados na coleta e processamento de dados, como também dá condições para que os processos envolvidos na atividade sejam mais administráveis, garantindo competitividade e um controle mais preciso das operações diante da volatilidade que marca o setor de minérios. Nesse novo contexto, acrescenta-se aos sistemas de produção — como o toyotismo, *just in time* e demais tecnologias responsáveis pela revolução informacional-gerencial da passagem para o capitalismo em sua versão flexível — o papel de novos agentes do capital em sua versão plataformizada. Assim, eles ficam responsáveis pela dinamização dos processos já em curso, bem como pelo avanço da mercantilização sobre novas bases sociais, agora mais controláveis mediante à massiva quantidade de dados dos quais as empresas dispõem (Harvey, 2004b).

Com o intuito de melhor gerenciar ou controlar as incertezas dos Estados Modernos, técnicas matemáticas foram desenvolvidas para encontrar padrões, variações, correlações entre dados passíveis de serem quantificados. Com os ambientes digitais, houve uma significativa ampliação e diversificação dos mecanismos de coleta, de organização e de tratamento

de dados – estatísticos ou não –, resultando na datificação como uma forma hegemônica de conhecimento (D'Andrea, 2020, p. 26).

O processo de dessensibilização, decorrente dessa situação, pode ser compreendido de forma análoga à desterritorialização e como ela vem sendo discutida até então. De um lado, o sujeito que trava contato com as paisagens se torna cada vez mais raro, seja pela automação da produção ou pela ocultação deliberada da paisagem, orquestrada por uma série de dispositivos tecnológicos. Por outro lado, se tem a construção de uma sensibilidade diferente, modulada por novos agentes do capital por meio captura do ato de perceber o mundo, qualificado em função de sua potencialidade enquanto fonte de obtenção de dados. Diante desse fenômeno, que decorre da superação da paisagem produtiva por meio da redução do papel dos sentidos, é possível supor, em contrapartida, o aumento de práticas que atuam na formação de um imaginário gerado por outros tipos de experiência. Diante disso, o capital minerário expande suas fronteiras de produção mediante o aumento de sua capacidade reprodutiva, que ocorre por meio da associação de sua imagem a outros campos sociais, ligados às áreas nas quais as empresas possuem experiência de atuação, como nos projetos de responsabilidade social e marketing cultural.

Vivemos em uma época em que a nossa imaginação, tão frágil:

[...] é prontamente esmagada pela alta potência do impacto das tecnologias de projeção de dados que são planejadas para nos vender coisas, em vez de aumentar nossa consciência ou nossos poderes de observação (Ingold, 2022, p. 179).

Assim, é sintomático, por exemplo, que no caso da Braskem⁶⁶, o sistema de notícias do *Google News* dê prioridade a matérias elogiosas e peças institucionais, em detrimento de informações sobre o crime em andamento na cidade de Maceió. A complexidade do sistema de indexação das plataformas parece oferecer melhores oportunidades de colocação e controle de imagem a grupos com maior capital econômico, como é o caso do *pagerank*. Criado e patenteado pelo Google, ele foi um dos principais sistemas utilizados para a indexação de páginas feita pelo motor de buscas da empresa. Esse modelo determinava o valor de um site a partir da

⁶⁶ Em 2018, vários bairros de Maceió começaram a afundar devido aos danos na estrutura do solo causados pela extração de sal-gema. O crime cometido pela petroquímica Braskem causou o desalojamento permanente de mais de 50.000 pessoas.

quantidade de links disponibilizados em outras páginas classificadas como de alta qualidade (Gillespie, 2018).

No entanto, o problema é que, ao atribuir peso a um critério subjetivo como “alta qualidade”, o Google produz unilateralmente uma lógica computacional que reforça a validação de conteúdos alinhados aos agentes com maior capital informacional, que são geralmente aqueles que já se beneficiam de uma ordem discursiva marcada, nesse caso, pela “horizontalidade” capilarizada das redes. Para Finkelstein (2008), ao priorizar esse tipo de mecanismo, a empresa de buscas adota uma abordagem que o autor chama de “democracia dos acionistas”, orientada sobretudo pela reprodução de interesses de poucos grupos específicos em oposição a qualquer função social que as redes poderiam exercer. No caso da Braskem, o pouco interesse midiático — que também pode ser associado a uma desigualdade no tratamento da notícia dada às questões sociais das regiões Nordeste e Sudeste — permite um controle maior sobre as narrativas que fomentam o discurso sobre o papel social da empresa. Já no caso de Fundão, se existe um certo consenso sobre a responsabilidade criminal das empresas, isso se dá a despeito dos crescentes esforços publicitários empreendidos pelas companhias⁶⁷ e se deve, principalmente, pela quantidade de informações que circularam sobre a tragédia vivida pelas famílias, mesmo que isso tenha se dado de forma, muitas vezes, espetacularizada.

Não é nenhum segredo para os setores políticos, industriais e empresariais que uma das maneiras mais eficientes de obter consentimento é pela naturalização dos processos constituintes dos respectivos sistemas (políticos, industriais e empresariais). Neste sentido, é parte da engrenagem extrativista confrontar a crítica a essa naturalização por meio do convencimento social de que “minerar é preciso”, porque somos dependentes dos produtos derivados da mineração e, portanto, este setor econômico encontra-se em um campo pré-discursivo. Essa estratégia mantém-se bem-sucedida enquanto as externalidades negativas são mantidas distante dos olhos dos “consumidores da mineração”, o que se torna impossível diante de desastres de grande repercussão, como, por exemplo, o rompimento da barragem de Fundão, que fazem emergir a crítica social (Losekann *et al.*, 2018, p. 127).

Em 2020, a Vale criou o Instituto Cultural Vale em conjunto com a Fundação Vale. As duas entidades são responsáveis por gerir — com recursos provenientes, em

⁶⁷ Desde o rompimento, foi constatado um aumento na quantidade de matérias pagas — e nem sempre sinalizadas — pelas mineradoras a jornais e portais de notícias com projeção nacional. Em fevereiro de 2016, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) abriu um processo contra a Samarco, após ter recebido 166 denúncias contra reportagens que constroem os trabalhadores a se posicionarem de forma positiva em relação à empresa (Dotta, 2019).

grande parte, da renúncia fiscal prevista pelas leis de incentivo — projetos nas mais distintas áreas, como saúde, cultura e educação. Ao se projetar como uma marca presente nos mais diversos setores da sociedade, a companhia que, ao longo de sua existência passou por diversos reposicionamentos de marca, se “desmaterializa”, incorporando assim novos sistemas de significação ao seu nome, cada vez menos associado a simples extração de minérios. Se antes o nome Vale do Rio Doce situava a empresa em um território específico, a bacia do rio Doce, exercendo uma atividade específica — a mineração —, hoje a Vale paira como uma “ideia” (para usar um jargão publicitário), que se espalha pelo território nacional como “[...] a maior entidade financiadora da cultura do país” (Barreto, 2022)⁶⁸. Inclusive, é de uma ironia (não tão fina assim) que — diante dessa discussão sobre paisagem, memória, lugares e representações — a Vale seja, atualmente, a principal mantenedora da Cinemateca Brasileira, principal repositório da memória audiovisual do país.

Ao cenário digital, onde a regulamentação da publicidade é ainda muito deficiente se comparada às mídias tradicionais, somam-se tentativas de flexibilização da propaganda realizada nos espaços públicos. Em abril deste ano (2023), foi aprovada, em Belo Horizonte, a Lei Municipal nº 11.501/2023, que complementa à legislação anterior de 1991⁶⁹, conhecida como “Adote o Verde”. Os projetos de lei instituem o convênio entre a prefeitura e entidades privadas por meio da adoção de espaços públicos por pessoas físicas, jurídicas, empresas e organizações não governamentais (ONGs), mediante a condição de que estes sejam reformados e mantidos pelos grupos responsáveis. O texto mais recente, de autoria da bancada do partido NOVO, avança principalmente na flexibilização das regras sobre a utilização das áreas públicas como meio para a instalação de publicidade, permitindo que as empresas possam não só garantir maior visibilidade para suas marcas, como também promover eventos comerciais com panfletagem e propaganda (Belo Horizonte, 2023; Trópia, 2023).

Esse movimento de ocultamento das relações de classe e de exploração do trabalho, das violências e silenciamentos, aliado à percepção limitada das mercadorias apenas ao seu universo de circulação, seriam, portanto, a

⁶⁸ Conteúdo não paginado, disponível em: <https://valorcultural.com.br/entenda-por-que-a-vale-nao-quer-ser-so-patrocinadora/>.

⁶⁹ A reforma da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, no ano de 1991, acabou servindo como referência ao Programa Adote o Verde. Na ocasião, o convênio havia sido firmado de forma pioneira entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Vale, que naquele momento ainda era uma estatal chamada Companhia Vale do Rio Doce.

própria expressão da “fetichização da mercadoria” preconizada por Marx” (Souza, 2021, p. 182).

Figura 30 – Memorial Minas Vale, antiga Secretaria de Estado e de Fazenda na Praça da Liberdade em Belo Horizonte



Fonte: acervo pessoal (2023).

Para Marcelo Lopes de Souza (2021), é sempre preciso desconfiar da paisagem na forma como ela se apresenta ao olhar. Se em alguns casos sua aparência é transparente na forma como comunica os processos que a constituíram, ela também pode apresentar, ao contrário, uma face destinada a ocultar as forças motrizes por trás de sua presença, como quando o espaço público é utilizado, por exemplo, como meio para a divulgação publicitária. No entanto, é possível acessar esses significados ocultos não a partir dos rastros visíveis, mas principalmente por meio de deduções acerca dos fenômenos espaciais e suas dinâmicas de poder.

Em sua discussão sobre a fenomenologia da percepção, Merleau-Ponty (1999) discorre sobre a contraparte invisível de uma paisagem. Todo horizonte apreensível pelos sentidos é dado por uma série de relações entre fenômenos e objetos que se organizam no olhar por meio do elo entre aquilo que se vê e aquilo que é oculto. Como em um jogo dinâmico de luz e sombras, os elementos, mesmo quando invisíveis, se revelam sob a insinuação de sua relação com a sua contraparte mais acessível.

Segundo o autor:

[...] quando observo o horizonte, ele não me faz pensar nesta outra paisagem que eu veria se estivesse ali, está com uma terceira paisagem e assim por diante, eu não me represento nada, mas todas as paisagens já estão ali no encadeamento concordante e na infinidade aberta de suas perspectivas (Merleau-Ponty, 1999, p. 442).

À vista disso, o “estar lá” da paisagem minerada se apresenta cada vez mais como um fenômeno de penumbra, uma representação mental de uma paisagem no espaço, que é acessada somente por fontes secundárias delimitadas por um número progressivamente restrito de enunciadores. Assim, a paisagem deixa de ser um objeto para a formação de um conhecimento empírico e passa se firmar como uma forma de conhecimento exclusivamente dedutiva.

Sendo uma construção cultural, a paisagem é constituída pelo entrelaçamento de uma série de sistemas de significações formados histórica e socialmente a partir das práticas dos agentes no território. Diante disso, se há um olhar minerador que busca se impor a partir do valor atribuído à paisagem enquanto fonte de extração de *commodities*, também há o olhar do trabalho, de grupos atingidos, dos ambientalistas, das agências de regulação, da universidade, etc. Por mais que pareça evidente, a capacidade de poder extrair novos sentidos das coisas depende, em grande quantidade, da forma como percebemos o existente. Isso ocorre mediante as relações que nossa capacidade cognitiva, construída a partir de experiências pretéritas, possui de reorganizar aquilo que é captado pelo olhar em sua condição mais imediata. Em função disso, excluir formas de atribuição de sentido é, ao fim e ao cabo, uma forma de concentração de poder sobre a representação das estruturas que organizam o nosso modo de produção atual.

Se se está de acordo que a paisagem é efetivamente uma produção cultural, as significações culturais que ela contém, e que são como que projeções da cultura sobre o “país”, não podem ser reduzidas unicamente a significações estéticas: é preciso também fazer jus a outros olhares culturais lançados sobre a natureza, a outros universos de significação, a outros conceitos e a outras práticas que, tanto quanto a estética, são investidas no território (investidas no sentido mais literal do termo). Há o olhar do cientista, o do médico, o do engenheiro, o do religioso ou do peregrino etc. (Besse, 2014, p. 62).

O que pretendemos sublinhar com essa discussão é o duplo movimento de contração-expansão contido nas práticas de visibilidade resultantes do envolvimento

entre os setores de tecnologia e mineração. A contração das paisagens produtivas ocorre em oposição à expansão das paisagens reprodutivas, realizadas principalmente pelos agentes mineradores, os quais, em ambos os casos, geram a alienação do olhar, mesmo que por meio de estratégias opostas.

Podemos compreender essas estratégias com o auxílio da discussão que Baudrillard (1983) faz acerca das diferenças entre dissimulação e simulação. Entretanto, a primeira se baseia na ideia de esconder algum aspecto de algo existente, enquanto a segunda passa sempre pela ideia contrária de encobrir uma ausência a partir da exibição de uma representação com pouco ou nenhum lastro no mundo real. A dissimulação pressupõe, portanto, o mundo dos segredos, das patentes e daquilo que se pretende manter como oculto. Já a simulação, para além de uma simples substituição do real, atua (ao lado do objeto originalmente referenciado) como elemento constituinte de uma outra realidade, mais complexa e crivada de contradições. Assim, além de encobrir os agravos e passivos ambientais resultantes dos atos de extrair, beneficiar e transportar minérios, as empresas passam a se preocupar com a formulação de uma outra realidade, mais complexa e contraditória, que atua principalmente sobre um imaginário social mais amplo e objetiva a reprodução do setor.

Figura 31 – Barreira visual ao redor da Mina do Morro do Ouro, operada pela multinacional Kinross Gold, em Paracatu-MG



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 32 – Barreira visual ao redor da Mina do Morro do Ouro, operada pela multinacional Kinross Gold, em Paracatu-MG



Fonte: acervo pessoal (2023).

Ainda sobre o distanciamento do olhar, é possível realizar uma última digressão, que revela, por meio da metáfora da guerra, a dimensão política do conhecimento geográfico como forma de ver e sentir. As tecnologias de imagem — técnicas que dão suporte às narrativas — são, em grande medida, o resultado dos esforços de controle territorial originados pelo esforço de guerra (Virilio, 1993). Antes que as lentes de longo alcance e filmes mais sensíveis à luz fossem utilizados em favor da invenção da linguagem cinematográfica, no início do século XXI, elas foram testadas nos campos de batalha, onde serviram não só ao conflito europeu, durante a primeira guerra, como também à manutenção do projeto de colonização em regiões como o norte da África e o Oriente Médio (Omissi, 1990).

O combate moderno, regido cada vez mais pelo princípio de impessoalidade, tem se desenvolvido por meio da obliteração das distâncias, em um movimento que se dá, especialmente, pelo contínuo afastamento do olhar engendrado pelas novas tecnologias militares e pela sua capacidade de erradicar os entraves à conquista impostos pelas dificuldades dos terrenos. A violência se moderniza, portanto, à medida em que esse olho-máquina substitui os limites alcançados pelo horizonte e pelo campo de visão dos homens.

Neste momento produziu-se uma revolução técnica que pouco a pouco venceu os limites da pesquisa no tempo e no espaço até que o reconhecimento aéreo e seus métodos de observação desaparecessem por si próprios na instantaneidade da informação em *tempo real*. A partir de então os objetos e os corpos são esquecidos em benefício de suas linhas fisiológicas, panóplia dos novos meios, sensores do real, mais sensíveis a vibrações, ruídos e odores do que às imagens; câmeras de vídeo de hipersensibilidade luminosa, luzes infravermelhas, imagem termográfica que define os corpos segundo sua natureza e temperatura (Virilio, 1993, p. 35).

Nesse sentido, a violência adquire uma dimensão gerencial baseada na indiferença. Na guerra contemporânea, e ao contrário do que diz o discurso de “efetividade cirúrgica” que seus donos fazem questão de frisar, os efeitos são sentidos por um número crescente de civis, que, além de lidar diretamente com a morte, são obrigados a conviver com a destruição de suas moradias, plantações e cursos d’água. Para os operadores de drones, o horror não é mais algo concreto ou sentido, visto que, os corpos, em sua maioria marrons, parecem apenas manchas brilhantes vistas por uma tela através das lentes de olhos mecânicos com prerrogativas de juiz. Assim, as paisagens deixam de ser o meio pelo qual as forças antagônicas se relacionam, se transformando no local exclusivo das vítimas. Concomitantemente, para os agressores, apesar da sua capacidade de interferir no ambiente, elas se tornam um mero conjunto de dados cartográficos, uma pós-paisagem, tão abstrata quanto um tabuleiro de batalha naval.

5 A PAISAGEM DOS ATINGIDOS

5.1 Narrativas e o lugar das coisas como restituição das identidades

Para Venturi Ferriolo, citado por Leite (2021), a narração é como uma urdidura que organiza a paisagem. A experiência do olhar — formada por dimensões oníricas, subjetivas e valorativas que antecedem a narração — é o processo pelo qual os lugares se organizam, revelando a real dimensão paisagística de um território. Contudo, se por um lado as paisagens podem ser vistas como uma categoria de pensamento vinculadas ao olhar — e aqui o olhar pode ser o do cientista, do atingido, ou do empresário —, elas são, sobretudo, a corporificação dessas diversas formas de apreensão do mundo sensível. São manifestações que resultam da sedimentação de ações sociais, processos materiais e objetivos que constituem os lugares. “As paisagens são as expressões mais contundentes das relações materiais e simbólicas de uma sociedade com a natureza de um lugar” (Ferriolo *apud* Leite, 2021, p. 21).

Em uma das cenas que abre o filme *A despedida* (1983), de Larisa Sheptiko e Elem Klimov, um grupo de mulheres conversa e se diverte ao redor de uma mesa em alguma sala de jantar. Não é por acaso que o lugar representado por essa passagem inicial do filme seja exatamente o da escala doméstica, produzido pelo cuidado e, geralmente, representado pela sociabilização feminina. Ao redor da mesa, paredes repletas de objetos, quadros e enfeites ilustram a passagem do tempo, evidenciando aspectos de uma produção reflexiva do espaço, onde meio (que também é sujeito) e sujeitos se imbricam de forma profunda, criando, a partir dessa materialidade, um cenário que representa a natureza da própria vida e dos espaços vividos. O *bric-a-brac* doméstico montado pelos diretores e pelo departamento de arte funciona como representação da sedimentação da memória, que, como qualquer outro lugar, é indissociável de sua dimensão temporal. Logo na sequência, se anuncia a desestabilização desse universo, ele mesmo fluido, quando nos é dado a entender o significado do título que dá nome ao filme. A despedida é exatamente a história da expulsão daquela comunidade que, em nome do progresso, será deslocada para a implantação de uma nova barragem hidrelétrica.

Figura 33 – Frame do filme *A despedida* (1983), de Larisa Shepitko e Elem Klimov



Fonte: Artes Vertentes ([2020]).

De forma semelhante, Eliane Caffé apresenta, em *Narradores de Javé* (2003), a situação de uma pequena comunidade que decide escrever a sua própria história como forma de resistir ao mesmo tipo de violência. Mas, ao invés de nos apresentar o fenômeno espacial em primeira mão, o filme cria uma espécie de debate, onde personagens discutem as suas memórias pelo entrelaçamento de histórias e fabulações. A partir dessa reconstrução narrativa de uma paisagem, que é também imaterial, os moradores se utilizam do inventário da descrição e da patrimonialização de seus bens menos palpáveis como ferramenta de exploração desses múltiplos lugares. Ainda que em medidas diferentes, as duas obras abordam questões que dialogam com o sentido de lugar e com a forma na qual as percepções se entrelaçam formando o que Doreen Massey (2005) chama de coleções de histórias.

As narrativas não são apenas um recurso da linguagem. Se o sentido de lugar pode ser tomado como as maneiras pelas quais a consciência humana se apropria e interpreta as informações físico-espaciais que se apresentam aos sentidos, as narrativas, sejam elas fílmicas ou não, são por definição manifestações exemplares desse mesmo tipo de operação mental. Aos sentidos narrados pelos personagens, acrescenta-se um esforço na forma total do próprio filme e da sua tentativa de estabelecer algum tipo de contexto. Em paralelo às imagens que focam rostos,

detalhes e ornamentos domésticos, a câmera descortina uma paisagem geral, organizando nosso olhar como espectadores dessas tragédias. O próprio uso do termo em inglês *establishment shot*, que são as tomadas gerais de contextualização narrativa, admitem em sua origem uma tentativa de ordenamento, um olhar paisagístico que evidencia, por meio da superfície da imagem, parte das relações que se constroem no território. Esse movimento de constante alteração escalar que ocorre no filme, e que vai do particular ao geral, coloca em evidência a disputa que se desenrola entre as diferentes formas de apropriação e reprodução no espaço.

É a partir dessas duas dimensões — das imagens que se alternam entre o mundo doméstico impregnado de memória e da paisagem que parece englobar toda a vida que ali se desenrola — que os eventos de desenraizamento podem ser construídos enquanto processos históricos. O fenômeno do deslocamento compulsório em sua duração estendida é melhor apreendido a partir das relações entre uma visão macroscópica e outra microscópica, que em sua natureza fílmica é dada pelo entrelaçamento de planos em escalas variadas. Kracauer (1969), ao se adiantar ao que seria entendido na década de 1970 como uma abordagem historiográfica conhecida como micro-história, utiliza a heterogeneidade da montagem fílmica como uma analogia dos processos de estudo da própria história. Para ele, a apreensão imagética da realidade é mais rica, na medida em que o olhar se desloca entre a macro e a micro história, entre o *close up*, que permite ver o olhar carregado de sentimentos, e os grandes planos gerais (*extreme long shots*), que estabelecem as relações de seres e coisas contidos em um determinado espaço. Esse tipo de montagem, que guarda em si um princípio metodológico e que vê o processo da história como um vaivém entre a visão de conjunto e o que é específico e tido como exceção, desemboca — como observa Carlo Ginzburg (2007, p. 269) — “[...] numa afirmação de natureza decididamente ontológica, onde a realidade é fundamentalmente descontínua e heterogênea”.

Outro filme, *Onde sonham as formigas verdes* (1984), do diretor alemão Werner Herzog, também se desdobra sobre a narração de um conflito, que não apenas evidencia os efeitos da colonização e das distintas cosmovisões que compõem as dinâmicas de poder entre dominadores e dominados, mas também põe a descoberto diferentes noções de paisagem. Com uma base documental inspirada em lutas reais pelo território, o diretor cria uma história de disputa por formas de se estar no mundo. De um lado, um grupo aborígine reivindica o direito de habitar seu solo sagrado

milénar, enquanto, do outro, um grupo minerador sediado na Europa se empenha na busca por formas de continuar suas atividades extrativistas.

A paisagem do “deserto” (as aspas aqui evidenciam a contradição do uso corrente do termo como lugar sem vida), construída por Herzog, é saturada de significados, parcialmente acessíveis ou não. O hibridismo como marca dos processos de produção do espaço globalizado revela, por meio da paisagem, a história de como pessoas e coisas se relacionam no território. Na Austrália, assim como em Minas Gerais, símbolos de uma vida autóctone, resultantes da fusão de reminiscências do passado e dos modos de habitar do presente, se afirmam entre pilhas de terra revolvida, enormes tanques metálicos e contêineres utilizados como edifícios temporários para administração das lavras mineradas. Se pelo filme é possível arranhar a superfície de alguns desses significados que irrompem da fabulação proposta pelo diretor, por meio do mito das formigas que sonham, outros continuam ocultos e soterrados sob as dobras da memória do senhor Malila, um homem que, assim como Aruká⁷⁰, carrega a trágica herança de ser o último falante de uma língua em vias de extinção. Falar em territórios, colonização e, nesse caso, etnocídio, também é falar em destruição de paisagens inteiras e de seus sistemas completos de atribuição de sentido à desordem dos objetos dispostos no mundo.

As formigas verdes nunca visíveis constituem a alegoria de Herzog, que dá nome ao filme e, contrariando a própria visualidade inerente à categoria de paisagem, também são o elemento central de articulação entre mundos. De um lado, são compreendidas a partir daquilo que a ciência tradicional tem a oferecer, quando descritas como seres “úteis”, sensíveis e capazes de captar alterações no campo eletromagnético da terra. No entanto, elas também significam o elo vivo que os povos de Mintabie possuem com a terra e com seus ancestrais. No seu vaivém, e sendo capazes de sonhar através do *Tjukurrpa*, as formigas verdes retêm e manifestam a história do povo, em um emaranhado capaz de fazer com que a paisagem se desenvolva sobre as próprias dobras do tempo manifestadas pela paisagem vivida.

O *Tjukurrpa*, termo traduzido da língua Kukatja de forma imprecisa como sonho, é o modo pelo qual as populações originárias do território da Austrália Ocidental organizam suas paisagens em uma teia de narrativas que entrelaçam o meio físico e

⁷⁰ Aruká foi o último homem do grupo Juma, dizimado pelas políticas de integração do SPI no interior da Amazônia em meados do século passado. Ele faleceu em 2021, vítima de Covid-19.

todos seus elementos — animais, vegetais e minerais — às histórias e mitos das vidas dos antepassados (Figura 34).

Figura 34 – Sonho infantil de água com história de gambá, por Old Mick Tiakamarra, 1973



Fonte: Tjakamarra (1973).

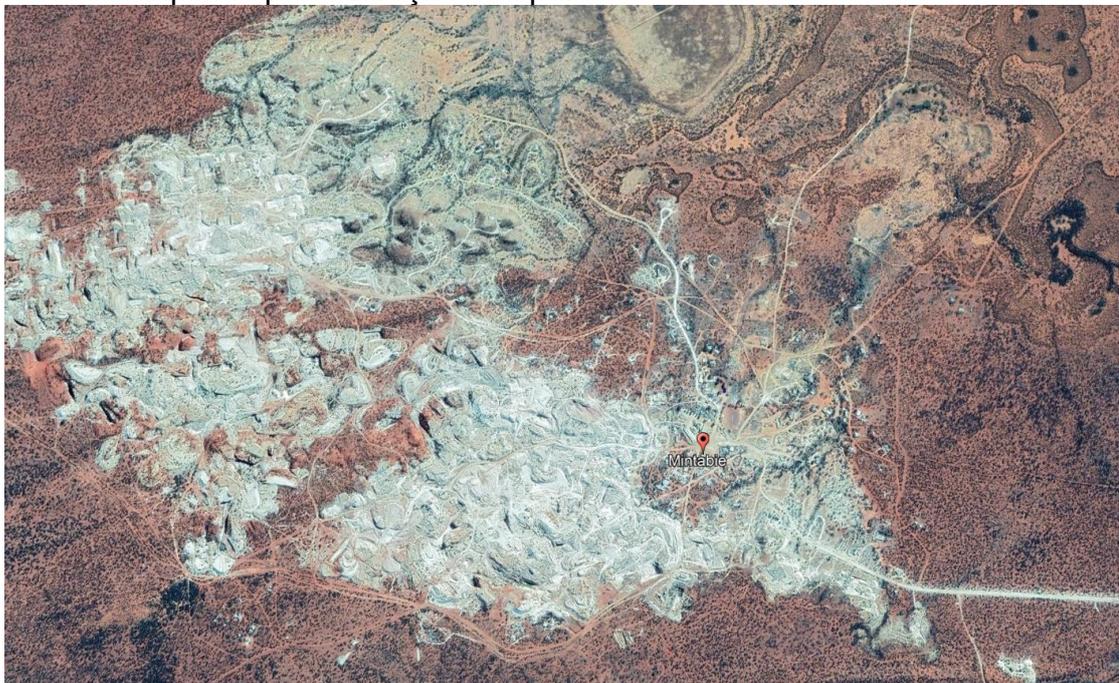
Essa forma de conhecimento, ainda que desempenhe uma função hierarquicamente superior aos sonhos “comuns” e às experiências cotidianas, não possui um caráter transcendente. Assim, mesmo que os Kukatja consigam fazer claramente a distinção entre essas ordens tomadas como manifestações da realidade, eles não estabelecem nenhuma divisão absoluta entre elas, que são pensadas a partir de uma natureza porosa, permeável ao entrelaçamento dos três reinos por onde se dá a experiência (Poirier, 2005).

Os sonhos, para uma variedade de povos daquela região, que no momento anterior à chegada dos ocidentais possuíam mais de 500 idiomas, é um modo de experimentar o mundo por meio da consubstanciação narrativa composta pela reinterpretção das experiências do cotidiano a partir desse entrelaçamento narrativo inserido no *continuum* da existência. Os antepassados incorporam-se ao território como entidades sencientes, que se manifestam na forma de rochedos, acidentes

geográficos, rios e animais. Diante disso, as formigas sonham, as pedras sonham e os humanos sonham, na medida em que o que se entende como sonho é a perpetuação do passado no presente por meio dos sentidos corporais. Esse complexo narrativo é “[...] a integração corpo-mundo construída sobre a concepção mítica da imortalidade humana e sua conexão com a natureza, as águas e as montanhas e abarcando todo o mundo animado e inanimado” (Pellitero, 2020, p. 39).

As viagens dos antepassados imprimiram vestígios na paisagem, e os seus corpos baniram-se na Terra, transformando-se em grandes pedras, árvores ou ocas de árvores, cavernas, e fissuras na rocha. Os seus corpos, objetos, viagens, atividades ou abrigos deram as características à paisagem (uma forma, um padrão, vestígios, traços impressos). O próprio corpo dos antepassados encontra-se simultaneamente em diferentes partes do território e do percurso mítico que eles fizeram uma vez (Pellitero, 2020, p. 37).

Figura 35 – Imagem aérea do território de Mintabie, na Austrália - A coloração do solo adquirida pela extração de opalas



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Google Maps (2023).

Em todos os filmes, e assim como no caso das populações australianas, a paisagem e os objetos que as conformam se tornam o centro de uma disputa pelo sentido do lugar. De um lado, vemos as narrativas múltiplas, que têm na voz e nos corpos das populações atingidas um canal de expressão. Do outro, a racionalidade do Estado e do desenvolvimentismo da sociedade industrial, que operam a paisagem a partir de uma dinâmica que possui origens em práticas que vão muito além dos

lugares vividos. É nesse choque de olhares, práticas e disposições, colocado por Milton Santos (2022) como o encontro de verticalidades e horizontalidades, que se dá a disputa constante pelo direito de orientar as formas de se reproduzir a vida no e pelo espaço.

Como no caso dos povos aborígenes, os elementos da paisagem, sejam eles associados ao espaço doméstico ou aos espaços públicos, adquirem em Bento uma função igualmente totêmica, organizando ao redor de si uma intensa trama narrativa que conecta os tempos do passado e presente. Sobre essa materialidade, que incorpora em si as memórias daqueles que já se foram, reforçam-se os sentidos por onde a comunidade passa a se enxergar através do espaço.

Em fevereiro de 2016, ao serem perguntados sobre o que gostariam de ver no novo Bento Rodrigues, os moradores elaboraram uma espécie de constelação mental de termos e expressões, baseada na enumeração de alguns elementos, que foram escolhidos individualmente e representavam as diversas experiências vividas no que havia sido Bento Rodrigues. As respostas, que variaram entre indicações de elementos materiais e imateriais, surgiram de um exercício realizado poucos meses após o desastre, em conjunto com o *Jornal A Sirene*. De forma bastante livre, e aparentemente sem passar pelo rito das metodologias participativas da academia, esboçou-se uma espécie de paisagem constituída por objetos, práticas e lugares capazes de formar não só um mapa, mas um mosaico dos sentidos a partir da evocação de sensações, como os cheiros e os sons. As serenatas, a escada de pedra, o pé da esponjeira, os vizinhos, as igrejas, o cascalho, o banco de pedra da praça, o baú de palha, o cemitério, a praça, o lambari frito, o ranca na quadra, a brincadeira na rua, as cachoeiras e a vida livre foram algumas das manifestações levantadas pelos moradores (Quintão *et al.*, 2016). Um objeto importante, e que de alguma maneira organiza essa forma narrativa de ver a paisagem, é o banco de pedra que se localizava próximo ao Bar da Sandra, importante ponto de encontro não apenas dos moradores da comunidade, mas também dos forasteiros que passavam por Bento Rodrigues.

Meu pai fez ele [banco] de pedra, debaixo de um pé de manga, um na frente e outro atrás. Tinha dois pés, agora estão mortos, né? E os bancos tapados. Toda folguinha minha, eu ficava lá deitada de perna pra cima. Dá uma saudade da minha praça, era tão limpinha. Eu fugia de casa e ia pra essa casa que tinha uma cancela, entrava devagarinho e ia lá dentro pro quarto ficar com Dona Augusta e ela ficava lendo pra mim umas coisas antigas que

tinham lá. Todo mundo conhecia todo mundo. A gente podia dormir com a janela aberta e todo mundo morava perto. Eu via todo mundo, todo dia. Os vizinhos, a gente gritava um e outro do muro. Dona Penha me gritava de lá, eu gritava ela de cá.

Quase toda reunião que tinha era na praça. Quando tinha festa, o som e as brincadeiras também eram na praça. Era o point, né? Minha irmã tinha uma televisão lá na parede do bar. Tinha uma bandeira do Cruzeiro de um lado e do Galo de outro, e, se pusessem a do Cruzeiro primeiro, a gente brigava. Se tinha a do Galo primeiro, a gente também brigava. Até isso tinha. No outro dia, tava todo mundo bem. Hoje, a gente nem vê graça no futebol mais. Não tem graça de brincar mais, porque a gente não vê quase ninguém (Quintão, 2017, p. 4).

Era o que minha mãe mais queria achar: os bancos de pedra. Foi emocionante! Uma outra vez escavamos no lugar que eles estavam, mas foi em vão. A cada pedra que achávamos que eram os bancos, ela chorava. Foi lindo (Santos; Lima, 2017, p. 7).

Para além do resgate e das possíveis ressignificações do “velho”, uma pergunta pertinente a se fazer dentro do contexto da atual fase do capitalismo — marcada pelos deslocamentos violentos e pelo aumento dos processos de desterritorialização — é, justamente, sobre a importância do “novo” dentro de uma história como a dos atingidos de Bento. Como fazer com que o novo, em uma realidade onde a materialidade é quase toda nova, não seja apenas um sinônimo de apagamento do passado? Como fazer com que as coisas “novas”, com o brilho que lhes são peculiares, não ceguem com o seu poder aqueles que pouco possuem? E, de forma mais radical, como o passado pode se transformar em ferramenta política para se pensar uma outra possibilidade de futuro?

Se o rompimento aguça um sentido de identidade em volta da experiência coletiva do deslocamento compulsório, uma série de novas experiências se reorganizam, passando a ocupar um lugar de destaque dentro do complexo sistema de significados da comunidade. Se o “nós mesmos” fica mais claro a partir da falta criada pela passagem do rejeito, como pensar essa coletividade em um outro lugar?

As coisas, o mundo humano, não são jamais unicamente elas próprias. Elas são obsessivas. Atos, ações procedentes dos quatro cantos, do mundo, se entrecruzam em meu campo de vida, levam para outros fins, distintos dos meus, os objetos sobre os quais eu próprio atuo, fazem-se inserir em uma rede de relações, conferem à minha ação significações diferentes das que eu inicialmente desejava. E atuando sobre as coisas, atuo sobre os outros que, por sua vez, atuam sobre mim (Gorz *apud* Santos, 2020, p. 52).

É preciso deixar claro que não há uma tipologia que defina a habitação de um atingido. Uma vez que, a forma individualizada de resolver a reconstrução das

habitações deu origem a uma variedade de projetos, que ora se aproximavam das antigas habitações e ora se afastavam, de acordo com a motivação e as disposições de cada uma das famílias envolvidas no reassentamento. Se para algumas, a semelhança entre as duas residências foi um fator importante para o lançamento de novas raízes nos futuros distritos, para várias outras, a tentativa de uma retomada dos “modos de vida” — com todos os problemas que essa expressão suscita — passou justamente pelo rompimento com as maneiras de habitar vinculadas ao passado. A respeito do estabelecimento de um olhar unificador e essencializante, que no nosso caso recai sobre a produção dessas partes de paisagem, Eduardo Viveiros de Castro (2006) pontua, o que em sua visão, deveria ser o papel desempenhado pelo olhar do antropólogo ou de qualquer pessoa disposta a pensar o ser humano e suas culturas:

Nosso objetivo político e teórico, como antropólogos, era estabelecer definitivamente – não o conseguimos; mas acho que um dia vamos chegar lá – que índio não é uma questão de cocar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse sentido estereotipificante, mas sim uma questão de “estado de espírito”. Um modo de ser e não um modo de aparecer. Na verdade, algo mais (ou menos) que um modo de ser: a indianidade designava para nós um certo modo de devir, algo essencialmente invisível, mas nem por isso menos eficaz: um movimento infinitesimal incessante de diferenciação, não um estado massivo de “diferença” anteriorizada e estabilizada, isto é, uma identidade (Castro, 2006, p. 42).

Apesar de se referir às questões indígenas e à sua afirmação de identidade, a lógica por trás do pensamento de Viveiros de Castro também pode ser aproveitada para se compreender as relações entre as duas paisagens concretas de Bento. Mais do que um modelo arquetípico imbuído de uma ruralidade idílica, como aquela imaginada pela Fundação Renova e outros agentes, ou até mesmo uma paisagem desolada e homogênea, na medida em que a forma é determinada por estruturas alheias às subjetividades dos sujeitos atingidos, as casas do reassentamento se apresentam sob diversas aparências (Palha, 2019).

Além das cores diversas e geralmente vivas, as moradias possuem modelos distintos de coberturas, esquadrias e revestimentos. Vale destacar que, tratar dessa heterogeneidade não é uma forma de justificar uma espécie de relativismo construtivo ou dar demasiada centralidade ao papel de comunicação simbólica em oposição às condições concretas de reprodução dos modos de vida possíveis a partir do tema da habitação. A priori, uma visão desse tipo poderia ser instrumentalizada contra o interesse das populações atingidas, deslocando o foco das práticas de produção do

espaço ao se afastar da política enquanto fazer coletivo. A pergunta a ser feita, no entanto, a partir da reflexão colocada por Viveiros de Castro (2006), é: se é possível afirmar que o sentido de ser um habitante de Bento, seja lá o que isso signifique, não é definido exclusivamente pelos elementos concretos e mais evidentes da paisagem, como o tipo da moradia, haveria — tomando-se o raciocínio em sentido contrário — alguma forma essencial, ou ao menos potencialmente adequada, de objetos-suporte a certos modos de se viver?

Partindo de uma premissa afirmativa, uma vez que aquilo que define a identidade de Bento é a relação bastante concreta entre os moradores e a terra — reiterada diversas vezes nas falas sobre o lugar de origem — o que seria mais ou menos importante? Quais elementos dessa paisagem híbrida e modernizante definem e são ao mesmo tempo definidos por práticas constitutivamente mais próximas de uma identidade singular? Como vimos anteriormente, parte deste sentimento de inadequação e não identificação com o novo distrito, que até agora se revelou, surge da incapacidade do reassentamento de se apresentar como espaço ampliado de vida ou de habitação em seu sentido mais completo. Se não restam dúvidas sobre a importância das áreas de roçado, da água em abundância e dos espaços comuns, qual seria o papel dos objetos que constituem a “casa-objeto” dentro de uma perspectiva que leve em conta esse complexo arranjo entre tradição e modernidade?

Ainda, quais seriam as alternativas ao modelo imposto pela Fundação Renova? Nesse cenário fragmentado e de intensa disputa pelos sentidos da paisagem, é possível discutir o conceito de iconema, proposto por Eugênio Turri (2013). Segundo o autor, o iconema é uma unidade elementar de percepção que atua como signo no interior de um conjunto orgânico de outros signos, como uma sinédoque, a parte que exprime o todo. Embora envolvidos por um mar de outros ícones construídos a partir de sistemas produtivos alheios aos processos tradicionais de autoconstrução, os elementos “fora de catálogo” reclamados por moradores, por menor que sejam, acabam funcionando como um rastro da memória, uma presentificação do passado. Esses, assim como o fio de Ariadne, permitem uma possibilidade de fuga do labirinto sufocante determinado pelo poder das mineradoras. Não por acaso, e como aponta Turri (2013), é justamente na invocação desses objetos específicos, tomados nesse caso quase como escolhas fora da cadeia industrializada de projeto, que se revelam gestos capazes de disputar a paisagem de consenso fabricado pelas mineradoras.

Comprei minha cristaleira há mais de 30 anos, aqui em Mariana mesmo. Na época, queria conservar minhas poucas vasilhas e vi que o móvel serviria muito bem, já que era pequenininho, igual aos “objetos” que eu precisava guardar.

Depois do desastre, ela ficou atolada na lama. Para resgatá-la, meu filho, José Carlos, que nasceu e cresceu em Paracatu e conhecia o lugar muito bem, foi retirando os rejeitos do caminho e reconhecendo, cômodo por cômodo, o lugar onde a gente morava.

Pegou portas, janelas e tudo mais que foi preciso para fazer caminho por cima da lama até a cristaleira. Ainda teve que quebrar os vidros do móvel para conseguir tirá-lo de lá.

Na minha frente, ele desmontou, lavou, lixou e envernizou a cristaleira. Depois chamou o marceneiro para poder trazê-la para o lugar onde vivemos hoje.

A cristaleira ficou tão nova como no dia em que à comprei. E foi muito importante ele ter conseguido recuperá-la porque essa é uma das melhores coisas que a gente tem, gostamos muito dela.

Só fico insatisfeita de vê-la em uma casa que não é minha. Hoje, guardo novas vasilhas. Aquelas que eu tinha se foram com o desastre. Mas graças a Deus ainda tenho ela comigo (Gonçalves, 2017, p. 4).

É revelador como estes elementos individualizantes, mesmo quando reclamados na construção das novas moradias, são justamente aqueles levantados pelos próprios representantes da Fundação, quando questionados sobre o real papel de escuta durante o reassentamento. De forma ambivalente, o objeto singular — tomado inicialmente como um problema a ser contornado pela persuasiva praticidade contida no objeto padronizado — passa, em um segundo momento, a integrar o discurso sobre a participação.

Assim como as demais ressignificações discutidas anteriormente, os símbolos de uma arquitetura dada por uma relativa autonomia são reapropriados em benefício do discurso minerador. O piso em mosaico, o telhado com estrutura original de madeira e demais elementos artesanais são, portanto, incorporados ao discurso da “dádiva”, que parece remeter a uma espécie de olhar complacente ofertado pela Renova ao invés de figurarem como uma justa tentativa de reparação dos modos de vida das populações atingidas. O desejo é utilizado em dois sentidos: ele é revertido em benefício da Fundação, que se aproveita dessas situações para se autopromover, e, ao mesmo tempo, é utilizado para deslegitimar as famílias atingidas, pintadas de forma nem sempre sutil como pessoas movidas pelo capricho. Na penumbra legal, entre as manifestações concretas das formas espacializadas dos modos de vida, definidas pelas diretrizes de moradia e pelo discurso publicitário sobre os “modos de

vida”, a Fundação Renova se arroga ao direito de atuar também como juíza, emitindo sentenças sobre aquilo o que é e não é legítimo.

Era para fazer o que então? “Minha Casa, Minha Vida?”, resmungou o representante da Renova e arquiteto responsável pela obra, Alfredo Zanon [arquiteto da Fundação Renova responsável pelo reassentamento], enquanto guiava a Piauí numa visita aos imóveis ainda desocupados. Ele contou que um futuro morador pediu (e conseguiu) uma casa com mosaico de ladrilhos da Santa Ceia. Outro quis a varanda revestida de cerâmica preta e branca, em homenagem ao Atlético Mineiro. Também fez questão de encaixar na entrada a porteira da casa antiga, resgatada na lama da barragem (Zanon, 2023).⁷¹

Nesta mesma direção, é possível citar o caso dos fogões de lenha, que se tornaram um dos principais exemplos dessa disputa. Uma parte significativa das famílias de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo possuíam fogões de lenha em suas casas. O espaço, geralmente posicionado sob uma área avarandada próxima à cozinha, compunha — em conjunto com os quartos, sala, copa, banheiros e área de serviço — o programa básico da grande maioria das edificações projetadas pela equipe de arquitetos. Os fogões — executados em blocos de tijolo cozido e, geralmente, feitos de forma artesanal — são peças com ampla difusão geográfica e centrais na vida social de diversas famílias, não só as de Bento e Paracatu. Objeto importante da culinária brasileira, os fogões de lenha se espalham por uma vasta rede de culturas da gastronomia caipira, que se estende por vários estados do Brasil.

Em face a essa solicitação, a Fundação Renova, por meio de seu corpo técnico de arquitetos, passou a oferecer uma solução pré-fabricada em concreto com revestimentos em placas cerâmicas que simulavam tijolos. Contudo, algumas famílias relataram problemas técnicos relativos à solução empregada e passaram a exigir que a Fundação providenciasse fogões feitos *in loco*, semelhantes aos que haviam no subdistrito atingido. Para evitar mal-entendidos, muitas pessoas da comunidade começaram a pedir em ata que o projeto contemplasse a especificação desses fogões artesanais. A multiplicação das reclamações, referentes tanto à qualidade e ao desempenho dos pré-fabricados quanto à recusa da Fundação em atender às famílias, fez com que a ATI elaborasse um documento técnico reforçando a importância que o elemento possuía nas dinâmicas familiares (Cáritas Brasileira,

⁷¹ Conteúdo não paginado, disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/vilarejo-inventado/>.

2022a). Importância, cabe dizer, não apenas de adequação técnica, mas também de adequação simbólica e afetiva.

Longe de ser um processo meramente natural ou orgânico, a formação das culinárias regionais, ou típicas, envolve processos de apropriação **simbólica**, por vezes **arbitrários e ideológicos**, por parte das regiões que se identificam com elas (Aguiar *apud* Cáritas Brasileira, 2022a, p. 6, grifo nosso).

A própria necessidade de existir uma extensa nota técnica justificando a pertinência desse tipo de estrutura é a prova que atesta a exclusão, deliberada por parte da Fundação, de uma série de sistemas valorativos associados aos modos de vida em suas peculiaridades subjetivas. A importância simbólica e cultural dos objetos que constituem a moradia não é sequer imaginada como um eixo orientador de reparação dentro do sistema de governança das empresas. Sob a justificativa da isonomia, vários dos apelos individuais foram negados, mesmo quando se referiam a elementos centrais na formação da identidade das comunidades. Elementos esses, cabe dizer, constantemente apropriados pelo setor de marketing das empresas⁷², que não se furtaram de evocar, convenientemente, a imagem idílica de uma mineiridade construída pelo cafezinho tomado aos pés do fogão de lenha. Da mesma forma como ocorre com as outras demandas por arquiteturas artesanais, as vítimas acabam ficando em uma situação onde são obrigadas a negociar de forma insistente com representantes das empresas-rés. A nota também cita que, em alguns casos, as negativas em oferecer soluções feitas *in loco*, mesmo por meio de autoconstrução, eram acompanhadas de um alerta, em que Fundação vinculava essa decisão à perda de garantia oferecida para todo o imóvel (Cáritas Brasileira, 2022a).

Não se nega que os fogões pré-fabricados tenham algumas vantagens comparativas em relação aos demais, como a velocidade de montagem e execução. No entanto, nota-se que, ao invés de promover um método real e efetivo de escolhas baseadas na informação, a Fundação optou, mais uma vez, pelo caminho do constrangimento, ao vincular a perda da garantia de habitabilidade da moradia aos

⁷² “Camargos, distrito de Mariana, tem várias cozinheiras de mão cheia. Uma delas é a Silvânia Aparecida de Souza Coelho, a famosa Vaninha, dona do Restaurante LV. Todos os dias, das 11h às 14h, ela serve almoço com deliciosas receitas da culinária mineira. A comida é preparada no fogão a lenha, com simplicidade e afeto, e é a mesma que ela serve para sua família. Alguns pratos queridos pelos fregueses são o frango com quiabo e a costelinha com labrobró, além dos bolinhos de jiló e de mandioca, mandioca frita e torresmo” (VOZ DA COMUNIDADE, 2019, p. 7).

próprios atingidos — acusados aqui, de uma forma ou de outra, de corromper o processo por meio da simples escolha de um elemento tão comum.

Apesar do passado e seus signos serem possibilidades frutíferas para o exercício de uma arquitetura da autonomia, é preciso, no entanto, tomar a ideia de autenticidade com alguma cautela. Como as lembranças não são suscetíveis ao desaparecimento, uma vez que seu caráter eminentemente narrativo e ambíguo preserva a sua qualidade primordial de ligação com o passado, parte do medo desencadeado pela ruptura se relaciona com a perda do sentido histórico e a destituição do princípio organizador, ao redor do qual a comunidade se encontrava. A desfiguração da antiga paisagem a partir de uma nova é uma característica inerente a todos os processos de reterritorialização que envolvem reassentamentos involuntários. E, justamente por isso, elementos que reforçam a ligação do novo território com o antigo, ao se tornarem ícones, podem se transformar em “mercadorias de autenticidade”⁷³ (Fortuna, 1997). Ainda, eles são capazes de se transmutar em catalisadores do incômodo, adquirindo assim uma dimensão musealizada na medida em que evocam relações emocionais com o lugar de origem, não mais simplesmente pelo uso, mas pelo poder que os objetos adquirem ao nos ver novamente (Didi-Huberman, 1998).

O objeto familiar pode, em alguns casos, atuar como um índice da dor, uma manifestação do mal-estar assentado no passado. A título de exemplo, isso ocorre quando as famílias optam por escolher novas formas de morar, recusando elementos arquitetônicos, que, em um primeiro momento, poderiam ser tomados como a expressão “genuína” da manutenção do modo de vida que mantinham com o território atingido. Nesse ponto, a residência, embora seja evidentemente insuficiente como forma garantidora da reparação de bens imateriais e difusos, pode adquirir esse duplo papel simbólico, mostrando-se ora como um elo de continuidade com o passado, ora como um novo ponto de partida.

Essa busca das origens parece responder aos efeitos da desestruturação das identidades coletivas, propondo uma espécie de ontologia coletiva e social.

⁷³ Ainda que o termo tenha sido usado por Carlos Fortuna (1997) no contexto turístico e concorrencial inter-cidades, é possível evocá-lo aqui, mesmo que em um sentido mais fraco. A inclusão do novo distrito em rotas turísticas, como a Estrada Real, e de eventos esportivos, como o Iron Biker Brasil, aliados à valorização de uma “mineiridade”, apontam para a tentativa de construção de uma paisagem identificada com o turismo como forma de ativação econômica. No caso de Bento, e ao contrário de Évora, exemplo indicado pelo autor, a produção de uma autenticidade é ainda mais desgarrada de um referencial, porque não é realizada sobre um patrimônio material consolidado.

Objeto, imagem ou relato são simultaneamente testemunhos da memória e elementos de linguagem que permitem representar os traços originais desses modos de vida desaparecidos. Ou em rápida transformação. Às vezes, a reconstrução de um lugar não é mais a única finalidade. Todo um local de produção abandonado pode ser objeto de uma reconstrução organizada, sem que haja uma preocupação dominante com uma configuração fiel, mas buscando criar um espaço vivo com uma paisagem característica onde as pessoas que assim o desejarem poderão viver ou reviver experiência (Jeudy, 1990, p. 50).

5.2 Contra-usos e as paisagens moventes

O capitalismo contemporâneo, que impessoaliza, atomiza e massifica, também gera reações psicológicas como a necessidade de familiarizar-se (ou mesmo apegar-se) a certos espaços – tornados, assim, lugares -, por mais que a vivência deles traga as marcas da velocidade e da falta de intimidade. Para além da óbvia dependência humana do espaço enquanto materialidade (substrato), e também para além da necessidade de constituição de territórios, há uma visceral necessidade psicológica de “lugarização”, de tornar familiar e dotar de significado e carga afetiva as porções do espaço com as quais mais interagimos (Souza, 2021, p. 124).

5.2.1 O lugar

A discussão que se pretende estabelecer neste subcapítulo tem uma dimensão mais bibliográfica-especulativa do que propriamente analítica. Como não é possível empreender um estudo descritivo de Bento Rodrigues baseado em seu uso, uma vez que a ocupação do novo distrito permanece em sua etapa inicial, focaremos as discussões ao redor de indícios e significados criados a partir da experiência do projeto e das suas potencialidades enquanto meio de criação de “lugaridades”. Essa abordagem não nos impede de criar diálogos entre experiências anteriores, suas respectivas bibliografias e o caso em tela. O fato de ainda existir uma Bento atingida, sobre a qual se criam novos usos, baseados no seu atual estado de semirruína, propicia um olhar sobre como vem se dando a apropriação diante da consubstanciação dessas duas paisagens — apartadas geograficamente, mas reunificadas pela experiência do habitar.

Apesar do amplo poder exercido pela Fundação Renova, seria um grande equívoco caracterizar os processos de produção da paisagem exclusivamente por um modelo de somatória simples, como se as comunidades atingidas estivessem sujeitas a uma heteronomia condicionada à simples reprodução dos imaginários estabelecidos por forças exteriores. O que se percebe de fato é que, os atingidos e os movimentos organizados de resistência em torno da questão mineradora ganham alguma tração a

partir do processo de diferenciação diante dos abusos e arbitrariedades associados à sua desterritorialização. O que é preciso buscar, mesmo diante de uma intensa assimetria no exercício de poder, são as formas de “lugarização”, que emergem das possibilidades construídas pelas lutas travadas no cotidiano, tanto no campo linguístico-simbólico quanto na apropriação efetiva do território.

Os lugares, categoria central para se pensar o uso, são vistos aqui como representações de formas processuais de identidade (Leite, 2004). Mais do que um produto acabado, eles resultam do compartilhamento de percepções intersubjetivas sobre a experiência no mundo e são a manifestação da convergência dos sentidos atribuídos a espaços e práticas sociais. Se os lugares se conformam pela convergência conjectural de sentidos construídos a partir da experiência coletiva, eles também são a fonte produtora de parte dos sentidos que os estruturam. Parte porque, como podemos perceber, uma das bases que dotam os espaços de significados é produzida, em alguma medida e em escalas supralocais, a partir de agentes tradicionais — como o Estado e as mineradoras —, e, progressivamente, de agentes dos setores de mídia e tecnologia.

No entanto, são nesses espaços vividos que a paisagem se realiza e onde os códigos culturais, que marcam a diferença, são criados, exercitados, reforçados, contestados e, eventualmente, substituídos. Do ponto de vista comunitário, o lugar se caracteriza menos por sua dimensão de futuro atribuída ao projeto (*pro jectum*) e mais pelo presente e pela efetuação *in actu* da pulsão de estar-junto (Magnani *apud* Leite, 2004). Assim, o lugar é por definição múltiplo e fluido, embora conjunturalmente contraído a partir da hipertrofia das práticas hegemônicas de determinados agentes envolvidos em sua produção.

Uma das premissas aqui colocada, é de que o reassentamento é essencialmente definido pelo empobrecimento dessa dimensão múltipla do lugar em função, especialmente, da lógica pouco participativa envolvida no processo gerido pela Fundação Renova. No entanto, se podemos admitir que dadas as circunstâncias, as práticas têm concorrido para o estreitamento das potencialidades criativas que dotam os lugares de sentido, não se corrobora aqui com a ideia de que é possível existir um poder obliterador absoluto, capaz de substituir por completo os usos construídos localmente. Admitir isso, seria admitir também, e de forma condescendente, a reificação do outro e a incapacidade de agentes subalternos dotarem de sentido os espaços em que habitam.

A perspectiva que se pretende questionar, muitas vezes alçada ao debate mais pela força de seu efeito discursivo do que propriamente pela elaboração de um pensamento sistemático, é — em alguma medida — uma mistificação idealista do próprio modo de produção capitalista e da sua relação com os sujeitos. Quando Haesbaert (2004) fala de seu conceito de desterritorialização, ele deixa claro que, apesar do prefixo, os movimentos de desenraizamento e deslocamento, que ocorrem em função da atuação dos capitais, conformam apenas um dos polos das dinâmicas socioespaciais nos territórios. O outro, que ocorre de forma sempre concomitante e inseparável a este primeiro movimento, está no próprio hábito de se agarrar e lançar raízes. Assim, partir de uma posição onde os atingidos não possuem nenhuma agência, oculta as formas de espoliação territorial que se dão a partir das dobras ou, como coloca Milton Santos (2022), das rugosidades.

Lugar: 1. localidade 2. Lugar para vivermos, que seja tão bonito como era antes. 3. a Lavoura para ser o novo Bento 4. ter o direito de escolher 5. nosso novo destino (Nolasco, 2016, p. 6).

Cidades e ocupações urbanas planejadas, em geral, não seguem o modelo e os usos estabelecidos durante a elaboração de seus projetos. Belo Horizonte, Palmas e Brasília, cada qual realizada à imagem de uma visão específica de sociedade, são exemplos de que o poder abstrato do projeto, embora influente, não é capaz de circunscrever as reorganizações espaciais que se dão no espaço enquanto experiência vivida. Em sua análise sobre os processos de remodelação do centro antigo de Recife, Rogerio Proença Leite (2004) destaca as possibilidades marginais de ocupação e uso do espaço que emergem por trás de políticas públicas higienizadoras de gentrificação⁷⁴, as quais tomam forma apesar das tentativas de erradicação da diferença. Os usos, ou contra-usos como chama o autor, são as formas pelas quais o espaço é construído a partir da experiência subalterna. São formas táticas (conscientes ou não) de atribuir outros sentidos ao espaço vivido e acontecem a despeito das políticas de patrimônio concebidas para a organização e o “correto funcionamento” dos espaços.

⁷⁴ De forma bastante simplificada, o termo gentrificação — oriundo do inglês *gentrification* — significa a substituição de populações pobres residentes de determinadas regiões urbanas, causada geralmente por processos de especulação e valorização fundiária.

As práticas que decorrem dessa diferenciação, em relação ao planejamento urbano tradicional, alteram a paisagem ao imprimir outras formas originadas por sentidos desviantes. Contudo, essas significações (ou contra-sentidos) são menos visíveis, uma vez que, ao subverter as expectativas de usuários e planejadores, as paisagens tornam evidentes as contradições de espaços originalmente pensados a partir de uma coesão, possível só em sua condição de paisagem imaginada (*in visu*). Desse modo, o real, aquilo que está lá (*in situ*), se torna um ponto de desequilíbrio que fere os sentidos de alguns na medida em que a separação entre essas duas modalidades se torna mais evidente.

Nesse ponto, a capacidade expandida de poder imaginar outras formas de se estar no mundo não é sinônimo de escolha e muito menos o elogio a um improvável aumento de mobilidade social. Ela é o resultado da ampliação de um horizonte visível, não necessariamente esperado ou tangível, mas que se coloca como fonte para uma reordenação dos horizontes do desejo. Diante disso, é no interregno entre uma realidade marcada pela desterritorialização e um universo progressivamente mais amplo de imagens, as quais ressaltam outros modos de vida, que novas políticas e formas de expressão coletiva são geradas. Formas essas, aliás, que passam a compor as práticas definidas por um novo *habitus*, estruturado pelas relações entre a tradição, os costumes e o processo de se viver em um mundo global-local. O que diferencia o caso de Bento e Paracatu de Baixo do restante dos reassentamentos resultantes de deslocamentos compulsórios é que eles se consolidaram como um dos poucos casos em que o processo de restituição do direito à moradia se tornou também uma possibilidade — ainda que parcialmente ilusória — de materialização do desejo. Nesse caso, a ideia de Appadurai (1991), que vê o papel da fantasia na contemporaneidade como uma prática social, ganha um sentido mais forte, originado da possibilidade de materialização⁷⁵ de uma paisagem menos definida pela contingência dos processos autoconstrutivos tradicionais.

A armadilha que deve ser evitada em relação àquilo que é entendido como lugar — e como a própria noção de paisagem — é a opção por (ou a adoção de) uma

⁷⁵ No caso de Bento Rodrigues, não foram encontrados estudos nesse sentido, mas seria importante verificar as relações entre desejo, *habitus* e espaço a partir de uma perspectiva de gênero, raça e, principalmente, idade. O reassentamento, como uma paisagem excepcional, pode servir como fonte de investigações sobre o significado adquirido pelo lugar, especialmente por meio da análise de uma das contradições mais fortes e talvez únicas de Bento Rodrigues, que é o empenho pela materialização do desejo individual produzido em contrapartida aos esforços de destruição do tecido social.

abordagem idealizada que valoriza noções como “autenticidade”, a qual submete regiões e comunidades a uma chave interpretativa simplificada e desconectada do restante do mundo. Com isso, as paisagens aparecem como uma outra modalidade de controle social, acionada nos discursos nacionais contemporâneos como forma de fomento nacionalista ou, na melhor das hipóteses, como um meio de cristalizar imagens voltadas ao turismo.

“As pessoas que vivem e produzem os patrimônios se tornam reféns dos contextos culturais que devem ser preservados para que possam ser apropriados pelo público externo” (Soares, 2017, p. 82). A nova paisagem de Bento Rodrigues, para além de seu lastro histórico e práticas assentadas na reprodução de uma economia local em sua função substantiva, também é informada por lógicas distantes, incorporadas ao *habitus* da própria população atingida por meio da expansão do acesso a novos dispositivos de mídia (Polanyi, 2012). Espacialmente, o universo do desejo e da criação suscitado pelo projeto é atravessado por representações forjadas não só pelos meios de mídia tradicionais, mas cada vez mais pelos fluxos incessantes de informação modulados pelos algoritmos das plataformas digitais. Estes algoritmos, em suas relações com diversos outros agentes e instituições — como *influencers*, indústria de insumos da construção civil e corretores imobiliários —, passam a identificar e exportar gostos e tendências de consumo com uma capilaridade e eficiência gradualmente maiores.

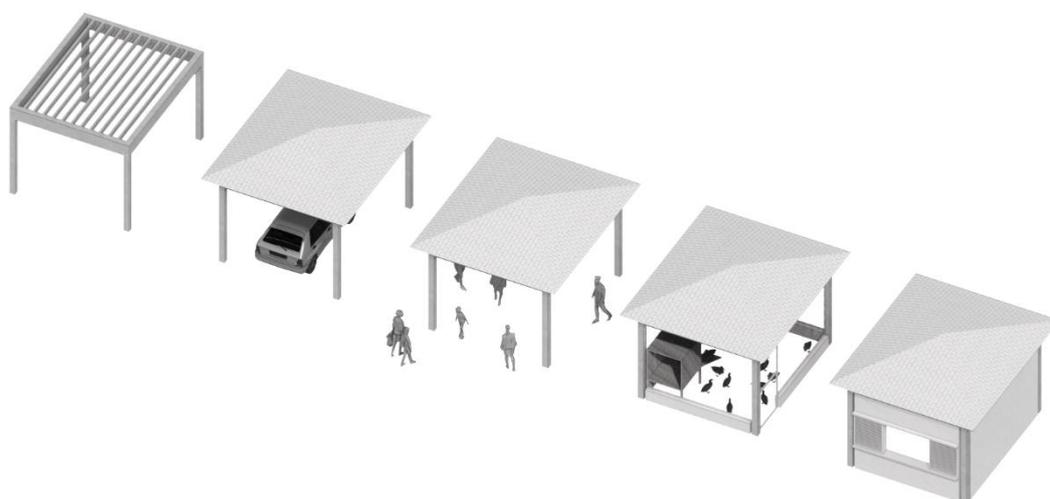
5.2.2 Os contra-usos de Bento

A partir deste pequeno preâmbulo, e como forma de dar mais corpo a essa discussão, apresentamos dois processos que evidenciam as possibilidades de lugares construídos a partir da noção de contra-usos, colocada por Leite (2004). Além da recuperação forçada de elementos fora das possibilidades oferecidas pelas mineradoras, é possível observar um segundo meio pelo qual se afirmam as estratégias de produção de espaços pautadas pela autonomia: a reapropriação de elementos padronizados a partir de utilizações não inscritas no design dos objetos.

Dentre os elementos de catálogo oferecidos pela Fundação Renova, um deles, em particular, retrata o sentido de reapropriação estratégica amplamente difundida pelas casas do novo distrito: o pergolado em concreto pré-moldado. Como forma de oferecer uma alternativa construtiva de paisagismo às áreas externas das moradias,

foi disponibilizado aos atingidos a possibilidade de acrescentarem às suas casas um pergolado em concreto, escolhido em função de sua padronização e facilidade de execução. Diante dessa possibilidade de escolha, e logo no início da realização dos projetos de moradia, notou-se que algumas das famílias começaram a solicitar a inclusão da estrutura no projeto de suas casas, mas não como elemento de sombreamento de áreas ajardinadas e sim para a utilização como um futuro suporte de coberturas de garagens e áreas externas de lazer. Dessa forma, resguardavam parte do estoque das áreas disponíveis das quais tinham direito, evitando assim seu uso como cobertura de vagas⁷⁶ para veículos. Assim, a solução passou a se tornar parte do repertório compartilhado entre as famílias, fazendo com que, de forma não programada, o novo distrito de Bento Rodrigues adquirisse um elemento de identidade a partir da subversão de um componente construtivo banal, utilizado fora do conjunto de soluções adotadas no povoado de origem (Figura 36).

Figura 36 – Pergolado pré-moldado, apropriações previstas e imaginadas



Fonte: elaboração própria (2023).

Ao optar por um objeto de materialidade desajustada e afastada da estrutura de madeira — mais comum, leve e adequada à utilização, como caramanchão ou pergolado —, a Fundação forneceu aos atingidos uma sólida base para a futura construção de uma cobertura sobre as garagens. Ainda que não tenha sido pensado

⁷⁶ Considerando uma vaga pequena de 4,5 m por 2,3 m e duas faixas mínimas com 0,6 m de circulação em ambos os lados, são necessários cerca de 15,75 m² de telhado para se cobrir uma garagem para 1 veículo.

como elemento flexível por fornecedores e projetistas, o pergolado acabou adquirindo potencialidades diante de vários usos conferidos pelo agenciamento das famílias. Isso se deu, em parte, por sua alta capacidade de receber novos componentes, dada sua simplicidade construtiva, rigidez estrutural e ortogonalidade.

Por mais que esse tipo de apropriação possa parecer anedótica e pontual, ela demarca um tipo de capacidade que, a despeito do restante das demais forças produtivas, consegue colocar a paisagem em movimento, sedimentando não só os valores de projetos, mas também aqueles da necessidade chancelada pelo uso — como a construção de garagens separadas da edificação principal, áreas *gourmet* adaptadas, oficinas, ateliês de trabalho ou galinheiros.

Desde o rompimento, a comunidade de Bento vem exigindo que se cumpra o direito de acesso e uso do território atingido, garantido em um acordo de 2017 (Barros *et al.*, 2022). Se a homologação das primeiras diretrizes relativas ao direito de moradia garantiu a posse desses locais, descartando a possibilidade do uso dos terrenos como fonte de permuta, o mesmo não se pode deduzir a respeito de seu uso. De 2015 em diante, a Fundação Renova e os moradores se envolveram em diversos conflitos sobre o uso e acesso aos terrenos atingidos. A título de exemplo, em janeiro de 2022, parte da estrada de acesso a Bento cedeu devido à grande quantidade de chuvas. Diante da falta de interesse dos órgãos públicos e da Fundação em resolver o problema, moradores se organizaram em um mutirão e realizaram reparos paliativos, utilizando equipamentos manuais. A existência de acessos provisórios e/ou precários também serve como base para que Fundação descumpra suas obrigações pecuniárias, relativas aos danos imateriais ocasionados pela privação de acesso aos imóveis atingidos (Almeida; Leite, 2022).

Esse descaso⁷⁷ reforça, ainda, a ideia de que o reassentamento e o distrito atingido são duas paisagens apartadas e pouco vinculadas uma à outra. Nessa perspectiva, ao Bento “antigo” caberia o tratamento dado exclusivamente pelas políticas patrimoniais e de memória, enquanto ao Bento Novo, restariam as diretrizes de restituição do direito à moradia. Os agentes envolvidos no reassentamento — e em alguma medida até mesmo aqueles que se colocam ao lado das comunidades, como a ATI — parecem acentuar essa tendência ao não dar centralidade à relação umbilical

⁷⁷ Atingidos também se queixam da falta de ações em relação à preservação e restauro de bens significativos como a Capela de Nossa Senhora das Mercês, construção colonial e uma das poucas estruturas mantidas de pé após a passagem do rejeito (Sousa; Filgueira, 2023).

entre as duas paisagens e a sua função dentro da discussão sobre os modos de vida. A falta de uma política de reativação do território atingido, justificada pelo argumento cada vez mais frágil da possibilidade de um novo rompimento, não resiste ao fato de que o distrito atingido já está sendo usado como local de encontros e celebrações, quer a Fundação e demais instituições queiram ou não.

Em julho de 2016, um grupo de 19 moradores resolveu que voltaria a usar o território de Bento Rodrigues atingido. Utilizando barracas e os próprios carros como abrigos, eles passaram a primeira madrugada no distrito após o rompimento, relembando histórias do passado evocadas pela presença das ruínas ao redor (Camargos, 2017). Motivados pela necessidade de estarem juntos, outras famílias se agregaram ao grupo inicial, que passou a se encontrar com frequência no que restou do antigo povoado. Segundo os moradores, os encontros têm servido como forma de contornar o isolamento imposto pela vida em Mariana, bem como uma maneira de vigília. Ou seja, está é uma forma de resistir, pela presença, aos assédios sofridos diante da atuação das mineradoras, que já demonstravam interesse pela região e por seu potencial uso como parte da expansão das operações do complexo de Germano (Serra, 2018).

Depois de repor esquadrias e parte das instalações que haviam sido saqueadas, os “Loucos por Bento Rodrigues” — como passaram a se chamar em determinado momento — voltaram a usar as casas não alcançadas diretamente pelo rejeito para se reencontrarem durante os fins de semana e feriados. Comemorações de Natal, festas de aniversário e até uma cerimônia de casamento já tiveram lugar no antigo subdistrito. Diante da falta de uma resolução oficial para uso do território, a ausência de infraestrutura segue sendo contornada com soluções adotadas pelos próprios moradores por meio de intervenções improvisadas, como a utilização de baterias automotivas como fonte de obtenção de energia. Celebrações tradicionais, como a procissão em homenagem à Nossa Senhora das Mercês, também tomam parte nas ruas do povoado, que se enfeitam para atrair moradores e pessoas de fora da comunidade (Figura 37).

Figura 37 – Procissão em Bento Rodrigues em homenagem à Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Carvalho (2022, p. 5).

Mônica pediu a palavra e chamou as cerca de 200 pessoas para jantar na casa simbolicamente restaurada. Quando os moradores chegaram, viram que o imóvel era iluminado por um gerador, e tinha até água encanada – caixa-d'água cheia graças a um caminhão pipa.

Todos fizeram fila para comer feijoada, arroz, farofa e couve. Maria, que comandou a cozinha, lembrou da primeira festa que fizeram, quando os Loucos surgiram. “Aquele dia foi bom demais. Nós extravasamos. Olhava para o lado e estava todo mundo chorando”, lembra ela, que trabalhou na cantina da escola em Bento Rodrigues e também como cozinheira. Depois do almoço, o grupo se reuniu e repetiu em uníssono: “Estamos vivos, estamos juntos, estamos fortes, somos muitos e somos loucos! Somos loucos por Bento Rodrigues (Camargos, 2017).⁷⁸

Uma hipótese que talvez justifique a forma cindida pela qual as duas paisagens são percebidas pode estar na inércia de práticas fundadas pelo enfrentamento dado aos demais reassentamentos decorrentes de conflitos ambientais no Brasil, notadamente associados a implantações de hidrelétricas. Bento Rodrigues, ao contrário desses casos, ainda possui uma paisagem muito presente, visível e que, exatamente por isso, ainda é fortemente vivida. Essa presença física estabelece,

⁷⁸ Conteúdo não paginado, disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/loucos-por-bento-rodrigues/>.

portanto, um limite para o papel, muitas vezes, reificante da memória. Assim, a ausência de uma dimensão relacional entre o que se convencionou a chamar de paisagens do passado e futuro solapa as possibilidades de se pensar o potencial do lugar como categoria de enfrentamento político.

Um projeto de musealização, seja ele qual for, não diminui a importância e a urgência de soluções que garantam segurança e infraestrutura mínima, essenciais para a reestruturação da Bento atingida enquanto *locus* privilegiado de novos sentidos. Enquanto as estruturas se deterioram em meio a um jogo de empurra entre instituições públicas e privadas, os moradores se enraízam, ainda que de forma precária, sob a multiterritorialidade imposta pela experiência de estarem deslocados no mundo. Diante disso, não é possível defender a precarização das condições de existência como forma política de resistência e tampouco podemos subestimar a força aniquiladora de agentes como o Estado e as grandes corporações.

No entanto, evidenciar as pequenas práticas de retomada dos territórios repousa na tentativa de lançar luz às contraformas transculturais de se produzir paisagens e lugares que comportem uma relação com o mundo para além daquela diretamente associada ao consumo e à alienação socioespacial. A discussão em relação à formação de paisagens “híbridas” e as suas formas de habitação será retomada em mais detalhes no capítulo 6. Por ora, vale destacar a existência, muitas vezes negada de forma condescendente, do desejo e da imaginação como forma de agenciamento em um mundo em constante desterritorialização.

Estar diante das encruzilhadas formadas pelos binômios tradição/modernidade, global/local, homogeneidade/heterogeneidade tem sido um dos mais recorrentes impasses em torno dos conflitos territoriais, não só para os habitantes de Bento Rodrigues, mas para a crescente massa de pessoas deslocadas ao redor do mundo. Mesmo um processo como o reassentamento, definido por um forte sentido de heteronomia na produção espacial, possui fissuras, por onde se organizam novos sentidos de resistência. Sentidos que, assim como o ato impreciso de viver, emergem de novas práticas sociais assentadas sobre o espaço.

Essas formas sociais de atuação, que surgem concomitantemente ao desenvolvimento do projeto por meio de práticas em pequena escala, como a retomada dos encontros aos fins de semana no antigo território, mas também em escala global, como a internacionalização da atuação de atingidos — que desde

2018⁷⁹ movem uma ação contra a BHP em solo britânico. É impossível prever as dimensões e consequências de cada gesto de resistência, mas é somente a partir das confluências entre essas práticas, chamadas por Marcelo Lopes de Souza (2021) de políticas das escalas, que novas formas de imaginação política são criadas.

⁷⁹ Em 2018, escritórios de advocacia brasileiros e ingleses se juntaram para representar diversos grupos atingidos em uma ação internacional contra a BHP Billiton, em solo britânico. Participaram da ação 25 municípios mineiros e capixabas (inclusive Mariana), cinco autarquias, seis instituições religiosas e um grupo de 530 empresas. Apesar da grande mobilização e de um farto conjunto de provas, a ação foi derrotada em primeira instância sob a justificativa de abuso de jurisdição, uma vez que o juiz da Corte de Justiça Civil de Manchester considerou que a justiça já estaria sendo realizada pelas instituições brasileiras de acordo com o que era cabido. Após uma segunda apelação, em julho de 2023, os atingidos obtiveram enfim uma vitória, com o reconhecimento, por parte da justiça do Reino Unido, de que a empresa anglo-australiana poderia ser processada (BBC News Brasil, 2023).

6 A PAISAGEM PROJETADA

6.1 Institucionalização da paisagem

É evidente que a ruptura da barragem de Fundão marca um momento decisivo de inflexão das disposições que orientam as novas paisagens. Ainda, é possível observar três grandes eixos de força que distinguem os novos distritos em relação aos antigos. A primeira, e talvez a mais evidente — que foi abordada ao longo dos capítulos 1 e 4 — é o aumento da influência das mineradoras como agentes produtores do espaço por meio da Fundação Renova. Como visto anteriormente, esta atua na determinação de um quadro geral de processos alinhados aos objetivos de governança das empresas do setor. A imposição de um modelo de gestão baseado em outro tipo de organização trouxe consigo uma racionalidade inerentemente econômica. Com isso, a produção do espaço — antes ordenada em grande parte pelo tempo da vida em suas relações de uso dadas pelo ambiente e pela autoconstrução — é substituída por uma organização que exige dos indivíduos outros tipos de disposições e práticas, adequadas aos novos ritmos ditados pelo reassentamento.

Em segundo lugar, como tentamos demonstrar no capítulo 5, a ruptura espaço-temporal deflagrada em 2015 também altera as formas como as comunidades atingidas percebem e atuam no mundo. Crianças nascidas em 2015, e que foram alfabetizadas em um mundo radicalmente diferente daquele onde seus pais foram criados, dividem com moradores da sede de Mariana um universo cada vez mais amplo de experiências e modos de habitar. Assim, o trauma do rompimento e o longo processo de desterritorialização desencadeia alterações que se refletem na determinação das novas dinâmicas socioespaciais no interior das comunidades. Se, por um lado, o longo período de transição em moradias temporárias e o medo que decorre do assédio sofrido por parte da comunidade se materializa, por outro, isto resulta em projetos que preveem muros cada vez mais fechados. Estes projetos servem como meio de amalgamar vontades e potências políticas em formas de resistência, as quais disputam as paisagens impostas pelas mineradoras de maneira mais ou menos conscientes. Ambas as orientações — que partem de uma territorialização informada ora pela autonomia, ora pela heteronomia — são apenas algumas das diversas disposições que contribuem para a formação de um novo distrito ainda mais diferente daquele de origem.

E, por último, mas não menos importante, a nova paisagem é marcada pela institucionalização espacial. Para além da Fundação Renova, o reassentamento trouxe consigo uma série de novos agentes e regulações que se valem de técnicas, normas e discursos alheios às formas que deram suporte aos modos de vida das comunidades. Na tentativa de imaginar e solucionar o espaço a partir de visões parcelares, guiadas por lógicas e temporalidades distintas, a paisagem passa a ser constituída por um processo estilhaçado das vontades e representações que se colocam em disputa na arena política. Fiscais de contratos, assessoria técnica, arquitetos formados em contextos culturais diversos, legislação urbana, normas de desempenho e acessibilidade, juntamente com técnicas construtivas orientadas por grandes construtoras, são apenas alguns dos fatores que concorrem para a materialização dos novos distritos.

Essa nova geometria de forças (que se manifesta em relações de poder sempre desiguais) é o que determina a disjunção entre os tempos de respostas ao desastre que se estabelecem na construção do novo distrito (Teixeira; Lima, 2022). O resultado é uma paisagem produzida por uma lógica interna disfuncional e marcada, em grande medida, por contradições que se revelam em sua própria constituição. Os novos distritos com seus muros altos, arrimos e taludes — que, assim como as barragens de rejeitos, domam a terra “excedente”, com a qual não se sabe o que fazer — são as principais, mas não as únicas, testemunhas do poder criador da mineração. Esses arrimos — produzidos eles mesmos a partir de outras cadeias mineradoras e que assumem as formas de estacas, cortinas atirantadas e enormes blocos de fundação — são também monumentos à geotecnia, que, por uma razão, vê nas técnicas de contenção formas de contornar a escassez de terras que a própria dinâmica fundiária do reassentamento ajudou a criar.

No decorrer do processo de reassentamento, o novo Bento passou a ser tratado muitas vezes como uma simples extensão do meio urbano. Desde o início, durante a apresentação das propostas de projeto até a construção efetiva das casas, as práticas e discursos parecem ter se moldado cada vez mais ao imaginário urbano. A título de exemplo, quando os representantes da Fundação Renova, ao justificar os constantes atrasos, evocam a complexidade de se construir “uma cidade”, fica implícito — para além da tentativa de desresponsabilização — que este é um sentido de urbanização projetado sobre o objeto que compõe os esforços de reconstrução. Com isso, o novo distrito vem sendo materializado sob a égide de práticas do

planejamento urbano tradicional (sejam elas de ordem mercadológica ou não), além de ser narrado e estruturado por esse mesmo imaginário.

Contudo, essa forma de se falar sobre a paisagem é acompanhada de sua contraparte. De um lado, naturaliza-se pouco a pouco um sentido de urbanidade do distrito, ao mesmo tempo em que, de forma bastante ambígua, a Fundação não cessa de apontar — em seu material publicitário — o respeito aos modos de vida do passado, evocando em seus folhetos uma ideia simplificada de ruralidade. Esse segundo movimento é reforçado na medida em que o terreno da Lavoura (área escolhida para a implantação do reassentamento) é constantemente apresentado como uma possibilidade “adequada”, mesmo que essa qualificação nunca venha acompanhada de um referencial que a possa sustentar. Adequada a quê? A quem? A quais propósitos?

Cabe dizer que esse estilhaçamento das formas de se pensar a materialização de uma paisagem não é uma exclusividade do reassentamento de Bento Rodrigues. Essa forma de produzir paisagens é o resultado de alterações profundas do meio técnico-científico, que, como aponta Milton Santos (2022), organizam as formas de interação entre as forças locais arraigadas historicamente ao território. O autor caracteriza essas forças como horizontalidades e as forças globais ou regionais de verticalidades, as quais se beneficiam da fluidez do meio informacional para exercerem a sua atuação.

Dessa forma, a ênfase sobre a resolução dos problemas passa a estar não mais nas soluções adequadas em si (ou na tentativa de uma solução integrada e participativa), mas na capacidade de cada instituição em resolver as questões a partir de seus próprios limites organizacionais e protocolos já existentes (Marchezini, 2009).

[...] a implantação do projeto urbanístico do novo distrito de Bento Rodrigues se assemelha à construção de uma cidade e o protagonismo da comunidade torna o processo único no mundo. Planejado seguindo as normas de legislação urbana e cuidados com o meio ambiente, o distrito oferece as condições necessárias para ser ocupado pela comunidade.

O Projeto vai além da simples reconstrução de casas, e constitui uma verdadeira comunidade 'urbana' em um ambiente 'rural', proporcionando uma infraestrutura completa comparável à de uma cidade, incluindo arruamento e redes de água, esgoto e energia. Além disso, foram criados bens públicos e espaços de uso coletivo com altos padrões de qualidade e sustentabilidade. Esse conjunto de medidas visa garantir que os moradores tenham acesso a uma excelente qualidade de vida, unindo os benefícios de uma comunidade

rural com a comodidade e facilidades encontradas nas áreas urbanas (HTB, [2023]).⁸⁰

Essa disposição, adotada principalmente pela Fundação Renova e pela construtora HTB — responsável pelas obras do reassentamento —, possui um lastro no Projeto de Lei Complementar n° 170, que passou a legislar sobre o novo loteamento como uma área urbana regida por diretrizes específicas. A primeira versão do PL, elaborada pela Prefeitura Municipal, com o apoio da Renova e da Secretaria de Estado de Cidades e Integração Regional (SECIR), foi apresentada à população em audiência pública realizada no dia 23 de novembro de 2017. A versão final, por sua vez, redigida a partir de contribuições do Ministério Público e das comunidades atingidas, foi sancionada em 21 de dezembro do mesmo ano. Dentre outras disposições, o art. 4° da Lei Complementar de n° 170/2017 permite o desmembramento após a conclusão da implantação do reassentamento localizado na área denominada “Área Urbana”, desde que os lotes resultantes tenham área maior ou igual a 250,00 m² e testadas superiores ao mínimo de 10,00 m (Mariana, 2017). Além disso, é preciso que sejam atendidos os artigos 2° e 3° do Decreto Estadual n° 44.646/2007 e o art. 166^a, da Lei Complementar Municipal n° 016/2004 (Mariana, 2004; Minas Gerais, 2007).

Tabela 2 – Parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo

Parâmetros	Tamanho do lote (m2)			
	<300	300< X <600	600< X < 1000	<1000
Taxa de ocupação máxima - TO	70%	60%	50%	40%
Taxa de permeabilidade mínima - TP	15%	20%	25%	40%
Coeficiente de aproveitamento - CA	1,2	1,0	0,8	Limitado a 800m ² de área construída
Quota de unidades habitacionais - QUH	90	120	170	Limitado a 6 unidades hab.
Testada mínima para parcelamento	10m	12m	Relação testada x profundidade = 1:5 (máximo), respectivamente, com testada mínima de 12m	
Gabarito	3 pavimentos acima do nível da rua em relação à cota média da testada do lote			

⁸⁰ Conteúdo não paginado, disponível em: <https://www.htb.eng.br/case-bento-rodrigues>.

Parâmetros			
Frontal	0,0m ou 1,5m (mín.)	Fundos e laterais	1,5m (mín.) para até 6m de altura e 1,8m (mín.) para alturas entre 6 e 9m
Parcelamento do solo			
Lote mínimo		150m ²	

Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Mariana (2017).

Como já foi visto, o reassentamento movimentou algumas das dinâmicas de poder historicamente estabelecidas sobre o território, fazendo emergir novos agentes, oriundos principalmente da multidimensionalidade e multiescalaridade associadas aos desastres de grandes proporções. Disso decorre uma intensificação da divisão de trabalho de caráter prescritivo, baseado sobretudo nas disciplinas relacionadas às práticas — como o projeto, a pré-fabricação de elementos construtivos e a padronização — indicadas por uma linguagem formal nas categorias de estatutos, normas técnicas, leis, etc. Uma manifestação dessa “tecnificação” do reassentamento se relaciona ao processo que culminou com a contratação da HTB⁸¹ e a Andrade Gutierrez, empresas conhecidas pelo seu porte e responsáveis, respectivamente, pela construção das casas e dos bens coletivos do reassentamento de Bento Rodrigues.

Em um primeiro momento, e em conformidade com a Diretriz nº 10 da ACP, o MP indicou que a Fundação deveria priorizar a mão de obra local (Anexo A). Contudo, alegando o não cumprimento de contratos e a incapacidade técnica de viabilizar um trabalho das dimensões e complexidade de Bento e Paracatu, a Renova optou por contratar duas gigantes do setor, que absorveram parte da mão de obra local disponível para a execução dos trabalhos.

Diante da problematização que envolve os planos urbanísticos, percebe-se que a legislação para gestão territorial contemporânea, não comporta as necessidades e demandas dos processos de reassentamentos das comunidades atingidas. Modelos híbridos entre os modos de vida rurais e urbanos exigem tipologias fundiárias e possibilidades de uso da terra variados, além da flexibilização de uso de áreas de preservação e módulos fiscais diferenciados. O que se têm hoje, como marcos regulatórios legais, impossibilita a manutenção dos modos de vida das comunidades e impede

⁸¹ Segundo informação retirada do site da construtora, a HTB ([2023]) define sua área de atuação em 4 principais eixos: (1) edificações, “atuação na pré-construção, construção e *retrofit* em obras que se destacam no *skyline* de grandes cidades do Brasil”; (2) industrial, “atuação em projetos *greenfield*, *brownfield* e *turn-key*”; (3) infraestrutura, “atuação em soluções completas desde a construção ao EPC”; e (4) gerenciamento de projetos e obras seriadas.

que elas sejam reassentadas sem perdas significativas das suas relações com os territórios de origem, atingidos pelo rompimento. A discussão das formas de parcelamento e zoneamento do solo requer, para esse caso, um aprofundamento no entendimento de parâmetros e formas de se ocupar os territórios, utilizando concepções de meio ambiente integradas aos Direitos Humanos (Passos, 2023, p. 12).

6.2 O projeto urbanístico da Lavoura

[...] qualquer planejamento, concepção ou representação do espaço é uma redução da realidade conforme a percepção dos seus idealizadores. Quando há disputa entre sentidos atribuídos à natureza por determinados grupos com posições sociais desiguais, os impactos indesejáveis que comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais estimulam a organização de membros de grupos sociais atingidos contra a atividade que os gera (Acselrad, 2004 *apud* Zhouri; Laschefski, 2010, p. 14).

Senna e Carneiro (2019) destacam a redução dos custos como um aspecto explicativo das ações realizadas pelas mineradoras diante do reassentamento. Mas, embora a contenção de despesas tenha seu peso nas decisões e práticas do cotidiano referentes aos projetos e obras, ela não explica, de forma geral, o processo de reparação. O alto custo por unidade habitacional, amplamente alardeado pela Fundação, parece indicar o contrário; ou seja, a redução do montante aplicado diretamente no reassentamento constitui uma preocupação secundária. É possível supor que parte desses valores resultem do gigantismo com o qual as mineradoras, geralmente acostumadas a obras de grande porte, costumam realizar seus projetos. A vasta quantidade de arrimos e estruturas de contenção onerosas indicam essa inclinação a um tecnicismo “bruto”, cuja ideia de eficiência tende a adotar soluções de atacado mesmo diante de um contexto em que a escala suscitaria soluções mais delicadas.

Segundo Zanon [arquiteto da Fundação Renova responsável pelo reassentamento], no auge dos trabalhos, 49 arquitetos se debruçaram, dia e noite, sobre pranchetas. Foram produzidos 26 mil desenhos de 50 por 80 cm. Para comparar, no reassentamento dos desabrigados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, somaram-se 120 mil. “O rompimento da barragem rompeu várias coisas. Primeiro, rompeu a confiança na Samarco. Todo mundo tinha uma relação muito forte de confiança na mineradora, e isso foi rompido”, comentou Zanon. “Não bastasse, as pessoas perderam a confiança em soluções de engenharia. A barragem era uma solução de engenharia. Tivemos de fazer um trabalho cotidiano de resgate de confiança” (Zanon, 2023).⁸²

⁸² Conteúdo não paginado, disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/vilarejo-inventado/>.

O deslumbramento motivado pela quantidade de desenhos e a comparação com obras como a de Belo Monte demonstram um pouco da dimensão que aqui tentamos evidenciar. No entanto, para além da sacralização da técnica, um enquadramento mais completo sobre a natureza dos custos e, conseqüentemente, dos interesses das mineradoras nos reassentamentos, deve levar em conta pelo menos outros três fatores.

A reparação é uma forma de garantir a confiança de acionistas, reduzir os danos à reputação das empresas e enraizar-se nos territórios. Ou seja, os programas de reassentamento, que ocupam cerca de 13,33% do montante total de recursos financeiros executado nos 42 programas realizados pela Fundação Renova, devem ser vistos a partir de um enquadramento mais amplo, dentro de um conjunto de estratégias corporativas de natureza multiescalar. Essa visão é importante, porque somente se levarmos em conta esses fatores, perceberemos parte da complexidade e das contradições que dão forma ao novo distrito — o qual é definido, de um lado, por um sistema coercitivo (que também pode ser de ordem financeira), e, de outro, por uma relativa abundância de recursos que possibilitam a materialização do desejo individual.

Seria, portanto, enganoso partir de uma visão na qual o reassentamento em si é realizado por uma condição permanente de precariedade. Supor que os efeitos de uma urbanização neoliberal podem se reduzir a um único modelo de paisagem-moradia para populações subalternizadas, é ignorar a capacidade que os agentes (especialmente aqueles formados por oligopólios) possuem de rearticular, de forma estratégica, suas taxas de rentabilidade ao longo do tempo e espaço, produzindo espaços e rendas diferenciadas de acordo com seus interesses (Brenner, 2014). Ao lado do empobrecimento das condições gerais de reprodução dos modos de vida, surge um subdistrito novo, que apesar dos múltiplos problemas elencados até aqui, se transforma em um símbolo da capacidade do capital minerário de se reafirmar como uma instituição capaz de ocultar os problemas mais visíveis de sua própria reprodução. Dessa forma, a paisagem do reassentamento, constituída por casas novas e confortáveis, vai ao encontro da ideia daquilo que, para muitos, é a representação de uma boa urbanização.

Abaixo, uma tabela resumida sobre algumas das principais despesas referentes à construção do novo distrito:

Tabela 3 – Despesas gerais relacionadas ao processo de compensação e reparação

Descrição da despesa	Capital empregado (R\$)	Porcentagem (%)
Compensação e reparação	32.661.646.515	100
Reconstrução e infraestrutura de reparação da Bacia do Rio Doce	6.938.164.403	21,24
PG008 (Reconstrução de vilas) ⁸³	4.352.304.667	13,33
Obras do reassentamento de Bento Rodrigues	2.141.153.540	6,55
Novas moradias do reassentamento de Bento Rodrigues	873.243.597	2,67
Contenções do reassentamento de Bento Rodrigues	384.002.916	1,17
Infraestrutura do reassentamento de Bento Rodrigues	195.869.738	0,59

Fonte: elaboração própria, a partir de Fundação Renova (2023b).

6.3 O projeto de Bento Rodrigues, uma disputa

As discussões sobre o reassentamento de Bento Rodrigues começaram pouco depois do rompimento, com a identificação de possíveis áreas para o novo loteamento, que duraram entre janeiro e abril de 2016 (Xavier; Carneiro, 2020). À época, o processo foi conduzido pela Samarco Mineração S.A, seus acionistas e pelos governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (Samarco, 2015). Durante a primeira assembleia geral dos moradores de Bento, que contou com a participação de representantes da Samarco, ficou decidido que o reassentamento comunitário seria composto por 217 lotes e que o novo lugar deveria manter a qualidade de vida e os laços socioafetivos, econômicos e territoriais que os moradores possuíam no antigo subdistrito. Essa discussão aconteceu amparada, principalmente, por dois documentos elaborados pela mineradora: o diagnóstico inicial, realizado pela Synergia após o rompimento, chamado de *Levantamento de Expectativas* e a *Autodelimitação*, processo que “[...] consistiu na delimitação autodeclarada dos limites dos lotes/propriedades originais pelos atingidos, através de imagens satélites do terreno antigo de Bento Rodrigues” (Cáritas Brasileira, 2021b, p. 13).

O *Levantamento de Expectativas* (Anexo B), elaborado pela Synergia em junho de 2016, teve como objetivo captar e sistematizar as demandas comunitárias para a elaboração da primeira versão do *Master Plan*, que seria apresentada somente em novembro (Costa, 2021). Desse estudo, resultou um relatório que contemplava uma

⁸³ O PG008 é o segundo programa com maior aporte financeiro dentro do processo de reparação, sendo superado apenas pelo PG002, destinado às indenizações e ressarcimento, com 13,6 Bi.

série de demandas objetivas, como os aspectos relevantes do estilo de arquitetura pretendido e os aspectos culturais expressos na moradia.

Nesse mesmo período, a empresa Herkenhoff & Prates (H&P), terceirizada contratada pela Samarco, elaborou um estudo junto à comunidade com o objetivo de identificar e hierarquizar critérios para auxiliar a escolha do novo terreno (Quadro 5). Apesar de vários pontos terem recebido uma avaliação alta, destaca-se a qualidade do solo para plantio e criação animal e a oferta hídrica abundante, sendo este último ponto diretamente relacionado ao primeiro item da lista.

Quadro 5 – Critérios de escolha dos terrenos

Classificação	Critérios	Resultados
1°	Qualidade do solo para plantio e criação animal	9,75
2°	Oferta hídrica e proximidade de nascentes	9,72
3°	Saúde – a área deve ter acesso fácil a serviços de esgoto	9,69
4°	Terreno adequado para implantação sistema de esgoto	9,67
5°	Segurança pública da área – a área deve ter acesso fácil às rotas de policiamento	9,62
6°	Área com qualidade ambiental e que promova segurança ambiental, distante de áreas susceptíveis a enchentes, não sujeita a deslizamento de terra e operações	9,62
7°	Facilidade de acesso (proximidade do asfalto)	9,55
8°	Topografia adequada (relevo não acidentado)	9,46
9°	Facilidade de acesso a transporte público	9,44
10°	Proximidade da cidade de Mariana (máximo 24 km)	9,43
11°	Local com potencial de desenvolvimento econômico	9,43
12°	Área distante de operações e processos industriais	9,27
13°	Aspectos ambientais ao redor da área (estar longe de áreas como aterros (lixão, poeira, etc.)	9,26
14°	Avaliação imobiliária das áreas do entorno	9,21
15°	Ser uma área com possibilidade de expansão imobiliária e assim permitir o crescimento futuro do novo distrito	9,10
16°	Proximidade com a rota do projeto Estrada Real (considerando o apelo turístico)	8,43
17°	Estar próximo ao Bento (região Leste), como uma forma de manter proximidade e evitar o isolamento da comunidade de Camargos	7,91

Fonte: Renova (*apud* Minas Gerais, 2018).

Como dissemos no primeiro capítulo, em maio de 2016, foram apresentados à comunidade três terrenos escolhidos pela Fundação, dos quais a fazenda da Lavoura, de propriedade da ArcelorMittal, foi escolhida pela ampla maioria dos moradores. Apesar do relativo consenso sobre a opção pela gleba, eleita por 92% das famílias presentes, algumas características do terreno foram questionadas pela Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF). Nesse momento, as principais preocupações colocadas foram a proximidade do reassentamento ao aterro sanitário

e à sede do município de Mariana, localizados respectivamente a 2 e 2,5 km de distância do novo distrito. Enquanto o caso do aterro contraria diretamente o 13º critério levantado pelo estudo encomendado pela própria Samarco, o receio com a proximidade da sede decorria do medo de que o novo distrito se incorporasse às dinâmicas urbanas da cidade, perdendo assim suas características ao se tornar mais um bairro de Mariana (Xavier; Carneiro, 2020).

Outro fator importante que convém destacar é que, durante as primeiras etapas do processo, os atingidos não contavam com o suporte da ATI, que só iniciaria seu trabalho em outubro de 2016. A forma apressada com que os terrenos foram escolhidos e debatidos, em apenas 3 meses, suscita alguns questionamentos não só sobre a qualidade e o grau de participação do trabalho realizado durante esse momento inicial, mas também sobre as intenções das empresas em se aproveitar do que, naquele momento, era um cenário ainda mais desigual do poder estabelecido nas relações entre réus e vítimas. Os documentos resultantes dos estudos desenvolvidos pela Samarco, escritos em linguagem técnica pouco acessível, não contemplavam uma série de questões importantes e só foram entregues à comunidade 5 dias antes da data marcada para a assembleia, onde ocorreria a votação. Esse fato reforça, mais uma vez, a tentativa de impor um ritmo de atividades que impossibilitasse a organização da comunidade (Araújo; Sousa; Santos, 2019).

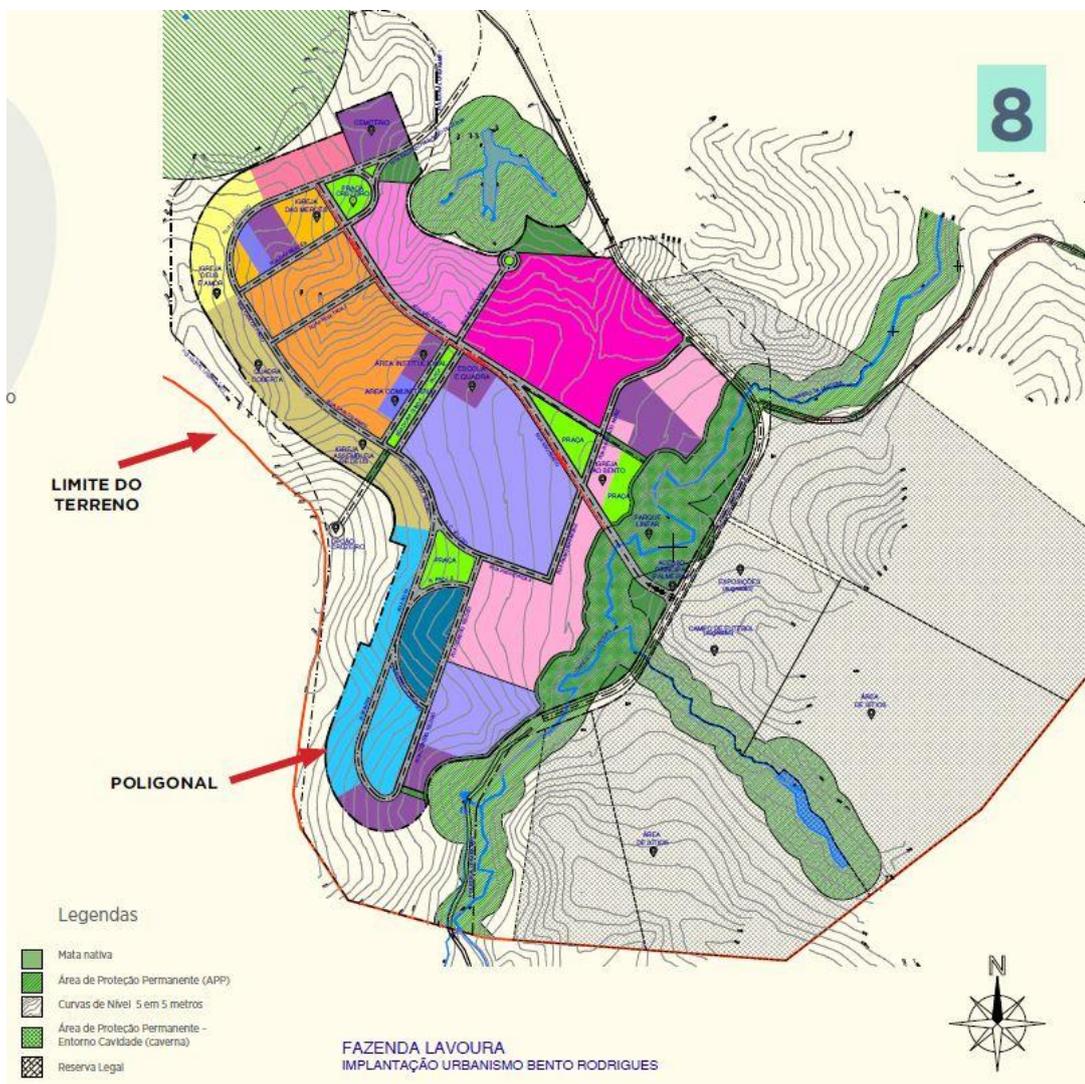
A primeira versão do chamado *Master Plan*, nome escolhido pelas empresas, foi apresentada em novembro de 2016 pela D'ávila Arquitetura, escritório sediado em Belo Horizonte e responsável por elaborar parte dos estudos que subsidiaram a escolha da Lavoura. A proposta, baseada em casas padronizadas semelhantes a condomínios tradicionais de classe média, foi recusada pela ampla maioria da população. O tempo desperdiçado com a tentativa de aprovar uma versão genérica de reassentamento, ignorando as demandas populares, torna-se um fator ainda mais desolador diante da constatação de que a própria Fundação já possuía uma base de dados razoável proveniente dos já citados estudos elaborados pela Synergia e pela H&P.

O primeiro projeto de urbanização que a empresa fez era muito bonito, mas não tinha nada a ver com a gente. É muito importante que a construção se pareça com o Bento antigo, que a vizinhança seja a mesma, com terra boa pra plantar e tudo. Na Lavoura, tudo vai ser diferente, mesmo assim, será o nosso lugar, e, creio eu, temos que pensar dessa forma. Eles pregam muito pela finalização do reassentamento em 2019 e ele precisa sair! Mas a gente

ainda fica com dúvida se vai ser nessa data ou não, porque, se dentro de dois anos, a Renova não começou nem o desmatamento, imagina concluir tudo. Nós queremos nossas casas e queremos que elas sejam seguras, por isso, estamos agendando reuniões com os atingidos e com os demais órgãos para que nosso direito seja assegurado (Dalua *et al*, 2017, p. 7).

Diante disso, a CABF, com apoio da ATI, conseguiu garantir o redesenho do reassentamento, enquanto discussões sobre o conteúdo do projeto eram realizadas durante reuniões dos chamados grupos de base (GB's) (Cáritas Brasileira, 2021b). Nesse contexto, e depois de uma tentativa fracassada de sobrepor o antigo traçado ao novo terreno, a Fundação Renova apresentou, em janeiro de 2017, uma outra versão adaptada do mesmo traçado, dessa vez mais adequada à poligonal da Lavoura e aos anseios de autodelimitação da comunidade (Xavier, 2018) (Figura 38).

Figura 38 – Proposta de *Master Plan* apresentada em janeiro de 2017



Fonte: Fundação Renova (2017).

Contudo, apesar da validação, essa proposta se mostraria ambientalmente inadequada por suscitar uma grande quantidade de cortes no terreno. Outro entrave observado durante o período que se seguiu imediatamente à aprovação parcial dessa versão, foi a resistência da Fundação em realizar os vários ajustes que haviam sido acordados com as famílias (Cáritas Brasileira, 2021b). Na reunião do GT, realizada em 29 de junho de 2017, a Fundação Renova admitiu que o projeto protocolado meses antes, junto à SECIR e à Secretaria de Estado e de Meio ambiente (SEMAD)⁸⁴, não atendia à legislação urbanística estadual e municipal, uma vez que os órgãos constataram que, dentre outros problemas, o projeto falhava pela excessiva movimentação de terra. Diante do indeferimento da proposta, recomendada inclusive pela Câmara Técnica de Infraestrutura, instância organizada pelo CIF, o projeto voltou à etapa inicial (Cáritas Brasileira, 2021b). Desse momento até novembro de 2017, inúmeras outras propostas foram apresentadas pela Fundação, em uma sucessão de tentativas malogradas de projetar unilateralmente à revelia das comunidades.

É importante destacar que, todas essas idas e vindas, usadas várias vezes pela Fundação como “prova” do compromisso em garantir a inclusão das famílias, foram produzidas sem a presença efetiva da comunidade, que, na melhor das hipóteses, se limitava a validar ou vetar as soluções apresentadas sem, no entanto, participar ativamente das suas elaborações. A CABF também relatou que vários dos estudos desenvolvidos, sempre em grupos restritos e alheios à comunidade, eram apresentados em linguagem gráfica, oral e de difícil entendimento (Xavier; Carneiro, 2020).

Diante dessa miríade de problemas que se apresentaram, e através da intervenção da SECIR e da SEMAD, a Cáritas Brasileira junto à Renova — e em parceria com a ASF Brasil e extensionistas da escola de arquitetura da UFMG —, elaboraram um conjunto de oficinas que ocorreram na sede de Mariana durante os dias 10, 13, 14 e 15 de março de 2017. Dividido em 4 etapas e pensado para a

⁸⁴ Apesar de ter admitido a responsabilidade pelo atraso, representantes da Fundação continuam a manter uma posição ambígua, responsabilizando outros agentes pela demora na conclusão do projeto do reassentamento. “Como o novo terreno difere bastante do original – o velho Bento era praticamente plano – seria preciso uma gigantesca terraplanagem para deixar a topografia semelhante à anterior, o que moveria três milhões de metros cúbicos de terra. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente embargou a obra. “Isso causou um impacto muito grande no prazo de entrega. Por quê? Em vez de fazer a terraplanagem do povoado como um todo, tivemos de fazê-la lote a lote. Resultado: pelo menos um ano de atraso”, explicou Zanon (2023), Arquiteto da Renova responsável pelos reassentamentos. Conteúdo não paginado, disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/vilarejo-inventado/>.

participação de 100 pessoas, o trabalho tinha como objetivo propor uma aproximação mais aprofundada entre as famílias e o terreno da Lavoura, utilizando como base duas versões do projeto urbano que, até então, haviam sido mais bem aceitas pela comunidade.

Em um primeiro momento, os atingidos tiveram acesso às imagens em sobrevoo elaboradas por drone, porém, elas tiveram pouca utilidade devido à densa cobertura vegetal de eucaliptos e à falta de referenciais que pudessem auxiliar na compreensão da escala do terreno (Araújo; Sousa; Santos, 2019). Na segunda etapa, foram apresentadas duas maquetes em escala 1/750, baseadas nas duas propostas mais bem aceitas pela comunidade até o momento (Figuras 39 e 40).

Figura 39 – Maquete do primeiro projeto base utilizada nas oficinas



Fonte: Xavier (2018).

Figura 40 – Maquete do segundo projeto base utilizada nas oficinas



Fonte: Xavier (2018).

Os modelos — que contavam com as representações dos lotes, das vias, das áreas de preservação permanente, da vegetação, dos cursos d'água e de alguns equipamentos comunitários — tinham como objetivo tornar possível que os moradores efetuassem um balanço entre as virtudes e defeitos de cada uma das propostas, compreendendo a relação dos lotes com a topografia e as distâncias entre os terrenos individuais e os equipamentos de uso coletivo e locais referenciais, como escola, igrejas, etc. Na terceira etapa, os atingidos foram convidados a caminhar sobre uma grande planta do projeto com as dimensões de 5x7 m e plotada na escala de 1/200. O objetivo, segundo Araújo, Sousa e Santos (2019, p. 28), era permitir que os moradores pudessem “[...] por meio da escala corpo [...] compreender e identificar os prós e contras da nova implantação”. Essa apropriação do projeto a partir do corpo possibilitou, por exemplo, que algumas pessoas pudessem se aproximar da escala do espaço vivido e da mudança de significado causada pela diferença entre a largura das vias do povoado atingido e do reassentamento. Por último, a quarta etapa retomou as discussões realizadas ao longo das oficinas, culminando com uma espécie de mapa síntese, onde vários grupos, dispostos de acordo com o setor onde seriam reassentados, puderam fazer anotações abordando questões individuais ou de natureza coletiva.

No entanto, Araújo, Sousa e Santos (2019) relatam que, apesar dos esforços, houve um baixo engajamento durante algumas das atividades, o que pode ser parcialmente explicado pelo desgaste relacionado à forma como o projeto urbano havia sido encaminhado até então. Na impossibilidade de aplicação de uma metodologia participativa de longa duração, capaz de engajar a comunidade em torno de discussões aprofundadas, é possível supor que parte dos agentes sejam tomados não só pelo cansaço, mas pela desconfiança e descrença nos processos sociotécnicos participativos⁸⁵. De toda forma, dessas oficinas resultaram 249 críticas ao projeto apresentado, que diziam respeito principalmente às questões de ordem individual, como a não observância das relações de vizinhança e o tamanho dos lotes.

⁸⁵ Sobre as dificuldades de se “tornar” atingido, Zhouri *et al.* (2018) delineiam parte da longa e penosa trajetória que as pessoas afetadas por grandes tragédias passam ao longo de todo o processo de reparação. O aprendizado da linguagem técnica dos projetos, por exemplo, é uma dentre tantas linguagens que passam a compor a constelação de técnicas e saberes demandados pela violência do deslocamento compulsório. Perceber a assimetria de forças, verificada nas relações entre indivíduos atingidos e profissionais técnicos das mais variadas áreas, nos permite ver com mais clareza parte das razões pelas quais, algumas iniciativas, apesar das boas intenções, fracassam em seu intuito de envolver a comunidade.

“Na ocasião, a Fundação Renova disse que trataria dos casos individualmente com as famílias, o que nunca ocorreu” (Cáritas Brasileira, 2021b, p. 30).

Em oposição à forma pouco eficaz de participação gerida pela Fundação, é possível fazer uma comparação com o caso do projeto de Gesteira, onde as pessoas atingidas, em parceria com o GEPSA (grupo de pesquisa da UFOP), tiveram a oportunidade de elaborar um processo de apropriação de escalas e ferramentas projetuais a partir de tecnologias sociais de representação. Uma das estratégias adotadas foi a utilização de uma maquete lousa, onde as famílias podiam testar diferentes propostas para os desenhos de seus próprios lotes e ruas, com flexibilidade e mais desembaraço, diretamente sobre uma representação tridimensional do terreno (Carneiro; Souza; Melo, 2019).

Desse longo processo, é possível observar uma alteração, ainda que tímida, do grau de participação da população ao longo das etapas do projeto. Os aspectos mais estruturantes, como a escolha do terreno, tiveram um caráter apenas consultivo e, por isso, deficitário em termos participativos. Mas, à medida em que as questões menos polêmicas e menos estruturantes eram debatidas, aumentava-se também o nível de participação. Desse cenário, pode-se extrair algumas observações. Em parte, o aumento da participação, decorre do aprendizado e da auto-organização da comunidade, que aliada a outros agentes — como grupos de pesquisa e assessoria técnica — conseguem uma condição onde se é possível reaver algum poder. Concomitantemente, também é possível inferir que, ao “permitir” certos graus de participação em algumas etapas do processo — notadamente àquelas relacionadas às demandas individuais —, as mineradoras acabaram criando uma espécie de álibi, um mito, que evoca uma ideia ilusória de inclusão.

As primeiras propostas apresentadas pelas mineradoras, mesmo quando rejeitadas, acabaram funcionando como uma espécie de enquadramento, tornando-se balizadoras do que viria a ser o reassentamento. Ao estabelecer premissas de ocupação que — como discutiremos adiante — se mostraram enganosas, a Fundação decretou uma situação em que o poder dos atingidos passaria a recair apenas nas tentativas de mitigação das consequências de condicionantes problemáticas, originalmente impostas pela IEM. Desse modo, e como em várias outras esferas do reassentamento, o poder de escolha das comunidades foi reduzido, principalmente, a uma forma de validação entre um ou outro cenário definido a priori pela Fundação.

Além disso, cabe ressaltar que os projetos urbanísticos não consideraram aspectos importantes do processo de cadastramento da população atingida de Mariana - realizado pela assessoria técnica da Cáritas Brasileira, conforme mencionado - e que, com o tempo, foi sendo aprimorado, incluindo em sua metodologia as cartografias sociais. Com o tempo foram sendo necessários remanejamentos de lotes particulares, mas nem sempre são reconhecidos pela Fundação Renova e mineradoras réis (Passos, 2023, p. 11).

Importante destacar também que, a despeito dos inúmeros problemas e ressalvas verificados durante as oficinas e consultas, a aprovação do projeto urbanístico foi feita pelas comunidades, que cientes da morosidade dos processos de urbanização, decidiram ir adiante⁸⁶. Isso porque, segundo a Fundação Renova, os atingidos até ali descontentes com seus lotes poderiam ter seu caso analisado e resolvido a partir de ajustes em etapas posteriores, o que de fato não aconteceu com a objetividade esperada (Cáritas Brasileira, 2021b).

6.4 O projeto aprovado e o antigo Bento, uma breve comparação

Em 05 de julho de 2018, o projeto do reassentamento de Bento Rodrigues foi enfim aprovado pelo município, que emitiu a licença para que as obras pudessem começar. Isso ocorreu em 06 de agosto, quando teve início a etapa de supressão vegetal, mais de um ano após a data inicialmente prevista pela Fundação, que estava estipulada para julho de 2017. Naquele momento, e segundo o parecer do órgão, o projeto contava com 245 lotes, dos quais 238 eram privados e outros 7 de uso institucional, concentrados principalmente na parte central do povoado, onde é possível perceber o maior adensamento de terrenos ladeando, por sua vez, a principal via, a Rua São Bento (Cáritas Brasileira, 2018).

A seguir, é possível ver as proporções relativas a cada uso estipulado pelo projeto:

⁸⁶ Sobre os constantes atrasos originados pela gestão da Fundação Renova, ver o histórico traçado em Cáritas Brasileira (2021b).

Tabela 4 – Totalização de áreas do reassentamento de Bento Rodrigues

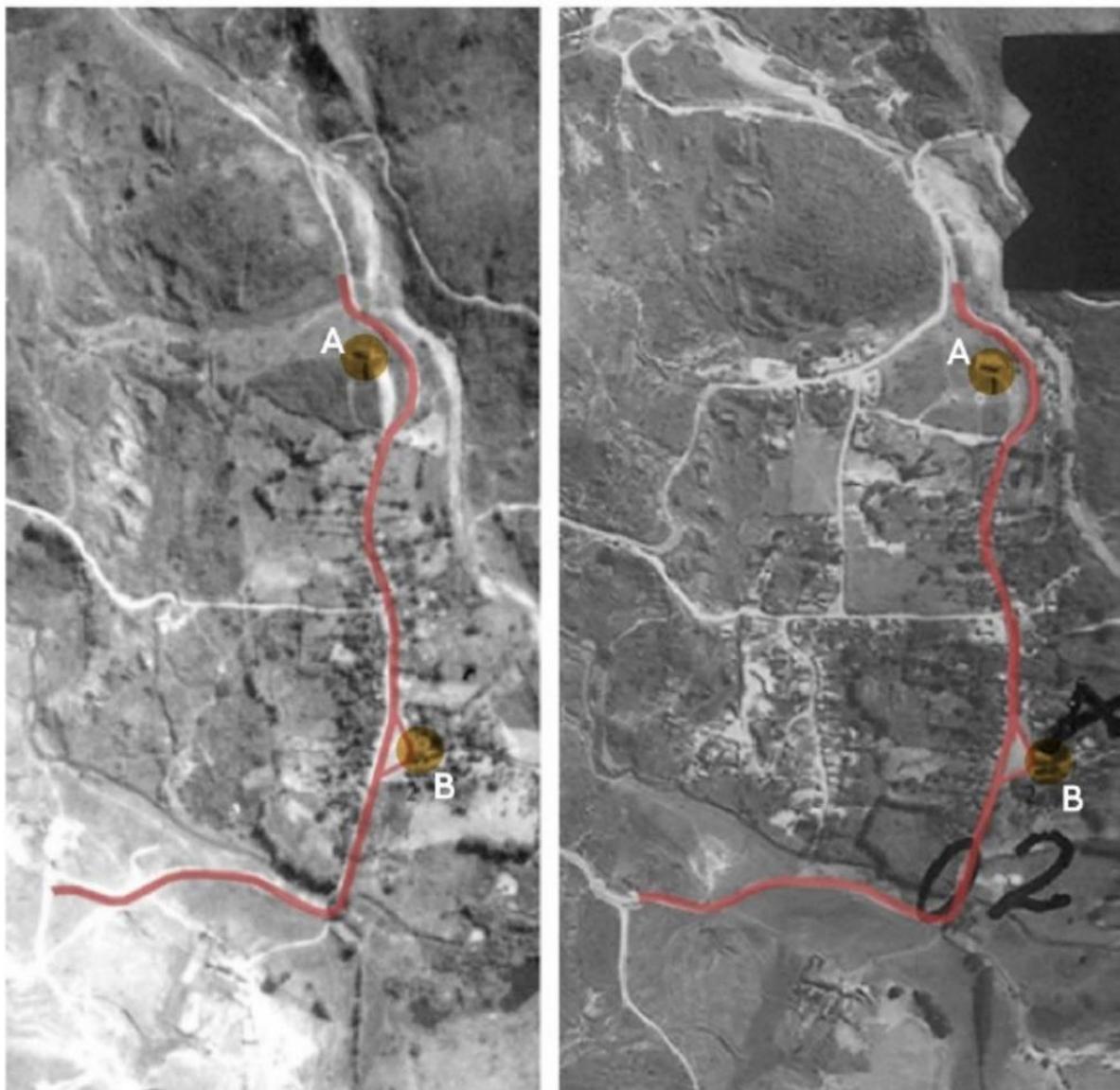
Especificação	Área (ha)	Porcentagem (%)
Lotes	37,4	38
Sistema viário	23,4	24
Equipamentos Urbanos e Comunitários	6,5	7
Áreas Verdes	31,1	32
Total	98,42	100

Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Cáritas Brasileira (2018).

Uma das principais características do antigo distrito, e que o diferenciam do reassentamento, é a morfologia do terreno e o seu modelo de ocupação⁸⁷, consolidado ao longo do tempo durante fluxos migratórios que foram se assentando na região. No caso do povoado atingido, o que existe é uma ocupação de baixada, que se estabeleceu inicialmente a partir das construções ao redor do eixo de ligação principal, a Rua São Bento. Ela atravessa o córrego Santarém e corre no mesmo sentido do córrego Ouro Fino, ligando os povoados de Camargos a Santa Rita Durão por meio de trechos do complexo da Estrada Real (Teixeira; Medeiros; Pereira, 2020). De forma geral, os terrenos foram se expandindo na direção oeste e margeando as novas ruas abertas para comportar o novo influxo de pessoas no local, ocorrido após a implantação de nova atividade minerária a partir da década de 1960.

⁸⁷ A ocupação de Bento seguiu o traçado do rio, a partir do qual os habitantes iniciaram a exploração do ouro com a abertura de lavras ainda no século XVII, o que induziu a concessão de terrenos para a construção dos templos religiosos e das primeiras trilhas e caminhos. Com o desenvolvimento de novas técnicas minerárias, como o talho aberto e a extração subterrânea, a exploração começou a ser exercida também nas partes altas, estabelecendo assim uma dinâmica da vida social dividida entre o trabalho nas terras altas e os serviços e moradias localizadas nas partes baixas, próximas aos cursos d'água (Castriota, 2019b).

Figura 41 – Comparação entre as ocupações de Bento em 1966 (à esquerda) e 1986 (à direita)



A: Capela de N. Sra. das Mercês

B: Igreja de São Bento

— Rua São Bento

Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Teixeira, Medeiros e Pereira (2020).

Em 1986, as rotas edilícias planejadas e de conexão possuíam a mesma configuração do que em 2015, o que comprova o desenvolvimento do tecido urbano no período correspondente à retomada da atividade da mineração. Após 1986, não há abertura de novas rotas, e sim o adensamento das edificações. Os lotes criados após 1966 são menores que os antigos da Rua São Bento e observam-se desmembramentos em alguns deles. A formação do tecido urbano se deu em um longo processo, bem como, a construção das relações sociais. O desastre foi uma quebra abrupta em todo esse processo (Teixeira; Medeiros; Pereira, 2020, p. 5).

É possível ver a importância da religiosidade na vida comunitária pela localização que os 2 templos católicos ocupam no contexto geral da paisagem. A Rua São Bento, além de servir como eixo de conexão entre o vilarejo e os distritos vizinhos, é delimitada por uma capela de mesmo nome, localizada na extremidade de uma pequena praça ao sul, e pela igreja de Nossa Senhora das Mercês ao norte, que coroa o povoado do alto de um promontório, ao redor do qual a via é obrigada a fazer uma curva de contorno. Essa configuração também marca a paisagem para quem se aproxima de Bento, tornando a igreja visível desde longe, como que dando as boas-vindas a quem se aproxima pela estrada. Manter essa relação foi, portanto, uma das prioridades levantadas pelas famílias durante o projeto do reassentamento.

O traçado viário do novo distrito deveria, então, manter a Rua São Bento como o eixo de ligação principal do vilarejo, dando destaque às visadas estabelecidas ao longo da via e à Igreja de Nossa Senhora das Mercês. No entanto, Teixeira, Medeiros e Pereira (2020) apontam que essa conexão pretendida acabou perdendo força na nova configuração do reassentamento. O novo perfil da rua principal, por ser conformado por um conjunto de subidas e descidas, impede a visualização do edifício para quem chega do sudoeste, principal forma de acesso dos moradores ao adro da Igreja. Do lado contrário, e em relação a quem acessa o povoado vindo de fora, o templo, localizado em uma cota elevada, torna-se visível, mas não mais enquadrado pela mata ao redor e sim pelos muros das residências construídas nas quadras M e L, próximas ao limite leste do reassentamento.

Figura 42 – Vista da Capela das Mercês para quem chega pela estrada de Santa Rita Durão



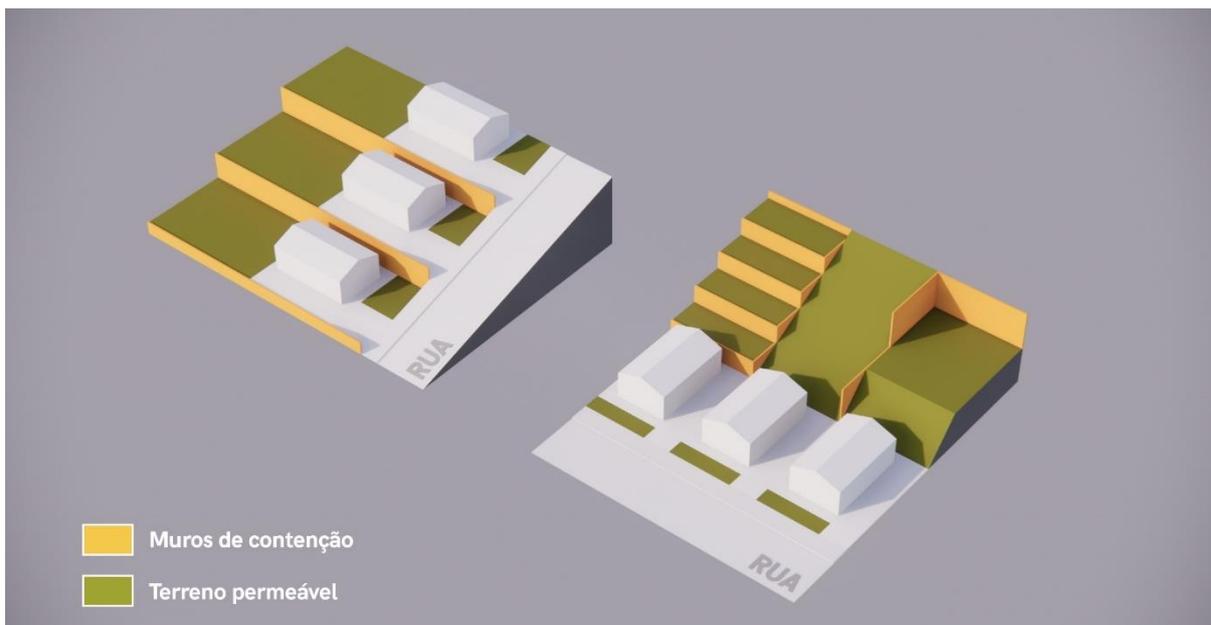
Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Google Maps (2012).

A diferença de declividade encontrada no reassentamento define uma série de escolhas referentes à implantação dos lotes, que condicionam os projetos individuais de moradia e a paisagem resultante de uma forma geral. No reassentamento, o restante das ruas, pavimentadas em blocos intertravados, deslocam-se majoritariamente no sentido das curvas de nível, fazendo com que uma parte considerável dos lotes tenha uma orientação ortogonal em relação ao sentido de inclinação do terreno. Se por um lado essa configuração facilita o acesso às casas, permitindo, por exemplo, a construção de rampas mais simples e próximas do greide das vias, por outro, ela cria uma situação em que os desníveis das quadras são absorvidos no interior dos próprios lotes, forçando assim a criação de taludes ou/e a construção de arrimos dos mais variados tipos.

Outro problema desse tipo de solução é o favorecimento da incompatibilidade entre as divisas, uma vez que, nesse tipo de ocupação, são necessárias estruturas de transição entre os terrenos. Essa situação anômala acontece principalmente porque as soluções de conformação dos platôs, previstos em projeto, variam entre um lote e o outro. Por serem concebidos de forma individualizada e por seguirem ritmos e demandas distintas, os projetos das moradias não só são incapazes de mitigar os problemas suscitados pelo modelo de loteamento, como acabam gerando, em alguns casos, novos problemas de implantação mediante soluções projetuais que não conversam entre si.

Em uma situação contrária, onde as ruas estivessem perpendiculares à topografia e os lotes em paralelo, o acesso ao interior dos terrenos se tornaria mais difícil, exigindo rampas de acesso. Em contrapartida, os terrenos tenderiam a possuir menos desníveis em seu interior, melhorando assim as condições para o uso da terra como área de plantio e de criação de animais. E, diferentemente do modelo anterior, um loteamento realizado com base nessas premissas tenderia a criar interfaces mais simples entre os lotes, possibilitando, quem sabe, a implementação de algum tipo de estratégia padronizada de contenção. Isso não apenas aceleraria a velocidade das obras, como também garantiria melhores condições para o plantio e a criação de animais (Figuras 43, 44 e 45).

Figura 43 – Diagramas gerais de ocupação



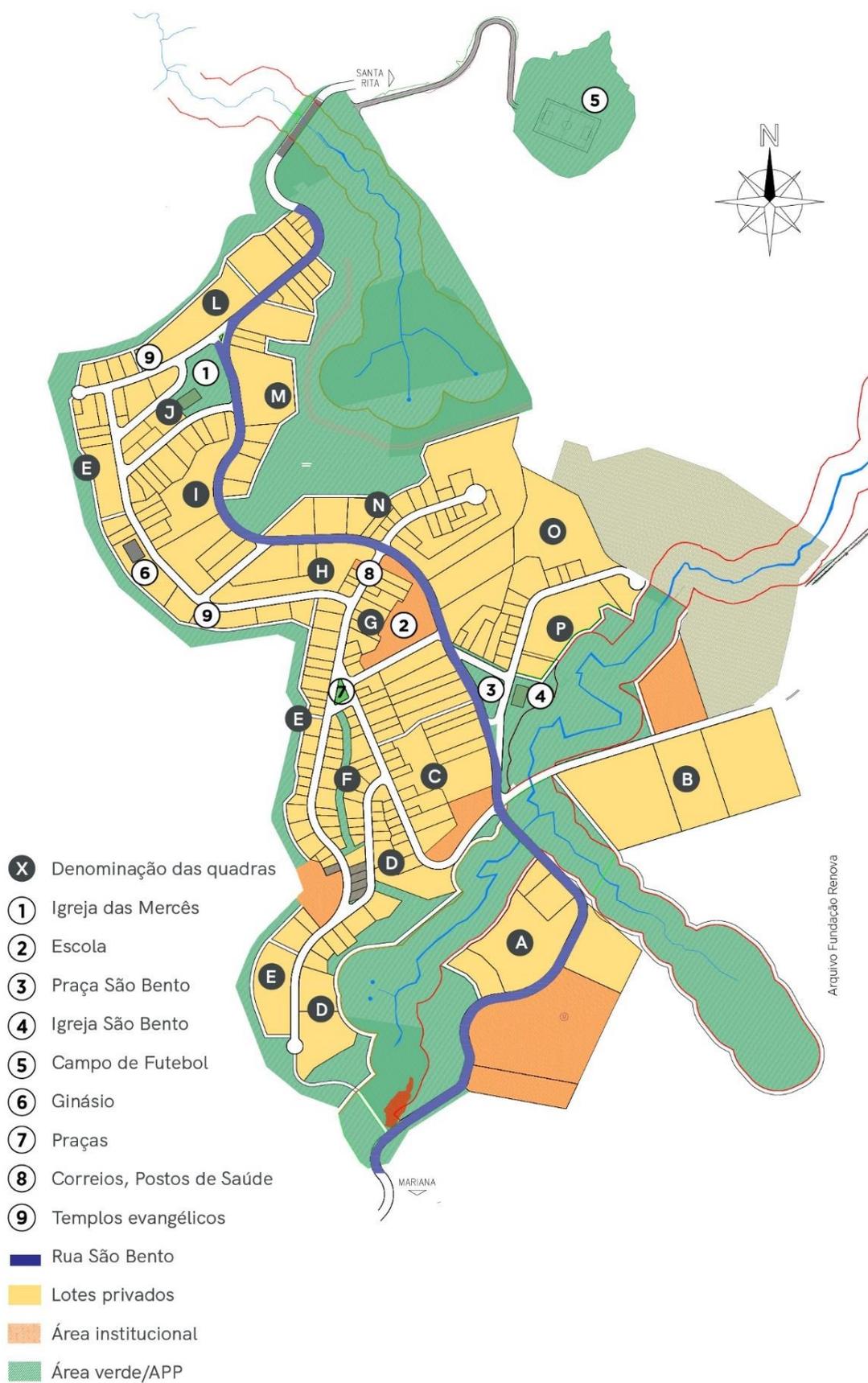
Fonte: elaboração própria (2023).

Figura 44 – Modelo de ocupação em declive com lotes no sentido perpendicular às curvas de nível



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Fundação Renova (c2024).

Figura 45 – Projeto urbano do reassentamento de Bento Rodrigues



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Fundação Renova (c2024).

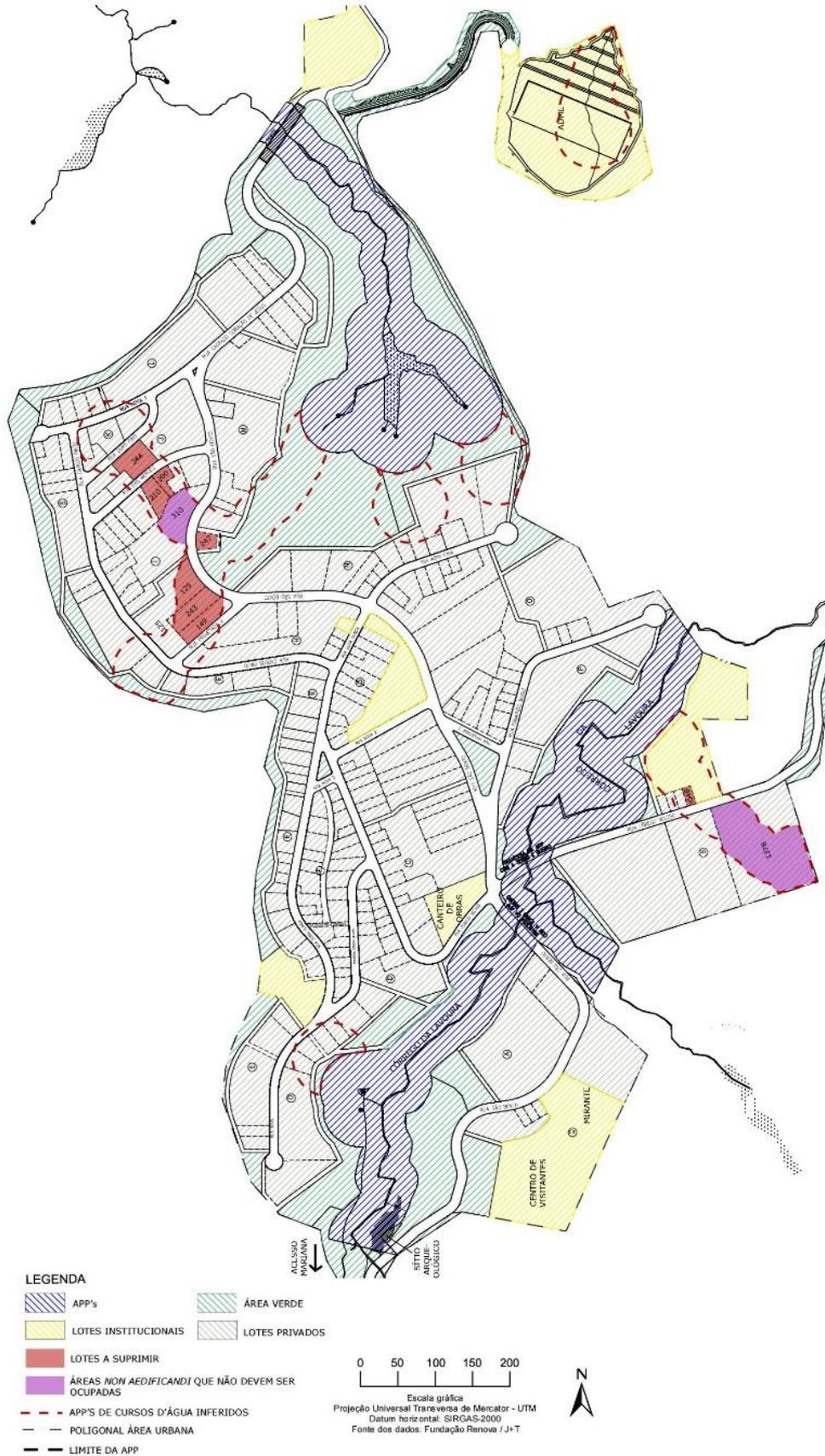
6.5 O dossiê do reassentamento

Em junho de 2019, a Ramboll — empresa contratada pelo MPF — publicou um dossiê sobre os reassentamentos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira. O documento, destinado a medir o avanço das obras até então, constatou uma série de irregularidades a respeito do projeto de Bento e sua implantação. A principal questão observada foi a presença de áreas de preservação permanente que não haviam sido reconhecidas pelo projeto urbanístico aprovado na SEMAD. A maior parte dessas áreas, encontravam-se localizadas sobre talwegues secundários, não considerados pela Fundação Renova. Essas áreas, resultantes do encontro de duas vertentes por onde se concentram as águas em sua descida, afetam uma parte considerável das quadras projetadas, atingindo de forma significativa as quadras B, D, E, I, J, K, N e M (Ramboll, 2019).

Diante dessa situação, verificou-se a necessidade de supressão de 8 terrenos, localizados nas quadras I, M, J e B. É preciso lembrar que, nesses casos, a realocação para resolução desses problemas ambientais também inaugura novos problemas de ordem social. Além de demandar a alteração do registro de imóveis, esses deslocamentos internos tornam inviável a manutenção das unidades de vizinhança, tomada pelos moradores como uma das principais diretrizes do reassentamento.

O projeto aprovado prevê a implantação parcial ou total de 42 lotes privados sobre estas APP's não reconhecidas, contrariando as legislações urbanísticas vigentes e comprometendo aproximadamente 17% dos 240 lotes do reassentamento (além de outras 2 das 10 áreas públicas), já que a probabilidade de ocorrência de processos erosivos é muito alta em situações onde os caminhos d'água são alterados e ocupados (Ramboll, 2019, p. 15).

Figura 46 – Mapa síntese do estudo elaborado sobre o reassentamento de Bento Rodrigues



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Ramboll (2019).

A Tabela 5 aponta que, ao contrário dos 89 hectares apresentados pela Samarco durante o processo de escolha da Lavoura, apenas 49 hectares da área são livres de restrições ambientais e, por isso, propícios à ocupação. O dossiê ainda alerta que, no atual contexto de mudanças climáticas, com a concentração da pluviosidade média em poucos eventos, respeitar o caminho da água é, cada vez mais, uma premissa fundamental para garantir o equilíbrio ambiental e a segurança da população. Sobre esse assunto, a empresa também afirmou ter recomendado, em um momento anterior à escolha da gleba, que outro local, em condições mais favoráveis de ocupação, fosse escolhido como sítio para o reassentamento.

Tabela 5 – Síntese de restrições da gleba da Lavoura

Especificação	Área (ha)	Porcentagem (%)
Área com restrição*	49,4	50,2
Área restante sem restrição	49,0	49,8
Área total	98,42	100

* Trechos com inclinação maior que 47%, trechos com inclinação entre 30% e 47%, APP de hidrografia (consideradas no projeto, não consideradas no projeto e inferidas com base na topografia a partir dos talwegues). Não considera restrição relacionada à cobertura vegetal.
Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Ramboll (2019).

Os vistoriadores também verificaram a presença de eventos erosivos — como sulcos, ravinas e inícios de voçorocas — em algumas partes do canteiro de obras, mais notadamente na linha de encosta ao longo da quadra “E”, localizada em uma das áreas de maior declividade do reassentamento. Como forma de mitigar e resolver o problema, o relatório apontou para a necessidade de fiscalizações mais periódicas e sistemáticas, além de soluções de estabilização para o tratamento do problema (Ramboll, 2019). A confirmação *in loco* da necessidade de amplas movimentações de terra para viabilizar a implantação de alguns lotes também suscitou preocupações em relação ao surgimento de processos erosivos no futuro em áreas que, até o momento, não haviam sido completamente terraplenadas. Em janeiro de 2022, em consequência das fortes chuvas que assolaram Minas Gerais, parte de um dos taludes do reassentamento, localizado justamente na quadra “E”, cedeu, contrariando a observação apontada no parecer do licenciamento emitido pela Cáritas Brasileira (2018).

Segundo a ATI, a Fundação se recusou a comentar sobre o caso nos meses seguintes ao deslizamento. Somente 4 meses após o ocorrido, a Renova se

pronunciou, dizendo que estava providenciando o retaludamento e realizando estudos para verificar a necessidade do emprego de outras técnicas de estabilização (Barros *et al.*, 2022). A medida adotada, no entanto, gerou uma marca permanente na paisagem, que agora é coroada por uma grande estrutura de estabilização em concreto projetado, a qual repousa dominante na parte mais alta do terreno. Estrutura que, com suas bermas e faces inclinadas, se assemelha muito às barragens de rejeito executadas à montante (Figura 47).

Figura 47 – Intervenção para contenção de encostas na parte mais alta do reassentamento



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Fundação Renova (c2024).

Em um contexto como o de Fundão, e principalmente para aqueles que viveram a força do arrasto do rejeito, toda a existência é rearranjada. O trauma desorganiza a vida não apenas em seu sentido material, mas também no campo simbólico. Os objetos, casas, estruturas e todos os elementos que compõem a paisagem, passam a exercer sua força não mais a partir daquilo que eles nos dizem sobre si mesmos, mas principalmente pela experiência da dor e da perda.

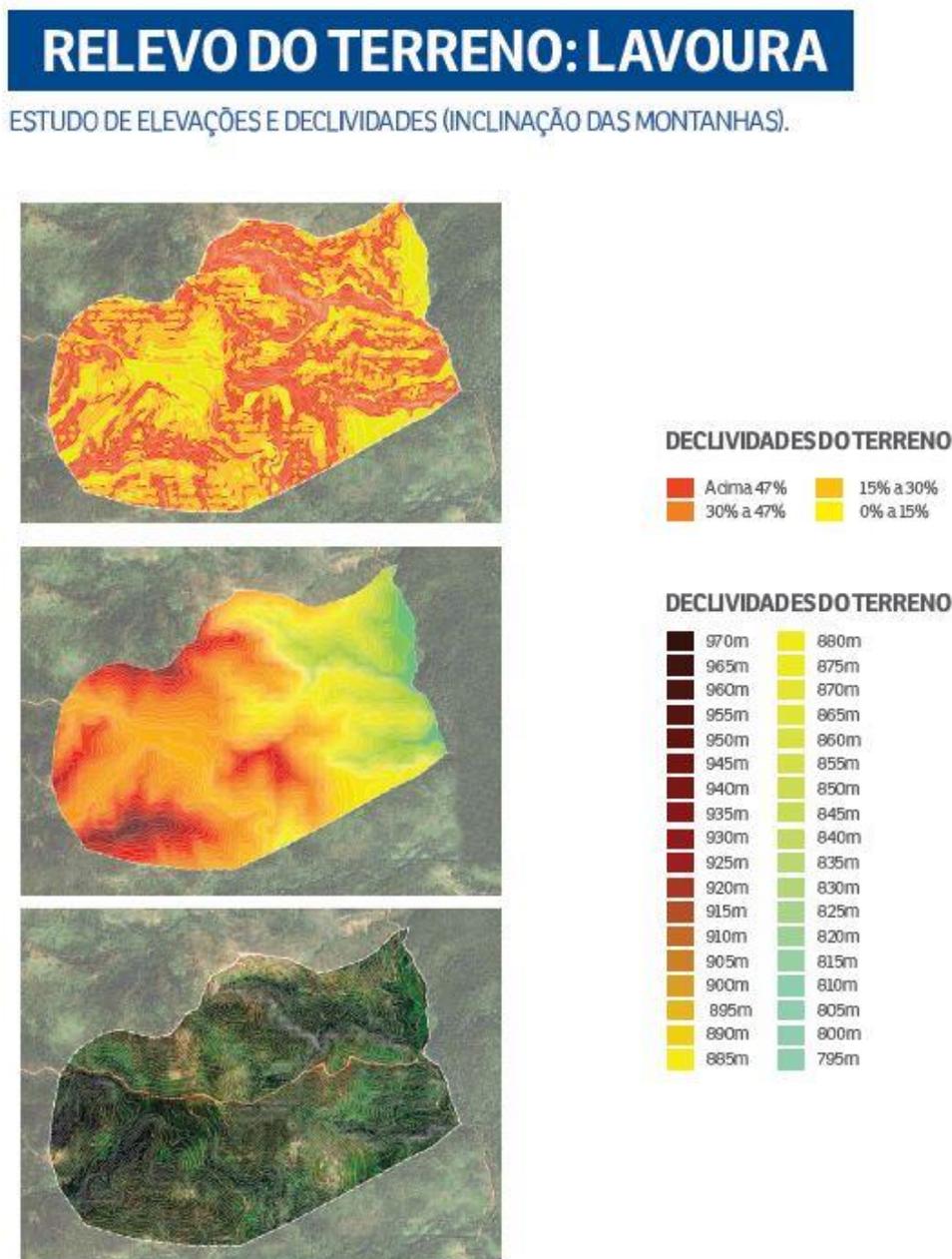
Então começamos a compreender que cada coisa a ver, por mais exposta, por mais neutra de aparência que seja, torna-se inelutável quando uma perda a suporta - ainda que pelo viés de uma simples associação de ideias, mas constrangedora, ou de um jogo de linguagem -, e desse ponto nos olha, nos concerne, nos persegue (Didi-Huberman, 1998, p. 33).

6.6 A abstração como forma de controle – a carta clinográfica

Em maio de 2016, a Samarco, em parceria com a D'ávila Arquitetura, apresentou um documento chamado *Estudos técnicos sobre os terrenos: reconstrução de Bento Rodrigues*. O material estabelecia uma análise comparativa entre os três terrenos selecionados pelas empresas e exibia algumas características como topografia, relevo, situação documental para compra e regularização, direitos minerários, qualidade do solo para plantio, disponibilidade de água, etc. Em meio às demais glebas, o terreno chamado Lavoura, região com a qual alguns atingidos já haviam tido contato no passado, foi apresentado como uma área adequada à construção do novo distrito. Segundo os dados apresentados, a gleba possuía 89 hectares de área livre de restrições ambientais, valor superior ao que as empresas consideravam necessário, uma vez que a referência indicada no documento era de 60 hectares (Samarco, 2016a).

Talvez um dos pontos mais exemplares daquilo que pode ser considerado como um vício de origem do reassentamento, dado pelo discurso minerador, seja a carta clinográfica e a sua interpretação apresentadas pelas empresas durante o processo de escolha das áreas passíveis de ocupação. Ao longo da página 15 do documento, foram exibidos 3 mapas relacionados às condições de relevo da Lavoura: a carta clinográfica já mencionada, um mapa altimétrico e um mapa com o traçado das curvas de nível sobre uma imagem de satélite. Embora esse material tenha sido apresentado a partir de uma linguagem técnica, é patente a falta de informação que cerca a elaboração dos mapas. Os dados apresentados ao longo do estudo são colocados sem contexto, não sendo possível verificar a origem de várias das informações apresentadas e nem a base utilizada para a definição dos parâmetros de elaboração dos elementos gráficos mostrados. Da necessidade de aprofundar esse aspecto e refletir sobre essa opacidade cartográfica, propomos então uma análise mais detida do primeiro mapa, a carta clinográfica — informalmente conhecida como mapa de declividades (Figura 48).

Figura 48 – Estudo apresentado pela Samarco durante o processo de escolha do terreno



Baixas (0 a 15%) e médias (15 a 30%) declividades ocupam cerca de 85% do terreno, ideais para construção, segundo a legislação Municipal. Ver o destaque nos mapas pelas cores amarelo e laranja.

**Fonte da Informação: Estudo da empresa DAVILA ARQUITETURA março/2016 e abril/2016.*

A representação por meio de sua técnica serve, nesse caso, para mascarar uma série de relações conflituosas, sublimadas em benefício de uma falsa ideia de consenso. Essa forma de construir a informação, de forma afastada dos interesses de quem ela deveria de fato servir, legitima uma ocupação inadequada e distante dos anseios expressos pelas famílias durante todo o processo do reassentamento. Até onde foi possível verificar, a suposta adequabilidade do terreno a uma ocupação com as características do reassentamento foi evocada oficialmente pela primeira vez neste documento. Ao longo do tempo, ela foi reforçada por meio do uso de adjetivações elogiosas à Lavoura ou pela ocultação de informações que viessem a contrariar essa visão positiva propagada pelas empresas.

Neste mesmo sentido, Araújo, Sousa e Santos (2019) notam que no documento *Reconstrução de Bento Rodrigues: projeto urbanístico*, fornecido pela Fundação Renova (2017), o terreno da Lavoura é mostrado de forma simplificada, como em um encarte publicitário, somente a partir daquilo que é visto como potencial ganho para as famílias. Aspectos cruciais, como a morfologia complicada e a proximidade com o aterro de Mariana, por se tratarem de temas “polêmicos”, acabaram ficando de fora da representação oferecida às famílias.

A área escolhida possui 350 hectares e está localizada na rota da Estrada Real, a cerca de 8 quilômetros de Mariana e a 9 quilômetros do antigo distrito de Bento Rodrigues. Lavoura oferece **topografia adequada**, facilidade de acesso a transporte público, oferta hídrica e proximidade de nascentes e solo de qualidade para plantio e criação animal (Samarco, 2016b, grifo nosso)⁸⁸.

Além disso, um dos problemas da carta clinográfica apresentada pela Fundação recai, primeiramente, sobre a falta de transparência em relação às premissas utilizadas na definição de parâmetros para as faixas de declividade apresentadas. Os intervalos de 0-15%, 15-30%, 30-45% e >45% são colocados de forma descontextualizada, como um sistema absoluto de valores e sem indicações que explicitem os motivos de sua adoção. A categoria média, que abarca terrenos entre 15 e 30%, é entendida como uma categoria “ideal” para a construção (Samarco, 2016a). A única referência feita a escolha de tais parâmetros é a sua utilização pela legislação de Mariana, que cabe ressaltar — e como a nota do próprio estudo da

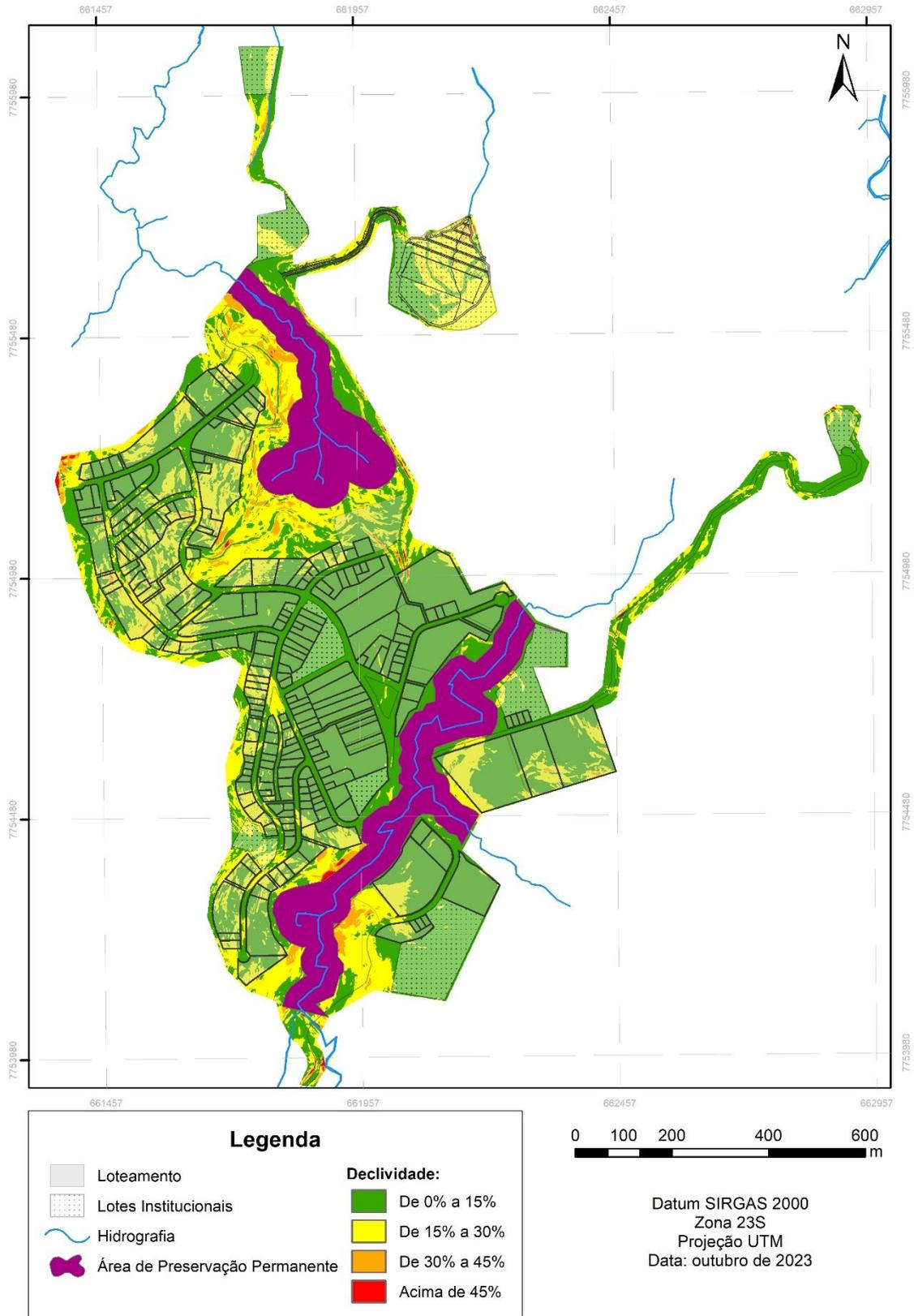
⁸⁸ Conteúdo não paginado, disponível em: <https://www.samarco.com/terreno-de-lavoura-e-escolhido-pelos-moradores-para-reconstrucao-de-bento-rodrigues/>.

Samarco confirma — diz respeito às possibilidades de construção e não necessariamente do uso do solo.

Embora não exista um consenso em relação à determinação de intervalos de declividade, é possível trabalhar com a ideia de que esses critérios são ajustáveis de acordo com cada realidade. Isso pode se dar tanto no sentido da apreensão de uma realidade existente, seu meio biofísico e suas especificidades, que englobariam o tipo de solo, quanto no sentido social, pensado a partir dos usos pretendidos e planejados para determinados tipos de ocupação, de acordo com as tecnologias e custos envolvidos (Sousa; Monteiro; Liesenberg, 2007). A preocupação com a identificação de intervalos não é uma novidade entre os pesquisadores. Para Ross (2011), além de contemplarem critérios técnicos de fragilidade do solo, a definição dos intervalos definidos pelas faixas de declividade adquire um caráter ordenador, capaz de atuar como uma espécie de zoneamento. Por isso, o estudo dessas condicionantes deve estar sempre associado à compreensão do processo de ocupação que orienta o desenvolvimento e a apropriação do território e de seus recursos.

Propomos, então, uma análise comparativa entre 3 cartas clinográficas: duas baseadas nos critérios sustentados pelos autores Biasi (2011) e Ross (2011) e aquela que foi adotada pela Samarco, a qual utilizou como referência os parâmetros adotados pela Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Mariana. Para que a comparação se desse de maneira mais equivalente, utilizou-se o mesmo padrão de cores para os intervalos definidos pelos autores e de acordo com os níveis de adequação à ocupação propostos por cada um dos modelos. Ainda que essa comparação direta de parâmetros baseados em diferentes princípios se torne frágil, diante da falta de uma sistematização mais ampla que amarre todos os critérios, ela servirá ao propósito do tema que aqui se pretende discutir.

Figura 49 – Parâmetros de declividade utilizados pela Samarco

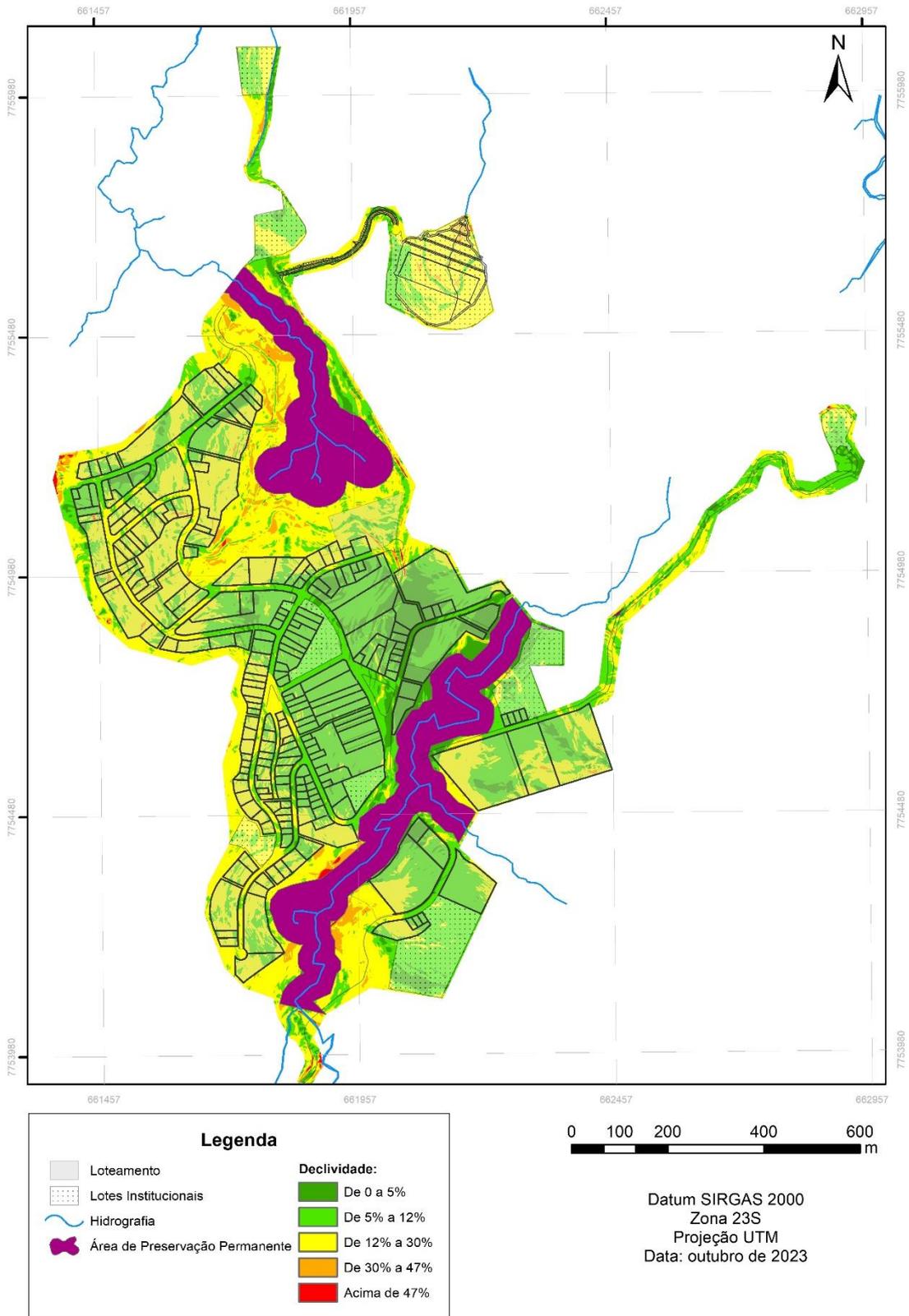


Fonte: elaboração própria (2023).

No caso de Biasi (2011), o autor estabelece parâmetros mais amplos, baseando-se principalmente na legislação brasileira e em duas diferenciações originadas pela especificidade dos usos urbano e rural. Assim, o autor define 5 categorias de declividade: 1) inferior a 5%, padrão utilizado internacionalmente e que corresponde ao limite urbano-industrial de ocupação; 2) de 5 a 12%, faixa definida pelo limite máximo de emprego de mecanização da agricultura; 3) 12 a 30%, definido pela Lei nº 6.679/79, conhecida também como Lei Lehmann, que estabelece o limite de 30% como o limite máximo para urbanização sem restrições; 4) 30 a 47%, trecho estabelecido pelo antigo Código Florestal, a partir da Lei de nº4.771/65, que define um limite máximo de corte raso para a exploração, e 5) acima de 47%, também estabelecido pelo antigo Código Florestal em seu artigo 10, no qual se decreta que não é permitido derrubar matas encontradas no intervalo entre 47 e 100%, a não ser para o caso de “[...] extração de toros, quando em regime de utilização racional, que vise a rendimentos permanentes” (Brasil, 1965 *apud* Biasi, 2011, p. 47).

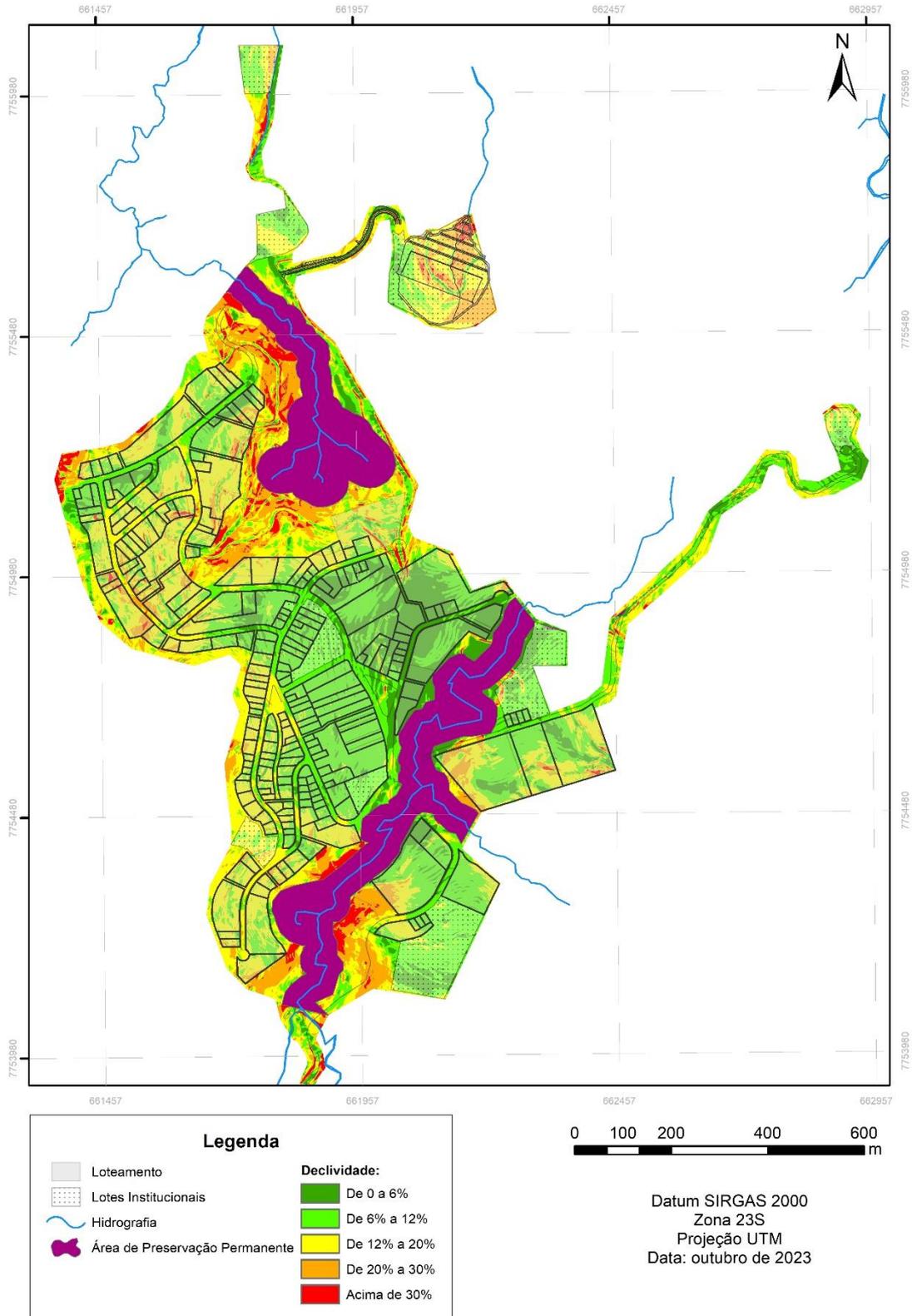
Ross (2011), por outro lado, estabelece parâmetros partindo de referenciais mais específicos. Na visão do autor, aliados aos aspectos físico-bióticos da terra, é imprescindível considerar também a ação humana na elaboração de zoneamentos ambientais, pensando assim na adequação do meio natural e na sua relação com a sociedade. O autor estabelece critérios baseados na associação entre a capacidade de uso e a aptidão agrícolas, valores limites críticos de geotecnia e indicativos do vigor dos processos erosivos, bem como riscos de deslizamento e inundações frequentes. Assim, são traçados 5 intervalos de acordo com a declividade: até 6% grau de declividade muito baixa; 6 a 12% fraca; 12 a 20% média; 20 a 30% forte e acima de 30% muito forte (Ross, 2011).

Figura 50 – Parâmetros de declividade segundo Biasi



Fonte: elaboração própria, a partir de Biasi (2011).

Figura 51 – Parâmetros de declividade segundo Ross



Fonte: elaboração própria, a partir de Ross (2011).

É possível perceber que, tanto a carta baseada em Ross (2011) quanto àquela feita a partir de Biasi (2011) possuem um intervalo menor de fração ideal para

ocupação, se comparados ao material apresentado pela Samarco. Segundo essa abordagem, os dois modelos indicam como ideais possuem parcelas muito próximas de 41,51 e 41,52 hectares⁸⁹, valores inferiores à fração obtida pela Samarco, de 54,39 hectares. Ainda que ambas as áreas destacadas em laranja sejam aptas à ocupação, os modelos procuram fazer uma distinção mais clara sobre o tipo de uso possível diante do contexto rural.

Figura 52 – Porcentagem da área de acordo com a adequação de cada um dos parâmetros



Fonte: elaboração própria (2023).

Apesar de uma aparente pertinência dos modelos aqui apresentados, percebe-se que mesmo esses parâmetros alternativos podem ser baseados em uma legislação bastante antiga, sendo tão abrangentes quanto àquele usado pela Samarco. Mais importante, portanto, que optar pela escolha de um tipo em detrimento de outro, é refletir sobre a necessidade de se pensar a informação técnica como possibilidade de construção coletiva e não como coerção. Os dados, mesmo aqueles considerados “duros” e “técnicos”, não são eles mesmos autoevidentes ou a manifestação de uma racionalidade ideal. Do contrário, eles são construídos como meio de poder a partir dos interesses dos grupos que não só extraem o sentido obtido pela leitura dos dados, mas, em momento anterior, estabelecem as estruturas de classificação elas mesmas (Beer, 2016; Porter, 1995).

Informações mais claras sobre as relações entre morfologia e o uso da terra poderiam, por exemplo, suscitar a adoção de outros critérios de ocupação para o

⁸⁹ Esses resultados não contemplam a área de APP identificada pela Ramboll (2019) em seu dossiê. A área útil total seria, portanto, menor do que essas frações indicadas.

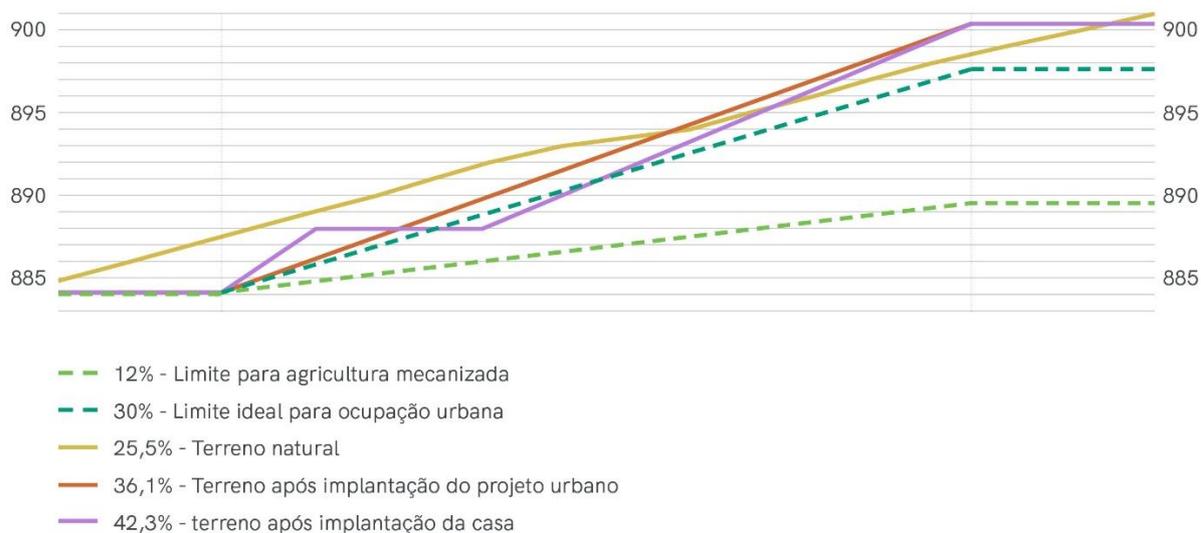
reassentamento ou, em qualquer caso, servir como fundamento argumentativo para a completa rejeição da Lavoura, especialmente por não cumprir com a capacidade básica de suporte exigida pela comunidade. Dessa forma, mesmo diante da impossibilidade comprovada de encontrar uma área adequada para o reassentamento, baseada, vamos supor, na exaustiva procura por outras alternativas, haveria ao menos a alternativa de se deslocar o foco das discussões para uma política de compensação baseada na Diretriz nº 15, de 06 de fevereiro de 2018, segundo a qual:

[...] não sendo possível manter as características iguais ou superiores dos imóveis (urbanos ou rurais) reconstruídos ou nos reassentamentos, deverá ocorrer compensação em tamanho de área, ou em pecúnia ou em melhorias nas edificações e/ou benfeitorias, à escolha do núcleo familiar, desde que devidamente suportados por laudos técnicos (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 24).

Um segundo problema, também relacionado a essa mesma representação cartográfica, é que o estudo apresentado não deixa claro que as declividades indicadas se referem à gleba em sua condição “natural”. Com isso, o mapa ignora a influência do futuro traçado viário sobre a conformação do terreno, que após a terraplenagem adquire características diferentes daquelas apresentadas originalmente. Na prática, os cortes para a implantação de ruas, passeios e servidões, traçados majoritariamente no sentido das curvas de nível, resultam no aumento das inclinações no interior dos lotes lindeiros às vias. De forma complementar, percebe-se que a análise da Samarco também não faz qualquer alusão às modificações do terreno que decorrem da implantação das próprias edificações.

Nesse caso específico, seria possível argumentar que o material entregue aos atingidos seguia os mesmos padrões e protocolos adotados pela municipalidade e por sua legislação de uso e ocupação do solo. Ou seja, a identificação do potencial de uso dos terrenos seria realizada de acordo com a sua adequação apenas à construção da moradia *stricto sensu*. De toda forma, e contrariando essa compreensão limitada, a especificidade do reassentamento, enquanto modelo de urbanização destinado à reparação, demanda um entendimento ampliado sobre a ideia de moradia. Para deixar mais claro a questão, apresentamos a seguir um diagrama de ocupação traçado a partir de um cenário possível aplicado ao terreno 22 da quadra “E”, localizado na encosta que delimita e contorna o reassentamento ao norte (Figura 53).

Figura 53 – Alteração de declividades em várias etapas da construção



Fonte: elaboração própria (2023).

Notemos que o perfil amarelo, correspondente ao terreno natural adquirido pela Samarco, apesar de distante dos 12% apontados por Biasi (2011), encontrava-se originalmente dentro da faixa considerada ideal pela empresa. No entanto, essa situação se altera significativamente em decorrência da implantação sucessiva dos projetos urbanístico e arquitetônico. Assim, além de considerar premissas mais favoráveis em relação a outros parâmetros como aqueles discutidos anteriormente, o material divulgado pela Fundação não esclarece sobre a real situação do terreno a partir de cenários possíveis de ocupação. Portanto, a comparação entre a situação “ideal” propagada pelo estudo apresentado em 2016 não encontra um reflexo na realidade e isso é sentido quando os atingidos, ao visitar o canteiro, se deparam com declividades muito superiores àquelas que poderiam supor a partir do material exposto.

A solução para contornar o grande aumento de declividade decorrente das intervenções construtivas passa a ser uma outra solução técnica de alto custo: os muros de contenção de terra. Não é de se estranhar, portanto, que um dos apelidos pejorativos dado ao reassentamento de Bento Rodrigues seja *Machu Picchu*, em alusão à famosa cidadela inca construída entre as montanhas sobre uma série de terraços. A ironia, nesse caso, é que parte da solução construtiva em terraços, adotada pelos povos andinos, era justamente uma forma de aumentar a produtividade agrária por meio do controle complexo de culturas, como o milho e a batata. A solução técnica, amplamente empregada por todo o império inca, se notabilizou pela enorme

sofisticação tecnológica, que possibilitava a criação de uma ampla variedade de espécies a partir do controle de elementos como a água e a variação microclimática, obtida pelas diferentes altimetrias (Mazoyer; Roudart, 2010).

Nota-se que essa visão, que ignora a influência de edificações e ruas nas feições do terreno, vai contra os critérios mais relevantes apontados no estudo encomendado pela própria Samarco e realizado pela H&P (Quadro 5). Em face a essas questões de ordem estruturante, também vale lembrar da solicitação feita pela Ramboll (2019), de que as empresas apresentassem o desenho topográfico atualizado de acordo com as alterações feitas em cada lote. Isso seria um meio de informar sobre as alterações topográficas mediante a implantação dos projetos sobre o terreno. A reformulação da carta clinográfica, a partir dos projetos urbanos e de moradia, tornaria o processo mais transparente à medida em que o mito de adequabilidade, alardeado no início do processo, se veria sob maior escrutínio dos agentes envolvidos com a fiscalização. Em um cenário como esse, longe do ideal, é preciso dizer que os atingidos teriam ao menos o acesso a informações mais claras, tendo assim a possibilidade de se adiantar às discussões em torno das medidas compensatórias.

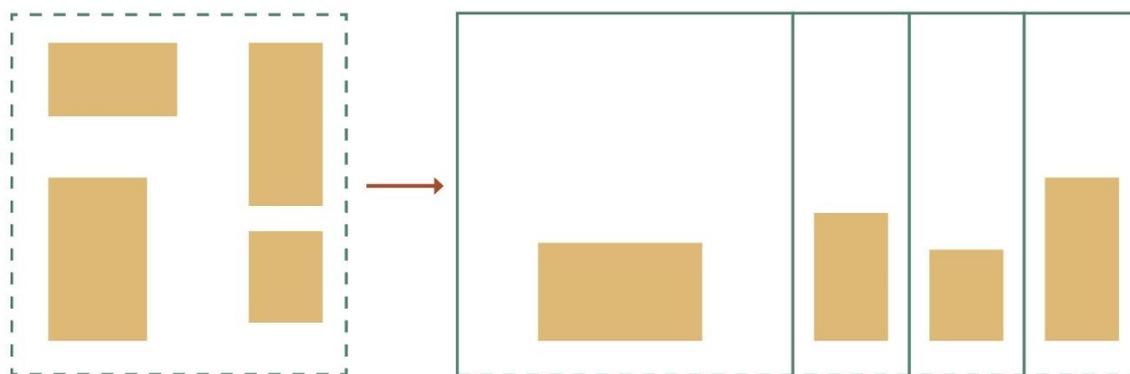
No jogo do convencimento praticado por meio da linguagem, a falta de clareza na exposição de dados pode ser utilizada como forma de imposição de uma ideia, assim como a objetividade em excesso pode servir ao mesmo propósito, especialmente ao esconder outras informações, que subjazem à superfície sob a qual os dados pretendem aludir. Até questões insuspeitas, como a dimensão nominal de um terreno vista em planta e representada por uma metragem específica, podem ser abstrações, caso não estejam associadas a forma como o corpo se relaciona com aquele espaço e com o uso que dele se faz em função das características socioambientais que o conformam. No caso do reassentamento, terrenos muitas vezes maiores do que aqueles de origem se encolhem diante de dois principais fatores: sua inadequação morfológica aos usos determinados pelo cotidiano dos moradores — muitas vezes previstos, mas não respeitados — e pelo inchaço das infraestruturas e das edificações como suporte aos novos modos de vida, informados agora por novas disposições criadas pela ruptura socioespacial do desastre.

A nova implantação das moradias, condicionada a uma declividade mais acentuada, muitas vezes resulta na criação de platôs diminutos. Observa-se, então, que o acesso dessas áreas, pensadas como forma de manter o mínimo de condições

para o plantio de hortas e pequenos pomares, é idealizado em função de normativas que não exerciam influência no antigo povoado, se dando por meio de escadas largas ladeadas por corrimões. Assim, a necessidade de estabelecer um padrão de acessibilidade em terrenos com declividades acentuadas resulta, no caso de Bento Rodrigues, em recursos que materialmente se assemelham às soluções prediais adotadas para áreas de uso coletivo. O surgimento de afastamentos antes inexistentes e a necessidade de executar rampas de acesso, criadas para permitir a implantação de residências, são alguns dos fatores que inviabilizam, ou pelo menos tornam mais difícil, a utilização dos lotes como forma de subsistência a partir das atividades agropastoris.

A essas novas conformações espaciais, soma-se também outra característica: a retração dos espaços compartilhados, tanto aqueles intrafamiliares, que ocorriam no interior de lotes multifamiliares horizontais, quanto os comunitários, definidos por exemplo pela cessão de áreas de pastagem (Figura 54).

Figura 54 – Diagrama de alteração do padrão de ocupação multifamiliar horizontal para unifamiliar horizontal



Fonte: elaboração própria (2023).

Muitas das questões que foram aqui discutidas reforçam a ideia de que a Fundação Renova não garantiu o cumprimento das diretrizes 3 e 7 homologadas, respectivamente, nos dias 27 de março de 2018 e 05 de outubro de 2017. Essas diretrizes buscam garantir a restituição de terrenos em condições iguais ou melhores de topografia e aptidão agrícola ou capacidade de uso da terra, além do acesso amplo à informação (Anexo A).

As várias reclamações realizadas durante os anos do reassentamento, indicam, sobretudo, uma insuficiência do processo de loteamento. A frustração em

relação à diferença entre os terrenos imaginados e os reais gerou, por exemplo, dezenas de reclamações que se avolumaram, principalmente, durante a fase de terraplenagem. Essa decepção pode ser compreendida, em grande parte, pela modulação das expectativas durante o início das discussões, baseadas no material apresentado pela D'Ávila em conjunto com a Samarco. Contudo, isso explica apenas uma porção do problema.

Uma parcela da surpresa decorre da pouca sensibilidade do projeto em compreender a topografia, em sua condição precisa de acordo com os usos esperados, ou em elaborar ferramentas que de fato pudessem auxiliar em uma compreensão mais profunda da morfologia do terreno a partir dos impactos de um processo de urbanização moderno. Zhouri *et al.* (2018) lembram que, desde o momento do primeiro levantamento de danos realizado pela Samarco e pela empresa terceirizada Synergia, o foco empregado pela metodologia das empresas possuía uma clara orientação patrimonialista. O referencial adotado na elaboração do cadastro integrado, realizado na sequência ao rompimento, elencava a propriedade/edificação como elemento central a ser restituído em uma eventual política de reparação, colocando em segundo plano o “[...] exame das esferas coletivas que estruturam as rotinas, as estratégias de vida, memórias, pertencimento e identidades” (Zhouri *et al.*, 2018, p. 53). É possível dizer, diante do que foi colocado até aqui, que esse tipo de prática perdurou durante todo o processo de construção do reassentamento.

A paisagem do novo distrito, pensada principalmente pelas representações realizadas nas ferramentas tradicionais de projeto, tende a replicar soluções aplicadas aos loteamentos existentes dentro do mercado fundiário urbano convencional. Essa paisagem apriorística, concebida pelo traço e pela técnica, é entendida como espaço geométrico. Ou seja, a manifestação de uma racionalidade que tende a fundir ambas as ideias — paisagem e geometria —, eliminando os resíduos de sua formação sócio-histórica (Assunto, 2013). Apesar de algumas escolhas pontuais dentro de limites impostos pelo discurso tecnocrático e tomadas a partir de consultas, como o tipo de pavimentação e de unidades de vizinhança, os demais componentes paisagísticos acabaram relegados a uma posição subalterna dentro do sistema de acordos individualizados propostos pela Fundação.

Diante dessas questões, quais parâmetros poderiam ser incorporados a partir da realidade das famílias e seus modos de vida? Para além do exercício de investigar o passado e o peso dado ao que se compreende como modos de vida, o que se

descortina sobre uma maneira de se pensar a paisagem como um bem comum é também a possibilidade de se pensar as formas de uso dos terrenos como uma oportunidade de base coletiva para o futuro. Sendo assim, como pensar a morfologia e a paisagem centradas na autonomia e soberania do uso do território em termos de práticas sustentáveis, como a agroecologia e os espaços de produção coletiva?

O exercício de elaboração de um processo realmente participativo deveria passar pela apropriação da técnica desde a sua origem, de forma a revelar os processos por trás dos quais as representações são elaboradas, sejam elas em forma de projeto, imagens ou projeções cartográficas. Não só o projeto e tampouco a carta clinográfica, onde nos detivemos à guisa de exemplo, mas toda a cadeia de produção de informação deve ser pensada a partir de métodos e tecnologias participativas que coloquem as comunidades no centro.

No fim, o que estava vaticinado desde o início — e que foi, até certo ponto, escondido pela ilusão da representação cartográfica — era um modelo de urbanização de terras mais baratas ao longo de meias encostas. As mineradoras, por meio dos rejeitos em sua passagem avassaladora, destruíram mais do que as casas e as relações de pessoas com aquela paisagem. Elas também destruíram um modelo de ocupação historicamente realizado em volta da relação com a terra e água disponíveis de forma relativamente abundante. Hoje, as áreas de baixada, próximas às fontes naturais de água potável e, portanto, mais apropriadas às atividades agrícolas, não estão mais disponíveis ao roçado dos pequenos agricultores despossuídos, como eram durante o final do século XVII, quando Bento se formou. Nesse sentido, cabe mais do que nunca lembrar que, em meio a uma urbanização cada vez mais ditada pelo capital que opera o território enquanto fonte de renda, o espaço é um bem em crescente escassez e, por isso, em disputa.

Infelizmente, o que nos foi colocado é que seria reestabelecido os modos de vida de forma igual ou melhor. Uma das premissas do reassentamento... infelizmente o que estamos percebendo após a conclusão de algumas casas, hoje cerca de 71 que estão prontas, é que a vocação agrícola ou de pequenas criações de animais, isso não vai ser possível, dado o plano diretor e principalmente a ausência de fornecimento de água bruta pra essas atividades. O que hoje eu percebo é que estamos num oásis de concreto, circulado por uma natureza verde que insiste em nos sufocar (Silva, 2022, 2 min 47 s).

6.7 O projeto das casas

O foco é a construção das casas, que desde a concepção foram feitas considerando as necessidades e expectativas de cada família (Fundação Renova, c2024)⁹⁰.

Essa pequena fala, retirada do site da Fundação, revela uma dimensão importante do reassentamento. A maior parte das queixas elaboradas contra o modelo de espacialização gerido pela Fundação Renova, ao contrário daquilo que talvez possa ser intuído, dizem respeito às características intangíveis da paisagem. A pesquisa feita pela empresa de consultoria Herkenhoff e Prates (H&P) deixa evidente que as maiores preocupações das populações atingidas sempre estiveram ligadas ao uso da terra, principalmente em relação à oferta de água e espaço para o roçado e a criação de animais (Quadro 5). As edificações *stricto sensu*, embora vendidas como o principal resultado dos esforços de reconstrução, parecem possuir um papel secundário dentro do processo de reterritorialização. Não porque a habitação em si seja desimportante, afinal ela simboliza a concretização da luta central pelo direito à restituição da moradia, mas porque, no caso da população de Bento e dentro dos sentidos relacionados ao movimento da vida, ela parece ser apenas uma parte de um todo muito maior. Os problemas apontados dizem respeito às articulações entre edifício e terreno, ou seja, a forma como a casa se insere em um contexto mais amplo, que considera não só o espaço interno, mas principalmente o externo como base para reprodução da vida. As dimensões exíguas para o plantio e o acesso inadequado aos quintais, alcançados muitas vezes apenas por escadas muito extensas, foram alguns dos fatores que mais geraram insatisfação dentro das comunidades em reassentamento.

Além dessas questões de ordem mais estruturante, e que dizem respeito às capacidades do projeto de responder às demandas centradas na reprodução dos modos de vida, dois outros tipos de críticas foram levantados pela ATI junto às famílias. Uma que reforça as deficiências técnico-construtivas das habitações e outra que diz respeito ao dimensionamento incorreto de alguns dos espaços internos. No primeiro caso, os erros, que podem ter sido gerados tanto durante o projeto quanto durante a execução das obras, foram verificados a partir do aparecimento de

⁹⁰ Conteúdo não paginado, disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/tour-virtual/>.

patologias, mais frequentes nos reassentamentos individuais realizados nas áreas rurais. No segundo caso, as insatisfações podem estar relacionadas tanto com um erro de projeto e/ou execução quanto de um erro de tradução por parte do projetista sobre o uso pretendido para os cômodos.

De toda forma, apesar das críticas variadas, os projetos específicos das casas não parecem ter sido a origem de uma insatisfação generalizada, ao contrário de outras dimensões do reassentamento e do processo de reparação como um todo. Uma possibilidade para explicar esse relativo sucesso se relaciona, provavelmente, a dois fatores. Visto que, de um lado, a reparação material dos danos foi o principal, para não dizer o único foco de atuação da Fundação Renova, e por outro, a preocupação quanto à materialidade das moradias não constituía o principal eixo de demandas das famílias atingidas.

Figura 55 – Reassentamento de Bento Rodrigues - “O foco é a construção das casas”



O foco é a construção das casas, que desde a concepção foram feitas considerando as necessidades e expectativas de cada família.

Fonte: adaptada pelo autor, a partir de Fundação Renova (c2024).

Uma das marcas do processo de reassentamento é justamente a individualização das formas de se pensar e produzir a paisagem. O método praticado ao longo dos anos que se seguiram a 2015, por ser focado na elaboração dos desenhos das casas, prevê pouca ou nenhuma atenção à escala paisagística e às interfaces estabelecidas entre as moradias e as unidades vizinhas, o espaço público e os espaços comuns e/ou até mesmo as relações com o terreno. Primeiro porque, alinhadas aos objetivos de reprodução da atividade minerária, boa parte das práticas

foram orientadas por lógicas semelhantes às aquelas adotadas pelo mercado de terras urbano, as quais partem da ideia de realização do desejo individual mediante a sobreposição do valor de troca ao valor de uso das habitações. Em segundo lugar, os projetos das casas foram realizados sobre bases essencialmente virtuais e por isso abstratas.

O desenvolvimento paralelo e descompassado entre o desenho das residências e das obras de infraestrutura e terraplenagem do terreno da Lavoura não permitiu, em alguns casos, uma visualização *in loco* das condições de implantação reais das edificações. Diferente de uma gleba recém-loteada, onde é possível ver de antemão o terreno real, para que então se possa pensar em uma ocupação adequada, o reassentamento seguiu por uma lógica diferente. A elaboração dos primeiros projetos residenciais, iniciados em setembro de 2018, aconteceu quase em paralelo à supressão vegetal da gleba, iniciada em agosto do mesmo ano e finalizada em dezembro. Dessa forma, os projetos individuais foram, em grande medida, elaborados a partir do projeto urbano enquanto virtualidade, o qual, durante boa parte do processo, não havia sido implantado em sua totalidade.

Essa situação apresentou dois principais problemas. Primeiramente, os ajustes no projeto urbano — decorrentes de sua materialização sobre o terreno “virgem” e que são comuns em obras de grande porte — criaram uma situação de constante readequação dos projetos residenciais. Os quais, em alguns casos, eram imaginados sobre bases desatualizadas e sem novos levantamentos topográficos dos lotes destinados às edificações. Essa consequência pode ser atribuída a uma disjunção das representações e seus tempos de produção no espaço. O segundo problema, e talvez o maior deles, diz respeito à leitura do lugar e à impossibilidade de atingidos terem acesso à experiência de visualizar o seu terreno *in loco*, sem o uso de uma interface digital⁹¹. Assim, ainda que os arquitetos tenham realizado um esforço para mostrar as condições do terreno a partir de representações no computador, o que se percebe, por meio dos relatos, é que a percepção oriunda desse tipo de comunicação foi insuficiente, especialmente por esbarrar em uma linguagem encriptada que reafirma uma hierarquia de poder sobre a informação. Ler o terreno em relação às ruas, às matas e à paisagem circundante, bem como poder estabelecer, a partir de

⁹¹ No caso de Paracatu de Baixo, a etapa inicial de elaboração de uma grande leva de projetos coincidiu com o período da pandemia de Covid-19, impondo às famílias atingidas um método integralmente virtual, com visitas a terrenos simulados por meio de fotos e maquetes eletrônicas (Passos, 2023).

um lugar sentido em função de códigos relacionados aos modos de vida que compõem os sujeitos, não é possível na virtualidade dos softwares de representação gráfica, como *Sketchup* e *Autocad*.

Uma das questões, no entanto, é que o próprio modelo atomizado proposto pela Fundação Renova tende a diluir o potencial criativo originado a partir de qualquer gesto que disperse a produção da paisagem para além do modelo previsto pela mineração. Diante disso, a desarticulação dos processos por trás do reassentamento dificulta a possibilidade de conquistas mais amplas, circunscrevendo a luta pela reparação do sentido de lugar, quando muito, a uma série de escaramuças. A analogia bélica não é por acaso, uma vez que a atuação em várias frentes é condição básica para que as famílias possam exercer seus direitos. Além de esgarçar o tecido social, a singularização desses espaços obriga os membros da comunidade a se desgastarem cada vez mais diante de contingentes sempre renovados de técnicos, assistentes sociais e advogados. Por isso, não eram raras as ocasiões, em que as famílias, desgastadas pelo processo geral da reparação, decidiam abrir mão de uma participação mais ativa nos processos relacionados aos projetos das casas.

Por mais contraditório que possa parecer, essa alienação do processo enquanto construção paisagística pode ser compreendida como a supressão de uma das partes da relação, o que Turri (2013) explica a partir da analogia espectador-ator, que diz respeito à posição em que agentes ocupam em relação às práticas de produção da paisagem. Ao garantir (quando muito) algum grau de envolvimento das populações nos processos individualizados de projeto, as mineradoras — sob a retórica da participação — impedem que a comunidade se distancie e passe a exercer um olhar crítico referente à produção do espaço em sua totalidade.

A delimitação de escolhas a partir de um universo atomizado, e orientado por lógicas muitas vezes atreladas ao consumo, esconde a falta de ferramentas destinadas às deliberações dos espaços comuns. Dessa forma, ao exercerem o poder incompleto de atores, as comunidades acabam afastadas da função de espectadoras de si mesmas e do poder criativo que esse gesto totalizante poderia ter na formação de uma outra paisagem, mais democrática e consensual. Assim, e contrariando uma lógica histórica de quintais abertos, cercas baixas e varandas, as edificações tendem a se internalizar por meio da miniaturização dos espaços verdes e de convívio social.

Essa lógica tende a replicar o que Tim Ingold (2015) chama de inversão dos processos de pensamento do lugar. Centrando a sua análise na universalidade

inerente ao movimento dos seres, o antropólogo defende uma noção de lugar que não é baseada na imobilidade da centralidade, a qual poderia ser tomada aqui pelo projeto do núcleo familiar e de suas relações com o mundo “externo”. Ao contrário, a paisagem, menos que uma constelação de unidades familiares representadas pela habitação fortificada, deveria ser pensada a partir de um “caldo”, um substrato. Este, ao invés de estar contido, conteria o entrelaçamento de vidas postas em movimento a partir do adensamento das linhas de vida deslocadas no tempo, semelhante à lógica de territorialização dos povos aborígenes, como vimos no capítulo anterior.

Entretanto, seria errado concluir que a distinção entre prédios e não prédios é absoluta. Onde se faz uma distinção absoluta, geralmente se baseia na separação entre mente e natureza de modo que se diz que a forma construída, em vez de ter sua origem da natureza, é a sobreposição da mente sobre ela. Contudo, da perspectiva do habitar, podemos ver que as formas dos edifícios, assim como de quaisquer outras características da paisagem, não são dadas no mundo nem colocadas sobre ele, mas emergem dos processos de autotransformação do próprio mundo (Ingold, 2021, p. 147).

6.8 Metodologia de projetos aplicada

A partir dos próximos parágrafos, procederemos ao relato de como era o desenvolvimento dos projetos das residências elaboradas pela equipe da J+T, mediante uma metodologia empregada tanto nos projetos de Bento Rodrigues quanto em Paracatu de Baixo. Alguns dos principais problemas envolvidos na condução do projeto urbano também podem ser observados no desenvolvimento dos projetos das casas. Em ambos os casos, as metodologias foram criadas de forma exógena e, embora incorporem algum grau de participação — caracterizado sobretudo pelo teor consultivo das propostas empregadas —, passam ao largo de uma discussão mais aprofundada sobre a possibilidade de implantação de tecnologias cartográficas que incentivem a participação popular continuada.

Apesar da aprovação do método adotado, orientado pela Diretriz nº 32, definida pela ACP e homologada em 06 de fevereiro de 2018, que institui a participação no desenvolvimento de metodologias como uma premissa, é possível dizer que o método de elaboração dos projetos das casas, em alguns casos, não foi capaz de dar respostas à complexidade dos terrenos (Anexo A). Isso, talvez, tenha se dado menos por um problema durante o processo de elaboração de projetos em si, que de fato envolvia a participação das famílias, e mais por uma questão anterior, que diz respeito

tanto às discussões prévias sobre a dimensão coletiva das moradias na constituição de uma paisagem quanto dos métodos de projeto associados à ocupação de áreas declivosas. A própria atomização do processo de produção dos projetos das residências em núcleos familiares, priorizada durante todo o processo, constitui um vício que escamoteia a dimensão coletiva do papel da moradia preexistente em Bento Rodrigues.

Assim, ao partir da experiência pessoal e tomar como exemplo concreto o caso de um dos projetos desenvolvidos em Bento para uma pequena família — composta por um casal e uma criança —, passaremos à descrição de parte das experiências que constituíram o projeto das moradias. O intuito da discussão realizada nas próximas páginas não é esgotar todas as nuances da atividade desempenhada em campo e sim fazer o registro a partir da experiência de uma posição bastante específica dentro do amplo escopo de trabalho dos arquitetos envolvidos com a reconstrução do reassentamento. A experiência de outras arquitetas e arquitetos podem, portanto, trazer elementos diferentes (inclusive contraditórios) aos colocados aqui.

O método de anteprojeto desenvolvido pela J+T, também chamado de projeto conceitual, era definido por cinco principais etapas: (1) o encontro geral, quando arquitetos e famílias se conheciam em um espaço organizado pela Fundação Renova; (2) o “lembrar”, que consistia em retomar, a partir de conversas, as lembranças de como eram as edificações antes da passagem do rejeito; (3) o “criar”, etapa em que se discutiam as dimensões mais importantes para a consolidação das ideias; (4) o “ajustar”, quando o projeto inicial era reapresentado às famílias de forma a incorporar alterações solicitadas durante os encontros; e, por último, (5) a etapa do “feirão”, momento em que as famílias atingidas, orientadas pelos arquitetos, visitavam um pequeno *showroom* montado pela Fundação Renova, onde eles escolhiam louças, metais e materiais de acabamento. Terminadas essas etapas, as famílias recebiam uma versão final do projeto conceitual para a aprovação. Desse momento em diante, os desenhos passavam à equipe responsável pela elaboração do projeto legal e, após a sua finalização, eram reapresentados novamente às famílias para uma segunda aprovação, antes de seguirem à análise da prefeitura para a obtenção do alvará de construção (Figura 56).

Figura 56 – Diagrama com as etapas de projeto das casas



Fonte: elaboração própria (2023).

A base do processo de projeto das edificações ficou estabelecida durante uma das reuniões do GT Interdisciplinar/Moradia, realizada no dia 05 de julho de 2018 no âmbito da ACP para a reparação do direito à moradia. Das principais deliberações definidas pela Diretriz nº 2, homologada no dia 28 de agosto de 2018, ficou decidido que as famílias atingidas, além de participar da elaboração do projeto das residências, teriam o direito de visitar o terreno antes do encaminhamento do projeto aos órgãos públicos de aprovação. Ficou acertado, ainda, que os membros da comunidade poderiam realizar o número de alterações que julgassem necessárias e que teriam o poder de escolha sobre o momento em que o projeto seria protocolado para análise.

6.8.1 Etapa 1 – encontro geral

Aos profissionais destacados para o desenvolvimento dos chamados projetos conceituais, que no pico dos trabalhos totalizavam 47 pessoas, eram designadas fichas que representavam os núcleos familiares que seriam reassentados, indicando assim com quais famílias o arquiteto estabeleceria contato (Parreiras, 2022). A forma como ocorria a escolha de qual projetista atenderia determinada família era pouco transparente e se dava em instâncias superiores de deliberação, sem que os trabalhadores pudessem opinar. É possível inferir, no entanto, que essa triagem acontecia pela compatibilização entre a combinação estratégica dos perfis das famílias atingidas e dos respectivos arquitetos e arquitetas.

A experiência pregressa aos processos de reparação, anteriores ao desenvolvimento do projeto das casas, pode ter servido de base para o desenvolvimento de estratégias de controle de demandas sociais também no âmbito dos projetos. Como aponta Guimarães (2018), a Samarco, dentro de um modelo de governança que inclui os chamados estudos de risco social corporativo, já possuía um levantamento do território de Bento Rodrigues, realizado entre 2013 e 2014 pela empresa de consultoria ambiental YKS⁹². O minucioso relatório, chamado de *Estudo de Alternativas Locacionais*, tinha como objetivo:

[...] analisar a viabilidade da implantação de uma nova estrutura de rejeitos, configurada pelo Sistema de Disposição de Rejeitos (SDR) denominado Mirandinha, com localização prevista para aproximadamente 1 quilômetro de distância do distrito de Bento Rodrigues (Guimarães, 2018, p. 124).

O próprio estudo indica que, alguns dos moradores de Bento, que à época não foram informados sobre os objetivos reais da pesquisa, já desconfiavam das intenções da Samarco, uma vez que a empresa possuía um histórico de conflitos com os habitantes (Viana, 2012). Conflitos esses ocorridos, principalmente, pelo controle do território por meio da compra de terrenos ao redor do povoado (Serra, 2018). Diante disso, a cada núcleo familiar, além da designação de um arquiteto(a), também era escolhido um(a) analista social⁹³, responsável por realizar a mediação das conversas durante o decorrer de todo o processo, com exceção da última etapa, onde a presença do analista só passou a ser permanente nos meses finais de 2019.

O primeiro contato entre famílias e arquitetos, chamado de encontro geral, acontecia em espaços organizados pela Fundação Renova na sede de Mariana. Nesse primeiro momento, representantes das famílias atingidas, acompanhados de membros da ATI, eram apresentados à metodologia desenvolvida para os projetos e tinham a oportunidade de conversar com as respectivas arquitetas e arquitetos com quem travariam contato a partir de então.

⁹² O ex-presidente e também sócio majoritário da YKS, Carlos Orsini, já administrou uma empresa do setor, a Scorpio Mineração, além de ser um dos conselheiros do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e representante da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). A qual, em 2022, depois de uma reunião de 18 horas marcada por intensos protestos de ambientalistas e membros da sociedade civil, deu um voto favorável à exploração da Serra do Curral pela Mineradora Tamisa (Gussen, 2022; Pimenta, 2022).

⁹³ Os analistas eram funcionários contratados pelas empresas H&P e Synergia, ambas terceirizadas da Renova que já haviam prestado serviços para a Samarco. A cada família era atribuído um profissional, responsável por acompanhar não só o processo dos projetos, como as demais questões do reassentamento.

6.8.2 Etapa 2 – lembrar

A segunda etapa, chamada de lembrar, consistia em elaborar uma espécie de levantamento das moradias atingidas a partir de duas bases de dados: o levantamento cadastral realizado pela ATI e a própria memória dos núcleos familiares por meio da reconstituição narrativa da edificação.

Pouco tempo após o rompimento, a Samarco Mineração S/A e a empresa Synergia Consultoria Socioambiental realizaram um levantamento para determinar a extensão dos danos nas comunidades atingidas. Desse primeiro estudo, realizado sem agentes e observadores externos, surgiu um documento chamado de Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados, o PLCI. A metodologia desenvolvida pelas empresas foi aplicada em Barra Longa, mas recusada pela população de Mariana, que naquele momento exigia que fosse feita uma análise mais aprofundada do documento por uma assessoria técnica independente. Nesse contexto, o GESTA (2016) elaborou um parecer esmiuçando o levantamento e consolidando uma série de críticas, tanto à metodologia empregada quanto ao formato do questionário utilizado para a medição dos danos perpetrados contra as populações.

Dentre as várias observações negativas feitas ao PLCI, podemos destacar: 1) sua orientação patrimonialista, que acaba ignorando aspectos intangíveis das populações afetadas⁹⁴; 2) a perspectiva urbano-industrial, com a qual o cadastro foi idealizado, que ignora a complexidade de arranjos sociais fora desses limites; 3) a forma dos questionários, muito extensos e elaborados em uma linguagem distante das comunidades atingidas; 4) a individualização dos procedimentos de levantamento e a falta de mecanismos que incorporassem dimensões coletivas dos danos sofridos; e 5) a tendência a perceber o rompimento e os processos por ele afetados como fatos pontuais, ao invés de compreender as dinâmicas sociais em toda sua complexidade sócio-histórica (GESTA, 2016).

⁹⁴ “Tal orientação patrimonialista resulta ainda em outro problema de fundo associado, a saber, a confusão conceitual entre “reparação” e “reconstrução”. Com efeito, a literatura sociológica, geográfica e antropológica sobre desastres acentua que os processos de recuperação não se confundem com as políticas de reparação, pois a reconstrução não se limita à restituição dos aspectos físicos e materiais afetados e tampouco à reposição de infraestrutura e renda” (Gesta, 2016, p. 9).

Em outubro de 2017, após pressão dos grupos atingidos e do MPMG, foram realizadas audiências com o objetivo de reformular o processo de cadastramento em Mariana. Esse momento deu início a uma nova metodologia, mais adequada aos anseios das famílias, que, desse momento em diante, puderam ter a autodeclaração reconhecida a partir de 4 eixos de atuação estabelecidos para a reparação, a saber: o formulário, a cartografia social, a vistoria e a tomada de termos (Cáritas Brasileira, 2021b). O recadastramento, iniciado em fevereiro de 2018, contou com a participação obrigatória de membros da ATI, além de funcionários ligados à própria Fundação Renova.

A nossa Matriz de Danos

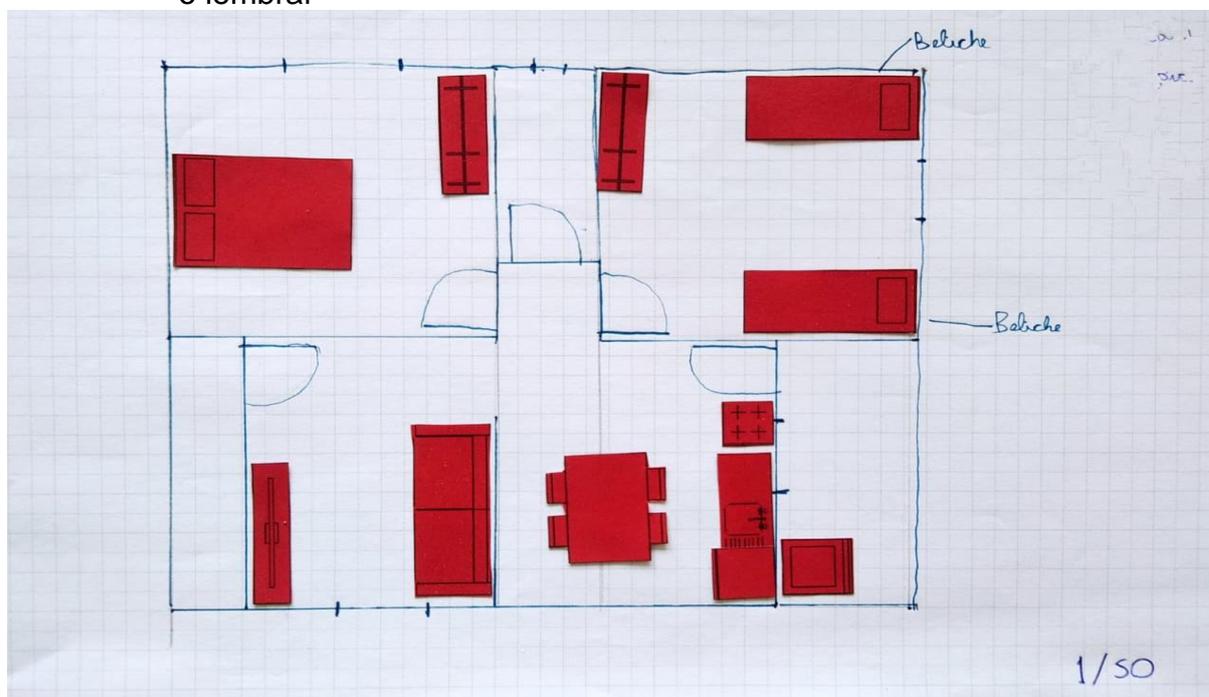
“Um pé de jabuticaba plantado pelo meu pai, pelos meus avós, um pé de jabuticaba que eu vi crescer, que, desde criança, eu brincava nele, A casa onde eu fui criado. Como é mensurado o valor da casa onde eu fui criado e, antes disso, que o meu pai nasceu e foi criado lá? Qual é o valor que tem uma casa dessa? Eu me aposentei e tinha sonhos para viver minha aposentadoria em Bento Rodrigues, viver o resto da minha vida ali naquelas terras. Esse sonho foi interrompido. Qual o valor que tem isso? Quando eu tinha 15 para 17 anos, lá em Bento, iam pessoas passear ou comprar frutas e viam aquilo tudo produzindo.

Naquela época, as pessoas já falavam para mim, para o meu pai, lá em casa: “nossa! Isso que vocês têm aqui não tem dinheiro que compra!” Não falavam só das benfeitorias, mas da vida que a gente vivia ali. As expectativas da construção da Matriz de Danos têm que ser positivas. Tem horas que bate aquele desânimo, mas precisamos pensar positivamente para que sejamos ressarcidos. Sabemos que não seremos indenizados adequadamente, porque o que perdemos são coisas que não “podemos calcular o valor, aquilo que nada paga, que é incalculável. Coisas que a gente nunca pensava em vender. Porém, temos que ter uma boa expectativa sim, para construir a Matriz e sermos reparados pelo menos de uma parte” (Muniz, 2016, p. 5).

É dentro desse contexto que arquitetas e arquitetos realizaram a segunda etapa do projeto conceitual. O trabalho, que consistia em uma entrevista, era realizado em um local escolhido pelos atingidos, normalmente ocorrendo nos domicílios temporários, que, até hoje (oito anos depois), ainda servem de moradia às famílias. A partir de um papel quadriculado como base, os arquitetos elaboravam um croqui das plantas das edificações que formavam as moradias atingidas. Para a elaboração desse desenho, eram utilizadas como suporte trenas e o próprio corpo, que servia de escala comparativa para o exercício. Da comparação feita entre o corpo e os elementos à disposição no momento da conversa, era possível estimar o tamanho médio dos cômodos da moradia de origem. Pequenos blocos de papel representando

os principais móveis como camas, bancadas e sofás também eram usados como referência para a construção do desenho baseado na moradia destruída pelo rejeito (Figura 57).

Figura 57 – Exemplo de aplicação da metodologia para elaboração de planta durante o lembrar



Fonte: elaboração própria (2023).

Essas práticas, realizadas tanto por meio do desenho em planta quanto da retomada de consciência do corpo inserido no espaço, ajudavam as famílias a criar uma imagem mental sobre os lugares mediante às discussões sobre o leiaute e as suas relações de uso no cotidiano. Esse processo, embora nem sempre com a mesma eficácia, além de possibilitar um primeiro contato entre arquitetos e famílias em torno do projeto, também permitia uma reprodução relativamente precisa das dimensões totais das edificações, quando comparadas às bases levantadas pela assessoria.

A partir da rememoração dos bens imóveis atingidos, era possível corrigir algumas deficiências dos levantamentos realizados *in loco*, que compunham a base cadastral elaborada pela ATI. Uma vez que, geralmente, alguns dos elementos das edificações originais não eram considerados pelo levantamento realizado em meio às ruínas. Espaços onde as áreas eram cobertas, mas não possuíam fechamentos laterais, como varandas e alpendres, eram eventualmente desconsiderados. Com isso, as ausências observadas a respeito da área total das moradias eram

incorporadas ao novo levantamento por meio da adição desses elementos aos croquis realizados durante o lembrar, atualizando assim a base para o cálculo da área a ser restituída dentro do processo de reparação.

Essas diferenças, quando ocorriam, se davam geralmente em função da impossibilidade de verificar a existência dessas estruturas no terreno de origem. Visto que, por possuírem uma constituição menos resistente que o corpo principal da edificação, geralmente executada em alvenaria, parte das varandas foram completamente varridas pela passagem do rejeito. Dito de outra forma, embora os dados obtidos pela ATI fossem utilizados como base para a determinação da área das residências atingidas, eventualmente, se recorria à autodeclaração complementar elaborada durante o lembrar, quando se verificava, por exemplo, que o valor obtido durante esta etapa se mostrava superior àquele verificado pela assessoria durante a visita ao terreno atingido.

O segundo objetivo do lembrar se referia ao próprio ato da rememoração como uma ferramenta de subsidio para o projeto. A partir de uma entrevista semiestruturada, definida por cada arquiteto de acordo com a família e os dados obtidos pela ficha cadastral, buscava-se compreender quais eram as características da antiga moradia e em que medida elas atendiam aos anseios das famílias. Não só informações objetivas — como o número de cômodos, materiais e soluções construtivas — eram relembradas, mas procurava-se também trazer à tona, a partir das narrações, as formas de habitar o espaço, as relações entre as áreas internas/externas e/ou qualquer outra informação que pudesse de alguma forma ser traduzida pelo desenho.

No caso específico do projeto que analisaremos mais detidamente adiante, a etapa do lembrar foi bastante reduzida. A edificação de origem, por estar em construção no momento do rompimento, não se configurava como um espaço habitado, não possuindo, portanto, a complexidade das demais moradias arrastadas pelo rejeito. Nesse caso, a garantia do direito à restituição da moradia foi acordada pelo item 2.1, da ACP, homologada em 12 de julho de 2018, onde se diz que:

[...] as rés, por meio da Fundação Renova, deverão entregar uma moradia aos proprietários (atingidos e atingidas) dos lotes não edificados que possuíam indícios concretos de início de obra no terreno, considerando as informações do processo de cadastramento (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 50).

Assim, tomou-se como base o levantamento feito *in loco*, enquanto as memórias de uso do espaço foram narradas de acordo com as experiências que cada membro do casal havia tido até então nas casas de pais, amigos e parentes. A duração dessa etapa, assim como todas as demais, variava de acordo com cada família e o nível de confiança e diálogo que era estabelecido durante as conversas. Em alguns casos, se não fosse do interesse dos moradores, por motivos de dor/pesar ou até mesmo desinteresse, eliminava-se a etapa do lembrar, passando-se à etapa seguinte: o criar.

6.8.3 Etapa 3 – criar

Na sequência, e muitas vezes ao longo do mesmo dia em que era realizada a etapa número 2, iniciava-se a terceira parte do projeto: o criar. Antes de proceder ao processo de elaboração das estratégias projetuais propriamente ditas, se fazia necessário delinear a área construída total, referente ao direito de cada família dentro das definições estabelecidas pela ACP.

A definição da área total de direito destinada à reconstrução da moradia de cada núcleo familiar era composta pela soma da metragem da residência de origem, obtida pela base cadastral, e dos 20 m² definidos como título de compensação pela ACP n° 17, de março de 2018⁹⁵. Para além dessa base, outros dois fatores eram, eventualmente, acionados para compor o cálculo da área total: a chamada “alteração de dinâmica familiar” e a “adequação em função da habitabilidade”, ambas também respaldadas por diretrizes da ACP (Quadro 6).

Quadro 6 – Parâmetros para definição da área das edificações

Parâmetros para definição da área a ser construída	
Diretriz ACP n° 01 (fevereiro de 2018)	Garante que autodeclaração sobre os imóveis de origem deverá ser garantida como informação válida e fonte principal para a elaboração dos projetos de moradia.

⁹⁵ A diretriz n° 37, homologada em 06 de fevereiro de 2018, determina uma área mínima de 75 m² para as novas residências (Anexo A).

Diretriz ACP n° 34 (fevereiro de 2018)	Deverão atender a configuração atual do núcleo familiar, podendo sofrer aumento de áreas quando, por exemplo, do nascimento de um novo membro da família.
Diretriz ACP n° 38 (fevereiro de 2018)	Deverá haver adequação e acréscimo de área para o atendimento de condições mínimas de habitabilidade em moradias dignas.
Diretriz ACP n° 17 (março de 2018)	Em todas as modalidades de restituição ao direito de moradia, ficou definido o acréscimo de 20 m ² , a ser utilizado na edificação principal, de acordo com as preferências das famílias.

Fonte: elaboração própria, a partir de Cáritas Brasileira (2022a).⁹⁶

No geral, o primeiro dos dois instrumentos era utilizado quando havia alguma alteração na composição familiar, como no caso do nascimento de uma criança durante o período considerado para alteração do projeto. Diante disso, e para além da área já descrita, a família possuía o direito ao acréscimo de 9 m², que deveria ser utilizado necessariamente na construção de um novo quarto. O segundo parâmetro, de utilização menos clara e geralmente associado às famílias mais numerosas, era acionado quando se verificava a incompatibilidade entre o número e tamanho de cômodos e a quantidade de membros dos núcleos familiares. O aumento de área servia, então, para que fossem garantidas as qualidades de habitabilidade do imóvel por meio de soluções que pudessem preservar a privacidade e a qualidade de vida de todos os membros da família (Fundação Getúlio Vargas, 2019). Importante destacar que, em função da complexidade dos arranjos sociais envolvidos nas formas de se habitar o espaço, o cadastro era, em alguns casos, uma fonte insuficiente para a determinação deste último critério levantado.

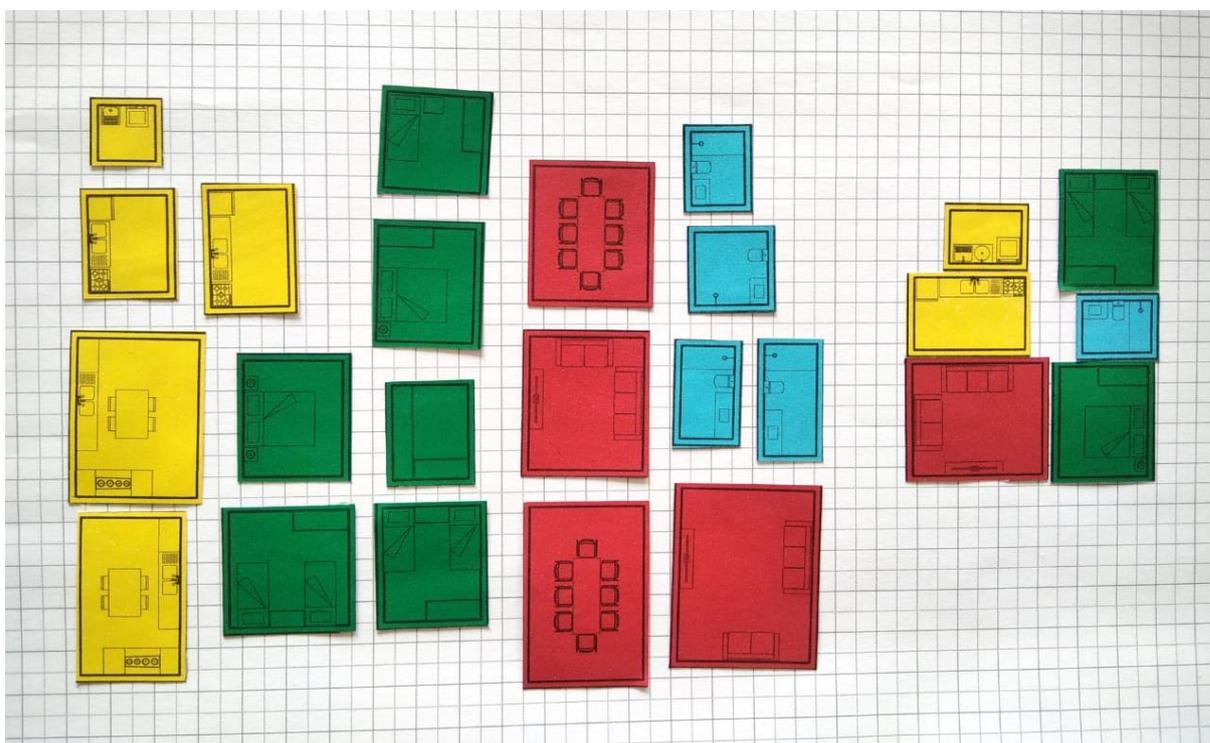
Se partimos das experiências e processos locais, é possível observar que alguns membros do grupo podem alternar períodos de residência na sede urbana e nas áreas rurais, o que ocorre em função das demandas e conjunturas porque passam o grupo, a exemplo da necessidade de formação escolar dos jovens, acesso aos serviços de saúde de modo temporário ou de caráter mais frequente e regular para os idosos. Estão ainda excluídos casos em que a família efetivamente tem sua rotina gerida e dividida entre esses dois espaços e domínios que estão articulados (Gesta, 2016, p. 37-38).

Definidas as áreas de direito, as famílias eram informadas sobre o cálculo acima descrito e sobre o que isso representava em termos de capacidade de

⁹⁶ Para mais informações, ver Anexo B.

programa. Dito de outra forma, a partir do valor total, fazia-se uma previsão inicial da quantidade de cômodos baseada na discussão sobre os valores médios gastos por áreas como quartos, banheiros, cozinhas, garagens cobertas, etc. Essa explicação era mais uma vez reforçada com o auxílio de medidas familiares e de pequenos blocos de papel para a representação dos cômodos mais comuns. Esses mesmos blocos — separados por cores de acordo com os usos de cozinha/área de serviço, quartos, áreas sociais e instalações sanitárias — também serviam como forma de iniciar as discussões sobre a moradia, geralmente baseadas na organização dos cômodos de acordo com a preferência de cada família (Figura 58).

Figura 58 – Blocos para definição do programa e da organização entre os cômodos



Fonte: elaboração própria (2023).

O grau de participação durante a elaboração desse exercício inicial, onde se experimentavam a disposição dos ambientes, variava de caso a caso. Os moradores de Bento eram incentivados a se apropriarem livremente dos blocos para pensar em soluções que fossem mais adequadas à sua própria rotina. Contudo, em alguns casos, os arquitetos interviam sugerindo possibilidades baseadas sobretudo na antiga residência, tomando o cuidado para adaptar às sugestões aos novos parâmetros ambientais encontrados no terreno do reassentamento. Em paralelo às experimentações de implantação e setorização, e com o auxílio de mapas e

representações virtuais, buscava-se esclarecer as condicionantes dos lotes, como topografia, relações de vizinhança, insolação e relações de visadas.

Embora grande parte dos moradores tendesse a optar por soluções baseadas em um único nível, justamente por serem essas as configurações com as quais estavam acostumados em suas moradias de origem, é possível dizer que as ferramentas de projeto utilizadas para facilitar o diálogo entre arquitetos e atingidos não conseguiam promover uma abertura para outras possibilidades que não fossem aquelas de implantações baseadas em um único platô. Os blocos para definição da setorização e as plantas elaboradas durante as primeiras etapas do projeto conceitual, embora fossem úteis para a determinação participativa de alguns modelos de setorização, acabavam enfraquecendo a discussão sobre outras possibilidades de tipologias arquitetônicas, mais notadamente aquelas relacionadas ao uso e ocupação de encostas.

Como salientamos em momento anterior, parte dos projetos foram desenvolvidos sem que os atingidos pudessem ter uma completa noção sobre as formas de cada lote, uma vez que o processo de elaboração dos desenhos não coincidiu exatamente com o término das obras de terraplenagem. A insuficiência dos modelos virtuais de representação em servir como forma de apreensão da totalidade que compõe a moradia torna-se evidente quando as famílias, apesar de terem tido contato com as representações realizadas no computador, se surpreendem negativamente quando verificam *in loco* a real condição morfológica de seus terrenos.

Apesar disso, os objetivos das conversas ao longo do criar eram tornar o terreno inteligível, definir diretrizes de ocupação do lote, estabelecer junto às famílias atingidas o programa básico de necessidades e pensar a respeito dos aspectos mais relevantes para cada uma delas. Durante essa etapa, buscava-se alcançar o entendimento sobre algumas estratégias construtivas mais relevantes no que confere ao uso prático e simbólico das residências. A adoção de telhados cerâmicos aparentes ou telhados embutidos, as cores imaginadas para a moradia e a proporção de aberturas entre os ambientes internos e externos eram algumas das questões que poderiam ser conversadas ao longo dos encontros. Com a ajuda de imagens mostradas pelos arquitetos e, muitas vezes, por meio de referências trazidas pelas próprias famílias, tentava-se chegar a uma ideia prévia sobre qual aparência e quais os sentidos que a moradia deveria comunicar.

De posse dessas informações, registradas em ata, os arquitetos seguiam ao desenvolvimento dos desenhos técnicos do projeto conceitual em sua primeira versão, que consistia basicamente em um conjunto de plantas e perspectivas realizadas em softwares de modelagem em três dimensões. Antes que o projeto fosse apresentado à família, ele era revisado por uma equipe da Renova. Inicialmente, esse trabalho de revisão e adequação era realizado internamente dentro da coordenação da própria J+T. Contudo, em determinado momento, a Fundação passou a exercer esse controle de forma mais direta, solicitando alterações quando julgava conveniente.

A revisão não possuía apenas um caráter técnico, apesar de também o ser. Uma vez que, além de garantir que os projetos inicialmente apresentados às famílias estivessem de acordo com a legislação urbanística de Mariana e fossem tecnicamente viáveis e adequados do ponto de vista construtivo, essa etapa também possuía como objetivo eliminar aquilo que, no entendimento da Renova, pudesse complexificar tanto a obra quanto a gestão dos processos anteriores a essa etapa. Embora questões como ornamentação e soluções fora do padrão não estivessem dentro de um regime de regulamentação, havia um acordo tácito para que fossem evitadas soluções artesanais ou fora daquelas adotadas pela prática cotidiana padronizada.

6.8.4 Etapa 4 – ajustar

A partir da primeira entrega do projeto conceitual — que consistia na apresentação de plantas, perspectivas e, eventualmente, da manipulação em tempo real do modelo tridimensional —, as famílias demonstravam a sua opinião sobre as soluções adotadas. Em um primeiro momento, como forma de não induzir a escolha de certos materiais em detrimento de outros, optou-se pela apresentação de perspectivas sem a aplicação de texturas. As representações virtuais eram mostradas então de uma forma “neutra”, sem elementos de humanização, cores e materiais que pudessem apontar para uma tentativa de convencimento pela exuberância da forma.

Embora a crítica sobre a capacidade das representações arquitetônicas serem capazes de impor a visão do arquiteto em detrimento dos outros agentes seja válida, o que se verificou na prática, no entanto, é que esse tipo de estratégia de representação, justamente por prescindir de elementos que remetesse à materialidade do objeto edificado, tornou a mensagem veiculada pelo projeto ainda mais encriptada do que de costume. Nesse caso, as perspectivas se colocaram em

um nível tão ou mais abstrato que o da linguagem técnica de cortes e plantas, reproduzindo assim um modelo de linguagem pouco familiar à maior parte das famílias.

Diante desse problema de tradução das formas espaciais, optou-se por uma solução intermediária, com a aplicação de texturas em nível preliminar e sem o comprometimento com um ou outro tipo específico de cor e acabamento, que seriam escolhidos apenas durante a última etapa, o feirão. É importante pontuar também que uma parte significativa da população se mostrou familiarizada com a linguagem da construção civil, expressa em plantas e termos relacionados ao universo de obras. Isso provavelmente se deve ao fato de que o subdistrito de Bento atingido foi erguido e mantido fundamentalmente a partir de práticas baseadas na autoconstrução, fazendo com que parte dos moradores, em sua maioria aqueles do sexo masculino, tivessem um conhecimento sobre o universo ali discutido. Em um caso específico, um dos membros da família, preocupado corretamente com a incidência de ventos ascendentes, solicitou uma alteração no telhado que dificultaria o destelhamento em caso de tempestades e vendavais.

A etapa do ajustar não diferia muito das revisões tradicionais que se estabelecem na relação arquiteto-cliente. Com a diferença, é claro, de que não havia um número máximo de revisões, como é o caso das relações de mercado regidas por contrato. A partir da primeira apresentação do projeto e das observações feitas pela família, uma nova apresentação era marcada e assim se sucedia até que a solução estivesse a contento e de acordo com as necessidades dos moradores.

Após o cálculo sobre a área total descrita acima, a família optou por uma moradia composta por copa, sala de estar, um lavabo, um banheiro, cozinha, área de serviço, área externa com fogão de lenha e três quartos, sendo um deles uma suíte. No povoado de origem, a casa atingida ocupava o mesmo terreno dos membros mais velhos da família. Diante disso, os moradores tiveram direito — de acordo com Diretriz nº 08 da ACP — a um lote com no mínimo 250 m². Como o terreno, localizado em uma esquina, possuía uma geometria incomum e dimensões menores que as usuais, a casa foi idealizada em 2 pavimentos, liberando assim parte do espaço como forma de garantir uma área mínima onde se pudesse ter um quintal e um lugar adequado à criação de cães (Anexo A). Essa escolha também permitiu que o segundo pavimento ficasse acima do nível da única casa localizada diante do lote da família, garantindo uma vista desimpedida a partir dos quartos.

Um cuidado tomado em acordo com os moradores foi para que a casa, apesar dos dois pavimentos, mantivesse uma escala reduzida e mais ajustada em relação ao sítio. A estratégia foi aproveitar a caída do terreno para propor uma implantação encaixada no desnível, de modo que a moradia tivesse, a partir da parte alta da rua, a aparência de um único pavimento. Para adequar o uso pretendido às curvas de nível existentes, que caíam cerca de 3,5 m de uma ponta à outra no sentido oeste-leste, foi projetado um arrimo de 1,5 m que, além de proporcionar uma implantação escalonada, também ajudava a reduzir a altura percebida da edificação.

Cabe ressaltar que as escolhas que envolviam a aparência da casa, como já comentamos, variavam de acordo com os objetivos, referenciais e, principalmente, com o desejo de cada morador. No caso do projeto em questão, a família, cujos membros eram bastante jovens à época do projeto, optou por uma edificação com linhas retas, mais próximas a algumas das edificações espalhadas pelos bairros novos na sede de Mariana. Ao tradicional telhado cerâmico de duas ou quatro águas, amplamente difundido no povoado de origem, optou-se por uma solução construtiva mais próxima àquela adotada nas edificações urbanas. O uso do telhado embutido estava alinhado com as referências trazidas pela família que serviram de base para a elaboração do projeto.

A criação de uma faixa de janelas voltadas para o sul e reforçadas pelo prolongamento de vergas e peitoris em concreto também teve como objetivo a redução da escala, com a marcação de uma horizontalidade propiciada pela opção da família em adotar uma solução de moradia com telhado embutido e platibanda. Essa solução em peças projetadas em 20 cm, além de cumprir a função estrutural inerente a esses elementos, foi proposta como forma de proteger parte da fachada (sem beiral) contra as chuvas. Através dessas linhas horizontais na fachada, transformadas em ornamentos simples, foi possível não só de reduzir a escala do edifício, como também gerar um suporte que servisse de apoio às possíveis jardineiras.

Figura 61 – Exemplo de projeto conceitual, perspectivas



Fonte: adaptada pelo autor (2023).⁹⁹

6.8.5 Etapa 5 – feirão

Após a conclusão dos desenhos, o(a) arquiteto(a) e a família se encontravam para definir os acabamentos da casa. A escolha das cores da pintura, cerâmicas, modelo de telhas, esquadrias, louças e metais acontecia em um pequeno *showroom* montado pela Fundação, na Rua Bom Jesus, próximo à prefeitura do município de Mariana. Com o projeto, catálogos e amostras em mãos, as famílias procediam às escolhas com o auxílio dos profissionais que tiravam dúvidas de acordo com as demandas de cada morador e com a relação de confiança estabelecida entre as partes até aquele momento. No caso da família tomada aqui como exemplo, a etapa do feirão se deu sem maiores problemas. Pelo fato de a residência antiga ter sido atingida durante a etapa de construção, antes da etapa de execução dos acabamentos, não havia uma referência anterior e vínculos tão fortes em relação a uma ou outra solução específica de acabamento.

⁹⁹ Planta idealizada pela Fundação Renova e cedida ao autor pela família atingida.

A duração desses encontros variava de acordo com a complexidade do projeto e a objetividade das famílias em definir os acabamentos. Apesar do cansaço, vários núcleos familiares preferiam realizar as escolhas em um único dia, principalmente devido à falta de disponibilidade e à dificuldade de acesso ao espaço. Alguns processos, no entanto, se prolongavam por dois ou três dias. Somente a partir dessas escolhas, o projeto conceitual — composto por plantas, cortes, implantação e perspectivas — era finalizado e entregue aos moradores, em conjunto com uma tabela de acabamentos baseadas nas escolhas feitas durante o “feirão”. Como os arquitetos, ao fim e ao cabo, não ficaram responsáveis por fiscalizar a execução dos projetos, a tabela servia como um documento por onde os próprios atingidos podiam exercer algum controle sobre o andamento dos trabalhos no canteiro. Da aprovação do projeto conceitual em diante, procedia-se a elaboração do projeto legal, que era enviado às famílias para a análise e, só então, protocolados na prefeitura de Mariana para exame e obtenção de alvará.

6.9 O projeto, um problema de padronização?

O problema central do modelo atomizado levado a cabo pela Renova não é necessariamente uma questão de padronização da forma final e sim a padronização dos processos constitutivos por trás das múltiplas dimensões que atribuem sentido aos elementos que dão forma à paisagem. Uma residência, uma praça, uma esquina, um bar e até mesmo uma árvore na calçada possuem aspectos diversos e interfaces que vão muito além de seu caráter isolado. Assim, tanto o projeto urbano quanto os projetos arquitetônicos são ferramentas de imaginação insuficientes e não conseguem estabelecer contexto e articulações capazes de potencializar a porosidade entre o universo privado suscitado pelo desenho das residências e as demais esferas do espaço público e/ou comum.

A falta de articulação entre práticas continuadas que buscam entender a profundidade dos danos imateriais, como a cartografia social, e o projeto impede que se vislumbre um modelo de participação que de fato possa contemplar a multiplicidade das demandas dos atingidos. O arquiteto, que durante todo o processo de projeto se vê isolado em conversas individualizadas com as famílias, acaba ocupando, por força da prática, a tradicional posição de projetista de habitações, tal qual acontece no mercado tradicional. Assim, a falta de diálogo entre o projeto da edificação e as demais

dimensões do habitar não permite que sejam formadas as ferramentas adequadas para lidar com a multiplicidade das demandas socioespaciais levantadas pelos grupos atingidos.

Como já aludimos ao fato de as demandas coletivas terem sido subestimadas em detrimento dos processos focados na individualização das formas de produzir o espaço, cabe ressaltar também os limites do que se entende como individualização. A indisposição da Fundação em oferecer soluções artesanais, até mesmo para elementos culturalmente centrais para as comunidades, como os fogões de lenha, levanta uma outra questão. Qual o papel do ornamento em um reassentamento como o de Bento Rodrigues? Se, por um lado, há um processo evidente de produção quase industrial não só de projetos, mas sobretudo de construções, por outro, existe a falácia do respeito aos modos de vida, que não raro se faz valer das imagens suscitadas pela cultura material artesanal caipira.

Como forma de preservar uma espécie de teto sobre as escolhas individuais das famílias, a Fundação Renova recorria com alguma frequência à ideia de isonomia. Ou seja, apesar de ser possível imaginar um cenário onde existam conflitos internos entre os membros da comunidade — originados pela diferença de tratamento dado a algumas pessoas em oposição a outras —, a ideia de isonomia parece ter sido mobilizada pela Fundação Renova mais com o intuito de garantir a padronização de seus processos, de forma que lhe fosse mais conveniente, do que como uma maneira de responder a uma demanda por tratamento igualitário entre as famílias. A queda de braço em torno de pedidos individualizados e fora dos mostruários oferecidos pelo feirão não raramente esbarrava neste termo, o qual aparece uma única vez nas diretrizes definidas pela ACP. Vale destacar que, no documento, ele não se configura como um instrumento voltado para “igualar” o atendimento as famílias, mas como uma maneira de garantir a igualdade no tratamento entre as distintas modalidades de reassentamento¹⁰⁰.

É importante frisar que a falta de abertura a um processo mais profundo de participação e a resistência em adotar soluções decorativas e pormenorizadas não se sustenta pelo argumento da eficiência comumente associado ao corte de custos, comum no setor da construção civil. De acordo com a Fundação Renova (2023b), em informações divulgadas em seu website, o orçamento realizado até o momento

¹⁰⁰ Ver diretriz n° 03, presente na ACP de 06 de fevereiro de 2018 (Anexo A).

(outubro de 2023) para o reassentamento de Bento Rodrigues é de R\$ 2.090.143.834,88. Deste montante, cerca de R\$ 848 milhões foram destinados à construção das novas moradias, que, após uma série de desistências, resultaram em apenas 162 unidades (Parreiras, 2022). Estas cifras indicam o assombroso valor de mais de R\$ 5.234.000,00 por residência. Se considerarmos o montante empenhado em infraestrutura urbana e equipamentos públicos, alcançamos a incrível razão de R\$ 12.902.122,44 por unidade habitacional. Quantia ainda mais impressionante se levarmos em conta que uma parte considerável das casas não possui um tamanho superior ao mínimo de 95 m², definido pelo conjunto das diretrizes de nº 37, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 17, de 27 de março de 2018 (Cáritas Brasileira, 2022a).

O segundo argumento mobilizado para justificar não só a padronização de elementos, como o fogão de lenha, mas também a falta de debates aprofundados sobre os espaços coletivos, é a morosidade supostamente implicada nesses processos. Sob a justificativa razoável de que estender as deliberações de forma indefinida poderia gerar um prolongamento do sofrimento da espera, a Fundação encontra um alibi para justificar o atropelo adotado em etapas cruciais ao andamento do reassentamento. Essa justificativa, no entanto, perde força quando se constata o óbvio: apesar da velocidade empregada na escolha do terreno da Lavoura e de outras atividades importantes, como as oficinas para a compreensão do terreno, o reassentamento já se prolonga por 8 longos anos. Os constantes atrasos provocados pelo gerenciamento da Fundação Renova, documentados de forma detalhada pela ATI, deixam claro que os principais responsáveis pela demora do reassentamento não foram as solicitações e demandas dos grupos de atingidos (Cáritas Brasileira, 2021b). Portanto, aludir à eficiência tanto em termos de custo quanto em termos de tempo para justificar a intransigência da Fundação diante de demandas menos tangíveis, ou até mesmo particulares, não se sustenta perante os fatos que sedimentaram a história do reassentamento de Bento Rodrigues.

Aqui, vale lembrar que, por mais que acusações baseadas em senso comum, muitas vezes vindas de pessoas insatisfeitas com a paralisação das atividades da Samarco, fale do reassentamento como um lugar de mansões e casas de luxo, a verdade é que a maior parte das novas moradias possui tamanhos compatíveis com as habitações localizadas entre as faixas de renda das classes B e C¹⁰¹. Parte do

¹⁰¹ Um estudo, realizado pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), indica que os brasileiros localizados no

“inchaço” que faz com que as edificações possuam uma escala maior do que aquela que apresentavam no povoado de origem decorre, como vimos, da incorporação de uma série de novas práticas e disposições antes inexistentes.

Além da institucionalização da paisagem já discutida, muitas moradias passam a ser pensadas como habitações em dois pavimentos, como forma de compensar a falta de terreno livre para pequenos plantios e uso, como o quintal. O boato de que os atingidos estariam se “aproveitando” da Renova ao construir moradias nababescas faz parte do preconceito de classe, presente no senso comum e empregado pelo mercado fundiário, o qual naturaliza a falta como forma adequada de vida a uma pobreza vista como heroica. Isso ocorre, por exemplo, quando aos pobres é atribuído uma resiliência “natural” diante da precariedade; ou seja, por estarem mais calejados diante dos sofrimentos impostos pela “vida”, eles seriam mais propensos a ocupar espaços de pior qualidade.

Se, por um lado, esse estereótipo do homem nobre e sofredor é acionado de tempos em tempos, também o é aquele que, por outro lado, busca a deslegitimação a partir da imagem do aproveitador (ou aproveitadora, para marcar o caráter machista na origem deste discurso). Não faltam exemplos como o da *welfare queen*¹⁰², nos Estados Unidos da Era Reagan, ou o da fantasmagórica imagem que há décadas embala o imaginário da direita brasileira, o qual enxerga as mães beneficiárias do Bolsa Família como eternas parasitas dos programas sociais articulados pelo Estado brasileiro.

Contudo, mesmo que tomássemos, isoladamente, o aumento de área construída como parâmetro, não seria possível utilizá-lo como indicativo de uma suposta ascensão social. Visto que, esse fator não determina por si só o valor do imóvel e nem serve como garantia de melhoria nas condições materiais de uma família, que agora estarão incluídas em um outro contexto de reprodução social, que nada tem a ver com o tamanho da casa. Vale lembrar que, aliado a um possível ganho de renda imobiliária proveniente da valorização fundiária do reassentamento, subirão

segundo nível de renda possuem, em geral, condições de financiar casas com metragens médias de 86,8 m² (ABRAINC; FIPE, 2021).

¹⁰² “Rainha do bem-estar social”, em tradução livre. Durante a década de 1980, o presidente Reagan cunhou a imagem racista de que mulheres pobres e negras estariam dispostas a não trabalhar em troca de uma vida de “luxo” proporcionada pelo sistema de seguridade social. O discurso tinha como objetivo facilitar a adoção de medidas de austeridade.

também os custos relacionados à manutenção das residências e à fixação dessas famílias no território.

Famílias que, sem a garantia de abastecimento de água nas condições necessárias e/ou de áreas livres adequadas ao manejo da terra para as suas culturas de subsistência, passarão a comprometer a maior parte de sua renda em busca de alimentos no comércio. Realidade, aliás, sentida por todos atingidos ao longo da bacia do rio Doce, que passaram a ter a sua vida econômica desestruturada tanto em função do rompimento quanto dos impactos causados pelo processo de reparação. Ademais, é importante compreender que o aumento de 20 m² não é um bônus ou uma dádiva cedida pela Fundação. Este valor, como já foi dito, decorre da homologação de uma diretriz de compensação e justiça, que sequer arranha a superfície do universo daquilo que foi levado pelo rejeito.

Alimentação também preocupa. Hoje, se alguém quiser comprar peixe, tem que comprar mais caro, porque os peixes do rio estão contaminados. E, para ir pescar em outros lugares, também é preciso gastar gasolina. E, além disso, os preços das coisas só vão aumentando. Vai vindo esse pessoal de fora para trabalhar e os comerciantes querem fazer mais lucro (Carmo *et al.*, 2019, p. 15).

Outra questão associada a esse “ganho” em área, é que ele não é de fato um ganho líquido de espaço. A necessidade de padronização construtiva impôs aos projetos um sistema baseado no desenho de alvenarias com 20 cm de espessura ao invés dos 15 cm utilizados normalmente em projetos residenciais. Essa pequena diferença permite a eliminação de “dentes” e possibilita o alinhamento entre paredes e pilares pensados a partir de seções de 20x20 cm, mas acaba reduzindo parte da área útil total da casa. Portanto, a área interna dos cômodos, conhecida também como área de vassoura, acaba ficando reduzida em uma proporção equivalente à quantidade de alvenarias construídas. Assim, a cada 20 metros lineares de paredes são consumidos 1 m² de área útil. Então, e a título de exemplo, uma casa comum com aproximadamente 95 m², disposta em um volume de base retangular de 8x12 m com cerca de 70 m lineares de alvenaria, terá aproximadamente 3,5 m² a menos de área útil à sua disposição do que uma casa de mesma metragem construída com alvenarias de 15 cm.

6.10 E, por fim, a paisagem construída em sua multiplicidade

Se, durante o trabalho aqui apresentado, tentamos definir parte das forças que informam a produção do reassentamento de Bento Rodrigues, terminamos indicando algumas das múltiplas dimensões materializadas e observadas por trás da concretização da paisagem do novo povoado. Do projeto e das práticas de produção do espaço em Bento, surge uma paisagem ao mesmo tempo múltipla e única, um resultado de síntese entre sentidos de se estar no mundo, tão variados quanto contraditórios. Com isso, também temos o desejo, o medo e a tentativa de reaver parte da cidadania violada pelo rompimento.

Em primeiro lugar, convém abordar a dimensão do desejo. É importante sublinhar essa dimensão formadora da paisagem, porque ela contém em si uma espécie de tabu. Diante do constante assédio sofrido no cotidiano, e na condição de se verem a todo momento tendo que negociar aspectos básicos de sua existência, não é incomum ver pessoas atingidas se autocensurando por meio da internalização de um profundo sentimento de culpa em relação aos problemas do processo de reparação. No caso das habitações, é como se fosse possível apartar as duas dimensões da produção de moradia. Assim, de um lado temos uma máquina relacionada às práticas do habitar, e do outro, o desejo, a vontade de querer ir além e de ter algo mais novo, espaçoso e, a depender do sistema de valores, melhor e mais bonito.

Sob o olhar atento e muitas vezes recriminador de uma parte da população, que vê nas práticas dos grupos atingidos uma suposta tentativa de conseguir vantagens ilícitas, os moradores de Bento muitas vezes se veem na difícil posição de terem de justificar seus gostos e vontades, como se o ato de desejar pudesse, por si só, constituir um ato censurável. Acontece que, ao contrário do que uma visão moralizadora sobre o assunto poderia indicar, o desejo é tão constituinte do habitar quanto a necessidade. Ele não é dado apenas pela falta, pois o desejo também é produção. Diante disso, a imaginação que decorre dessa vontade se transfigura em uma paisagem que materializa uma série de disposições, as quais, por mais inseridas que estejam em um sistema de ordem socialmente construído, são menos acessíveis a partir de um olhar totalizante.

A importância simbólica de certos elementos que denotam alguma distinção social e a incorporação de novos valores materiais, não possibilitados pela constrição

das práticas de autoconstrução, são o resultado do desejo gestado em uma sociedade repleta de contradições. No âmbito da cultura, a recriminação desse tipo de desejo, que em sua contraparte atua de forma a idealizar noções românticas pré-industriais, é a manifestação da preocupação excessiva e idealizada com a pureza de categorias como o gosto e a autenticidade. Marshall Sahlins (1997) chama essa forma irredutível de ver as coisas de pessimismo sentimental.

Segundo o antropólogo, embora a ideologia do capital e do consumo seja capaz de massificar e desestruturar os complexos culturais que a precedem, ela não consegue obliterar por completo as bases locais por onde o seu poder se derramam. De forma um pouco mais complexa e matizada, é importante compreender que as formas culturais homogeneizantes do mercado encontram no território meios de resistência capazes de operar um complexo processo de transculturação, mesmo nos casos em que os traços locais se encontram em condição de subalternidade (Sahlins, 1997). Sendo assim, é muito provável que, apesar de adentrarmos um campo especulativo, esse seja o caso de Bento Rodrigues. Um dos resultados positivos das muitas formas de auto-organização, originadas pelo fato da população ter se tornado atingida, está justamente em estabelecer com clareza, e a partir de uma coesão construída internamente em torno da luta, os limites entre o “nós” e o “eles”. Assim, têm-se os aspectos e as características constitutivas daquilo que faz Bento ser Bento.

Se o desejo produz, ele produz real. Se o desejo é produtor, ele só pode sê-lo na realidade, e de realidade. O desejo é esse conjunto de sínteses passivas que maquinam os objetos parciais, os fluxos e os corpos, e que funcionam como unidades de produção. O real decorre disso, é o resultado das sínteses passivas do desejo como autoprodução do inconsciente. Nada falta ao desejo, não lhe falta o seu objeto. É o sujeito, sobretudo, que falta ao desejo, ou é ao desejo que falta sujeito fixo; só há sujeito fixo pela repressão (Deleuze; Guattari, 2010, p. 43).

Causa estranheza, portanto, que repórteres e até mesmo pesquisadores deem a entender — pelo tom das perguntas e como quem espera o sacrifício do desejo do outro — o tamanho da inadequação de suas próprias casas em relação a um suposto parâmetro “tradicional”. O questionamento, nesse caso, não recai sobre uma análise mais detida sobre a tradição em si ou sobre as formas de produção desse desejo e da sua localização diante da desterritorialização. Do contrário, muitas vezes, as perguntas se constituem como um julgamento moral, que, não raro, se transforma em um mito erguido em torno da ideia de pureza e homogeneização das identidades.

O papel ideológico da publicidade na constituição de subjetividades e a força da construção de paisagens que anunciam outras e “melhores” formas de viver por meio do consumo são sublimados em favor de interpretações que se recusam a lidar com o movimento das coisas em suas contradições. Em benefício, muitas vezes, de uma noção abstrata de autenticidade, as famílias são constrangidas a se portarem de acordo com a paisagem mental construída pelo outro. Em uma entrevista veiculada no Estado de Minas, um repórter indaga um senhor a respeito de sua nova moradia no reassentamento. Não satisfeito em dar pouco espaço às respostas, ele tenta repetidas vezes atrelar ao entrevistado um senso de inadequação em relação à sua própria casa.

- Mas o que que o senhor achou da casa nova aqui? Toda moderna, né? Como é que era a casa do senhor antiga e o que que o senhor está achando da nova?
- Até que praticamente ficou melhor, né? Ficou bem do jeito que a gente queria, né. Do jeito que a gente fez o mapa da casa. Eu tô gostando da casa.
- O que o senhor mais gostou, e o que o senhor mais vai sentir falta?
- O que eu mais gostei? Praticamente quase tudo ali. Da sala, da cozinha, dos quartos.
- E do que que o senhor vai sentir falta?
- Vou sentir falta porque não vai ter onde eu criar minhas criação, né... Não vou ter onde fazer minha horta mais. Aí ficou mais, como se diz, ter que fazer em duas casas porque encolheu o lote, né (Silva, 2022, 0 min 34 s).

Portanto, é no mínimo preocupante que se avenge a possibilidade de anulação da capacidade de desejar, transformada, no caso do pobre, em um sinal do afastamento de uma tradição supostamente imutável. Em relação ao reassentamento, o que está em jogo é menos a adequabilidade da moradia e mais a violência de uma paisagem *in visu*, projetada sobre a expectativa do outro. O rural idealizado e a ideia descarnada sobre os modos de vida, ambos projetados do lado de fora, são revertidos em um discurso que também atua como uma forma de coerção.

“Quem vocês pensam que são para querer o que há de moderno?”. Ou, de forma menos direta e mais infantilizadora: “Vocês devem ter sido enganados, não é possível que queiram morar assim!”. Essas sentenças, ainda que raramente enunciadas, perpassam as relações entre os agentes e constituem, mesmo que de forma silenciosa, um conjunto de práticas e discursos que não consideram o outro em sua inteireza. Essa violência sutil é, no entanto, sentida e reincorporada na forma de uma autocensura, a qual passa a exercer um poder mutilador que coloca o indivíduo em dívida consigo mesmo. A paisagem idílica, supostamente adequada aos modos

de vida — especialmente quando tomada por sua aparência e não pelas relações sócio-históricas que a constituíram —, torna-se, então, um fardo e não uma possibilidade de emancipação.

O ponto mais uma vez reforçado aqui é: a aparência da moradia costuma ser menos importante do que a configuração do espaço produtivo e a casa, entendida enquanto edificação, parece não ser tão relevante em sua forma isolada. Se a aparência revela algo da violência do reassentamento, podemos observar que, a sua relativa aceitação por parte dos atingidos e o suposto apuro formal empregado em sua materialização se constituem como a reafirmação da indiferença em relação a todos os outros sentidos contidos na ideia de se habitar. À vista disso, a habitação se torna insuficiente, não pelo fato de se assemelhar com uma casa de condomínio, uma mansão ou qualquer outra adjetivação semelhante, mas porque, em alguns casos, as relações entre dentro/fora, público/privado e individual/coletivo se estabelecem como reforço a um modo de vida insular e segregado.

Salienta-se, ainda, que esse aspecto passa necessariamente por uma implantação deficiente, originada pela falta pura e simples de terras reservadas ao loteamento. Como vimos anteriormente, os planejadores do reassentamento não foram capazes de estabelecer um nexos satisfatório entre a demanda por terras, originada pelo processo de reparação/compensação, e a quantidade de terras disponibilizadas pela Fundação Renova ao uso da comunidade de Bento Rodrigues.

A paisagem do novo Bento Rodrigues é também uma paisagem de muros e gradis. Em oposição a uma variedade de tipos de limites e fechamentos existentes no subdistrito atingido, o que se vê na nova situação é uma relação bem menos permeável entre os lotes e as demais áreas ao redor. A “cara” da paisagem de Bento ao nível da rua é, em alguma medida, o resultado da forma como se expressam os fechamentos como muros, gradis e portões de garagem. Mais do que as fachadas das casas, o olhar de quem passeia hoje pelas ruas do povoado encontra uma série de barreiras, geralmente executadas em alvenaria e feitas para afastar a presença e o olhar do outro.

Não é o objetivo deste trabalho esmiuçar as dimensões do medo no contexto do rompimento, mas cabe, no entanto, ressaltar a importância dessa condição na concepção da nova paisagem, marcada pela desestruturação social inerente aos processos de deslocamento compulsório. Assim, e associado a um sentimento geral de insegurança comum a várias cidades brasileiras, a população de Bento Rodrigues

também vê aumentar a sensação de medo a partir do trauma ocasionado pelo rompimento.

No caso dos habitantes de São Paulo, Teresa Caldeira (2011) pontua que, apesar da preocupação difundida entre a população, os moradores de bairros mais pobres e/ou de classe média só tomavam a iniciativa de acrescentar elementos de segurança às moradias após uma experiência traumática, que acabava servindo como catalisadora do medo, materializado, a partir de então, na arquitetura. Um assalto, o furto de um veículo na garagem de casa e a morte violenta de algum parente são algumas das ocasiões que, potencializadas por um discurso de medo e violência propagado por programas televisivos policiaiscos, serviram de motivação para o autoisolamento a partir de adaptações nas residências, mesmo que às custas do conforto dos habitantes. Nesse sentido, pode-se conjecturar que o rompimento de Fundão é como uma espécie de trauma coletivo capaz de acionar o desejo por uma arquitetura menos aberta ao exterior.

Essa suposição ganha ainda mais relevo se levarmos em conta o acúmulo de violências sofridas que se seguiram ao desastre. Durante o longo período de espera, para além das várias violações de direito cometidas pelas empresas e do sentimento de insegurança gerado pela instabilidade inerente ao processo de reparação, somam-se casos de violência em suas formas mais diretas e visíveis. A depredação e o saque cometido contra as casas atingidas, o roubo de edificações usadas pelos moradores como base em Bento Rodrigues e o contato com a violência urbana na sede do município de Mariana são alguns dos muitos fatores que contribuem para a introjeção do medo. Vários atingidos, durante as conversas sobre o projeto de suas novas residências, relatavam o receio que tinham delas serem assaltadas. Temor fundado, aliás, no boato espalhado pela cidade de Mariana de que eles estariam sendo reassentados em moradias de luxo.

Os roubos na casa que ficamos lá em Bento começaram em setembro de 2017. Chegamos no dia 9 e a janela de um dos quartos estava quebrada e a do outro arrombada. Chamamos os policiais e registramos um Boletim de Ocorrência. Em novembro, após sermos avisados de que a porta da cozinha estava aberta, percebemos que estava faltando dois colchões infláveis de solteiro e também dois de casal, a torneira da caixa d'água, nossa churrasqueira grande, uma lanterna e um galão de água. Registrei novamente o ocorrido e, acompanhada dos policiais, fui lá na porta da Samarco pedir as imagens das câmeras, mas não liberaram, claro. Fomos até o Ministério Público levar o caso (Santos, 2018, p. 12).

Ainda que a manutenção das unidades de vizinhança e as relações de proximidade tenham sido um dos requisitos exigidos para a definição do projeto urbano dos reassentamentos, o esgarçamento social causado pelas políticas de reparação deu condições para o surgimento de um arquipélago urbano, caracterizado por pequenos enclaves familiares, os quais foram sendo definidos por divisões cada vez menos permeáveis ao contato não só com a rua, mas também com os vizinhos. Para além do medo relacionado às pessoas externas à comunidade, o reassentamento também ajudou a alimentar cismas entre alguns moradores e, eventualmente, até entre membros de uma mesma família.

Assim, um outro problema passa a figurar no horizonte do uso e reprodução da vida no novo espaço. Observa-se que, mesmo que muitos dos terrenos do reassentamento sejam pequenos, quando comparados aos lotes urbanos comuns, vários deles possuem perímetros murados de dimensões consideráveis. Situação agravada pelo formato dos terrenos, que são retangulares com testadas pequenas e muito profundos. Essas características, por sua vez, acabam gerando verdadeiras muralhas serpenteantes sobre a topografia (Figura 62).

Figura 62 – Paisagem murada de Bento Rodrigues



Fonte: HTB ([2023]).

Além de retalhar a paisagem com as marcas desses extensos planos, a multiplicação desses elementos de fechamento tende a gerar um problema financeiro.

Como a superfície dos muros é, em muitos casos, superior à própria superfície que constitui as moradias, os habitantes se veem presos a uma estrutura associada não apenas ao senso de segurança propiciado pelo isolamento, mas também ao encarecimento do custo de vida, baseado sobretudo na elevação das despesas com a manutenção.

Por fim, o reassentamento nos possibilita falar sobre o papel da nova paisagem como uma forma, ainda que ilusória, de acesso à cidadania a partir de um espaço retraído pelas lógicas de consumo. Embora muitas vezes descrito como um paraíso idílico, o antigo distrito de Bento Rodrigues, como grande parte dos pequenos povoados brasileiros, também carecia de infraestrutura adequada para o exercício de uma cidadania plena. E, ainda que não existam dados fartos sobre a situação anterior ao desastre-crime, alguns estudos apontam para um histórico descaso do poder público em relação ao atendimento das populações da região do vale do rio Doce em comparação às demais regiões do estado (Abreu; Vilarino, 2009). O já citado *Estudo de Alternativas Locais*, realizado pela YKS, empresa de consultoria ambiental contratada da Samarco entre 2013 e 2014, aponta que 16,6% das casas eram de baixo padrão construtivo, enquanto uma porcentagem de 20,7% dos moradores considerava serem necessárias melhorias em relação ao sistema de abastecimento de águas (Serra, 2018).

No estudo de Rabelo, Teixeira e Esplunga (2013) também há uma discussão sobre os limites impostos à participação na implementação do plano integrado da bacia hidrográfica do rio Doce e dos planos de ação de recursos hídricos das bacias afluentes ao rio Doce (TdR-Doce). Os autores discorrem sobre avanços na implementação de políticas cidadãs que permitiram (dadas as devidas ressalvas) a participação de novos atores no debate público sobre a gestão hídrica no território. Contudo, é possível dizer que os mecanismos de deliberação continuaram insuficientes para garantir um jogo político que não estivesse decidido de antemão a partir da reprodução de discursos hegemônicos, ditos como racionais. O modelo de participação proposto nesses espaços era, e ao que tudo indica ainda é, muito atrelado às práticas tradicionais deliberativas, que falham justamente em estabelecer mecanismos capazes de atender às especificidades das populações participantes.

Diante do exposto, não pode se perder de vista que o reassentamento também é percebido como uma forma de restituição de uma cidadania historicamente negada. O fato de um modelo tão excludente e problemático, como o proposto pela Renova,

ser tomado como uma possibilidade de acesso às esferas da cidadania, possui raízes profundas e é justificado pelo processo de formação social do Brasil. Essa dinâmica se desdobra em pelo menos dois movimentos de profundidade histórica distintos, que concorrem para criar um cenário de exclusão. Em primeiro lugar, há um longo processo colonial ainda muito presente nas práticas autoritárias da política brasileira, que possuem na abolição incompleta da escravidão um importante pilar fundador, responsável pela exclusão persistente de direitos de uma ampla camada da população (Carvalho, 2023).

Em segundo lugar, e como aponta Milton Santos (2020), é a partir da intensificação do consumo possibilitado pela emergência de uma sociedade cada vez mais financeirizada que se atualizam as noções de cidadania. De certa forma, a globalização, orientada a partir da necessidade de se produzir objetos, é uma força niveladora, sob a qual se forjam as subjetividades políticas que implicam na diminuição gradativa de outras sensibilidades constitutivas da cidadania.

O consumo instala sua fé por meio de objetos, aqueles que em nosso cotidiano nos cercam na rua, no lugar de trabalho, no lar, e na escola, quer pela sua presença imediata, quer pela promessa ou esperança de obtê-los (Santos, 2020, p. 48).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além dos inúmeros e vagos discursos alardeados pela Fundação sobre a reparação dos modos de vida das populações atingidas, pouco esforço foi feito para que, de fato, o significado dessa expressão fosse compreendido e aplicado durante a reparação. O que buscamos evidenciar ao longo deste trabalho é que, mesmo diante de um discurso frequentemente tecnocrático, o processo de reassentamento falhou em fazer a tradução do que seriam os modos de vida a partir de termos mais concretos e relacionados à materialização da paisagem. É possível apontar que, além da negação quase automática diante das tentativas de responsabilização decorrentes das inúmeras falhas, a Fundação também negou a complexidade das matérias que se apresentaram diante de seu vasto corpo de profissionais.

No mínimo, os mecanismos de compensação deveriam ter sido pensados objetivamente e a partir da materialidade dos terrenos e seus usos. Se as condições topográficas não comportam modos de vida associados ao uso da terra de acordo com as formas de plantio e uso dos terrenos de origem, quais alterações compensatórias deveriam ter sido propostas, por exemplo, na definição dos tamanhos dos lotes? Ou, ao manter o terreno da Lavoura, na impossibilidade de se optar por uma quarta gleba, haveria alguma chance, a partir de uma comunicação mais franca, de elaborar um plano de ocupação mais adequado à nova realidade morfológica da terra adquirida pela Fundação?

Nesse sentido, se as diretrizes de reparação ao direito de moradia, definidas pela ACP nº 0400.15.004335-6, dizem que o reassentamento deve prover condições iguais ou melhores, isso implicaria em pensar um cenário de melhoria real das condições de produção e subsistência (Cáritas Brasileira, 2022a). Terrenos mais generosos, água em abundância e áreas comuns destinadas ao plantio e ao desenvolvimento econômico da comunidade são algumas das medidas de melhoria que poderiam ter sido pensadas a partir de um espaço que de fato dialogasse com os modos de vida. Vale destacar que isso não representaria uma chave mistificadora que lê o passado de forma romântica, mas sim um meio de se desdobrar sobre melhores possibilidades de futuro.

Que outras medidas deveriam ter sido discutidas durante a elaboração do Projeto de Lei que regulamentou a ocupação do novo distrito? Embora todas essas indagações sejam realizadas de forma contrafactual e não servem diretamente aos

anseios da população de Bento propriamente dita, elas se justificam na medida em que o caso de Fundão pode ser visto não como uma situação isolada no contexto da mineração brasileira, mas como uma forma constitutiva do processo extrativista de quarta geração (Gudynas, 2016). Geração essa que é caracterizada pela expansão das atividades extrativistas que se dão de forma cada vez mais predatória diante da redução da disponibilidade de minérios.

Apesar desse panorama negativo, em que se traçam mais perguntas do que respostas, conclui-se que as intensas disparidades de poder, verificadas na atuação dos agentes no território, não foram capazes de eliminar, ao menos em sua totalidade, as possibilidades de intervenção no espaço determinadas por práticas pautadas pela autonomia das comunidades atingidas. Atualmente, ainda que parte desse sentido se dê apenas em forma de potência, demandando assim um segundo olhar voltado ao momento futuro da pós-ocupação, o exercício de uma territorialização levada a cabo pelas populações afetadas, continua presente quando, por exemplo, se verificam gestos de apropriação voltados a ambos os territórios, do antigo e do novo Bento.

O que se percebe na luta pela paisagem, quando membros da comunidade se recusam a deixar de viver nas ruínas de Bento atingido, também pode ser notado em várias outras áreas de disputa, principalmente na arena política onde se desenrolam as batalhas pelo direito à reparação e restituição dos modos de vida. Sobre este aspecto, cabe lembrar que o processo do reassentamento, apesar da presença ordenadora e amplamente difundida da Fundação Renova, vem sendo definido por um movimento de disputa, em que grupos dos mais diversos se colocam como um contrapeso às ações abusivas das mineradoras. Dessa forma, o reassentamento, em particular, e a reparação, de forma geral, formaram — ao longo dos oito anos que os marcaram até então — uma intensa arena de lutas, manifestadas tanto em sua dimensão espacial quanto por meio das práticas ocorridas nos campos jurídico, ambiental, econômico, midiático e paisagístico.

Dentre as vitórias (mesmo que parciais) contra o modelo de mineração representado pela Fundação Renova, podemos citar: 1) o fortalecimento de movimentos sociais voltados à defesa dos direitos de populações atingidas pela mineração, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e, em menor medida, o próprio CABF; 2) a implementação de políticas públicas representadas pela Lei Mar de Lama Nunca Mais (Lei Estadual nº 23.291/2019), pela Política Estadual dos Atingidos por Barragens (Lei

Estadual nº 23.795/2021) e pela Nova Lei de Barragens (Lei Federal nº 14.066/2020); 3) a internacionalização e abertura de jurisprudência no direito internacional de processos indenizatórios, como o que acontece por meio do processo levado a cabo pelos atingidos da bacia do rio Doce contra a BHP Billiton em solo britânico; e 4) a conquista de espaço simbólico pelo fortalecimento de ações de protesto promovidos por grupos como o Revida Mariana (Brasil, 2020; Minas Gerais, 2019, 2021). Além dos marcos enumerados acima, destacam-se também as inúmeras conquistas locais descritas durante todo o percurso deste trabalho.

Não é correto, portanto, diminuir a capacidade de articulação das populações afetadas pelo rejeito, que, em conjunto com outros agentes, conseguem atribuir novos sentidos às paisagens dos reassentamentos, para além daqueles informados pelo sistema de governança das mineradoras. Nesse sentido, vale sublinhar que, durante o processo de reparação, a demanda por uma matriz de danos mais justa e extensível aos demais atingidos da bacia do rio Doce teve a sua origem nas lutas travadas pelos grupos que atuaram na região onde os efeitos mais visíveis do rejeito foram sentidos. Assim, em parceria com a Cáritas e o MPMG, as demandas colocadas pelas populações de Mariana puderam servir como base de mobilização para as demais comunidades atingidas ao longo de toda a bacia do rio Doce (Fundação Getúlio Vargas, 2021b).

Do acúmulo adquirido a partir dessa experiência de difusão, é possível conjecturar que, diante de um novo rompimento, e tudo indica que essa situação não está tão longe de acontecer¹⁰³, as instituições, sejam elas governamentais ou não, possuirão ferramentas mais adequadas para lidar com o avanço da atividade extrativista sobre os territórios.

Os projetos do reassentamento de Bento Rodrigues, em especial o *Master Plan* gerido pela Fundação Renova, indicam uma intensa ruptura entre as dimensões concretas que compõem o habitar e o exercício imaginativo que pressupõem o projeto. A inadequação de escalas e formas percebidas na paisagem colocam em evidência a necessidade de se pensar em práticas de projetos mais substantivas, criadas a partir da centralidade dos atingidos e que estejam efetivamente integrados às práticas atreladas ao território. Se a prática do projeto, por meio de sua ilusão de totalidade,

¹⁰³ Na semana em que esse trabalho termina de ser redigido, a população de Santa Rita Durão, distrito localizado no município de Mariana, é mais uma vez aterrorizada pela possibilidade do rompimento da barragem da Mina de Fábrica Nova, também operada pela Vale (Camilo; Brito, 2023).

se mostra insuficiente em situações complexas como as que vimos, é preciso pensar em novas formas, ainda que incipientes, que sejam capazes de efetivar o contato entre dimensões menos tangíveis — como as culturais, econômicas e sociais — e dimensões concretas — relacionadas, principalmente, às características ambientais dos sítios.

Em um balanço final, a falta de condições em propor algo que fosse além da urbanização tradicional, focada na organização fundiária dos bens imóveis privados, possui uma origem social que se explica pela forma com a qual o pensamento técnico-empresarial traduz as demandas sociais. Contudo, há também um segundo problema, mais amplo e que parece indicar uma incapacidade geral de se estabelecer, a partir da arquitetura, uma postura mais crítica a respeito de noções como a alteridade. No caso estudado, ele se manifesta pelo tratamento um tanto impreciso dado à expressão “modos de vida”.

De qualquer forma, e a despeito de qualquer conclusão que se possa tirar a partir das páginas deste e de diversos outros estudos sobre o reassentamento, a forma da paisagem obtida por meio do projeto é, como bem lembra Tim Ingold (2022), uma espécie de morte. Essa tentativa, sempre fadada ao fracasso, se configura como uma interrupção do fluxo da vida. No entanto, ao ser vista por outro ângulo, ela também pode ser compreendida como o início de um outro contínuo e infindável processo de projeto, definido pelo próprio ato de viver. A ação, as linhas, os percursos e os entrelaçamentos que fluem entre os diferentes no espaço, embora estrangidos pelo craquelamento de uma paisagem composta agora por muros e desníveis, continuam a existir.

Diante disso, é possível pensar na contradição que há entre o tempo da espera e o tempo da construção. Embora os 8 anos que, até então, configuram a materialização do reassentamento sejam uma eternidade para os grupos que tiveram suas moradias destruídas, eles ainda são um período bastante curto se considerarmos o tempo demandado pelas paisagens antropizadas em suas formações como as conhecemos hoje.

Isso não soa como uma fórmula para uma vida sustentável. A sustentabilidade não tem a ver com projeções e objetivos, nem com a conquista de um estado estacionário. É sobre manter a vida continuando. No entanto, o design parece empenhado em interrompê-la ao especificar momentos de conclusão quando as formas das coisas se alinham com o que foi inicialmente planejado para elas. “Forma é o fim, morte”, insistia o artista

Paul Klee em seus cadernos, “dar forma é movimento, ação. Dar forma é vida”. Ao estabelecer fins para as coisas, nós, como Klee sugere, não as matamos? Se o design traz previsibilidade e alienação a um processo de vida que é aberto e imprevisível, então não é o design a própria antítese da vida? (Klee *apud* Ingold, 2022, p. 178).

Dessa forma, o que se espera, é que o trabalho aqui desenvolvido possa eventualmente servir como fonte para o desenvolvimento de pesquisas futuras que tenham o reassentamento e o processo de reparação como focos de análise, principalmente em um contexto de pós-ocupação. Em que medida as questões levantadas ao longo do texto se afirmam sobre o território vivido do reassentamento? Como a paisagem e moradores se transformam diante do uso efetivo das estruturas construídas no novo distrito? O que esperar da Renova no contexto atual em que suas atribuições originais, relacionadas à reparação e ao reassentamento, fazem cada vez menos sentido? Como as experiências aqui relatadas podem servir a IEM em sua estrutura de governança e gestão dos territórios minerados? Se as mineradoras, os grupos atingidos e os projetos foram os protagonistas elencados para as análises que aqui tentamos concluir, o que poderia ser dito sobre a atuação de agentes, como o próprio Estado, abordados aqui de forma marginal? Qual contribuição, se é possível pensar assim, o caso de Fundão tem a oferecer ao campo de estudos que se dedica a pensar sobre os deslocamentos compulsórios?

Evidentemente que, em função da ampla dimensão dos aspectos envolvidos em processos como os deflagrados pelo rompimento de Fundão, não poderíamos sequer ter a pretensão de ousar conjecturar respostas a todas estas e outras questões que possam surgir. O que, todavia, não nos impede de estabelecer pontes de diálogo para discussões futuras. Por enquanto, e apesar da construção do reassentamento de Bento Rodrigues estar chegando ao fim, muitas questões continuam em aberto.

Em maio de 2023, a União e outras entidades ligadas aos estados afetados mostraram interesse em assumir gradualmente parte do processo de reparação levado até então pela Fundação Renova (Marques, 2023). Contudo, essa alteração nas dinâmicas das regiões atingidas, que coincide com as etapas finais do reassentamento, não significa uma garantia de melhora na qualidade de vida das pessoas afetadas. Bento Rodrigues, durante pelo menos algum tempo, ainda será a soma de muitos lugares marcados pela incerteza, cindidos pela distância geográfica que os separam, mas conectados pelo fragmentado sentido de habitação que se instaurou a partir do reassentamento.

Ademais, ambos os povoados são agora os lugares por onde fluem uma série de sentidos e elementos globais. Sendo assim, eles se configuram em pedaços caleidoscópicos de cidade que contêm em si, e de forma miniaturizada, parte dos interesses, práticas e sentidos de utilidade não apenas de seus próprios moradores, mas de quem vive muito longe dali, em Mariana, Belo Horizonte, Brasília, Londres ou mesmo Zhejiang, lar de um dos mais novos portos chineses por onde se escoia o minério de ferro extraído no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABRAIN; FIPE. **Indicadores de affordability**. São Paulo: Incorpora, 2021. Disponível em: https://www.cimentoitambe.com.br/wp-content/uploads/2022/01/pesquisa_Fipe.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.
- ABREU, J. L. N. A.; VILARINO, M. T. B. Território da doença e da saúde: o vale do rio Doce frente ao panorama sanitário de Minas Gerais (1910-1950). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 191-205, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/31800>. Acesso em: 4 jan. 2024.
- A CHEGADA de um trem na estação. Direção: Louis Lumière. Lyon: Lumière, 1895. 1 filme (1 min). Publicado pelo canal Andrio Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RP7OMTA4gOE>. Acesso em: 8 jan. 2024.
- ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004a.
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. *In*: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b. p. 23-39.
- ACSELRAD, H. (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do "social"**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2018.
- ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais no Brasil contemporâneo. *In*: ACSELRAD, H. (comp.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 179-210.
- A DESPEDIDA. Direção: Elem Klimov. Intérpretes: Stefaniya Stanyuta, Lev Durov, Aleksey Petrenko, *et al.* Roteiro: Valentin Rasputin, Larisa Shepitko e Rudolf Tyurin. [S. l.]: Trete Tvorcheskoe Obedinienie; Mosfilm, 1983. 1 filme (121 min).
- ALMEIDA, J. M. S.; LEITE, G. M. S. Desmoronamentos no novo Bento Rodrigues causam transtornos aos atingidos. **Cáritas Brasileira**. Belo Horizonte, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/desmoronamentos-no-novo-bento-rodrigues-causam-transtornos-aos-atingidos/>. Acesso em: 8 jan. 2024.
- ALVES, T.; SANTOS, M. Juntos somos fortes e queremos. **A Sirene**, Mariana, ed. 0, p. 7, fev. 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx. Acesso em: 5 jan. 2024.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, C. D. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

ANGELO, M. Aliados de mineradoras e do garimpo lançam “Frente Parlamentar da Mineração Sustentável” no Congresso. **Observatório da Mineração**. [S. l.], 24 mar. 2023. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/aliados-de-mineradoras-e-do-garimpo-lancam-frente-parlamentar-da-mineracao-sustentavel-no-congresso/>. Acesso em: 23 out. 2023.

ANTONELLI, M. A. Megaminería transnacional e invención del mundo cantera. **Nueva Sociedad**, [s. l.], n. 252, jul./ago. 2014. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/megamineria-transnacional-e-invencion-del-mundo-cantera/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

APPADURAI, A. Global ethnoscaples: notes and queries for a transnational anthropology. In: FOX, R. G. (org.). **Recapturing anthropology**. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. p. 191-210.

ARAÚJO, B. F.; SOUSA, G. B.; SANTOS, P. P. Urbanização e desastre: o processo de reassentamento da população de Bento Rodrigues, Mariana, Minas Gerais. In: TOLEDO, F. S. (org.). **Geografia Urbana**. Belo Horizonte: Poisson, 2019. v. 1, p. 18-30.

ARTES VERTENTES. **Cinema**. Belo Horizonte, [29 nov. 2020]. 1 imagem, color. Disponível em: <https://www.artesvertentes.com/cinema>. Acesso em: 2 jan. 2024.

A SAÍDA dos operários da Fábrica Lumière. Direção, Produção e Cinematografia: Louis Lumière. Lyon: Lumière, 1895. 1 filme (1 min). Publicado pelo canal Cine All. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4jmCFzzCQvw>. Acesso em: 8 jan. 2024.

ASCIERTO, R.; TRAVER, T. **Data center security**: reassessing physical, human and digital risks. [S. l.]: Uptime Institute, 2021. (UI Intelligence Report, n. 45). Disponível em: <https://uptimeinstitute.com/data-center-security-reassessing-physical-human-digital-risks>. Acesso em: 4 jan. 2024.

ASSUNTO, R. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, A. V. (coord.). **Filosofia da paisagem**: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 341-375.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

AUSTRALIA ICOMOS. **The burra charter**. Victoria: Deakin University, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 2008.

BARRETO, H. Entenda por que a vale não quer ser só patrocinadora. [Entrevista cedida a] Eduardo Martins. **Valor Cultural Comunicação & Marketing**. [S. l.], 24 jun. 2022. Disponível em: <https://valorcultural.com.br/entenda-por-que-a-vale-nao-quer-ser-so-patrocinadora/>. Acesso em: 3 out. 2023.

BARROS, E.; CAMPOS, W.; ROSÁRIO, J.; SOUSA, M. L. Descaso da Fundação Renova com as estradas atingidas coloca vidas em risco. **Cáritas Brasileira**. Belo Horizonte, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/descaso-da-fundacao-renova-com-as-estradas-atingidas-coloca-vidas-em-risco>. Acesso em: 4 jan. 2024.

BARTOLO, A. B. Lucro da Amazon cai 98% no quarto trimestre, para US\$ 300 milhões. **Valor Investe**. São Paulo, 2 fev. 2023. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2023/02/02/lucro-da-amazon-no-quarto-trimestre-cai-98percent-para-us-300-milhoes.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BARTOLOMEO, E. Carta do presidente. *In*: VALE. **Relato integrado 2021**. Rio de Janeiro: Vale, [2022]. p. 5-6. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/565d6188-78a5-44f2-a97d-10000e022116?origin=1>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BAUDRILLARD, J. **Simulations**. Nova Iorque: Semiotext, 1983.

BBC NEWS BRASIL. **Ação na Inglaterra pede R\$ 230 bi em indenizações para 700 mil vítimas do desastre de Mariana**. [S. l.], 15 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cndr11z684ro>. Acesso em: 15 out. 2023.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 11.501, de 23 de maio de 2023. Altera a Lei nº 8.616/03, que "Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte". **Diário Oficial do Município de Belo Horizonte**: Belo Horizonte, ano 19, n. 6767, p. 1, 24 maio 2023. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=445828#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%208.616,do%20Munic%C3%ADpio%20de%20Belo%20Horizonte%22>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BEER, D. **Metric power**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.

BENSON, P.; KIRSCH, S. Capitalism and the politics of resignation. **Current Anthropology**, Chicago, v. 51, n. 4, p. 459-486, Aug. 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/653091>. Acesso em: 4 jan. 2023.

BERGER, J. **Modos de ver**. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

BESSA, A. S. M. Paisagens em mundos sensíveis: entre a sutileza e a usura. *In*: BESSA, A. S. M. (org.). **A unidade múltipla**: ensaios sobre a paisagem. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021. p. 26-61.

BESSE, J. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

BIASI, M. A carta clinográfica: os métodos de representação e sua confecção. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 6, p. 45-60, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47110>. Acesso em: 4 jan. 2024.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios da psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. *In*: BOURDIEU, P.; ORTIZ, R. (org.). **A sociologia**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2011a.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Zouk, 2011b.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Laudo técnico preliminar**: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Brasília, DF: Ibama, 2015. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf. Acesso em: 8 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Termo de transação e de ajustamento de conduta**. Brasília, DF: Ibama, 2016. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL-ASSINADO-PARA-ENCAMINHAMENTO-E-USO-GERAL.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020. Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 189, p. 3, 1 out. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14066.htm. Acesso em: 8 jan. 2024.

BRASIL DE FATO. **"Vamos dar golpe em quem quisermos", diz Elon Musk, dono da Tesla, sobre a Bolívia**. São Paulo, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/25/vamos-dar-golpe-em-quem-quisermos-elon-musk-dono-da-tesla-sobre-a-bolivia>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. **@metropolis**, [s. l.], ano 5, n. 19, dez. 2014. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/146?name=teses-sobre-a-urbanizacao>. Acesso em: 4 jan. 2024.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

BURTYNSKY, E.; BAICHWAL, J.; PENCIER, N. **Anthropocene**. Ontario: Art Gallery of Ontario: Goose Lane Editions, 2018.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2011.

CALIXTO, L.; BARBOSA, R. R.; LIMA, M. B. Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis versus internet. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 18, n. esp., p. 84-95, jun. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34226>. Acesso em: 4 jan. 2024.

CAMARGOS, D. Loucos por Bento Rodrigues. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2 nov. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/loucos-por-bento-rodrigues/>. Acesso em: 16 set. 2023.

CAMILO, J. V.; BRITO, A. Barragem que poderia se romper em distrito de Mariana será esvaziada pela Vale. **O Tempo**. [S. l.], 17 nov. 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/barragem-que-poderia-se-romper-em-distrito-de-mariana-sera-esvaziada-pela-vale-1.3274646>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. **Acesso à justiça**. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARDOSO, V. A. R. Os enquadramentos midiáticos de uma tragédia anunciada pela mineração. **Trajetórias Humanas Transcontinentais**, Limoges, n. 7, 11 maio 2020. Disponível em: <https://www.unilim.fr/trahs/2019>. Acesso em: 4 jan. 2024.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Relatório geral - agosto de 2017**. Belo Horizonte: Cáritas Brasileira, 2017.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Atrasos**: relatório de entrega dos reassentamentos. Belo Horizonte: Cáritas Brasileira, 2018. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/March2021/etKwFG5G1cjAivG0daSn.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Parecer técnico jurídico. Fase de negociação extrajudicial**: empecilho à reparação integral? Belo Horizonte: Cáritas Brasileira, 2021a. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/December2021/ZSzuQyeDEmzOnKWzaXL7.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2023.

CÁRITAS BRASILEIRA: **Atrasos**: relatório de entrega dos reassentamentos. Belo Horizonte: Cáritas Brasileira, 2021b. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/March2021/etKwFG5G1cjAivG0daSn.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Diretrizes de reparação do direito à moradia**: e outros acordos judiciais da Ação Civil Pública nº 0400.15.004335-6. Belo Horizonte: Cáritas

Brasileira, 2022a. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/March2022/Ln7HsLoZQOxvIDI30FvO.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Nota técnica nº 02/2022**: restituição dos fogões à lenha. Belo Horizonte: Cáritas Brasileira, 2022b. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/April2022/fCPnKjVcZsTV7DpG0Mec.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Primeiras famílias de Bento Rodrigues recebem chaves de suas casas no reassentamento**. Belo Horizonte, 28 abr. 2023. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/primeiras-familias-de-bento-rodrigues-recebem-chaves-de-suas-casas-no-reassentamento/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CARMO, J. V.; GOMIDES FILHO, J.; MODESTO, J. B.; LOPES, M. A.; CARMO, R. A.; ALMEIDA, A. M. *et al.* A vida ficou mais cara. **A Sirene**, Mariana, ed. 36, p. 14-15, mar. 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/03_mar_o_2019_issuu. Acesso em: 5 jan. 2024.

CARNEIRO, K. G.; SOUZA, T. R.; MELO, T. L. Maquete-lousa: tecnologia social como ferramenta para a construção coletiva de territorialidades - o caso do plano popular do reassentamento coletivo de Gesteira/Barra Longa/MG. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 286-321, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32585>. Acesso em: 4 jan. 2024.

CARNEIRO, K. G.; SOUZA, T. R.; SILVA, C. A. M. A necessidade de se discutir um marco regulatório para os reassentamentos involuntários no Brasil. **Alemur**, [s. l.], v. 5, p. 43-53, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/alemur/article/download/4190/3429/>. Acesso em: 5 dez. 2022.

CARVALHO, A. "Nós vamos passar, mais isso aqui se preserva". **A Sirene**, ed. 78, p. 4-5, out. 2022. 1 foto, color. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/outubro_2022_grafica. Acesso em: 4 jan. 2024.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2023.

CASTRIOTA, L. Lidando com um patrimônio sensível: o caso de Bento Rodrigues, Mariana MG. **Vitruvius**. [S. l.], 20 jul. 2019a. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7423>. Acesso em: 4 jan. 2024.

CASTRIOTA, L. (coord.) **Dossiê de tombamento de Bento Rodrigues**. Belo Horizonte: Icomos, 2019b. Disponível em: <https://issuu.com/patrimonioculturalmpmg/docs/bentorodriguesdossietombamento>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CASTRO, E. V. "No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é". [Entrevista cedida à] Equipe de edição. *In*: RICARDO, C. A.; RICARDO, F. P. (ed.). **Povos**

indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 41-49.

CAXITO, F. A. James Hutton e o sublime geológico: a teoria da terra entre o iluminismo e o romantismo. **Terrae Didática**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 235-243, 2017. Disponível em: https://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v13_3/133-5.html. Acesso em: 4 jan. 2024.

COELHO, T. P.; MILANEZ, B.; PINTO, R. A empresa, o Estado e as comunidades. *In*: ZONTA, M.; TROCATE, C. (ed.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton.** Marabá: Editorial iGuana, 2016. v. 2, p. 183-227.

COLLOT, M. **Poética e filosofia da paisagem.** Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

COOL, Z. Oil is the new data. **Logic**, [s. l.], n. 9, 7 Dec. 2019. Disponível em: <https://logicmag.io/nature/oil-is-the-new-data/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *In*: WORKSHOP DE GEOCIÊNCIAS, 1., 1992, Rio de Janeiro. **Anais [...].** Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. p. 35-41. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/5934/4531>. Acesso em: 4 jan. 2024.

COSTA, L. M. **Reassentamento de atingidos pela barragem de Fundão em Mariana – MG: do empoderamento social à realidade do novo lar.** 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2021. Disponível em: <https://emescam.br/wp-content/uploads/2022/05/LUCIMAGNO-MAIA-COSTA-2.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

COSTA, W. Pessoas atingidas se manifestam em BH pela solução coletiva das indenizações individuais e pelo direito à Assessoria Técnica Independente. **Instituto Guaicuy.** Belo Horizonte, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://guaicuy.org.br/pessoas-atingidas-se-manifestam-em-bh-pela-solucao-coletiva-das-indenizacoes-individuais-e-pelo-direito-a-assessoria-tecnica-independente/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

COUTO, J. V. **Memória sobre a capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas.** Estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica: Júlia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. (Coleção Mineiriana, Série Clássicos).

DALUA, A.; SILVA, J. C. G.; SILVA, M. G. O.; PARANHOS, C. Reassentamento? Até hoje nada! **A Sirene**, Mariana, ed. 20, p. 6-7, nov. 2017. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20. Acesso em: 5 jan. 2024.

D'ANDRÉA, C. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos.** Salvador: EDUFBA, 2020.

D'ANGELO, M. Não faz sentido divulgar o que não faz. **A Sirene**, Mariana, ed. 18, p. 2, set. 2017. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed18_issuu. Acesso em: 5 jan. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. (ed.). **Conversações**: 1972-1990. Tradução: Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

DIAS, A.; MAIA, A. C.; TROPIA, F.; WALTER, I.; MASSA, L.; GODOY, L.; MEIREL, R. A lavoura perto do Bento. **A Sirene**, Mariana, ed. 3, p. 8-9, jun. 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed3_junho_issuu. Acesso em: 5 jan. 2024.

DICKINSON, E. BHP embarks on mega-migration to Azure and AWS. **ARN**. [S. l.], 18 June 2021. Disponível em: <https://www.arnnet.com.au/article/689183/bhp-embarks-mega-migration-to-azure-aws/>. Acesso em: 16 set. 2023.

DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DOTTA, R. Vale teve gastos milionários em propaganda já na primeira semana pós Brumadinho. **Brasil de Fato**. Belo Horizonte, 9 dez. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2019/12/09/vale-teve-gastos-milionario-em-propaganda-ja-na-primeira-semana-pos-brumadinho>. Acesso em: 5 out. 2023.

DUPIN, L. V.; PEREIRA, E. De Minas às ruínas: o refazer da memória e da paisagem no pós-desastre de Brumadinho. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 17, n. 3, e20210104, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/zzyPqnfjYvKSdnZx6C3YCK/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

ESPINDOLA, H. S.; NODARI, E. S.; SANTOS, M. A. Rio doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, n. 81, p. 141-162, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/WVJHkHCGb8HXBRrPX9hjYCv/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

FACURY, D. M.; CARVALHO, V. J. B. B.; COTA, G. E. M.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. P.; BARROS, L. F. P. Panorama das publicações científicas sobre o rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG): subsídios às investigações sobre o maior desastre ambiental do país. **Caderno de Geografia**, [s. l.], v. 29, n. 57, p. 306-333, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/19970>. Acesso em: 4 jan. 2024.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARACO, V. V.; SEFERIAN, G. Limites e potências quanto ao uso do termo "terrorismo de barragens" na lida de conflitos minero-energéticos em Minas Gerais. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 11-33, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/40589>. Acesso em: 4 jan. 2024.

FIEMG. A revolução dos robôs na mineração. **G1**. Belo Horizonte, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/especial-publicitario/fiemg/noticia/2022/08/31/a-revolucao-dos-robos-na-mineracao.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2023.

FINKELSTEIN, S. Google, links, and popularity versus authority. In: TUROW, J.; TSUI, L. (ed.). **The hyperlinked society: questioning connections in the digital age**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008. p. 104-120.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 34-82, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/jyXLbgZPFZH6d8hNYpyZhNz/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

FONGARO, G.; VIANCELLI, A.; REIS, D. A.; SANTIAGO, A. F.; HERNÁNDEZ, M.; MICHELLON, W. *et al.* Mineral waste containing high levels of iron from an environmental disaster (Bento Rodrigues, Mariana, Brazil) is associated with higher titers of enteric viruses. **Food and Environmental Virology**, [s. l.], v. 11, p. 178-183, Feb. 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12560-019-09373-5>. Acesso em: 4 jan. 2024.

FORTUNA, C. (org.). **Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta, 1997.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, A. K. V. **Bento Rodrigues: paisagem cultural minerária**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-BBXHT5>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Parâmetros para a reparação do direito à moradia no contexto do rompimento da barragem de fundão**. São Paulo: FGV, 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Impactos do rompimento da barragem de Fundão sobre a renda agregada de Minas Gerais e Espírito Santo**: análise de determinantes e canais a partir do modelo de equilíbrio geral. São Paulo: FGV, 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Parâmetros a serem respeitados em todas modalidades de reparação do direito no contexto do rompimento da barragem de Fundão**: um estudo de caso do reassentamento coletivo de Gesteira. São Paulo: FGV, 2021a.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Matriz indenizatória territorial para os municípios de Bom Jesus do Galho, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Marliéria, Pingo d'Água, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Raul Soares, Rio Casca e Timóteo, no Alto Rio Doce**. São Paulo: FGV, 2021b.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Reconstrução de Bento Rodrigues**: projeto urbanístico. Belo Horizonte: Fundação Renova, 2017. Disponível em: https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/complemento-4_projeto-urbanistico-de-bento-rodrigues.pdf. Acesso em: 5 out. 2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Estatuto da Fundação Renova**. Belo Horizonte: Fundação Renova, 2019. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/07/Estatuto-Registrado-2019.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Pré-inventário paisagístico do rio Doce**. Belo Horizonte: Fundação Renova: Unesco, 2020. Disponível em: <https://citdoriodoce.org/wp-content/uploads/tainacan-items/2168/13585/Sumario-Executivo-Pre-Inventario-Paisagistico-do-Rio-Doce.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2024.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Gastos com reparação**. Belo Horizonte, 14 dez. 2023a. Disponível em: <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/financeiro-gastos-reparacao>. Acesso em: 8 jan. 2024.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Programa 8**: reconstrução de vilas. Belo Horizonte, 14 dez. 2023b. Disponível em: <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/programas-pg8>. Acesso em: 8 jan. 2024.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Tour Virtual**: novo Bento Rodrigues. Belo Horizonte, c2024. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/tour-virtual/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

G1 MINAS. **Justiça aumenta para R\$ 1 mi indenização para família da única vítima da tragédia da Samarco que não foi encontrada**. Belo Horizonte, 11 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/02/11/justica-aumenta-para-r-1-mi-indenizacao-para-familia-da->

unica-vitima-da-tragedia-da-samarco-que-nao-foi-encontrada.ghtml. Acesso em: 7 jun. 2023.

G1 MINAS. **Serra do Curral**: justiça mantém suspensão de licença da mineradora Tamisa. Belo Horizonte, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/08/29/serra-do-curral-justica-mantem-suspensao-de-licenca-da-mineradora-tamisa.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2023.

GESTA. **Parecer sobre o cadastro integrado do programa de levantamento e cadastro dos impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental**. Belo Horizonte: GESTA, 2016.

GIFE. **Associados**: Fundação Renova. São Paulo, [1 jul. 2019]. Disponível em: <https://gife.org.br/associados/fundacao-renova/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos. Tradução: Amanda Jurno. **Parágrafo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722>. Acesso em: 5 jan. 2024.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, V. A. P.; JANKOWSKY, M.; CARVALHO, R. M.; FREITAS, R. R. Aspectos sociais, pré e pós rompimento da barragem de Fundão, na bacia do rio Doce, Brasil. **Brazilian Journal of Production Engineering**, Vitória, v. 6, n. 8, p. 41-62, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/33948>. Acesso em: 4 jan. 2024.

GOMIDE, C.; COELHO, T. P.; TROCATE, C.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. M. (org.). **Dicionário crítico da mineração**. Marabá: Editorial iGuana, 2018.

GONÇALVES, A. P.; TAVARES, R.; MILITÃO, J. Arquitetos demitidos. **A Sirene**, Mariana, ed. 44, p. 7, dez. 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/dezembro_2019_issuu. Acesso em: 4 dez. 2024.

GONÇALVES, A. S.; FIUZA, A. L. C. O campo de forças dos conflitos socioambientais: em análise as narrativas do Jornal “A Sirene” e da Fundação Renova. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 6, p. 61843-61863, jun. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/31746>. Acesso em: 4 jan. 2024.

GONÇALVES, B. L. Histórias da nossa gente. **A Sirene**, Mariana, ed. 14, p. 4-5, maio 2017. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed14_maio_issuu. Acesso em: 5 jan. 2024.

GONÇALVES, R. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 1996.

GROS, F. **A vergonha é um sentimento revolucionário**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

GUDYNAS, E. Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame. **La Revista**, [s. l.], n. 76, p. 13-23, 2016.

GUIMARÃES, P. M. **Cartografias frente ao desastre-crime da Samarco, Vale e BHP Billiton**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35276>. Acesso em: 4 jan. 2024.

GUSSEN, A. F. Porta giratória. **Carta Capital**. [S. l.], 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/porta-giratoria/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3178066>. Acesso em: 5 jan. 2024.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

HARVEY, D. The 'new' imperialism: accumulation by dispossession. **Socialist Register**, [s. l.], v. 40, p. 63-87, 2004b. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5811/2707>. Acesso em: 8 jan. 2024.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

HTB. **Reassentamento Bento Rodrigues - MG**. [S. l., 2023]. Disponível em: <https://www.htb.eng.br/case-bento-rodrigues>. Acesso em: 13 nov. 2023.

IBGE. **Censo brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INGOLD, T. **Estar vivo**: ensaios sobre o movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

INGOLD, T. A temporalidade da paisagem. *In*: BESSA, A. S. M. (org.). **A unidade múltipla**: ensaios sobre a paisagem. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021. p. 110-157.

INGOLD, T. Designing ambientes para a vida. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 177-193, jan./abr. 2022.

JACOBI, P. R. **Meio ambiente e sustentabilidade. O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: CEPAM, 1999.

JEUDY, H. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KAIKA, M. 'Don't call me resilient again!': the new urban agenda as immunology ... or ... what happens when communities refuse to be vaccinated with 'smart cities' and indicators. **Environment and Urbanization**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 89-102, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0956247816684763>. Acesso em: 5 jan. 2024.

KRACAUER, S. **History: the last things before the last**. Oxford: Oxford University Press, 1969.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KYTLE, B.; RUGGIE, J. G. **Corporate social responsibility as risk management: a model for multinationals**. Cambridge: Harvard, 2005. (Working Paper, n. 10). Disponível em: https://www.hks.harvard.edu/sites/default/files/centers/mrcbg/programs/cri/files/workpaper_10_kytle_ruggie.pdf. Acesso em: 8 jan. 2024.

LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

LASCHEFSKI, K. A. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): desastres como meio de acumulação por despossessão. **Ambientes**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 98-143, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/23299>. Acesso em: 8 jan. 2024.

LEITE, M. A. F. P. Criar paisagens: expressão artística ou instrumento civilizatório? In: BESSA, A. S. M. (org.). **A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021. p. 15-23.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

LINS, C. **A questão dos riscos intangíveis na valoração das empresas**. Rio de Janeiro: FBDS, 2005.

LOCKER, S. 8M: ato de luta pela emancipação das atingidas pela mineração. **A Sirene**, Mariana, ed. 72, p. 8, abr. 2022. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/abril_2022v3_alta. Acesso em: 5 jan. 2024.

LOSEKANN, C.; MILANEZ, B.; SOUZA, T. R.; CARNEIRO, K.; ROLAND, M. C. Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do rio Doce. *In*: LOSEKANN, C.; MAYORGA, C. (org.). **Desastre na bacia do rio Doce**: desafios para a universidade e para instituições estatais. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem Editora, 2018. p. 123-148.

MAIA, F. Desembargador diz que repactuação de acordo de Mariana 'não está longe'. **JOTA**. Brasília, DF, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/justica/desembargador-diz-que-repactuacao-de-acordo-de-mariana-nao-esta-longo-27072023>. Acesso em: 5 set. 2023.

MANSUR, M. S.; WANDERLEY, L. J.; MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P.; PINTO, R. G.; GONÇALVES, R. J. A. F.; COELHO, T. P. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. *In*: ZONTA, M.; TROCATE, C. (org.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá: Editorial Iguana, 2016. p. 16-49.

MARCHEZINI, V. Dos desastres da natureza a natureza dos desastres. *In*: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 48-57.

MARIANA. **Lei Complementar nº 016/2004, de 16 de fevereiro de 2004**. Plano Diretor Urbano e Ambiental de Mariana Parte geral do Desenvolvimento Sustentável do Município. Mariana: Câmara Municipal, 2004. Disponível em: <http://www.camarademariana.mg.gov.br/legislacoes/2412/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MARIANA. **Lei Complementar nº 170, de 21 de dezembro de 2017**. Cria Zona de Urbanização Específica de Interesse Social para fins de reassentamento do Subdistrito de Bento Rodrigues, altera o Plano Diretor Municipal e dá outras providências. Mariana: Câmara Municipal, 2017. Disponível em: <http://camarademariana.mg.gov.br/legislacoes/2592/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MARQUES, I. C. **O Brasil e a abertura dos mercados**: o trabalho em questão. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

MARQUES, J. Fundação bancada por mineradoras após desastre de Mariana pode acabar após novo acordo. **Folha de S. Paulo**. Brasília, DF, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/02/acordo-do-desastre-de-mariana-preve-fim-de-fundacao-bancada-por-mineradoras.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2023.

MARTIUS, S. V. **Rancho na região da serra da Caraça, MG**. 1817. 1 pintura, color. Disponível em: https://ensinarhistoria.com.br/s21/wp-content/uploads/2016/04/Agusto-Earle_Rancho-perto-da-serra-do-Caraca.jpg. Acesso em: 4 jan. 2024.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MEDEIROS, E. Longe das vítimas, governo assina acordo sobre desastre de Mariana. **Pública**. [S. l.], 3 mar. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/03/longe-das-vitimas-governo-assina-acordo-sobre-desastre-de-mariana/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MELENDI, L. P.; LOPO, R. M. Estratégias empresariais e arranjos institucionais no desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton no rio Doce, Mariana (MG). **Ambientes**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 206-250, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28438>. Acesso em: 4 jan. 2024.

MENEGHIN, G. S. "Que a Renova corrija as falhas constatadas". **A Sirene**, Mariana, ed. 16, p. 3, jul. 2017. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed._16_julho_issuu. Acesso em: 5 jan. 2024.

MENEGHIN, G. S. Direito de entender - repactuação. **A Sirene**. Mariana, 1 jul. 2022. Disponível em: <https://jornalasirene.com.br/justica/2022/07/01/direito-de-entender-repactuacao>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MENEGUELLO, C. Patrimônios difíceis (sombrios). In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: UNICAMP, 2020. p. 245-248.

MENEZES, V. S.; GÓMEZ, M. N. g. Anotações sobre linguagem, informação e cultura na praxiologia de Pierre Bourdieu. In: MARTELETO, R. M.; PIMENTA, R. M. (org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 135-153.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MILANEZ, B.; MAGNO, L.; PINTO, G. R. Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, p. 1-7, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/yVQCcSVHsWmvNh4tsKVVggg/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

MILANEZ, B.; PINTO, R. **Considerações sobre o termo de transação e de ajustamento de conduta firmado entre Governo Federal, governo do estado de Minas Gerais, governo do estado de Espírito, Samarco Mineração S.A, Vale S.A. e BHP Billiton LTDA**. Juiz de Fora: PoEMAS, 2016.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 44.646, de 31 de outubro de 2007**. Disciplina o exame e anuência prévia pelo Estado, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru, para aprovação de projetos de loteamentos e desmembramentos de áreas para fins urbanos pelos municípios. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2007. Disponível em:

<https://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-44646-2007-minas-gerais-disciplina-o-exame-e-anuencia-previa-pelo-estado-por-meio-da-secretaria-de-estado-de-desenvolvimento-regional-e-politica-urbana-sedru-para-aprovacao-de-projetos-de-loteamentos-e-desmembramentos-de-areas-para-fins-urbanos-pelos-municipios>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MINAS GERAIS. **Relatório institucional**: o Ministério Público na defesa dos direitos humanos face ao maior desastre socioambiental do Brasil. Mariana: MPMG, 2017. Disponível em: https://rompimentodabarragemdefundaoftmpmg.files.wordpress.com/2017/03/realt_ri-o-direitos-humanos-mariana.pdf. Acesso em: 8 jan. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Parecer Único, nº 0476298/2018**. Licenciamento ambiental. Belo Horizonte: SEMAD, 2018. Disponível em: https://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/uploads/69MicAf7gW1vH_QRF647OkMJtYIHzmtQ.pdf. Acesso em: 8 jan. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019**. Institui a política estadual de segurança de barragens. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2019. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23291/2019/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 23.795, de 15 de janeiro de 2021**. Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens — Peab — e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2021. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23795/2021/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Edital de Concurso Cultural nº 01/IEPHA/2022, de 20 de janeiro de 2022**. Monumento em memória às vítimas do rompimento de barragem em Brumadinho. Belo Horizonte: IEPHA, 2022. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/editais/category/48-edital-concurso-cultural-01-2022#>. Acesso em: 22 out. 2023.

MIYADA, R. **Latas enferrujadas, 2001-2020**. [2020]. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://www.pivo.org.br/residencias/participantes/luana-vitra/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MOTTA, C. Decreto de Bolsonaro extingue canais de participação social em políticas públicas. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 12 abr. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/decreto-de-bolsonaro-extingue-orgaos-de-participacao-popular/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF: Martins Fontes, 2015.

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUNIZ, L.; MUNIZ, M. M.; SALES, C.; SILVA, M. M. Com tijolo de verdade. **A Sirene**, Mariana, ed. 4, p. 7, jul. 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed4_julho_sm. Acesso em: 5 jan. 2024.

MUNIZ, M. A nossa matriz de dados. **A Sirene**, Mariana, ed. 26, p. 5, maio 2018. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_-_maio_de_2018. Acesso em: 5 jan. 2024.

MUNIZ, M. A. S.; MUNIZ, M. Por que voltar? **A Sirene**, Mariana, ed. 38, p. 15, maio 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/maio_2018_issue. Acesso em: 21 ago. 2023.

NANDITHA, J. S.; KUSHWAHA, A. P.; SINGH, R.; MALIK, I.; SOLANKI, H.; CHUPHAL, D. S. *et al.* The pakistan flood of august 2022: causes and implications. **Earth's Future**, [s. l.], v. 11, n. 3, e2022ef003230, Mar. 2023. Disponível em: <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1029/2022EF003230>. Acesso em: 5 jan. 2024.

NARRADORES de javé. Direção: Eliane Caffé. Produção: Vania Catani, Caio Gullane, Fabiano Gullane e André Montenegro. Intérpretes: José Dumont, Nelson Xavier, Matheus Nachtergaele, *et al.* Roteiro: Luis Alberto e Eliane Caffé. [S. l.]: Bananeira Filmes; Gullane; Laterit Productions; Riofilme, 2003. 1 filme (180 min).

NEMER, D. **Tecnologia do oprimido**: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

NOLASCO, G. (ed.). A gente explica. **A Sirene**, Mariana, ed. 1, p. 6, mar. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene2sm>. Acesso em: 5 jan. 2024.

OMISSI, D. E. **Air power and colonial control**: the Royal Air Force 1919–1939. Manchester: Manchester University Press, 1990.

ONDE sonham as formigas verdes. Direção: Werner Herzog. Produção: Werner Herzog, Willi Segler e Lucki Stipetic. Intérpretes: Bruce Spence, Wandjuk Marika, Roy Marika, *et al.* Roteiro: Werner Herzog e Bob Ellis. [S. l.]: Werner Herzog Filmproduktion; Zweites Deutsches Fernsehen, 1984. 1 filme (180 min).

ONU. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Global trends**: forced displacement in 2022. Geneva: ACNUR, 2022. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>. Acesso em: 22 set. 2023.

ORLANDO, M. T. D. A.; GALVÃO, E. S.; CAVICHINI, A. S. A.; RANGEL, C. V. G. T.; ORLANDO, C. G. P.; GRILO, C. F. *et al.* Tracing iron ore tailings in the marine environment: an investigation of the Fundão dam failure. **Chemosphere**, [s. l.], v. 237, art. 127184, Oct. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32526464/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

OROZCO, C. G. A organização do cluster minerador global para a instauração de horizontes de coerção sobre sociedades locais à luz do caso mexicano. *In*: ACSELRAD, H. (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do "social"**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2018. p. 61-106.

PÁDUA, J. A. **Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário**. Rio de Janeiro: FASE, 1991.

PAIM, Z. M. V. Urbanidade nas reduções jesuíticas: a língua uniforme, o espaço geometrizado e o tempo perfeito. **Línguas & Letras**, [s. l.], v. 13, n. 25, p. 297-323, 2. sem. 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/6546>. Acesso em: 5 jan. 2024.

PALHA, F. P. **Campo e rural idílicos como falácia: minério-dependência, incompletude urbana e injustiça ambiental-hídrica em Brumadinho (MG)**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30108>. Acesso em: 5 jan. 2024.

PARREIRAS, M. Novo Bento é entregue incompleto após quase 7 anos do desastre de Mariana. **Jornal Estado de Minas**. Belo Horizonte, 19 out. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/10/19/interna_gerais,1409393/novo-bento-e-entregue-incompleto-apos-quase-7-anos-do-desastre-de-mariana.shtml. Acesso em: 22 set. 2023.

PASSOS, F. D. R. L. **Mariana, cidade tombada, territórios tombados**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2022.

PASSOS, F. D. R. L. Das expulsões às resistências: os reassentamentos coletivos e territórios atingidos pela mineração em Mariana/MG. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 20., 2023, Belém. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPUR, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st13-11.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

PENDER, J. S. **What is Climate Change? And how it will affect Bangladesh?** Dhaka, Bangladesh: Church of Bangladesh Social Development Program, 2008. (Development Programme, Briefing Paper, Final Draft). Disponível em: <https://www.kirkensnodhjelp.no/contentassets/c1403acd5da84d39a120090004899173/2008/final-draft-what-is-climate-change-and-how-it-may-affect-bangladesh.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

PELLITERO, A. M. M. Shan Shui e Tjukurpa, duas predicções somáticas da paisagem e das montanhas. **Stellae* Revista de Arte**, [s. l.], n. 1, p. 31-42, 2020. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/stellae/article/view/936>. Acesso em: 4 jan. 2024.

PENNA, G.; BAMBOZZI, N.; PENNA, L.; CARNEIRO, L.; FLORES, A.; TOLENTINO, F. *et al.* Memorial Brumadinho. **Gustavo Penna Arquiteto e Associados**. Belo Horizonte, [2020]. Disponível em: <https://www.gustavopenna.com.br/memorialbrumadinho>. Acesso em: 18 set. 2023.

PEREIRA, D. F. R. **Proposta de projeto básico**: pranchas 1, 2 e 3. 2022. 3 pranchas, color. (Propostas apreciadas, 6-B). Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/editais/category/48-edital-concurso-cultural-01-2022#>. Acesso em: 8 jan. 2024.

PIMENTA, G. Serra do Curral: conselho ambiental aprova exploração por mineradora em cartão postal da grande BH. **G1 Minas**. Belo Horizonte, 30 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/04/30/conselho-ambiental-aprova-exploracao-da-serra-do-curral-por-mineradora-em-nova-lima.gh.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PINTO, R. G. O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18, n. 35, p. 307-324, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/6456>. Acesso em: 5 jan. 2024.

PINTO, R. G. **Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

PIZARRO, L.; ARIADNE, Q. Muita gente e pouca solução. **O Tempo**. [S. l.], 29 maio 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/muita-gente-e-pouca-solucao-1.2187703>. Acesso em: 2 nov. 2023.

POIRIER, S. **A world of relationships**: itineraries, dreams and events in the australian western desert. Toronto: University of Toronto Press, 2005.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PONTES, F. Vinícolas devem pagar R\$ 7 milhões por caso de trabalho escravo no RS. **Agência Brasil**. Brasília, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-03/vinicolas-devem-pagar-r-7-milhoes-por-caso-de-trabalho-escravo-no-rs>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PORTER, T. M. **Trust in numbers**: the pursuit of objectivity in science and public life. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Entre América e Abya Yala: tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16231>. Acesso em: 4 jan. 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CHAGAS, S. B. **Os pivôs da discórdia e a digna raiva**: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina - BA. Rio

de Janeiro: LEMTO; CPT, [2018]. Disponível em: <https://lemto.uff.br/?p=183>. Acesso em: 5 jan. 2024.

QUINTÃO, M. G. Minha vida lá. **A Sirene**, Mariana, ed. 20, p. 4-5, nov. 2017. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20. Acesso em: 5 jan. 2024.

QUINTÃO, M. G.; SANTOS, M.; QUINTÃO, S.; MAIA, A. C.; WALTER, I.; GODOY, L.; GEOFFROY, L. O que queremos do velho no novo Bento? **A Sirene**, Mariana, ed. 0, p. 9, fev. 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx. Acesso em: 5 jan. 2024.

QUINTÃO, S.; CARNEIRO, M.; VALVERDE, J.; PINTO, L. O museu do crime. **A Sirene**, Mariana, ed. 39, p. 7, jun. 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/junho_2019. Acesso em: 5 jan. 2024.

RABELO, D. C.; TEIXEIRA, E. C.; ESPLUGA, J. L. A participação cidadã no plano de bacia do rio Doce: análise a partir do termo de referência. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 9, n. 3, p. 184-204, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1130>. Acesso em: 4 jan. 2024.

RAMBOLL. **Projeto nº 320000286/R02/V01/19, de 28 de junho de 2019**. Dossiê do reassentamento. Mariana: Ramboll, 2019.

RONAN, G. Em meio a protesto, Zema assina contrato de concessão do rodoanel. **O Tempo**. [S. l.], 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/em-meio-a-protesto-zema-assina-contrato-de-concessao-do-rodoanel-1.2841288>. Acesso em: 4 jan. 2024.

ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia**, [s. l.], v. 8, p. 63-74, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47327>. Acesso em: 5 jan. 2024.

RUGENDAS, J. M. **Catas altas**. 1 pintura, color. Disponível em: <https://www.leilaodearte.com/leilao/2014/junho/16/johann-moritz-rugendas-catas-altas-3294/#pid=1>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004.

SAHLINS, M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção. **MANA**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/4xFgqqMPbXLHGc8xkfXBCVH/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SAMARCO. **Futuro das comunidades**: G4-MM9. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://relatoweb.com.br/samarco/2015/pt/futuro-das-comunidades.html>. Acesso em: 9 out. 2023.

SAMARCO. **Estudos técnicos sobre os terrenos**: reconstrução de Bento Rodrigues. Belo Horizonte: Samarco, 2016a. Disponível em: https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/complemento-2-_estudos-tecnicos-bento-rodrigues.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

SAMARCO. **Terreno de Lavoura é escolhido pelos moradores para reconstrução de Bento Rodrigues**. Belo Horizonte, 7 maio 2016b. Disponível em: <https://www.samarco.com/terreno-de-lavoura-e-escolhido-pelos-moradores-para-reconstrucao-de-bento-rodrigues/>. Acesso em: 8 out. 2023.

SAMARCO. **Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e relatório dos auditores independentes**. Belo Horizonte: Samarco, 2020. Disponível em: https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2020/12/Samarco_Demonstracoes-Financeiras-2018-vf.pdf. Acesso em: 6 jan. 2024.

SAMPAIO, V. Pelo menos 44 sobreviventes da tragédia de Mariana morreram sem conhecer o novo Bento Rodrigues. **Hoje em Dia**. [S. l.], 24 abr. 2022. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/minas/pelo-menos-44-sobreviventes-da-tragedia-de-mariana-morreram-sem-conhecer-o-novo-bento-rodrigues-1.895611>. Acesso em: 22 set. 2023.

SANTOS, M. Da paisagem ao espaço: uma discussão. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2., 1995, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Universidade São Marcos/FAUUSP, 1996.

SANTOS, M. Segurança para as comunidades. [Entrevista cedida a] Lucia Queiroz, Livaldo Marcelino, Mônica Santos, Milton Sena, Tereza Josafá, Valdir Pollack e Silmara Filgueiras. **A Sirene**, Mariana, ed. 23, p. 1-16, fev. 2018. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_-_ed.23_-_2_anos. Acesso em: 5 jan. 2024.

SANTOS, M. Proposta de desapropriação surpreende moradores de Mariana. [Entrevista cedida à] Alice Maciel. **Pública**. [S. l.], 10 set. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/09/proposta-de-desapropriacao-surpreende-moradores-de-mariana/>. Acesso em: 22 out. 2023.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

SANTOS, M.; LIMA, K. Memória e espaço. **A Sirene**, Mariana, ed. 10, p. 1-16, jan. 2017. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed_10_janeiro_issuu. Acesso em: 5 jan. 2024.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SENNA, G. M.; CARNEIRO, K. G. O deslocamento forçado das pessoas atingidas pelo desastre de Fundão, em Gesteira Velho, Barra Longa/MG: o plano popular do reassentamento coletivo para a reparação às vulnerabilidades geradas. *In*: SEMINÁRIO DE DIAMANTINA, 19., 2022, Diamantina. **Anais** [...]. Diamantina: Cedeplar; UFMG, 2022. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_490.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

SERPA, A. Milton Santos e a paisagem: parâmetros para a construção de uma crítica da paisagem contemporânea. **Paisagem e Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 247, p. 131-138, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77376>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SERRA, C. **Tragédia em Mariana**: a história do maior desastre ambiental do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SILVA, A. F. Moradores na expectativa para receber casa no novo Bento Rodrigues. [Entrevista cedida a] Mateus Parreiras. **Jornal Estado de Minas**. Belo Horizonte, 19 out. 2022. 1 vídeo (1 min). Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/10/19/interna_gerais,1409393/novo-bento-e-entregue-incompleto-apos-quase-7-anos-do-desastre-de-mariana.shtml. Acesso em: 22 set. 2023.

SILVA, A. L. F. **Reduções jesuítico-guarani**: espaço de diversidade étnica. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/Andr%C3%A9-Luis-Freitas-da-Silva.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2024.

SILVA, M. M. Novo Bento Rodrigues: moradores criticam projeto da Renova. [Entrevista cedida ao] Jornal Minas. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Jornal Minas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iX_hgpzLknY. Acesso em: 25 ago. 2023.

SILVA, M. Z.; CAYRES, D. C.; SOUZA, L. A. M. Desastre socioambiental e termo de transação e ajustamento de conduta (TTAC) como instrumento de política pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 464-488, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/VrwdWjkBSHWcyyVXBsF4yQB/?lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SOARES, B. Paisagens culturais e os patrimônios vividos: vislumbrando a descolonização, para uma musealização consciente. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 65-86, 2017. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/563>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SOUSA, C. A. Jornal A Sirene: mobilização e rememoração das ocorrências como dispositivo de comunicação. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 1-13, 2018. Disponível em: <http://fadipa.educacao.ws/ojs-2.3.3-3/index.php/cjuridicas/article/view/282>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SOUSA, C. M. M.; MONTERO, L. S.; LIESENBERG, V. Análise de urbanização em áreas declivosas, como uma das etapas da avaliação ambiental estratégica (AAE), visando o desenvolvimento local. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., 2007, Florianópolis. **Anais [...]**. São José dos Campos: INPE, 2007. p. 5533-5539.

SOUSA, M. L.; FILGUEIRAS, S. Morosidade e descaso comprometem Capela das Mercês, em Bento Rodrigues. **Cáritas Brasileira**. Belo Horizonte, 2 jun. 2023. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/morosidade-e-descaso-comprometem-capela-das-merces-em-bento-rodrigues>. Acesso em: 28 set. 2023.

SOUZA, D. O terrorismo de barragens. **Manuelzão**, Belo Horizonte, n. 84, p. 1-24, mar. 2019. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/biblioteca/revista-manuelzao-84/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SOUZA, E.; SILVA, F. Seu Filomeno me contou. **A Sirene**, Mariana, ed. 0, p. 1-9, fev. 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx. Acesso em: 5 jan. 2024.

SOUZA, F.; FELLET, J. Brumadinho é maior acidente de trabalho já registrado no Brasil. **BBC News Brasil**. São Paulo, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47012091>. Acesso em: 13 set. 2023.

SOUZA, L. C. C. Paisagens ocultas: patrimônio industrial e o arquivo de memória operária do Rio de Janeiro. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 161-185, 2021. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/888>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SOUZA, M. L. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. *In*: SOUZA, M. L.; CARLOS, A. F.; SPÓSITO, M. E. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 147-166.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

SYNERGIA. **Levantamento de expectativas**: Bento Rodrigues. Mariana: Synergia, 2016.

TEIXEIRA, M. C. V.; MEDEIROS, M. B.; PEREIRA, A. B. M. A morfologia urbana como instrumento para reconstrução de Bento Rodrigues. **Paisagem e Ambiente: ensaios**, São Paulo, v. 31, n. 45, e164913, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/164913>. Acesso em: 13 set. 2023.

TEIXEIRA, R. O. S.; LIMA, M. M. A política do tempo no desastre: disputas pela reparação no reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 24, n. 1, e202201pt, 2022. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6856>. Acesso em: 5 jan. 2024.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3bmWVYMZbNqDzTR4fQDtgRs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2024.

TJAKAMARRA, O. M. **Children's water dreaming with possum story**. 1973. 1 pintura, color. Disponível em: <https://www.der.org/resources/guides/mr-patterns-study-guide.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2024.

TRIGUEIRO, A. Lobby da mineração se infiltra nos poderes Executivo e Legislativo. **G1**. [S. l.], 30 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/01/30/lobby-da-mineracao-se-infiltra-nos-poderes-executivo-e-legislativo.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2023.

TRÓPIA, M. Adote o verde: virou lei projeto da bancada do Novo em BH que facilita a adoção de parques e praças. **Vereadora Marcela Trópia**. Belo Horizonte, 24 maio 2023. Disponível em: <https://marcelatropia.com.br/releases/adote-o-verde-sancionado/#:~:text=O%20principal%20avan%C3%A7o%20do%20projeto,coopera%C3%A7%C3%A3o%20firmado%20com%20a%20Prefeitura>. Acesso em: 2 out. 2023.

TURRI, E. A paisagem como teatro. Do território do vivido ao território representado. *In*: SERRÃO, A. V. (coord.). **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 167-184.

VALE. **Relato integrado 2021**. Rio de Janeiro: Vale, [2022]. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/565d6188-78a5-44f2-a97d-10000e022116?origin=1>. Acesso em: 8 jan. 2024.

VALENCIO, N. Desastres normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa: *In*: SIQUEIRA, A; VALENCIO, N; SIENA, M.; MALAGOLI, M.A. (org.). **Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade das bases conceituais das ciências sociais e humanas para a análise de casos concretos**. São Carlos: RiMa Editora, 2015. p. 79-120.

VASCONCELOS, B.; BOHNENBERGER, P. Cidades mineiras afetadas por barragens enfrentam desvalorização de imóveis. **G1 Minas**. Belo Horizonte, 3 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/05/03/cidades-mineiras-afetadas-por-barragens-enfrentam-desvalorizacao-de-imoveis.ghtml>. Acesso em: 16 set. 2023.

VIANA, M. B. **Avaliando minas: índice de sustentabilidade da mineração (ISM)**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_2789160fc55eee9950c2899f94c8979c. Acesso em: 4 jan. 2024.

VIÉGAS, R. N.; PINTO, R. G.; GARZON, L. F. N. **Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

VIEIRA, A. G. D. **O mapa da mina: a guerra dos conglomerados globais de mineração pela conquista da Carajás africana**. Curitiba: Kotter Editorial, 2020.

VÍRILIO, P. **Guerra e cinema**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

VOZ DA COMUNIDADE. Belo Horizonte: Fundação Renova, ed. 8, jun. 2019. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/06/EdicaoVozdacomunidadeMariana.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2024.

WANDERLEY, L. J. M. **Indícios de racismo ambiental na tragédia de Mariana: relatório preliminar**. Juiz de Fora: PoEMAS, 2015.

WANDERLEY, L. J.; MANSUR, M.; CARDOSO, P. V. (org.). Atlas do problema mineral brasileiro. Brasília, DF: Comitê nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração: Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 2023.

XAVIER, C. S. **Uma análise do master plan como instrumento de reassentamento para Bento Rodrigues: o papel da mineração na produção neoliberal dos espaços**. 2018. Trabalho Final (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018. Disponível em: <https://sites.ufop.br/gepsa/2018>. Acesso em: 5 jan. 2024.

XAVIER, C. S.; CARNEIRO, K. G. O master plan como instrumento para reassentar a população de Bento Rodrigues atingida pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais: é possível falar de participação popular? **Revista Estudos Avanzados**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 18-40, jun. 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/14189>. Acesso em: 5 jan. 2024.

ZANATTA, Y. P.; GRANVILLE, N. C.; CAMPOS, F. R. G. Toponímia, simbolismo e poder: estudo do nome dos municípios do norte do Rio Grande do Sul. **Caderno de Geografia**, [s. l.], v. 32, n. 68, p. 324-347, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/27192>. Acesso em: 4 jan. 2024.

ZANON, A. Vilarejo inventado. [Entrevista cedida a] Karla Monteiro. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9 jun. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/vilarejo-inventado/>. Acesso em: 12 set. 2023.

ZHOURI, A. Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil: uma perspectiva da ecologia política. In: CASTRO, E.; CARMO, E. (org.) **Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho**. Belém: NAEA, 2019. p. 43-52.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; VASCONCELOS, M. O desastre do rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. *In*: ZHOURI, A. (org.). **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana, 2018. p. 28-64.

ZUCARELLI, M. C. **A matemática da gestão e a alma lameada**: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-BCWN33>. Acesso em: 5 jan. 2024.

ANEXOS

ANEXO A – Diretrizes de Reparação do Direito à Moradia

Diretrizes homologadas judicialmente no âmbito da Ação Civil Pública (ACP) nº0400.15.004335-6 ajuizada pelo MPMG e que tramitou na 2ª Vara da Justiça Estadual da Comarca de Mariana.

Diretrizes Gerais: acordos Judiciais de 05/10/2017.

01	A SAMARCO reconhece que não haverá permuta da área de reassentamento com o patrimônio imóvel original dos atingidos das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu e comunidades rurais de Mariana em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, assumindo o compromisso de não constar em qualquer documento essa hipótese;
02	A destinação final das áreas atingidas será definida pelos próprios moradores atingidos, em conjunto com o Poder Público;
03	A SAMARCO concorda que todas as pessoas que se declararem atingidas poderão preencher o cadastro, sendo que o direito à indenização será analisado posteriormente;
04	Para fins de cadastro de atingidos, a unidade de análise do cadastro poderá ser tanto individual quanto por núcleo familiar, de maneira que havendo mais de um núcleo familiar em uma mesma residência, cada um deles terá direito a constituir uma unidade de análise distinta;
05	Para fins de levantamento dos danos materiais e imateriais, será disponibilizado pela RENOVA a possibilidade de o atingido fazer um relato pessoal por escrito ou em registro audiovisual, no qual terá plena liberdade para declarar todos os danos sofridos, sendo tal instrumento integrado ao cadastro;
06	A SAMARCO se compromete a analisar a proposta feita pelo Ministério Público, nos seguintes termos: A SAMARCO disponibilizará recursos financeiros adicionais, com a utilização dos recursos bloqueados nesta ação, para que a CÂRITAS contrate uma equipe especializada para aplicar o cadastro, orientar os atingidos nas respostas ao cadastro e coletar os relatos individuais, através da estrutura física e técnica fornecida pela FUNDAÇÃO RENOVA, inclusive com acompanhamento de um funcionário da FUNDAÇÃO RENOVA, que não poderá interferir no preenchimento do cadastro;
07	A SAMARCO se compromete a analisar a proposta feita pelo Ministério Público, nos seguintes termos: A SAMARCO se compromete a responder ao atingido e/ou núcleo familiar do atingido, no prazo de 30 (trinta) dias, em parecer escrito e fundamentado, a contar da validação do cadastro pelo atingido;
08	A SAMARCO se compromete a analisar a proposta feita pelo Ministério Público, nos seguintes termos: A SAMARCO se compromete a entregar o extrato do cadastro ao atingido logo após o preenchimento do cadastro;
09	A SAMARCO se compromete a analisar a proposta feita pelo Ministério Público, nos seguintes termos: A SAMARCO se compromete a fazer antecipações de indenização, nos mesmos moldes do acordo celebrado nos autos no dia 23/12/2015, para todos os atingidos que já foram ou venham a ser reconhecidos como moradores habituais (R\$20.000,00, sendo R\$ 10.000,00 compensáveis da futura indenização e R\$ 10.000,00 não compensáveis) e não

	habituais (R\$10.000,00) das áreas atingidas, com a pagamento da quantia até o dia 15/12/2017.
--	--

Diretrizes Gerais: acordos Judiciais de 06/02/2018

01	A autodeclaração das famílias atingidas quanto aos seus imóveis de origem deverá ser garantida como fonte de informação válida, e deverá ser a principal fonte de informações na elaboração ou revisão, e execução dos projetos de reassentamentos e reconstruções;
02	Para respeitar a conformação atual dos núcleos familiares, abarcando os casos de separação, novas uniões, falecimentos, nascimentos, e outros casos, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, deverão garantir um imóvel para cada núcleo, quando assim for o desejo do núcleo familiar, observados critérios razoáveis e geralmente aceitos, regras de aferição da formação da efetiva formação de novos núcleos familiares, e que tal realidade esteja considerada no cadastro
03	A Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, deverão garantir a isonomia entre as diretrizes dos reassentamentos coletivos, familiares e reconstruções;
04	Deverá ser garantida a participação efetiva de caráter deliberativo das famílias e comunidades atingidas, incluindo garantia de acesso prévio a todas as informações referentes às etapas do processo de reconstrução, ou reassentamento coletivo ou reassentamento familiar (cronogramas, projetos, empresa responsável pela etapa, materiais, dentre outros); possibilidade de visitas periódicas in loco, e poder de interferência no caso de descumprimento, devidamente constatado, das decisões dos atingidos;
05	A Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, deverão se responsabilizar por todo o processo de aquisição e de regularização dos terrenos onde serão construídos os reassentamentos coletivos e familiares, desde que viável, bem como pelo parcelamento da área, entregando a cada núcleo familiar reassentado os registros referentes ao seu imóvel, envolvendo também as esferas do poder público, arcando com todas as despesas do processo. Após assinatura do termo de adesão ao reassentamento, futuros parcelamentos do terreno serão de responsabilidade dos proprietários
06	As famílias que possuíam mais de uma propriedade nas comunidades atingidas terão todas suas propriedades restituídas, seja no mesmo local quando possível e for da vontade livre da família, seja em outro local através do reassentamento familiar ou reassentamento coletivo;
07	A Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, deverão garantir o direito ao desmembramento dos imóveis, por núcleo familiar, quando assim desejarem, respeitado o tamanho mínimo dos lotes urbanos e rurais estabelecidos nestas diretrizes e na legislação aplicável, bem como deverão arcar com as despesas decorrentes do desmembramento. A manifestação da intenção do desmembramento deverá ocorrer até assinatura do termo de adesão do reassentamento;
08	A Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, deverão fornecer um imóvel para as famílias que viviam em imóveis alugados ou cedidos, observando lote mínimo de 250 m ² para imóveis urbanos e 3 hectares para imóveis rurais, sem prejuízo da reconstrução do imóvel que era anteriormente alugado em benefício do seu proprietário;

09	<p>Nos casos de reconstrução, reassentamento familiar e reassentamento coletivo, deverá ser garantida às famílias/comunidades a possibilidade de escolha entre:</p> <p>a) a gestão das obras pela Samarco, Vale e BHP Billiton, por meio da Fundação Renova; b) a autogestão comunitária com assessoria técnica de confiança dos atingidos, ficando o atingido ou família que escolher pela autogestão integralmente responsável pelo resultado das obras; c) "construção assistida", nos termos acordados em reunião realizada entre as partes no dia 01.02.2018.</p>
10	<p>Nos reassentamentos coletivos, familiares e nos casos de reconstrução deverá ser garantida e priorizada a possibilidade de contratação de mão-de obra das comunidades atingidas nas reconstruções e nos reassentamentos coletivos e familiares;</p>
11	<p>Para os reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, para os reassentamentos familiares, e nos casos de reconstrução, bem como para as comunidades de Pedras, Borba, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Camargos e Campinas deverão ser garantidas melhorias como forma de compensação que deverão ser definidas pelas referidas comunidades (item 42 já contemplado neste item);</p>
12	<p>A Samarco, Vale e BHP, por meio da Fundação Renova, se obrigam a comunicar previamente à assistência técnica dos atingidos de Mariana (Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais) qualquer fase de negociação, reunião, visita ou tratativa com atingidos para que o próprio atingido possa livremente optar pelo auxílio da assistência técnica, devendo observar essa diretriz em todo o processo de reparação (reassentamento, indenização e demais medidas);</p>
13	<p>Formação de grupo de trabalho interdisciplinar pelas partes para tratar de maneira uniforme os reassentamentos, familiares e coletivos, bem como casos de reconstruções, com convite a Secretaria de Cidades de Minas Gerais (SECIR), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMAD), comunidades atingidas, assessoria técnica (Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais), Município de Mariana, entre outros órgãos, caso haja necessidade, com reuniões prioritariamente em Mariana.</p>
Terrenos	
14	<p>Acesso amplo à informação, por parte da Samarco, Vale e BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, referente aos terrenos ofertados como opções de reassentamento, o que inclui a análise de multicritérios de cada um dos terrenos, situação cartorial dos imóveis e outros. Informações essas que devem ser fornecidas em linguagem acessível ao público e com antecedência suficiente para garantir tempo de reflexão e debate antes da escolha;</p>
15	<p>Não sendo possível manter as características iguais ou superiores dos imóveis (urbanos ou rurais) reconstruídos ou nos reassentamentos, deverá ocorrer compensação em tamanho de área, ou em pecúnia ou em melhorias nas edificações e/ou benfeitorias, à escolha do núcleo familiar, desde que devidamente suportados por laudos técnicos;</p>
16	<p>Quando não for possível a manutenção das relações das vizinhanças originais, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, deverão compensar a comunidade através de áreas para fins de uso coletivo que deverão ser definidas pela comunidade;</p>
17	<p>Nos reassentamentos coletivos deverá ser garantida uma testada igual ou superior à original, garantido o mínimo de 12m;</p>
18	<p>No momento da compra assistida, deverá ser garantido ao núcleo familiar a opção entre: 1) a compra de imóvel com edificações e benfeitorias sem a necessidade de reformas, ou</p>

	<p>2) a compra de imóvel com edificações e benfeitorias com necessidade de reformas que deverão ser realizadas pela Samarco, Vale e BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, ou</p> <p>3) a compra do terreno e posterior construção das edificações e benfeitorias que deverão ser realizadas pela Samarco, Vale e BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, ou pelo modelo de autogestão, ficando o atingido ou família que escolher pela autogestão integralmente responsável pelo resultado das obras;</p>
19	<p>No reassentamento familiar, a compra assistida deverá considerar:</p> <p>1) a avaliação do imóvel de origem na situação anterior ao rompimento da barragem de Fundão, a partir da autodeclaração, devidamente validada no processo de cadastro, do núcleo familiar titular do direito,</p> <p>2) o processo de retomada das atividades produtivas e,</p> <p>3) as demais diretrizes definidas para o reassentamento;</p>
Acesso a água e saneamento	
20	<p>Nos reassentamentos coletivos e, familiares e nos casos de reconstrução deverão ser garantidos a existência de fontes de captação de água suficientes em quantidade e qualidade para as famílias/comunidades, e para seus diferentes usos a fim de manter os modos tradicionais de expressão e produção, observada a legislação aplicável;</p>
Organização Espacial	
21	<p>Nos reassentamentos coletivos deverá ser garantida a manutenção das relações de vizinhança originais;</p>
22	<p>A implantação de Área de Habitação de Interesse Social deverá ser realizada em local diverso dos imóveis destinados aos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu;</p>
23	<p>No caso dos reassentamentos coletivos a localização dos acessos, sempre que possível tecnicamente, deverá ser similar à da original, respeitando a organização espacial da malha viária de origem;</p>
Áreas Coletivas	
24	<p>No caso dos reassentamentos coletivos, deverão ser garantidas áreas de lazer e convívio coletivos a partir do debate e escolha dos atingidos e atingidas;</p>
25	<p>Nos reassentamentos coletivos, deverá existir estrutura mínima condizente para a retomada dos modos de vida em comunidade, à escolha da própria comunidade;</p>
Equipamentos Públicos	
26	<p>Nos reassentamentos coletivos os serviços públicos (escolas, postos de saúde, Igrejas e outros) deverão, sempre que possível tecnicamente, respeitar as relações de vizinhança, respeitando a localização de origem;</p>
27	<p>No reassentamento coletivo a área construída dos equipamentos públicos deverá ser igual ou superior a de origem;</p>

Paisagismo	
28	O paisagismo das áreas reservadas para tal e a aprovação dos referentes projetos, deverá ser definido pelas comunidades,
29	Nos reassentamentos coletivos, familiares e nos casos de reconstrução, O paisagismo proposto deverá melhorar as condições de conforto ambiental;
Supressão vegetal	
30	Para os reassentamentos coletivos, familiares e em casos de reconstrução, a comunidade deverá participar da decisão sobre a destinação da vegetação suprimida;
31	Para os reassentamentos coletivos, familiares e em casos e reconstrução, deverá ser apresentado à comunidade, todo e qualquer projeto referente à supressão vegetal mediante análise e aprovação;
Edificação	
32	Nos casos de reconstrução, reassentamento coletivo e familiar, deverá ser definido pelos atingidos e a Fundação Renova a metodologia participativa para a elaboração do projeto das edificações principais e acessórias, para garantia da participação dos núcleos familiares em todo o processo de elaboração e execução dos projetos, com participação deliberativa dos mesmos;
33	Nos casos de reconstrução, reassentamento coletivo e familiar toda informação ou documento deverá apresentar uma linguagem acessível aos atingidos;
34	Nos casos de reconstrução, reassentamento coletivo e familiar, os projetos das edificações deverão atender à configuração atual do núcleo familiar e suas expectativas, podendo sofrer modificações e aumento da área construída observados critérios razoáveis e geralmente aceitos e regras de aferição da formação da efetiva formação de novos núcleos familiares e que tal realidade esteja considerada no cadastro;
35	Nos casos de reconstrução, reassentamento coletivo e familiar, deverão ser definidos junto aos atingidos os critérios de escolha, de tipo e de qualidade dos materiais construtivos;
36	Nos casos de reconstrução, reassentamento coletivo e familiar, a área da edificação principal deverá ser igual ou superior a de origem, respeitadas as dimensões mínimas por cômodo;
37	A área construída mínima deverá ser de 75m ² ;
38	Deverá haver acréscimo de área construída para adequação aos padrões mínimos de habitação e moradia digna;
Benfeitorias	
39	O projeto das benfeitorias deverá ser elaborado em conjunto com o projeto da edificação principal (moradia) e dos planos de retomada de atividades econômicas, respeitando sempre a participação e as escolhas dos núcleos familiares;

40	As benfeitorias deverão ser restituídas, e compensadas quando não for possível garantir as mesmas condições, ou indenizadas em pecúnia à escolha do núcleo familiar, devendo a compensação ou a indenização serem apuradas mediante laudo técnico específico;
Entrada e regularização do imóvel	
41	A Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, deverão se responsabilizar pela entrega ao núcleo familiar de toda documentação referente aos novos imóveis sem gerar ônus financeiros aos mesmos;
42	A Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, deverão arcar com todas as despesas referentes à mudança (transporte de bens e outros) do imóvel onde o núcleo familiar mora até o novo imóvel (reconstruído, ou no reassentamento coletivo ou familiar);
Monitoramento	
43	A Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, deverão apresentar um plano de atendimento das reclamações dos núcleos familiares após a conclusão dos reassentamentos coletivos e familiares, e reconstrução, para monitoramento da satisfação e reabilitação das famílias;
Indenização	
44	A indenização pela perda da moradia não poderá ser ofertada pela Samarco, Vale e BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, como forma de reparação (atendimento) mas as famílias poderão requerer essa opção de forma individualizada, desde que tenham acesso prévio aos projetos urbanos e projetos dos imóveis no caso de reassentamento coletivo, e projeto dos imóveis no caso de reassentamento familiar e reconstrução, para que seja possível comparar qual opção atende melhor a família;
45	No momento da escolha entre a restituição e a indenização pela perda da moradia, o núcleo familiar deverá ter direito, quando assim desejar, a ser acompanhado por sua assessoria técnica ou por profissional de sua confiança;
46	No caso do núcleo familiar optar pela indenização por perda da moradia, deverá ser garantido o pagamento de até 12 (doze) aluguéis a partir do depósito do valor acordado.

Diretrizes Gerais: acordos Judiciais de 27/03/2018

01	Deverá ser garantido o direito à moradia digna e adequada em reassentamento coletivo, ou em reassentamento familiar, ou ainda, mediante a reconstrução da moradia atingida;
02	No caso de reforma em razão de danos simples, atendidos os critérios de acesso à reparação do direito à moradia, deverá ser garantido ao núcleo familiar o direito ao reassentamento familiar, sem prejuízo de se garantir a opção da família de seguir residindo em seu local original, desde que garantidas as reparações necessárias;
Terrenos	
03	Para a restituição dos imóveis rurais e urbanos, a Samarco, Vale e BHP Billiton, por meio da Fundação Renova garantirão, exceto quando comprovado ser tecnicamente inviável, ao aderente ao reassentamento coletivo ou familiar, que o novo imóvel guarde características similares ou superiores ao imóvel de origem - situação anterior ao rompimento da Barragem

	<p>de Fundão - especialmente nos seguintes aspectos e sem prejuízo de outros trazidos por normas técnicas vigentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) topografia e aptidão agrícola ou capacidade de uso da terra, 2) dimensões e testada do imóvel, 3) relações de vizinhança e comunitárias, e 4) acesso a fontes de captação e uso de água.
04	<p>Aos optantes pela reconstrução, para a restituição dos imóveis atingidos, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, garantirá, exceto se comprovado ser tecnicamente inviável, que o seu imóvel seja reconstruído de forma que volte à condição similar ou melhor que o imóvel na situação anterior ao rompimento da Barragem de Fundão, no que diz respeito a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) edificações e benfeitorias atingidas; 2) aptidão agrícola e capacidade de uso da terra, 3) acesso a fontes de captação e/ou uso de água. <p>Não sendo possível manter as características iguais ou superiores dos imóveis, o atingido poderá optar por compensação.</p>
05	<p>Os imóveis nos reassentamentos coletivos e familiares deverão ter tamanho igual ou superior ao de origem, sendo respeitado o mínimo de 250m² para imóveis urbanos e 3 hectares (corresponde a FMP - Fração mínima de parcelamento de acordo com a portaria do INCRA nº36 de 26 de agosto de 1997) para imóveis rurais, estando expressamente excluídos dessa diretriz os casos de imóveis reconstruídos;</p>
06	<p>No caso de reassentamentos coletivos, o(s) terreno(s) a ser(em) adquirido(s) deve(m) ter capacidade de reproduzir a organização espacial das comunidades e de garantir as características de ocupação, exceto quando inviável tecnicamente. Quando não for possível a comunidade deverá ser previamente informada e deverá ser realizada compensação coletiva em concordância com as políticas públicas, à escolha dos membros da respectiva comunidade;</p>
07	<p>A área total utilizada pelos núcleos familiares em cada imóvel deverá ser restituída integralmente no reassentamento coletivo ou familiar, assim, as áreas com restrição legal (preservação permanente, resguardo ao patrimônio cultural e histórico, áreas espeleológicas, dentre outras) poderão ser incorporadas ao imóvel novo, mas não serão consideradas como área de utilização do núcleo familiar no novo imóvel:</p>
08	<p>Nos reassentamentos coletivos e familiares, as áreas aptas à produção rural, segundo culturas e atividades produtivas e modos de produção do núcleo familiar, deverão ser de tamanho igual ou superior às áreas originais;</p>
09	<p>Nos casos de reconstrução, deverá ser garantido o acesso aos bens públicos, desde que existentes na situação anterior ao desastre - conforme raio de atendimento de cada equipamento público - a saber: escolas, postos de saúde, correio, espaços de culto religioso, transporte, lazer e outros. Nos casos de reassentamento familiar, deverá ser garantido, antes da aquisição da propriedade, esclarecimento sobre a disponibilidade de bens públicos e serviços no entorno do imóvel a ser adquirido;</p>
Estruturas viárias	
10	<p>Nos casos de reassentamento coletivo e reconstruções, as estruturas viárias deverão ter dimensões similares as das originais, sendo respeitadas as mínimas determinadas pela legislação;</p>

11	Nos casos do reassentamento coletivo, familiar e de reconstrução dos imóveis atingidos, deverá ser definido pelos atingidos as características dos materiais construtivos das estruturas viárias internas ao reassentamento coletivo ou dentro de sua propriedade particular, respeitadas as Normas Técnicas e a legislação vigente para o tema;
12	Nos casos do reassentamento coletivo e de reconstrução, a estrutura viária deverá garantir o acesso do reassentamento e reconstruções às comunidades vizinhas à original, exceto se tecnicamente inviável;
13	Nos casos de reparação das estruturas viárias atingidas das comunidades de Pedras, Borba, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Camargos e Campinas, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, deverão realizar a reparação e melhorias das vias respeitando a localizações e as dimensões originais, exceto se inviável tecnicamente. O Poder Público se responsabilizará pela manutenção das estruturas viárias públicas entregues pela Fundação Renova;
Equipamentos Públicos	
14	Com relação às comunidades que se encontram isoladas ou que perderam acesso aos equipamentos públicos em razão do rompimento da barragem, deverá ser garantida a construção ou o acesso aos equipamentos públicos, a escolha da comunidade lesada em consenso com o Poder Público.
Edificação	
15	Nos casos de reconstrução, reassentamento coletivo e familiar as edificações deverão ser garantidas com condições mínimas de habitabilidade (saneamento, acabamento, iluminação, etc.), balizadas por normas, como a NBR 15575 - Edificações Habitacionais e a NBR 9050 - Acessibilidade a Edificações, respeitado o modo de vida familiar e comunitário;
16	Nos casos de reconstrução e reformas, os projetos e intervenções deverão ser discutidos previamente com os núcleos familiares, que terão direito a decisão final, respeitando as condições mínimas de habitação (saneamento, acabamento, iluminação, etc) e Normas Técnicas brasileiras;
17	Em todas as modalidades de restituição do direito à moradia, deverá ser garantida a ampliação de 20 metros quadrados em área de construção da edificação principal, quando de desejo do núcleo familiar, como forma de compensação.
Entrada e regulamentação do imóvel	
18	No reassentamento coletivo, as obras de moradias, benfeitorias, infraestrutura e a construção dos equipamentos públicos essenciais (escola e posto de saúde) deverão estar concluídas antes da entrega das chaves do novo imóvel aos núcleos familiares, sem prejuízo da continuidade e finalização das demais obras acordadas previamente, sendo a responsabilidade pelo funcionamento do equipamento público do Poder Público;
Monitoramento	
19	A Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, deverão arcar com a reparação de vícios de construção de todas as estruturas construídas pela Fundação Renova (ou suas contratadas) nos reassentamentos coletivos, familiares e nos imóveis reconstruídos, e se responsabilizar por todas as manifestações patológicas que comprometam a segurança e a solidez das edificações construídas pela Fundação Renova (ou suas contratadas) nos termos da legislação e Normas Técnicas vigentes.

Escolha e arrependimento	
20	As famílias que optaram pela reconstrução antes da homologação do presente acordo, deverão ter direito ao arrependimento, e poderão escolher outra modalidade de reparação, quais sejam: compra assistida ou a indenização pela perda do imóvel. O direito ao arrependimento deverá ser garantido até 18 meses após a notificação das famílias aplicáveis;
21	Restando lotes vazios nos reassentamentos coletivos, ao final do período de 02 (dois) anos após entrega das chaves, a destinação das áreas será definida pela comunidade, sendo que caberá à Fundação Renova a manutenção e guarda do terreno até que seja dada a devida destinação, garantidas as diretrizes de reassentamento.

Acordos Judiciais de 12/07/2018

Auxílio financeiro emergencial	
1	O pagamento do auxílio financeiro emergencial homologado judicialmente na audiência do dia 23/12/2015 deverá ser efetuado até que sejam restabelecidas as condições para o exercício das atividades econômicas originais ou, na hipótese de inviabilidade, até que sejam estabelecidas as condições para nova atividade produtiva em substituição à anterior, garantido o pagamento pelo prazo mínimo de 01 (um) ano após o reassentamento coletivo, reassentamento familiar ou reconstrução (entrega das chaves). Para as pessoas que optarem somente pela indenização, o auxílio financeiro será pago pelo prazo de 01 (um) ano e será contado a partir da data de recebimento da indenização final.
Edificações	
2	<p>2.1) As rés, por meio da Fundação Renova, deverão entregar uma moradia aos proprietários (atingidos e atingidas) dos lotes não edificadas que possuíam indícios concretos de início de obra no terreno, considerando as informações do processo de cadastramento;</p> <p>2.2) Será garantida a restituição da moradia e/ou do uso da terra aos proprietários, aos posseiros, aos locatários, aos caseiros, aos arrendatários de imóveis rurais, aos parceiros por meia, terça, quarta ou outra e aos usuários (cedidos) de imóveis de terceiros nas áreas atingidas, através da escolha dentre uma das modalidades de restituição de moradia e/ou uso da terra, considerando as informações do processo de cadastramento;</p> <p>2.3) Na modalidade de reassentamento familiar, o núcleo familiar poderá escolher um imóvel do banco de imóveis organizado pela Fundação Renova ou indicar aquele da sua preferência, em Mariana ou em Município diverso em área urbana ou rural. Durante o processo de aquisição do novo imóvel, a Fundação Renova deverá informar ao núcleo familiar sobre a existência e o grau de exposição dos imóveis escolhidos ao risco de desastres naturais e tecnológicos, a partir de dados públicos e oficiais disponibilizados pela Defesa Civil à época da aquisição do imóvel. Deverá ser garantida a assistência técnica e extensão rural (ATER) necessária à retomada dos modos de vida, a ser discutida caso a caso a melhor forma de se garantir tal assistência independentemente do local escolhido pela família;</p> <p>2.4) Deverá ser garantido aos núcleos familiares o acesso à assistência técnica rural (ATER), pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, baseado em plano de atividade rural, tecnicamente viável e sustentável, a ser elaborado e executado por instituições ou profissionais qualificados, oferecidos pela Fundação Renova ou de escolha dos atingidos e atingidas, devendo as rés, por meio da Fundação Renova, arcar com as despesas referentes à retomada das atividades agrossilvopastoris e reativação econômica dos núcleos familiares. Na hipótese em que instituições ou profissionais atuantes sejam de escolha dos atingidos ou atingidas, as propostas técnicas e orçamentárias deverão ser previamente avaliadas pela Fundação Renova, garantida a independência técnica do profissional de confiança dos atingidos ou atingidas.</p>

Acordos Judiciais de 28/08/2018

Terrenos	
1	<p>Critérios de acesso de sitiantes ao reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo:</p> <p>a) Manutenção das relações de vizinhança;</p> <p>b) Sitiantes com imóveis que tinham acesso à rua asfaltada ou iluminação pública na comunidade de Paracatu de Baixo. O critério se aplica aos imóveis autodelimitados até a data de 18 de janeiro de 2018;</p> <p>c) Para os sitiantes que não se enquadram nos mencionados critérios de acesso ao reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo e que optarem por permanecer na área de origem deverá ser viabilizado a criação ou melhoria de acesso (via de acesso) ao reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo, além de iluminação pública e sinal telefônico, de acordo com a viabilidade técnica e os órgãos reguladores</p>
Edificações	
2	<p>Projetos individuais das casas do reassentamento coletivo de Bento Rodrigues:</p> <p>no que tange aos projetos individuais do reassentamento coletivo de Bento Rodrigues, serão observados os seguintes procedimentos:</p> <p>a) Após a execução da Etapa 1 do cadastro de atingidos, a Fundação Renova convidará o atingido para elaboração do projeto individual das moradias, de acordo com metodologia apresentada na reunião do GT Interdisciplinar/Moradia realizada no dia 05.07.2018, instituído no âmbito desta ACP, e registrada na respectiva ata;</p> <p>b) Cada atingido poderá fazer quantas alterações entender necessárias nos projetos das moradias, sem limitações, até o envio do projeto aos órgãos municipais competentes para aprovação e obtenção de alvará;</p> <p>c) Cabe ao atingido escolher quando o projeto será encaminhado aos órgãos municipais competentes para aprovação, sendo que o encaminhamento poderá ocorrer após o término da terraplenagem e a visita ao lote a ser edificado no terreno do reassentamento coletivo, a critério do atingido;</p> <p>d) Deverá ser garantido ao atingido a possibilidade de visitar o lote onde será reassentado com as devidas demarcações dos locais onde será construída cada edificação, antes de encaminhar o projeto individual para aprovação dos órgãos municipais competentes.</p>
Escolha e arrependimento	

3	<p>Termo de opção modalidade de reparação ao direito à moradia para famílias com direito ao reassentamento coletivo</p> <p>Considerando a existência de diversas modalidades de reparação ao direito à moradia, o momento para a assinatura do TERMO DE OPÇÃO (Reassentamento Coletivo ou Reassentamento Familiar) será após a aprovação do projeto de construção pelos órgãos municipais competentes, sem prejuízo do atingido espontaneamente se manifestar de forma prévia por qual modalidade pretende aderir, conforme previsto no item “4” abaixo descrito (desistência espontânea prévia).O TERMO DE OPÇÃO a ser usado será validado previamente entre as partes e o atingido terá até 07 (sete) dias úteis para se manifestar, contados a partir do dia em que for comunicado do recebimento do alvará de obras de seu lote. A responsabilidade por colher a assinatura do atingido será da Fundação Renova, que deverá manter arquivado cópia do termo. A partir da assinatura do TERMO DE OPÇÃO, o atingido dispensa definitivamente as demais modalidades de atendimento</p>
4	<p>Desistência espontânea do reassentamento coletivo:</p> <p>a Samarco, Vale e BHP Billiton e a Fundação Renova não farão busca ativa por atingidos que possuem direito ao reassentamento coletivo para que eles façam adesão ao reassentamento familiar. Para os atingidos que já se manifestaram espontaneamente quanto à desistência do reassentamento coletivo, optando pelo reassentamento familiar, desde já, será colhido um termo de opção perante o MPMG e/ou perante a assessoria técnica dos atingidos, coordenado pela Cáritas e juntado ao processo. O atingido deverá entregar cópia do termo para a Fundação Renova, que adotará as medidas necessárias para efetivar o reassentamento familiar.</p>
5	<p>Termo de opção para atingidos com direito à reassentamento familiar ou reconstrução</p> <p>No caso de atingidos com direito às modalidades de Reassentamento Familiar ou Reconstrução, o momento para adesão e assinatura do termo de opção O (Reassentamento Familiar ou Reconstrução) será após a conclusão das vistorias do imóvel escolhido pelo atingido para aquisição (reassentamento familiar) ou após a anuência da Prefeitura de Mariana quanto ao projeto aprovado pela família (reconstrução).</p>
<p>Terreno e Edificações</p>	
6	<p>Compensação por imóvel superior em caso de reassentamento familiar ou coletivo</p> <p>O atingido poderá escolher imóvel de qualidade ou proporção territorial superior ao que foi originalmente atingido, mas deverá haver compensação do excedente na indenização definitiva, respeitada uma margem mínima de superioridade que não importará em compensação e a razoabilidade na escolha do imóvel, de forma que não ocorra supressão substancial da futura indenização a ser paga. A margem de superioridade sem compensação e os parâmetros de compensação serão definidos pelas partes posteriormente e, caso não haja consenso, as partes submeterão ao Poder Judiciário a apreciação da margem mínima sem compensação e dos parâmetros de compensação.</p>
7	<p>Compensação por imóvel inferior em caso de reassentamento familiar ou coletivo</p> <p>O atingido poderá escolher imóvel de qualidade ou proporção territorial inferior ao que foi originalmente atingido, desde que garanta moradia adequada a seus familiares e, nesse caso, terá direito a uma compensação, que poderá ser constituída por um acréscimo na indenização definitiva elou outras formas de atendimentos. O quantum do acréscimo na indenização e/ou demais formas de compensação serão definidos pelas partes posteriormente e, caso não haja consenso, as partes submeterão a questão ao Poder Judiciário.</p>

ANEXO B – Painel Levantamento de Expectativas

Resultado do relatório de levantamento de expectativas realizado em junho de 2016 pela Synergia, empresa de consultoria ambiental contratada pela Samarco. Segundo a empresa, o levantamento foi realizado com a participação de 224 adultos em quatro eixos temáticos de discussão, ocupação do território, mobilidade, moradia e cultura. 181 pessoas participaram da assembleia onde as expectativas foram validadas. O estudo foi realizado segundo a metodologia denominada Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) (Synergia, 2016).

Ocupação do território	
Aspectos discutidos no resgate de Bento Rodrigues, memórias	Síntese do grupo futuro que desejamos
Comércio (Centralizado ou não)	
<ul style="list-style-type: none"> • Descentralizado, instalado nas residências dos proprietários • Possuía certa diversidade (açougue, mercearia, bar, restaurantes, feirinha, roupas, ferramentas e utensílios domésticos) • Inexistência de farmácia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter descentralização, instalado nas residências dos proprietários ou anexos a elas; • Criação de uma área comercial para expansão de novos estabelecimentos comerciais: farmácia, supermercado, casa lotérica e outros.
Serviços/equipamentos públicos (centralizado ou não)	
<ul style="list-style-type: none"> • Escola/PSF/Correios: Descentralizados, mais próximos uns dos outros; • Oferta de Ensino Infantil e Fundamental I e II; • Praça São Bento – na região central do distrito; • Praças menores distribuídas nos bairros; • Quadra – fora da escola para múltiplos usos. • Associação Comunitária de Bento Rodrigues (existe pouca participação da população) 	<ul style="list-style-type: none"> • Centralização dos equipamentos/serviços públicos; • Construção de quadra esportiva dentro da escola; • Construção da praça Bento Rodrigues que deverá estar próximo à nova Igreja São Bento equipada com bancos, iluminação, paisagismo, playground e demais equipamentos; • Implantação de posto policial; • Oferta de Ensino Médio/EJA; • Ambulância. • Aumentar atendimento médico e número de fichas.
Instituições religiosas (centralização ou não)	
<ul style="list-style-type: none"> • Três igrejas católicas (São Bento, Nossa Senhora 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter descentralização e características das igrejas (pintura e arquitetura);

<p>das Mercês e Igreja Velha) e duas evangélicas (Batista e Assembleia de Deus) – localizadas em regiões opostas (Norte e Sul) e descentralizadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas especiais para templos religiosos distribuídos no bairro, de forma que não fique muito próximo das residências e nem próximos entre eles, no entanto que fique com pequenas distâncias para deslocamento a pé; • Construção de um cruzeiro; • Construção de dois passinhos para realização das procissões da Semana Santa. • Construção de banheiros públicos próximos às igrejas católicas.
Cemitério (remover o antigo, construir o novo, manter o antigo)	
<ul style="list-style-type: none"> • Localizado no ponto mais alto do distrito, ao lado da Capela Nossa Senhora das Mercês. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de um novo cemitério - manter proximidade com a nova Igreja Nossa Senhora das Mercês. • Construção - Capela de Velório
Equipamentos de Lazer	
<ul style="list-style-type: none"> • Cachoeira Ouro Fino; • Água Santa; • Campo de futebol Beira Rio; • Campo de futebol sobreira; • Quadra Raimundo Luiz (próximo à escola), sediava os casamentos, festas de aniversário e a educação física; • Praças (São Bento e nos bairros) - descentralizadas; Bares; • Plantio de hortas e criação de animais de pequeno porte; • Batizal - área verde próxima ao distrito utilizada para realização de piqueniques; • Igreja Velha; • Fazenda Ouro Fino. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de praças com bancos, iluminação, chafariz, academia ao ar livre, parque para crianças, estacionamento, pista de caminhada, quiosque, coreto, paisagismo e plantio de árvores em fase adulta; • A principal praça deverá ser na área central e próximo à nova Igreja São Bento; • Construção do Campo de futebol em área de fácil acesso com arquibancada e vestiários; • Construção Quadra/Ginásio ou espaço multiuso; • Construção de poços naturais (represamento dos córregos existentes para áreas de banho)
Relação com a natureza	
<ul style="list-style-type: none"> • Forte relação com a terra (plantio de hortaliças, frutas, plantas medicinais) e com a criação de animais de pequeno porte (galinha, pato, porco); • A cachoeira de Ouro Fino e a Água Santa eram constantemente frequentadas pela comunidade; • Captação de água realizada na cachoeira Ouro 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter locais nas residências que permitam o plantio de hortas e criação de animais de pequeno porte; • Garantir abastecimento constante de água tratada.

<p>Fino e Casa da Bomba da Samarco. A população enfrentava problemas com abastecimento e distribuição da água;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Extração de ouro; • Rios/córregos: Ouro Fino, Gualaxo, Mirandinha, Santarém e Água Santa. 	
Visão sobre o crescimento da cidade	
<ul style="list-style-type: none"> • Frequente procura por terrenos em Bento Rodrigues para novas moradias; • Pouca oferta de terrenos para expansão; • Potenciais para o desenvolvimento econômico: turismo (Projeto Estrada Parque Caminhos da Mineração), AHOBERA (Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues); produção artesanal (rendeiras, doceiras tapeceiros...). 	<ul style="list-style-type: none"> • Retomar discussão para implantação do Projeto Estrada Parque Caminhos da Mineração; • A área de expansão deverá acontecer nas áreas do entorno do distrito; • Capacitar e fortalecer associações; • Asfaltamento de todos os acessos ao distrito; • Instalação de antena de celular.
Moradia	
Aspectos discutidos no resgate de Bento Rodrigues, memórias	Síntese do grupo futuro que desejamos
Estilo da arquitetura (colonial antigo, colonial moderno, moderno)	
<ul style="list-style-type: none"> • A frente da casa era colorida, os outros espaços brancos; • Pé direito mais alto (3m); • Piso de cerâmica, vulcapiso, piso vermelho; • Janelas variadas, prevalência de madeira / colonial; • Telhas de barro (cumbuca), 2 a 4 abas, 3 oitão, 4 gupiadas; • A maioria estilo colonial; • Casas tinham varandas na frente; • Disposição dos cômodos: o maior espaço é a cozinha e a sala; • Casas pintadas, fachadas de cores diferentes das portas e janelas, chapisco, reboco, cerâmica; • Internet, luz, água de nascente; • Janelas de vidro, madeira e metalon; • Grade, portão de correr e de abrir de ferro e metalon e chapa de ferro e madeira; • Maioria cercada (muros, cerca de arame, cerca viva, cerca de bambu), varandas cobertas, com 	<ul style="list-style-type: none"> • Pé direito alto; • Casa em estilo colonial moderno; • Janelas e portas em madeira (estilo colonial); • As portas e janelas poderão ou não ser pintadas em cores diferentes da fachada; • Telhado com telha tipo colonial; • Garagem lateral; • Varanda na frente com recuo frontal com jardim; • Priorizar áreas maiores para a cozinha e a sala; • Quintal em terra; • Fachadas com pintura em cores mais fortes e nos espaços internos, cores mais claras ou branco e com uma das paredes de outra cor; • Piso cerâmica, não branco; • Muro ou cerca que garanta segurança, mas proporcione boa ventilação, sendo alto nas laterais e baixo na frente; • Infraestrutura de internet, luz, água, caixa d'água grande; • Box no banheiro; • Local para animais de estimação (canil).

<p>grade;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quintal (fundos), terreiro (frente), varanda, garagem; • Sala, copa, quartos, maioria de 3 quartos; • Poucas casas de adobe, a maioria de alvenaria e térrea, mas algumas com 2 a 3 andares. 	
Aspectos culturais expressos na moradia (fogão a lenha, espaços de convívio)	
<ul style="list-style-type: none"> • Muitas plantas, flores; • Serpentinhas; • Todo mundo tinha quintal; • Algumas casas tinham terraço coberto em cima da casa, com churrasqueira, mesa, funcionava como área de serviço, tinha rede; • Fogão a lenha, pegava a lenha na própria comunidade; • Tinha a cozinha dentro da casa e outro espaço fora com fogão à lenha de tijolinho e tanque • Os lotes, a maioria tinha cerca só para delimitar o lote; • Pedra ardósia ou telha com frases em frente as casas (Antônio Augusto); • As casas tinham pomar, árvores frutíferas e hortas; • Terreno bom para plantar e cultivar; • Galinheiro, animais de estimação; • Cozinhas (receber pessoas), jardim. 	<ul style="list-style-type: none"> • Além da cozinha dentro de casa, ter uma cozinha externa com fogão à lenha com serpentina, em área contínua à casa; • Manter quintal em terra com espaço para pomar, horta, galinheiro, casinha de cachorro, casinha de lenha e jardim; • Delimitação do lote: muro de alvenaria mesclado com cerca/alambrado, desde que proporcione privacidade, segurança e ventilação; • Varanda na frente e em volta da casa, mantendo os espaços de convívio; • Maioria das casas com 3 a 5 quartos; • Prever espaço para trabalho, tipo atelier de costura e outros. • Janela e portas de madeiras. • Ter terraço na laje para espaço de convivência.
Relações de vizinhança	
<ul style="list-style-type: none"> • Pouca violência, a comunidade sabia quais e quem era problema; • Boa convivência com vizinhos, confiança; • Era uma grande família; • As crianças eram unidas; • As crianças tinham liberdade, todos tomavam conta delas; • Boa relação com os vizinhos era como uma família, relação de irmandade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter a relação de vizinhança, pelo menos na mesma rua; • Construção de posto policial • Construção de torre de celular; • Se for a cabo, colocar cabeamento nas moradias; • Manter espaços de convivência, área, varanda, cozinha grande.
Cultura	
Aspectos discutidos no resgate de Bento Rodrigues, memórias	Síntese do grupo futuro que desejamos
Dança (típica)	
<ul style="list-style-type: none"> • Quadrilhas; • Forró. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter as quadrilhas, porém mais organizadas e com roupas típicas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar os espaços - praças para realização das manifestações culturais (com piso adequado e maior espaço).
Culinária local	
<ul style="list-style-type: none"> • Galinhada da Sandra; • Comidas com fogão à lenha; • Coxinhas da Sandra; • Doces (cocada, doce de leite e pé de moleque); • Frango com quiabo e outros preparos; • Feijão tropeiro; • Galopé; • Fubá suado; • Cuscuz; • Rosquinha. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter casas com fogão à lenha com serpentina; • Manter espaços para o cultivo dos ingredientes de preparo das comidas, bem como criação de animais.
Produção econômica/artesanal	
<ul style="list-style-type: none"> • Geleia de pimenta biquinho pela Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues (AHOBERA); • Crochê - não organizado em cooperativas; • Tapete (com tela sem nó); • Criação de gado, galinha e porco; • Produção e comercialização de leite, queijo, ovos, farinha, verduras, frutas, vinho de jabuticaba e cachaça aromatizada; • Costureiras; • Pesca; • Bordados; • Balaios de taquara; • Mel e própolis; • Hortaliças e frutas; • Sabão com gordura; • Produção de esterco. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter AHOBERO; • Curso de corte e costura; • Aumentar a oportunidade de venda através da produção econômica existente; • Criar espaços para manter as produções econômicas (horta, criação de galinhas, ovos, frutas...); • Manter produções; • Criar espaços nas festividades para exposição das produções artesanais; • Fundar cooperativa de artesanato; • Fazer discussão para utilização da lenha para os fogões.
Mobilidade	
Aspectos discutidos no resgate de Bento Rodrigues, memórias	Síntese do grupo futuro que desejamos
Meios de deslocamento dentro da comunidade	
<ul style="list-style-type: none"> • A pé; • Bicicletas; • Moto; • Carro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de ciclovias; • Priorizar o deslocamento a pé, evitando principalmente ônibus dentro do distrito; • Moto; • Cavalo; • Carro; • Manter o mesmo nome e configuração das ruas

	<ul style="list-style-type: none"> • Projetar ruas mais largas; iluminadas e com calçadas • Prever passeios mais largos; • Policiamento e segurança na escola.
Meios de deslocamento para fora da comunidade	
<ul style="list-style-type: none"> • Ônibus, carro, moto, carona, à pé, cavalo. • Pouca alternativa de horários de ônibus de segunda a sexta, nos feriados não havia esse serviço); • Dependência da linha de Santa Rita, perda de tempo, prejudicava na obtenção de emprego; • Ausência de transporte para a saúde, sendo que a única solução existente era corrida particular com alto custo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a oferta de horário de ônibus; • Instalação de pontos de ônibus; • As linhas de ônibus que atendem o Morro Santana podem atender o novo Bento; • Melhorar acesso para a Vila Samarco, hoje ele é muito estreito. Em boas condições facilita o acesso para Santa Bárbara; • Abrir acesso Bento até Camargos; • A linha que atende a área do Pereira pode ir a Bento como ponto final.
Tipos de via na comunidade	
<ul style="list-style-type: none"> • Maioria das ruas de bloquetes; • Rua principal com asfalto; • Existência de duas ruas de terra em bom estado, sem buraco; • Estradas de acesso de terra sem manutenção, dificuldade com as chuvas; • Estrada de terra para acesso ao campo de futebol; • Ruas estreitas, sem calçadas, sem passeios, sem iluminação em algumas ruas, sem espaço para caminhar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pavimentação da rua principal com asfalto e as demais com bloquete; • Calçadas pavimentadas; • Tipo de vias comuns com mão dupla e sem canteiro central, evitando vias estreitas e com apenas um sentido; • Projetar as ruas com larguras maiores, com postes de iluminação, sinalização horizontal e vertical e quebra-molas; • Procurar ao máximo manter a mesma configuração das ruas, fator este motivador para manter os laços de vizinhança; • Construção de ciclovias; • Reativação do Projeto Estrada Parque Caminhos da Mineração
Acessibilidade para as escolas	
<ul style="list-style-type: none"> • A pé; • Ensino médio só em Santa Rita, acesso ruim; • Transporte inadequado; • Lamas, poeira, os alunos chegavam muito tarde, algumas vezes a pé. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a oferta de ensino médio em Bento Rodrigues ou melhorar os acessos e a oferta de transporte para Mariana: Antônio Pereira (Vila Samarco), Santa Rita e Camargos. • Implantar sinalização.
Acessibilidade para comunidades vizinhas	
<ul style="list-style-type: none"> • Acessos sem manutenção, estradas ruins de terra, comprometimento com as chuvas, muito barro e costelas; • Acessos de saída e chegada para Bento feito por terra; 	<ul style="list-style-type: none"> • Asfalto de Bento à Mariana, • Asfaltar e realizar manutenção em todos os trechos; • Implantar sinalização;

<ul style="list-style-type: none"> • Transporte de alunos realizado por ônibus ou kombi; • Ponte ruim; • Muitos cavalos nas estradas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as condições dos trechos de Mariana, Antônio Pereira, Santa Rita, Camargos (usar acesso antigo que não passa pelo antigo Bento); • Melhorar acesso para Mariana, abrir acesso para Carmargos, Vila Samarco. • Aumentar as opções de horários de transporte público.
Uso a comunidade	
<ul style="list-style-type: none"> • Morar; • Estudar; • Plantar; • Divertir (futebol, igreja, amizade); • Pescar; • Trabalhar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Para lazer, morar, trabalhar, • Melhorar acessos existentes. • Instalação de ciclovia
Acessibilidade para portadores de necessidades especiais	
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade para acesso a cadeirantes; • Transporte público sem adaptações para receber cadeirantes; • Não havia ambulância; • Calçadas estreitas; • Escolas, posto de saúde, eram prédios novos e foram construídos de forma adaptada; • As igrejas não apresentavam escadarias; • Não tinha passeio; • Poça de água em frente da escola impedindo o acesso à rampa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Observar acessibilidade para portadores de necessidades especiais nas ruas, calçadas e em todos os equipamentos públicos e de lazer.